



**NÚCLEO DISTRITAL VIANA DO CASTELO**

## **REDE EUROPEIA ANTI POBREZA / PORTUGAL**

**“A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”**

**FICHA TÉCNICA**

**TÍTULO**

**“A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”**

**AUTOR**

Hélder Pena – Núcleo Distrital de Viana do Castelo da Rede Europeia Anti Pobreza / Portugal

**ÍNDICE**

INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO I – CARACTERIZAÇÃO DA NUT III MINHO – LIMA.....	6
1. TERRITÓRIO.....	7
2. POPULAÇÃO.....	9
3. AMBIENTE.....	22
4. SAÚDE.....	26
5. EDUCAÇÃO.....	29
6. EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	33
7. CULTURA E LAZER.....	38
8. RENDIMENTO.....	39
9. PROTECÇÃO SOCIAL.....	43
10. TECIDO ECONÓMICO E EMPRESARIAL.....	50
11. CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO.....	56
12. TRANSPORTES.....	59
13. TURISMO.....	61
14. SECTOR MONETÁRIO / FINANCEIRO.....	64
15. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	67
16. JUSTIÇA.....	68
17. ADMINISTRAÇÃO LOCAL.....	70
18. CONTAS REGIONAIS – NUT III MINHO LIMA.....	73
CAPÍTULO II – DIAGNÓSTICO SOCIAL DA NUT III MINHO – LIMA.....	77
CAPÍTULO III – DIAGNÓSTICO ECONÓMICO DA NUT III MINHO – LIMA .....	103
CAPÍTULO IV – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL.....	111
CAPÍTULO V – DIAGNÓSTICOS SOCIAIS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CONCELHIOS.....	114
CONCLUSÕES.....	125
FONTES.....	133
SIGLAS.....	134
GLOSSÁRIO.....	135

## **INTRODUÇÃO**

Um dos mais importantes eixos de actuação da Rede Europeia Anti Pobreza é a investigação e um dos objectivos é a análise da realidade social e económica em cada um dos 18 distritos do País onde está presente. Assim, cada núcleo distrital desenvolve o seu estudo de caracterização social e económica como forma de análise das condições de vida das populações, com base em dados estatísticos fornecidos pelas instituições oficiais, nomeadamente o INE (Instituto Nacional de Estatística), entre outras. Neste estudo em particular, foram tratados os dados considerados mais relevantes para um conhecimento mais profundo das condições de vida na NUT III Minho Lima, apresentando sempre que possível representações gráficas que permitam uma comparação com a realidade nacional.

A NUT Minho Lima foi uma das que conheceu maior evolução nos últimos vinte anos, tornada particularmente intensa na última década.

A população, que ainda havia diminuído 2,6% entre 1981 e 1991, conheceu na última década (depois de um longo período de declínio) um ligeiro aumento de 0,1%. Mais importante do que este aumento, é o facto de ele resultar da combinação de uma perda natural de 2,2% e de um saldo migratório positivo de 2,3%. Assim, se é evidente o grau de envelhecimento da população, e a incapacidade de esta se renovar naturalmente, é também muito significativo que o Minho Lima se tenha tornado numa região de imigração, depois de um êxodo populacional de muitas dezenas de anos. Parece difícil dissociar este sentido de evolução de um conjunto de factos e de desenvolvimentos que se afiguram todos eles favoráveis. A cidade de Viana do Castelo, e a sub-região em geral, encontram-se próximos dos dois centros populacionais mais importantes do Norte do País, Porto e Braga, tendo visto consideravelmente melhorada a sua acessibilidade a estes dois centros urbanos. A cidade e toda a sub-região encontram-se relativamente próximos dos centros urbanos galegos mais importantes, nomeadamente Vigo, beneficiando do facto de ser a única região de fronteira portuguesa que encontra do outro lado da fronteira uma elevada densidade populacional e económica (esta, por comparação com os níveis anteriormente existentes na região fronteira portuguesa). Com o processo de integração de Portugal na Europa e na Península Ibérica, e com a melhoria das acessibilidades, a evolução foi muito rápida. Acresce a oportunidade criada pela instalação da unidade industrial da Auto Europa em Palmela, a proximidade à fábrica de automóveis da Citroen em Vigo, e a política que foi seguida pelas autoridades portuguesas, estimulando a instalação dos fornecedores da Auto Europa em território nacional. Em dez anos, entre 1991 e 2001, a população activa empregada no sector primário passou de 28,7% para 9,5% do total. Ainda acima do dobro da média nacional, não pode deixar de se reconhecer neste sentido de evolução uma modificação estrutural profunda e, sobretudo, muito rápida. No que se refere ao sector secundário, passou de 33% da população activa empregada em 1991 para os 41% atingidos em 2001, fazendo da NUT III Minho - Lima uma das regiões mais industrializadas do País. Esta evolução abrangeu a generalidade dos concelhos, tanto no Vale do Minho (sobretudo por força da proximidade à fronteira galega) como no Vale do Lima (pelas condições de atractividade e pela massa crítica já reunida no concelho de Viana do Castelo); em 2001, todos os dez concelhos do Minho - Lima tinham a indústria como segundo maior sector empregador, por comparação com os sectores primário e terciário (sendo este número de concelhos de apenas cinco, dez anos antes).

Numa análise mais fina, é possível constatar que esta produção industrial é razoavelmente diversificada (estamos bastante longe dos padrões de industrialização do tipo mono-indústria), bastando para isso atentar nos quocientes de localização de um número razoável de actividades: têxtil (0,86), vestuário (1,17), calçado (0,94), automóvel (1,78), outro material de transporte (5,29), pasta de papel (1,46), máquinas e aparelhos eléctricos (1,83) e construção (1,51). Contra o que sucede nos sectores primário e terciário, em que a produtividade se situa abaixo da média nacional, a produtividade da indústria do Alto Minho é exactamente igual à média nacional do sector (para o que não deixarão de contribuir, há que reconhecê-lo, duas unidades industriais de grande dimensão e bastante intensivas em capital, a Portucel Viana e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo). O sector terciário emprega praticamente metade da população activa, sendo de realçar o facto de Viana do Castelo ser um dos concelhos capitais de distrito com menor peso do emprego público (20,5% da população activa, percentagem apenas superior aos 17% observados em Leiria). Este sentido de evolução favorável não pode no entanto fazer esquecer alguns dados menos satisfatórios, constituindo motivo de preocupação.

A análise permite verificar que o Minho – Lima apresenta componentes estruturais negativas, tanto em termos de emprego (-1,5%) como em termos de VAB (-1,8%), o que evidencia um perfil de especialização baseado em sectores menos dinâmicos do que a média nacional. A componente estrutural negativa em termos de emprego tem sido compensada por uma componente regional positiva (2,2%), de tudo resultando um crescimento do emprego ligeiramente superior à média nacional; infelizmente, não sucede o mesmo em termos de VAB, com a região a

apresentar valores da componente regional do VAB igualmente negativos (-4,2%), tendo por consequência um crescimento do produto e da produtividade abaixo da média nacional.

No que se refere ao Índice de Poder de Compra per – capita, o Minho – Lima não ultrapassa 64,7% da média nacional, um dos valores mais baixos da NUT II Norte, apenas superior aos observados no Tâmega, no Douro e no Alto Trás-os-Montes.

Viana do Castelo era, em 2004, o concelho capital de distrito com mais baixo valor à escala nacional (84,1), sendo que os valores menos favoráveis se observam nos concelhos mais rurais do interior, Paredes de Coura, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez (todos abaixo do Índice 50, com valores de, respectivamente, 45,4, 46,2 e 46,4), seguidos de perto por concelhos como Ponte da Barca (51,7), Monção (54) e Melgaço (54,1). Já referido o envelhecimento da população, de que decorre uma taxa de actividade relativamente baixa (40,8% da população total, contra os 45,5% da NUT II Norte e os 44,6% de média nacional), agravada pela elevada percentagem de população doméstica, sobretudo feminina. Os concelhos mais afastados do centro do processo de desenvolvimento que atravessa o Alto Minho continuam a observar perdas populacionais importantes: Melgaço (-9,3%, entre 1991 e 2001), Monção (-8,5%), Paredes de Coura (-8,3%) e Arcos de Valdevez (-8,2%). A agricultura tem uma produtividade média baixíssima, com 4,5% da população activa agrícola nacional a não produzir mais de 1,5% do PIB nacional do sector. A região encontra-se exposta, ainda que moderadamente, aos problemas de competitividade e emprego que afectam os elos mais fracos das indústrias do vestuário e do calçado. Parece difícil manter uma actividade de construção civil que, em 2001, representava 18,5% do emprego do Minho – Lima (depois de ter aumentado mais de 40% entre 1995 e 1999, surgindo, de modo destacado, como a principal criadora de emprego na região).

A população activa do Alto Minho evidencia níveis de escolaridade e de qualificação inferiores à média nacional, sendo sobretudo patente, entre a população com níveis de escolaridade mais elevados, o défice de qualificações nas áreas tecnológicas, nomeadamente engenharias e técnicas afins (o que contrasta com a importância crescente assumida pela indústria). É também patente, no Alto Minho, a fragilidade de tudo o que se relaciona com serviços às empresas – para que deverão contribuir tanto a falta de qualificação adequada da população activa como a proximidade às cidades do Porto e de Braga, muito mais desenvolvidas neste aspecto. Sofrendo, como todo o País, o fenómeno da intensificação do desemprego, o Alto Minho continua com níveis de desemprego inferiores à média nacional, apresentando um tipo de desemprego que poderíamos qualificar de urbano – industrial: predomínio de desemprego conjuntural (60% dos desempregados encontram-se no desemprego à menos de 12 meses) e percentagem relativamente elevada de população jovem, à procura do primeiro emprego (25% dos desempregados). Numa perspectiva dinâmica, o desemprego no Alto Minho estava a crescer muito mais lentamente que a média nacional (7,5% contra 23%, de Janeiro de 2002 a Junho de 2003).

**CAPÍTULO I – CARACTERIZAÇÃO DA NUT III MINHO – LIMA**

## CARACTERIZAÇÃO DA NUT III MINHO – LIMA

### 1 – TERRITÓRIO

A NUT III Minho Lima é uma sub-região estatística portuguesa, parte da Região Norte, e corresponde integralmente ao distrito de Viana do Castelo. Limita a norte e a leste com a Espanha, a sul com o Cávado e a oeste com o Oceano Atlântico. A região acha-se delimitada, grosso modo, entre os dois rios que lhe dão o nome: o Minho (com foz em Caminha) e o Lima (com foz em Viana do Castelo)

**Quadro Nº 1 – NUT Minho Lima: concelhos e áreas**

Unidade Territorial	Área Total (km <sup>2</sup> )
Portugal	92 117,5
Continente	88 967,5
Norte	21 287,5
<b>NUT Minho Lima</b>	<b>2 219,3</b>
Arcos de Valdevez	447,6
Caminha	137,4
Melgaço	238,1
Monção	211,3
Paredes de Coura	138,2
Ponte da Barca	182,2
Ponte de Lima	320,3
Valença	117,1
Viana do Castelo	318,6
Vila Nova de Cerveira	108,6

Fonte: INE

O distrito de Viana do Castelo totaliza uma área de 2 219,3 km<sup>2</sup>, o correspondente a 2,4% da superfície do país, sendo o menor em número de concelhos (10). Com 250 275 habitantes, a sua densidade populacional é de 113 habitantes por km<sup>2</sup>.

Em termos de divisão administrativa, o distrito é constituído por 290 freguesias que se distribuem pelos 10 concelhos (ver mapa): Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.



Numa divisão administrativa mais fina, podemos ainda referir que os concelhos de Arcos de Valdevez, com 51 freguesias, Ponte de Lima, com 51, Viana do Castelo, com 40 e Monção com 33 assumem-se como os concelhos que detêm o maior número de freguesias. Pelo contrário, os concelhos de Vila Nova de Cerveira, com 15 freguesias, Valença com 16, Melgaço com 18, Caminha com 20, Paredes de Coura com 21 e Ponte da Barca com 25 são os que abarcam o menor número de freguesias. Se atendermos à área respeitante a cada concelho, o que se verifica é que os concelhos de Arcos de Valdevez (447,6 km<sup>2</sup>), Ponte de Lima (320,3 km<sup>2</sup>), Viana do Castelo (318,6 km<sup>2</sup>) são os que registam as maiores áreas territoriais. Em contrapartida, os concelhos de Vila Nova de Cerveira (108,6 km<sup>2</sup>), Valença (117,1 km<sup>2</sup>), Caminha (137,4 km<sup>2</sup>) e Paredes de Coura (138,2 km<sup>2</sup>) possuem áreas geográficas menores.

## **Os concelhos que integram a NUT III Minho Lima**

### **Arcos de Valdevez**

Município com 445,89 km<sup>2</sup> de área e 24 761 habitantes (2001), subdividido em 51 freguesias. O município é limitado a norte pelo município de Monção, a nordeste por Melgaço, a leste pela Espanha, a sul por Ponte da Barca, a sudoeste e a oeste por Ponte de Lima e a oeste por Paredes de Coura.

### **Caminha**

Município com 129,66 km<sup>2</sup> de área e 17 069 habitantes (2001), subdividido em 20 freguesias. O município é limitado a nordeste pelo município de Vila Nova de Cerveira, a oeste por Ponte de Lima, a sul por Viana do Castelo, a norte pela Espanha e a oeste pelo Oceano Atlântico.

### **Melgaço**

Município com 239,04 km<sup>2</sup> de área e 9 996 habitantes (2001), subdividido em 18 freguesias. O município é limitado a norte e leste pela Espanha, a sudoeste pelo município de Arcos de Valdevez, e a oeste por Monção. É o município mais setentrional do país.

### **Monção**

Município com 211,51 km<sup>2</sup> de área e 19 957 habitantes (2001), subdividido em 33 freguesias. O município é limitado a norte pela Espanha, a leste pelo município de Melgaço, a sul por Arcos de Valdevez, a sudoeste por Paredes de Coura e a oeste por Valença.

### **Paredes de Coura**

Município com 138,02 km<sup>2</sup> de área e 9 571 habitantes (2001), subdividido em 21 freguesias. O município é limitado a norte pelos municípios de Valença e Monção, a leste por Arcos de Valdevez, a sul por Ponte de Lima e a oeste por Vila Nova de Cerveira.

### **Ponte da Barca**

Município com 184,76 km<sup>2</sup> de área e 12 909 habitantes (2001), subdividido em 25 freguesias. O município é limitado a norte pelo município de Arcos de Valdevez, a leste pela Espanha, a sul por Terras de Bouro e Vila Verde e a oeste por Ponte de Lima.

### **Ponte de Lima**

Município com 321,20 km<sup>2</sup> de área e 44 343 habitantes (2001), subdividido em 51 freguesias. O município é limitado a norte pelo município de Paredes de Coura, a leste por Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, a sueste por Vila Verde, a sul por Barcelos, a oeste por Viana do Castelo e Caminha e a noroeste por Vila Nova de Cerveira.

### **Valença**

Município com 117,43 km<sup>2</sup> de área e 14 187 habitantes (2001), subdividido em dezasseis freguesias. O município é limitado a leste pelo município de Monção, a sul por Paredes de Coura, a oeste por Vila Nova de Cerveira e a noroeste e norte pela Espanha (município de Tui).

### **Viana do Castelo**

Capital do distrito de Viana do Castelo (região Norte e sub-região Minho – Lima)

Município com 314,36 km<sup>2</sup> de área e cerca de 46 750 habitantes no seu núcleo urbano e 83 000 em todo o concelho, subdividido em 40 freguesias. O município é limitado a norte pelo município de Caminha, a leste por Ponte de Lima, a sul por Barcelos e Esposende e a oeste tem litoral no Oceano Atlântico. As origens do povoamento remontam a antes da era cristã como o comprovam as ruínas de um castro ou citânia no alto da colina de Santa Luzia. Recebeu o seu primeiro foral do rei Afonso III de Portugal em 1258 e o nome de Viana da Foz do Lima em razão da sua localização geográfica; em 1848 foi elevada a cidade por decreto de Maria II de Portugal, tendo visto então a sua designação alterada para Viana do Castelo.

### **Vila Nova de Cerveira**

Município com 108,46 km<sup>2</sup> de área e 8 852 habitantes (2001), subdividido em 15 freguesias. O município é limitado a nordeste pelo município de Valença, a leste por Paredes de Coura, a sueste por Ponte de Lima, a sudoeste por Caminha e a noroeste pela Espanha.



## 2 – POPULAÇÃO

### 2.1 – Área, População Residente, Freguesias e Densidade Populacional

De acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação – Censos 2001, o distrito de Viana do Castelo tem uma população residente de 250 275 indivíduos e uma densidade populacional de 113,5 habitantes por km<sup>2</sup> (Quadro Nº12).

**Quadro Nº2 – Área, população, freguesias e densidade populacional**

Concelhos	Área Total (km <sup>2</sup> )	Freguesias Nº	População Residente Total	Densidade Populacional (Hab/km <sup>2</sup> )
Arcos de Valdevez	447,6	51	24 761	55
Caminha	137,4	20	17 069	123,2
Melgaço	238,1	18	9 996	40,9
Monção	211,3	33	19 956	93,9
Paredes de Coura	138,2	21	9 571	68,1
Ponte da Barca	182,2	25	12 909	71,5
Ponte de Lima	320,3	51	44 343	139,3
Valença	117,1	16	14 187	122
Viana do Castelo	318,6	40	88 631	284,5
Vila Nova de Cerveira	108,6	15	8 852	81,2
<b>NUT Minho Lima</b>	<b>2 219,3</b>	<b>290</b>	<b>250 275</b>	<b>113,5</b>

Fonte: INE, Censos 2001

Tendo por base o Recenseamento Geral da População e Habitação – Censos 1991 e 2001, podemos observar que, ao longo da última década, a população residente no distrito registou um decréscimo, com especial destaque para o interior do distrito, onde o chamado “êxodo rural” de muito contribuiu para que alguns concelhos diminuíssem o número de população residente de forma significativa. De facto, apenas os concelhos de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo apresentaram um aumento da população residente, ao passo que os concelhos de Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Valença e Vila Nova de Cerveira registou um decréscimo da população residente (Quadro Nº 13).

O desequilíbrio populacional, a forte concentração de recursos nas zonas urbanas, o processo de isolamento e falta de infra-estruturas, recursos e serviços básicos tem sido uma das componentes mais afectadas das zonas interiores do distrito.

Apesar de se ter verificado um decréscimo de população residente em quase todos os concelhos do distrito, a verdade é que o distrito de Viana do Castelo conheceu uma ligeira evolução, passando de 250 059 residentes em 1991 para 250 275 residentes em 2001.

**Quadro Nº3 – População residente na NUT Minho Lima e evolução por concelhos (1991 e 2001)**

Concelhos	População Residente em 1991 (H+M)	População Residente em 2001 (H+M)	Variação População Residente entre 1991 e 2001 %
Arcos Valdevez	26 976	24 761	-8,2
Caminha	16 207	17 069	5,3
Melgaço	11 018	9 996	-9,3
Monção	21 799	19 956	-8,5
Paredes de Coura	10 442	9 571	-8,3
Ponte da Barca	13 142	12 909	-1,8
Ponte de Lima	43 421	44 343	2,1
Valença	14 815	14 187	-4,2
Viana do Castelo	83 095	88 631	6,7
Vila Nova Cerveira	9 144	8 852	-3,2
<b>NUT Minho Lima</b>	<b>250 059</b>	<b>250 275</b>	<b>0,1</b>

Fonte: INE, Censos 2001

## 2.2 – População Residente segundo Sexo e Grupo Etário

Através do quadro seguinte (Quadro Nº14), podemos verificar que a população residente no distrito de Viana do Castelo é claramente superior no sexo feminino, apresentando uma percentagem de 53,3% face aos 46,7% do sexo masculino. Se fizermos uma análise por todos os concelhos, o cenário afigura-se igual, onde o sexo feminino assume uma população residente superior à população masculina.

**Quadro Nº4 – População residente segundo o sexo**

Concelho	Homens	Mulheres	Total
Arcos de Valdevez	11 299	13 462	24 761
Caminha	7 876	9 193	17 069
Melgaço	4 448	5 548	9 996
Monção	9 076	10 880	19 956
Paredes de Coura	4 522	5 049	9 571
Ponte da Barca	6 058	6 851	12 909
Ponte de Lima	20 990	23 353	44 343
Valença	6 567	7 620	14 187
Viana do Castelo	41 784	46 847	88 631
Vila Nova Cerveira	4 188	4 664	8 852
<b>NUT Minho Lima</b>	<b>116 808</b> 46,7%	<b>133 467</b> 53,3%	<b>250 275</b> 100%

Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente à estrutura etária da população, o escalão etário dos “25 a 64 anos” apresenta-se como sendo aquele focaliza o maior número de população residente no distrito, com uma percentagem de 50,3%. Mas o que o Quadro Nº15 realça é o peso significativo do escalão etário dos “65 ou mais anos” em todo o distrito de Viana do Castelo (20%). Esta percentagem quando comparada com os escalões etários com “menos de 14 anos” e dos “15 a 24 anos”, 15% e 14,4% respectivamente, indicia que o distrito caminha fortemente para o envelhecimento demográfico.

## “A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”

Daqui resulta uma profunda modificação do perfil etário da população do distrito, contando com cada vez mais indivíduos nas idades mais avançadas.

O envelhecimento demográfico da sociedade não é um processo inevitável. Apesar de não necessários, o aumento da importância relativa dos indivíduos com idades mais avançadas («envelhecimento no topo») e a diminuição da importância relativa dos indivíduos nas idades mais jovens («envelhecimento na base») apresentam-se como uma evolução indiscutível da estrutura etária da população portuguesa. Daqui resulta uma mudança na configuração da estrutura etária, a qual se apresenta cada vez menos triangular, acentuando-se o formato tipo «urna», conforme se pode concluir da figura. Tal tendência resulta numa redução da superioridade da parcela de população mais jovem (com menos de 15 anos) comparativamente à mais idosa (com mais de 65 anos)

Segundo Maria João Valente Rosa, o envelhecimento demográfico (ou seja, a evolução da estrutura etária que se traduz por uma redução da importância dos indivíduos nas idades mais jovens ou por um aumento da importância dos indivíduos nas idades mais avançadas) constitui uma das principais características das sociedades actuais, não sendo a portuguesa uma excepção.

Esta modificação na estrutura etária naturalmente vai reflectir-se sobre múltiplos domínios da sociedade. Os encerramentos de algumas escolas primárias por falta de alunos, o aumento do número dos que se encontram na idade da reforma e o aumento do número de idosos hospitalizados por períodos mais longos (fruto do aumento dos indivíduos na quarta idade) são disso exemplo.

Não foi por acaso que os níveis de fecundidade desceram e que aumentaram as probabilidades de sobrevivência dos indivíduos nas várias idades. Essas evoluções existem na interdependência com outras dinâmicas da sociedade: científica e tecnológica; económica e social; política e cultural.

**Quadro Nº5 – População residente segundo grupos etários**

Concelhos	Grupos Etários (anos)				
	Menos de 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 ou mais anos	Total
Arcos de Valdevez	3 184	3 185	11 762	6 630	24 761
Caminha	2 464	2 477	8 664	3 464	17 069
Melgaço	1 028	1 113	4 818	3 037	9 996
Monção	2 375	2 670	9 904	5 007	19 956
Paredes de Coura	1 190	1 266	4 700	2 415	9 571
Ponte da Barca	2 104	1 859	6 267	2 679	12 909
Ponte de Lima	8 019	6 941	21 875	7 508	44 343
Valença	2 037	1 902	7 264	2 984	14 187
Viana do Castelo	14 062	13 350	46 921	14 298	88 631
Vila Nova de Cerveira	1 278	1 186	4 444	1 944	8 852
<b>NUT Minho Lima</b>	<b>37 741</b> 15%	<b>35 949</b> 14,4%	<b>12 619</b> 50,6%	<b>49 966</b> 20%	<b>250 275</b> 100%

Fonte: INE, Censos 2001

**Quadro Nº6 – População residente, segundo grupos etários e género**

**“A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”**

	Grupos Etários e Género										Total
	Até 14 anos		De 15 a 24 anos		De 25 a 44 anos		De 45 a 64 anos		65 e mais anos		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Portugal	847 553	809 049	751 509	728 078	1 524 917	1 550 500	1 167 944	1 283 074	708 218	985 275	10 358 117
Norte	330 488	314 460	282 841	275 437	567 242	582 960	389 530	429 577	212 830	301 928	3 687 293
Minho Lima	19373	18368	18058	17891	33037	35306	26375	31901	19965	30001	250275
Arcos de Valdevez	1631	1553	1614	1571	2645	2831	2709	3577	2700	3930	24761
Caminha	1246	1218	1292	1185	2190	2437	1867	2170	1281	2183	17069
Melgaço	535	493	563	550	990	1161	1086	1581	1274	1763	9996
Monção	1213	1162	1319	1351	2280	2468	2247	2909	2017	2990	19956
Paredes de Coura	629	561	652	614	1260	1146	1037	1257	944	1471	9571
Ponte da Barca	1117	987	920	939	1646	1718	1270	1633	1105	1574	12909
Ponte de Lima	4141	3878	3476	3465	6199	6528	4157	4991	3017	4491	44343
Valença	1014	1023	911	991	1879	1948	1609	1828	1154	1830	14187
Viana do Castelo	7196	6866	6686	6664	12760	13878	9437	10846	5705	8593	88631
Vila Nova de Cerveira	651	627	625	561	1188	1191	956	1109	768	1176	8852

Fonte: INE, Censos 2001

## 2.3 – Outros Indicadores Demográficos

### Quadro Nº7 – Indicadores demográficos

Concelhos	Indicadores							
	Taxa de Natalidade em 2002 (Permilagem)	Taxa de Mortalidade em 2002 (Permilagem)	Taxa Média Mortalidade Infantil em 2000 (permilagem)	Taxa de Nupcialidade em 2002 (Permilagem)	Proporção Casamentos Católicos em 2004 %	Taxa de Divórcio em 2002 (Permilagem)	Índice de Envelhecimento em 2002 (%)	Esperança Média de Vida à Nascimento Em 1998 (anos)
Arcos de Valdevez	7,0	16,2		6,0	67,1	1,5	222,9	
Caminha	8,4	12,3		6,1	48,8	2,4	142,8	
Melgaço	6,1	16,5		5,5	54,5	1,8	307,5	
Monção	6,4	15,2		5,7	61,5	1,2	228,8	
Paredes de Coura	7,8	16,7		6,4	60,0	1,4	219,8	
Ponte da Barca	8,2	11,7		6,5	72,7	1,3	131,5	
Ponte de Lima	11,6	10,1		6,7	78,7	1,2	97,8	
Valença	8,4	15,0		6,5	54,0	2,9	151,2	
Viana do Castelo	10,1	8,3		6,2	70,7	2,4	109,5	
Vila Nova de Cerveira	8,2	13,9		5,9	52,6	2,4	159,8	
<b>Minho Lima</b>	<b>9,1</b>	<b>11,6</b>		<b>6,2</b>	<b>67,7</b>	<b>1,9</b>	<b>139,4</b>	
Portugal	11,0	10,2		5,4	57,1	2,7	105,5	

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2002

**“A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”**

**Indicadores de população por município, 2005** (Fonte: INE)

	Densidade populacional	Taxa de crescimento efectivo	Taxa de crescimento natural	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio	Taxa de fecundidade geral	Índice sintético de fecundidade	Taxa de fecundidade na adolescência	Nados vivos fora do casamento
	Hab./Km2	%		‰					N.º	‰	%
Portugal	114,8	0,38	0,02	10,4	10,2	4,6	2,1	41,8	1,4	19,0	30,74
Continente	113,3	0,38	0,01	10,3	10,2	4,6	2,1	41,6	1,4	18,2	31,1
Norte	175,6	0,28	0,13	10,0	8,7	5,0	1,9	38,4	1,3	16,5	21,0
<b>Minho Lima</b>	<b>113,7</b>	<b>0,13</b>	<b>-0,30</b>	<b>8,6</b>	<b>11,6</b>	<b>5,1</b>	<b>1,8</b>	<b>35,0</b>	<b>1,2</b>	<b>10,6</b>	<b>18,3</b>
Arcos Valdevez	54,9	-0,25	-0,93	5,9	15,2	4,8	1,5	26,8	x	x	14,6
Caminha	123,7	-0,29	-0,49	7,7	12,6	4,6	2,5	31,2	x	x	26,2
Melgaço	40,7	-0,47	-0,81	6,5	14,6	3,7	0,9	31,4	x	x	27,0
Monção	93,9	-0,02	-0,70	6,6	13,6	5,2	1,7	29,0	x	x	22,9
Paredes de Coura	68,0	-0,06	-0,45	8,4	12,9	6,5	1,0	38,4	x	x	11,4
Ponte da Barca	71,7	0,21	-0,44	9,4	13,7	5,9	1,5	38,3	x	x	14,8
Ponte de Lima	139,5	0,15	0,02	10,2	10,0	5,8	0,9	39,9	x	x	9,4
Valença	122,3	0,24	-0,50	8,1	13,1	5,0	1,9	34,1	x	x	31,9
Viana do Castelo	285,8	0,44	-0,02	9,3	9,5	4,9	2,3	35,8	x	x	20,0
Vila Nova Cerveira	81,0	-0,32	-0,68	8,9	15,7	4,3	2,7	38,7	x	x	23,1

**“A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”**

Indicadores de população por município, 2005 (*Fonte: INE*)

	Índice envelhecimento	Índice de dependência de idosos	Índice de longevidade	Relação de masculinidade	Esperança de vida à nascença da população residente	Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho	População estrangeira que solicitou estatuto de residente por habitante
	N.º				anos		%
<b>Portugal</b>	110,1	25,4	43,9	93,8	78,2	27,8	0,13
<b>Continente</b>	112,6	25,8	43,9	93,8	78,4	27,8	0,13
<b>Norte</b>	90,9	21,7	43,0	93,8	78,5	27,6	0,04
<b>Minho Lima</b>	<b>149,0</b>	<b>31,5</b>	<b>46,8</b>	<b>88,8</b>	<b>78,8</b>	<b>27,5</b>	<b>0,08</b>
Arcos de Valdevez	245,5	45,4	49,4	85,1	x	x	0,02
Caminha	154,0	30,7	49,2	86,3	x	x	0,09
Melgaço	342,0	55,0	48,6	80,4	x	x	0,09
Monção	248,6	40,6	45,5	84,8	x	x	0,05
Paredes de Coura	229,4	41,6	48,0	91,1	x	x	0,05
Ponte da Barca	146,0	33,1	46,0	89,8	x	x	0,02
Ponte de Lima	104,3	26,2	47,3	91,4	x	x	0,04
Valença	163,9	33,6	46,0	87,3	x	x	0,32
Viana do Castelo	115,4	25,1	44,8	90,3	x	x	0,08
Vila Nova Cerveira	163,7	35,2	47,9	92,8	x	x	0,10

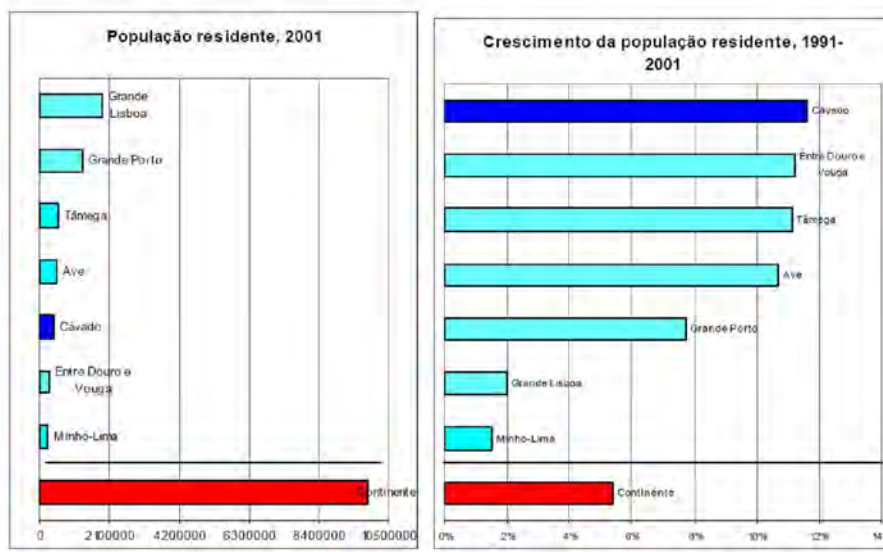
Ser-se idoso não é, tal como nunca o foi no passado, uma situação excepcional, tendendo a tornar-se cada vez mais vulgar. O crescente relevo estatístico da parcela da população com mais de 65 anos resultante do processo de envelhecimento demográfico apresenta-se como uma característica marcante do final do século XX e uma herança para este novo século que iniciou.

Deste modo, se a fecundidade e, posteriormente, a mortalidade são as duas razões demográficas para o curso do processo de envelhecimento das estruturas etárias, logo, é um engano esperar-se uma modificação profunda na evolução da estrutura etária sem que as outras estruturas societais (tecnológicas, económicas, familiares, culturais, sociais, etc.) sofram, também elas, mutações importantes.

O relatório sobre a *Situação Demográfica da União Europeia* (CE-1994), apresenta o envelhecimento demográfico do seguinte modo: *“Trata-se de uma etapa normal da evolução humana que se funda num progresso considerável, o alongamento da vida e da sua qualidade, e que conduz a um estado demográfico estacionário (...). Tentar inverter esta tendência revela-se não apenas ilusório, mas sobretudo inútil”*.

Todos os cenários demográficos construídos sobre o futuro das estruturas etárias, convergem, assim, no seguinte ponto: prosseguimento da tendência para o acentuar dos níveis de envelhecimento demográfico das populações. E a realidade portuguesa não é aqui excepção.

Estudos apontam para que, daqui a alguns anos, o perfil etário da população portuguesa venha a sofrer alterações significativas, nomeadamente diminuição do número de indivíduos com idades dos 0 – 14 (idade «jovem»), ligeiramente mais indivíduos com 15 – 64 anos (idade «activa») e bastante mais indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos (idade «idosas»). Daqui resulta uma alteração da importância relativa de cada um dos grupos de idade considerados em relação à população total.



## 2.4 – Emigração

Os movimentos migratórios, principalmente a nível internacional, estão presentes nas preocupações de muitos Estados e sociedades. Estes são a resposta às desigualdades que caracterizam diferentes realidades geopolíticas. As migrações são oportunidades para uns e ameaças para outros.

**Quadro Nº 8 – Emigrantes, por distribuição geográfica de residência e sexo, segundo o tipo de emigração**

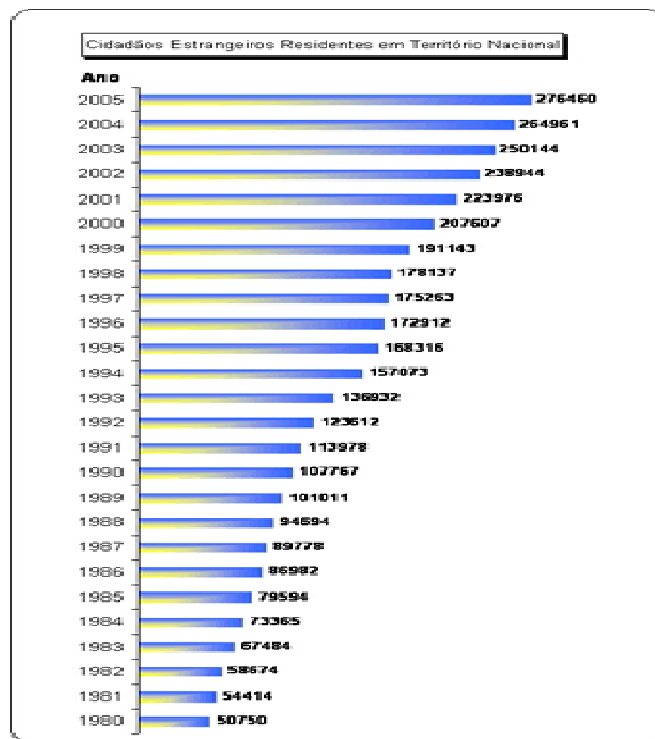
Em 2002		Unidade: N.º		
Distribuição Geográfica de Residência		Total	Permanente	Temporária
Portugal	HM	27 358	8 813	18 545
	H	22 353	6 897	15 456
	M	5 005	1 916	3 089
Continente	HM	26 285	8 291	17 994
Norte	HM	13 075	4 893	8 182
Centro	HM	6 139	1 367	4 772
Lisboa e Vale do Tejo	HM	5 154	1 647	3 507
Alentejo	HM	1 170	97	1 073
Algarve	HM	747	287	460
Regiões Autónomas	HM	1 073	522	551

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2002

## 2.5 – Imigração

Em Portugal, o fenómeno imigratório tem sofrido fortes alterações, registando-se um crescente número de imigrantes em situação regular e irregular, com novos perfis étnicos e laborais, em particular desde a década de 90. em que a percentagem de cidadãos extra-comunitários presentes no nosso país cresceu exponencialmente nos últimos anos e a diversidade de origens ultrapassou os Países de Língua Oficial Portuguesa.

## Evolução Global de 1980 a 2005



Fonte: SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras



## “A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”

Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, houve uma clara evolução relativa ao número de residentes estrangeiros residentes em território nacional no período apresentado no gráfico anterior.

No mundo actual, os movimentos migratórios internacionais têm um enorme dinamismo e cruzam várias direcções. Os países que tradicionalmente eram destino migratório, como os Estados Unidos da América o Canadá ou a França, entre outros, vêem os seus surtos migratórios aumentar, enquanto outros que eram países de saída como a Itália, a Espanha ou Portugal recebem agora migrantes em larga escala. As deslocações das populações têm origens diversas e são afectadas por questões económicas, políticas ou naturais que mudam no tempo mas que na maioria dos casos têm motivações de procura de melhores condições de vida e, em particular, de trabalho.

Segundo as estatísticas 2005 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a população estrangeira residente em Portugal assumia-se maioritariamente oriunda de África (127 001) seguindo-se a Europa com 88 217 e a América do Sul com 37 420.

Mas o que o Quadro Nº9 destaca é a parcela significativa de residentes do sexo feminino no nosso país. Apesar de o número de residentes estrangeiros em Portugal ser superior no sexo masculino (149 045), as mulheres parecem eleger cada vez mais Portugal para “residir”, com um total de 127 126.

**Quadro Nº9 – População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade segundo o sexo**

Continente	Homens	Mulheres	Total
Europa	46 141	42 076	88 217
África	72 027	54 974	127 001
América do Norte	5 754	4 384	10 138
América do Sul	17 610	19 810	37 420
Ásia	7 213	5 628	12 841
Oceânia	300	254	554
<b>Total</b>	<b>149 045</b>	<b>127 126</b>	<b>276 171</b>

Fonte: SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Estatísticas 2005

Se quisermos fazer uma análise mais pormenorizada face à população estrangeira residente em Portugal, podemos constatar através do Quadro Nº10 que é o escalão etário dos “25 a 64 anos” que abrange o maior número de população estrangeira (167 290). Dentro deste escalão etário podemos ainda observar que é o continente africano que parece assumir maior predominância no nosso país, somando 75 800 residentes.

**Quadro Nº10 – População estrangeira residente em Portugal, segundo o grupo etário**

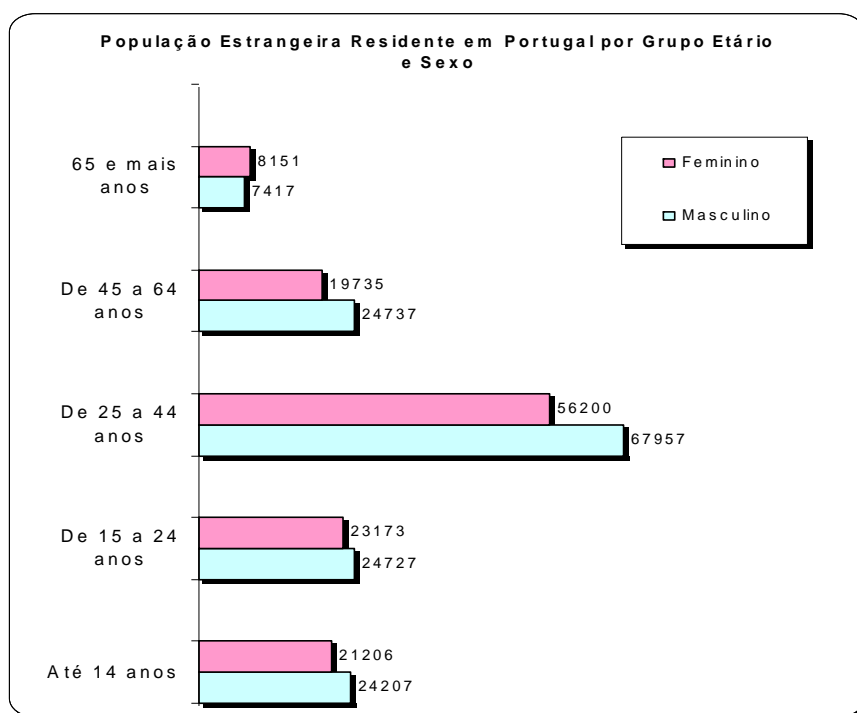
Continente	Grupos Etários (anos)				
	Menos de 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 ou mais anos	Total
Europa	12 638	11 680	54 962	8937	88 217
África	23 246	23 903	75 800	4 052	127 001
América do Norte	2 370	2 435	4 205	1 128	10 138
América do Sul	5 049	7 998	23 475	898	37 420
Ásia	2 026	1 810	8 483	522	12 841
Oceânia	84	74	365	31	554
<b>Total</b>	<b>45 413</b>	<b>47 900</b>	<b>167 290</b>	<b>15 568</b>	<b>276 171</b>

Fonte: SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Estatísticas 2005

**Quadro Nº11 – População estrangeira residente, por nacionalidade e sexo, segundo o grupo etário**

Continentes	Grupos Etários e Género										Total
	Até 14 anos		De 15 a 24 anos		De 25 a 44 anos		De 45 a 64 anos		65 e mais anos		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Europa	6 795	5 843	5 265	6 415	16 775	16 007	12 506	9 674	4 800	4 137	88 217
África	12 396	10 850	12 825	11 078	36 152	24 023	9 075	6 550	1 579	2 473	127 001
América do Norte	1 344	1 026	1 532	903	1 547	1 174	755	729	576	552	10 138
América do Sul	2 574	2 475	4 092	3 906	9 292	10 872	1 410	1 901	242	656	37 420
Ásia	1 053	973	980	830	4 077	2 679	898	829	205	317	12 841
Oceânia	45	39	33	41	114	106	93	52	15	16	554
Total	24 207	21 206	24 727	23 173	67 957	54 861	24 737	19 735	7 417	8 151	276 171

Fonte: SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Estatísticas 2005



Fonte: SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Estatísticas 2005

“Para muitos destes imigrantes o início da sua experiência migratória caracteriza-se, assim, pela entrada no mercado de trabalho à margem da lei e, simultaneamente, num meio cultural e social que lhes é desconhecido, não só pela ausência de qualquer tipo de contacto com Portugal antes de emigrarem como também pelo diferencial linguístico que apresentam. Proporcionando-se, assim, uma realidade na sociedade de acolhimento que limita as suas estratégias de integração à procura de qualquer tipo de trabalho, em que o grau de qualificação profissional ou a formalização da relação laboral não é um factor prioritário. O foco das estratégias de inserção laboral prende-se antes com a necessidade de garantir os meios de sobrevivência imediatos e tornar possível a sua permanência no nosso país, a curto prazo, mas sem perspectivas objectivas de sedentarização”. (Matias: 2004; 3 e 4)

Por outro lado, a estrutura do mercado de trabalho proporciona aos imigrantes, correntemente, maiores compensações monetárias no mercado informal apesar de estarem conscientes do risco que correm. O mercado informal regista uma maior procura de mão-de-obra imigrante em tarefas que se assumem na maioria das vezes pouco ou nada qualificadas mas que apresentam remunerações acima do que poderiam encontrar no mercado de trabalho formal a realizar o mesmo tipo de tarefa. De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a NUT Minho Lima detinha em 2005 um total de 2 297 residentes estrangeiros (Quadro Nº 12).

**Quadro Nº12 – População estrangeira residente NUT Minho Lima (2005)**

Nacionalidade	População Estrangeira Residente
Alemanha	88
Áustria	3
Bélgica	25
Dinamarca	8
Espanha	667
Finlândia	7
França	239
Grécia	5
Hungria	2
Irlanda	2
Itália	38
Lituânia	2
Luxemburgo	2
Países Baixos	49
Polónia	6
Reino Unido	114
Suécia	3
Andorra	1
Antiga República Jugoslava da Macedónia	1
Bielorússia	2
Bulgária	9
Croácia	1
Ex-URSS	8
Moldávia	14
Noruega	10
Roménia	15
Rússia	18
Sérvia e Montenegro	1
Suiça	15
Turquia	1
Ucrânia	8
Angola	81
Cabo Verde	37
Guiné-Bissau	24
Moçambique	11
África do Sul	8
Argélia	5
Congo (República Democrática)	1
Egipto	3
Guiné	6
Lesoto	1
Mali	2
Marrocos	13
Seicheles e Dependências	1
Senegal	2
Tunísia	1
Zimbabwe	1
Canadá	- 8
EUA	146
México	2
Brasil	421
Venezuela	23
Argentina	9
Chile	2
Colômbia	19
Cuba	8

**“A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”**

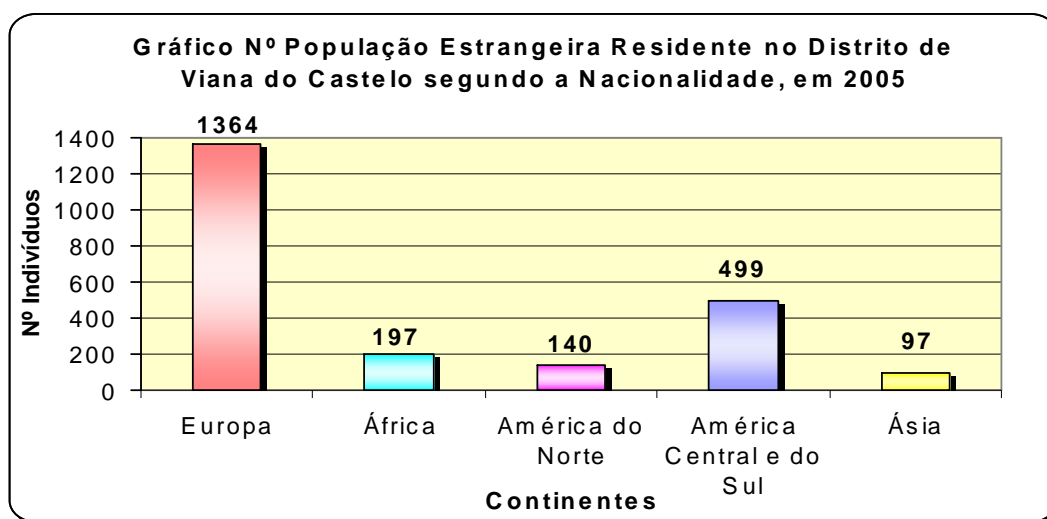
Guatemala	2
Honduras	1
Paraguai	1
Peru	1
República Dominicana	5
Uruguai	7
Arábia Saudita	1
Bangladesh	9
Cazaquistão	1
China	46
Filipinas	3
Índia	5
Indonésia	1
Irão	1
Japão	17
Nepal	6
Paquistão	3
Singapura	1
Síria	2
Tailândia	1
Austrália	32
Nova Zelândia	3
<b>TOTAL</b>	<b>2 297</b>

Portugal = 276 460 imigrantes

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Estatísticas 2005.

De modo a sintetizar a informação contida no quadro anterior, foi elaborado um gráfico que nos dá conta da população estrangeira residente na NUT segundo a nacionalidade. Tal como podemos observar, é da Europa que emigram a maioria dos residentes do distrito, somando um total de 1364, seguindo-se a América Central e do Sul com 499 residentes, o continente africano com 197, a América do Norte com 140, e por fim o continente asiático com apenas 97 residentes.

Ao contrário do que já tinha sido analisado num quadro anterior (Quadro Nº 11), que nos dava conhecimento de que a população estrangeira residente em Portugal era maioritariamente de origem africana, o Minho Lima abrange uma população residente na sua maioria oriunda da Europa passando a população africana a ser a segunda na sub-região.



**Em resumo...**

O índice de envelhecimento é bem revelador da evolução demográfica recente. Este indicador aumentou de 106 indivíduos idosos por cada 100 jovens, em 2002, para 107 em 2003. O fenómeno do envelhecimento é mais forte entre as mulheres, reflectindo a sua maior longevidade, e é confirmado pelo respectivo índice cujo nível aumentou de 126 para 128 no mesmo período. Desde 1995 que o número de mulheres idosas é superior ao número de mulheres jovens. Nos homens, o índice sobe de 86 indivíduos para 87, no mesmo período. O valor mais elevado tanto para homens como para mulheres encontra-se no Alentejo, aproximando-se de 2 idosas por cada mulher jovem. O indicador reduz a quase um terço nos Açores comparativamente ao Alentejo. É no Alentejo, Centro, Algarve e Lisboa e Vale do Tejo que o índice de envelhecimento, em 2003 é superior ao de Portugal. Em oposição, as Regiões Autónomas e o Norte assumem valores bem inferiores, como consequência de registrarem os níveis mais elevados de natalidade. Pela nova geografia de 2002 (NUTS NOVAS) o índice de envelhecimento nas regiões do Centro, Lisboa e Alentejo diminui, permanecendo superior à média nacional, com excepção da região de Lisboa. Para esta situação contribuía inclusão de um concelho mais jovem (concelho de Mafra) na Grande Lisboa.

As sub-regiões que apresentam o índice de envelhecimento mais elevado em 2003 localizam-se no Pinhal Interior sul, Beira Interior Sul e Alto Alentejo e as que detinham os índices mais baixos foram Tâmega, Cávado, Ave. Em 2003, os municípios de Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Gavião, Alcoutim e Penamacor observam valores superiores a 475 ou seja, estes municípios por cada jovem tinham quase 5 idosos. Os municípios com população mais jovem eram, em 2003, Câmara de Lobos, Ribeira Grande e Lagoa com valores inferiores a 40, sendo o valor mais baixo igual a 34. Em conclusão, pode afirmar-se que o ritmo de crescimento da população residente em Portugal acelerou no início do século XXI (média anual igual a 0,7%) e, em 2003, permaneceu superior à média estimada pelo Eurostat para o conjunto dos 15 países da União Europeia (0,54%) e dos 25 UE (0,41%). O saldo natural continua diminuto, voltando a baixar em 2003. No entanto o crescimento natural está homogeneizado com a média comunitária (0,02% na UE15 e 0,04 na U25). As migrações externas são, no presente, o principal factor a influenciar a variação das populações europeias. Portugal (0,64%) registou uma taxa intermédia no crescimento migratório embora bastante superior à média da União (UE 15 = 0,37% e UE 25 = 0,41%). O contributo do país para o crescimento migratório comunitário diminuiu em 2003, comparativamente ao ano anterior dado que alguns países, ao contrário de Portugal, ainda não tinham revisto as estimativas de população de 2002, com base nos últimos Censos. Esta revisão, ao determinar novos saldos migratórios, muda o posicionamento dos países e passa a atribuir os primeiros lugares à Espanha (1,6% em 2003) e Itália (1,5%) no âmbito da UE 15 e ao Chipre (2,2% em 2003) no contexto da UE 25 (Eurostat, NewsRelease, 31 de Agosto 2004; dados Provisórios). O maior afastamento do país comparativamente à UE encontra-se na esperança média de vida, sempre inferior, tanto para homens como para mulheres quer se considere o conjunto dos 15 países, quer dos 27. Em consequência da conjuntura demográfica observada, baixos níveis de natalidade e declínio da mortalidade, a proporção de pessoas idosas supera a de jovens e o fenómeno do envelhecimento agrava-se, estando o país enquadrado na situação comunitária. Mantendo-se as tendências actuais das variáveis demográficas, natalidade e mortalidade, continuar-se-á a assistir à diminuição da população jovem, que provocará a queda da população em idade activa com a entrada dos efectivos de baixa fecundidade naquela faixa etária, e o aumento da população idosa, com as consequências económicas e sociais bem conhecidas. A situação demográfica num futuro muito próximo, em Portugal, dependerá essencialmente do sentido que os fluxos migratórios vierem a assumir.

No que respeita à NUT Minho Lima, objecto do presente estudo, verifica-se uma tendência semelhante ao que é constatado a nível nacional, como podemos verificar pelos quadros anteriores. O Minho Lima, á semelhança de outras regiões e sub-regiões portuguesas e europeias, defronta-se claramente com um problema demográfico. Por um lado, a baixa taxa de crescimento efectivo quase estagnada (0,13%), a taxa de crescimento natural negativa de -0,3%, uma taxa bruta de natalidade de 8,6%, inferior à taxa bruta de mortalidade de 11,6%, que, conjugadas com outros factores, como o aumento da esperança média de vida, têm conduzido a um elevado índice de envelhecimento (149%), que já ultrapassa em muito a média nacional (110,1%). De referir ainda o elevado índice de dependência dos idosos, que atinge na sub-região o valor de 31,5%, superior à média nacional de 25,4%.

Existe no entanto um outro indicador, de extrema relevância, que devia ser alvo de análise profunda mas que não nos cabe a nós analisar neste simples estudo e que se refere à taxa de fecundidade. Com efeito, e de acordo com os dados fornecidos pelo INE, a taxa de fecundidade no Minho Lima é bastante inferior à média nacional, como podemos observar no quadro dos indicadores de população por município, 2005, na página 12. Temos assim uma taxa de fecundidade no Minho Lima de 35%, enquanto a média nacional aponta para valores na ordem dos 41,8%. Este será, sem dúvida, um factor decisivo na desaceleração da natalidade nesta sub-região. Relativamente a outros indicadores, como a longevidade, a esperança de vida à nascença ou a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, os valores do Minho Lima estão perfeitamente enquadrados com os valores médios nacionais.

### 3 - AMBIENTE

Cada vez mais o ambiente assume uma importância decisiva no desenvolvimento e no bem-estar das comunidades humanas. Com o progressivo aumento das temperaturas e da emissão de gases com efeitos de estufa, até ao problema da gestão de resíduos, tratamento de águas residuais, lixo e matérias industriais perigosas, existe actualmente uma preocupação generalizada com a qualidade ambiental que teria necessariamente de ser abordada neste estudo. Assim, resumidamente apresentam-se alguns dados relativamente ao aspecto ambiental da NUT Minho Lima.

**Quadro Nº12 – Indicadores de ambiente por município**

	População servida por			Consumo de água residencial e dos serviços por habitante	Taxa de tratamento de águas residuais
	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de drenagem de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)		
	%	%	%		
<b>Portugal</b>	<b>92,4</b>	<b>74,6</b>	<b>61,7</b>	<b>46,9</b>	<b>85,6</b>
<b>Continente</b>	<b>92,1</b>	<b>75,7</b>	<b>62,8</b>	<b>45,0</b>	<b>86,1</b>
<b>Norte</b>	<b>83,1</b>	<b>61,3</b>	<b>51,6</b>	<b>32,0</b>	<b>90,7</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>81,2</b>	<b>41,9</b>	<b>37,6</b>	<b>35,0</b>	<b>95,6</b>
Arcos de Valdevez	64,0	16,0	16,0	19,4	100,0
Caminha	99,0	60,0	60,0	56,7	100,0
Melgaço	96,0	35,0	35,0	41,0	100,0
Monção	85,0	25,0	-	30,7	-
Paredes de Coura	99,0	17,0	17,0	60,8	100,0
Ponte da Barca	95,0	45,0	45,0	19,1	100,0
Ponte de Lima	60,0	20,0	17,0	19,7	100,0
Valença	100,0	55,0	55,0	45,8	100,0
Viana do Castelo	82,0	61,0	56,0	39,9	100,0
Vila Nova de Cerveira	100,0	40,0	40,0	45,6	100,0

Fonte: INE 2004

O quadro 12 mostra-nos uma taxa de abastecimento de água na NUT Minho Lima (81,2%), ainda um pouco abaixo da média nacional de 92,4%. No que se refere ao tratamento de águas residuais a taxa de cobertura de 37,6% fica bastante aquém dos 61,7% de média nacional. Finalmente, e no que toca ao tratamento de águas residuais, o Minho Lima apresenta valores francamente positivos, com uma taxa de 95,6%, superior portanto aos 85,6% de média nacional.

**Quadro Nº13 – Recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) NUTS III**

	Resíduos recolhidos					
	Total	Recolha selectiva				
		Total	Vidro	Papel e cartão	Embalagens	Pilhas
<b>Portugal</b>	<b>4 569 522</b>	<b>223 897</b>	<b>107 082</b>	<b>94 395</b>	<b>22 385</b>	<b>34</b>
<b>Continente</b>	<b>4 298 201</b>	<b>206 784</b>	<b>100 951</b>	<b>83 894</b>	<b>21 910</b>	<b>28</b>
<b>Norte</b>	<b>1 448 913</b>	<b>70 903</b>	<b>38 918</b>	<b>24 402</b>	<b>7 573</b>	<b>10</b>
<b>Minho-Lima</b>	<b>88 406</b>	<b>4 339</b>	<b>2 628</b>	<b>1 366</b>	<b>344</b>	<b>1</b>

Fonte: INE 2004

**“A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”**

**Quadro Nº14 – Consumo de água abastecida pela rede pública, drenagem e tratamento de águas residuais**

	Consumo				Drenagem de caudais efluentes produzidos			Tratamento de águas residuais em ETAR e fossas sépticas municipais
	Total	Tipo de uso			Total	Origem		
		Residencial e de serviços	Industrial	Outros		Residencial e serviços	Industrial	
Portugal	668 781	492 729	99 626	76 426	540 470	458 524	81 946	462 634
Continente	601 995	450 760	88 367	62 868	516 965	439 637	77 328	445 088
Norte	153 973	118 898	18 721	16 354	135 579	110 927	24 652	123 002
Minho Lima	10 215	8 800	1 183	232	4 203	3 826	377	4 018
Arcos de Valdevez	589	477	103	9	400	400	-	400
Caminha	1 169	960	178	31	745	745	-	745
Melgaço	446	401	45	-	160	150	10	160
Monção	707	609	68	30	185	147	38	-
Paredes de Coura	636	573	63	-	57	39	18	57
Ponte da Barca	340	248	62	30	89	89	-	89
Ponte de Lima	1 026	878	101	47	155	149	6	155
Valença	769	653	112	4	400	300	100	400
Viana do Castelo	4 044	3 599	364	81	1 865	1 660	205	1 865
Vila Nova de Cerveira	489	402	87	-	147	147	-	147

Fonte: INE 2004

O quadro Nº14 apresenta detalhadamente por município o consumo, a drenagem de caudais efluentes produzidos e o tratamento de águas residuais em ETAR e fossas sépticas municipais.

**Quadro Nº15 – Receitas e despesas dos municípios, segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente**

Unidade: milhares de euros								
	Receitas				Despesas			
	Total	dos quais			Total	dos quais		
		Gestão de águas residuais	Gestão de resíduos	Protecção da biodiversidade e da paisagem		Gestão de águas residuais	Gestão de resíduos	Protecção da biodiversidade e da paisagem
<b>Portugal</b>	<b>241 714</b>	<b>124 285</b>	<b>108 867</b>	<b>7 533</b>	<b>606 984</b>	<b>186 279</b>	<b>347 090</b>	<b>52 252</b>
<b>Continente</b>	<b>224 406</b>	<b>115 955</b>	<b>99 939</b>	<b>7 533</b>	<b>571 346</b>	<b>180 990</b>	<b>324 074</b>	<b>48 320</b>
<b>Norte</b>	<b>66 144</b>	<b>25 086</b>	<b>38 486</b>	<b>2 077</b>	<b>161 612</b>	<b>53 142</b>	<b>91 333</b>	<b>10 004</b>
<b>Minho-Lima</b>	<b>2 291</b>	<b>1 177</b>	<b>255</b>	<b>859</b>	<b>9 571</b>	<b>3 626</b>	<b>3 120</b>	<b>1 861</b>
Arcos de Valdevez	342	127	215	-	714	98	468	108
Caminha	143	143	-	-	1 332	369	963	-
Melgaço	-	-	-	-	328	219	72	-
Monção	92	92	-	-	628	357	271	-
Paredes de Coura	129	31	-	99	508	83	173	126
Ponte da Barca	21	-	21	-	79	53	26	-
Ponte de Lima	934	185	-	749	3 018	1 573	532	877
Valença	45	45	-	-	589	182	407	-
Viana do Castelo	559	547	-	12	2 112	637	-	750
Vila Nova de Cerveira	27	8	19	-	263	55	209	-

Fonte: INE 2004

Para uma melhor compreensão da realidade da conservação da natureza e da gestão da água na NUT Minho Lima é importante a análise do quadro Nº 15. Podemos verificar que, á excepção de Melgaço (não existem dados), todos os outros concelhos da NUT Minho Lima têm prejuízo na conservação do seu património natural e na gestão da sua água. De facto, e de acordo com os dados disponíveis do INE, as despesas são sempre superiores ás receitas, o que levanta uma série de questões sobre a sustentabilidade de recursos cruciais destes concelhos, nomeadamente da água.



## Em resumo...

### Água

Numa breve conclusão sobre a situação ambiental, e designadamente dos principais indicadores analisados pelo INE, podemos adiantar que em 2004 a proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água atingiu em Portugal 92,4% do total da população. Em 2003 o valor nacional era de 92,0% tendo-se ultrapassado os 90% de população servida em 2001. Ao nível regional, destaca-se o Norte por ser a região com menor proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água: apenas 83% da população residente. Contudo, esta realidade pode estar associada a alguma diferenciação no tipo de captação de água sem recurso aos sistemas colectivos de abastecimento. Pelo contrário, na R. A. Açores constata-se que o abastecimento era exclusivamente decorrente de sistemas colectivos de abastecimento, tendo-se atingido a cobertura total já em 2003. Ao nível municipal, evidenciavam-se em 2004 essencialmente três áreas constituídas por município sem que o peso da população que era servida por sistemas de abastecimento de água é inferior ao valor médio nacional (92,4%).

A mais evidente localizava-se a Norte e, embora alguns dos municípios pertençam também à Região Centro, é na Região Norte que se concentravam os municípios nos quais apenas 75% da população residente, ou menos, era servida por sistemas de abastecimento de água. Era o caso das sub-regiões do Tâmega e Ave, sendo que seis dos seus municípios apresentaram mesmo valores iguais ou inferiores a 50%. O facto de alguns destes municípios se localizarem na Grande Área Metropolitana do Porto e deterem volumes populacionais significativos torna a posição destes municípios especialmente relevante. A segunda área mais significativa situa-se no Algarve, região que, para além do Norte, apresenta um valor global inferior à média nacional com 91,7%. Também, mas em menor número, destacavam-se alguns municípios do Alentejo.

De destacar na sub-região do Minho Lima a taxa de tratamento de águas residuais que atinge valores de 100% em todos os concelhos, portanto muito superior à taxa média nacional de 85,6%. Por outro lado, deve referir-se pela negativa a baixa taxa de cobertura em sistemas públicos de abastecimento de água, que na sub-região atinge apenas 81,2% e a média nacional se situa nos 92,4%.

### Despesas com o ambiente

Em 2004, as despesas dos municípios portugueses nos vários domínios de ambiente ultrapassaram 606 milhões de Euros, mais 1,2% do que no ano anterior. Por outro lado, também as receitas que os municípios conseguiram gerar nesses mesmos domínios de ambiente denotaram um forte crescimento no ano de 2004 face ao anterior (10,8%). Desta forma a taxa de cobertura das despesas pelas receitas geradas passou de 36% em 2003, para 40% em 2004, embora ao nível regional oscilasse entre os 56%, na R. A. Madeira, e 30%, no Algarve. O contributo de cada domínio de ambiente foi bastante próximo do verificado no ano anterior destacando-se, por ser o mais importante, a gestão de resíduos sólidos urbanos com 57% do total da despesa, seguido da gestão de águas residuais com 31% e finalmente, com 9%, as despesas com a protecção da biodiversidade e da paisagem. Estas proporções seriam contudo alteradas se avaliássemos a composição das despesas por domínio de ambiente líquidas das receitas geradas, uma vez que do lado das receitas a gestão de águas residuais é aquela que mais rendimento gera, fruto da actividade desenvolvida no âmbito do saneamento. Em relação a 2003, as receitas cobradas aumentaram de forma significativa, mas essencialmente à custa do acréscimo de 24% nas receitas em gestão de resíduos (com especial incidência no Algarve, Norte e Alentejo). Os ganhos verificados foram resultantes de contrapartidas financeiras com a entrega de resíduos para reciclagem à sociedade Ponto Verde.

### Protecção ambiental

A nível regional destacaram-se situações diversas no que respeita aos encargos em acções de protecção ambiental desenvolvidas pelos municípios. Na R. A. Madeira, o peso das despesas em águas residuais era muito inferior à média nacional não atingindo os 10%, contrariamente à protecção da biodiversidade e da paisagem com 17% e aos outros domínios que detinham, nesta região, alguma importância (10%). O Centro foi a única região em que o domínio mais importante foi constituído pela gestão de águas residuais e não pela gestão de resíduos sólidos urbanos. No caso das despesas com tratamento de águas residuais verificou-se uma menor importância na R. A. Açores, no Alentejo e em Lisboa (recorde-se que eram as únicas regiões a apresentar uma taxa de tratamento de águas residuais inferior à média nacional). Em Lisboa realça-se essencialmente um esforço significativo na gestão de resíduos (75%), contrapondo com os 4% assumidos na protecção da biodiversidade e da paisagem.

#### **4 – SAÚDE**

O SNS português é financiado através de impostos e o acesso aos cuidados primários e hospitalares é gratuito, sendo, no entanto em alguns casos (exames de diagnóstico, acesso à urgência, etc.) requerido o pagamento de taxas moderadoras. Alguns estratos da população (crianças, grávidas, doentes crónicos, etc.) estão isentos de qualquer pagamento.

Em Lisboa e Vale do Tejo concentrava-se a maior parte dos hospitais, dos postos médicos e das farmácias, ao passo que a região Norte detinha o maior número de centros de saúde (com e sem internamento) e a região Centro se destacava no número de extensões de centros de saúde e de postos de medicamentos. As regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e o Algarve eram as regiões que apresentavam em 2001, os menores números de equipamentos. O Alentejo assumia uma posição intermédia.

No conjunto, o país detinha mais de 43 mil camas de internamento (42 mil nos hospitais e 1300 nos centros de saúde com internamento), a maior parte localizada nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo (16 mil camas), do Norte (13 mil) e do Centro (8 mil). Em 2001, cerca de 29 mil médicos e 41 mil profissionais de enfermagem trabalhavam nos hospitais, nos centros de saúde e nos postos médicos existentes em Portugal. A distribuição concelhia do número de médicos em relação ao número de habitantes apresentava valores mais elevados nos concelhos mais populosos: Coimbra (com cerca de 19 médicos por 1 000 habitantes) e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

No quadro Nº 16 podemos ver os principais indicadores de saúde da NUT III Minho Lima. Relativamente ao nº de médicos por 1000 habitantes, consta-se uma média relativamente baixa (2,2) quando comparada com a média nacional de 3,3.

**Quadro Nº16 – Indicadores de saúde por município, 2004**

	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	Internamentos por 1000 habitantes	Intervenções de grande e média cirurgia por dia nos estabelecimentos de saúde	Consultas por habitante	Camas por 1000 habitantes nos estabelecimentos de saúde	Taxa de ocupação das camas
	‰				Nº		‰	%
<b>Portugal</b>	<b>4,3</b>	<b>3,3</b>	<b>0,3</b>	<b>116,0</b>	<b>1 952,1</b>	<b>4,0</b>	<b>3,7</b>	<b>73,0</b>
<b>Continente</b>	<b>4,3</b>	<b>3,4</b>	<b>0,3</b>	<b>115,7</b>	<b>1 890,5</b>	<b>4,1</b>	<b>3,6</b>	<b>72,6</b>
<b>Norte</b>	<b>3,9</b>	<b>3,0</b>	<b>0,2</b>	<b>111,7</b>	<b>704,8</b>	<b>4,2</b>	<b>3,1</b>	<b>72,1</b>
<b>Minho-Lima</b>	<b>4,0</b>	<b>2,2</b>	<b>0,3</b>	<b>79,4</b>	<b>30,6</b>	<b>4,0</b>	<b>2,3</b>	<b>75,0</b>
Arcos de Valdevez	2,4	1,0	0,2	37,5	-	3,0	2,1	72,0
Caminha	1,9	2,7	0,3	-	-	3,4	-	-
Melgaço	1,8	1,4	0,3	19,5	-	3,9	1,4	54,1
Monção	1,8	2,1	0,3	-	-	3,0	-	-
Paredes de Coura	2,0	0,9	0,3	-	-	4,0	-	-
Ponte da Barca	1,5	1,6	0,2	-	-	3,4	-	-
Ponte de Lima	2,4	1,0	0,2	-	-	3,8	-	-
Valença	1,7	2,5	0,2	14,5	-	3,1	1,5	51,2
Viana do Castelo	7,3	3,2	0,2	206,4	30,6	5,0	5,5	76,9
Vila Nova de Cerveira	2,0	2,4	0,3	-	-	2,9	-	-

Fonte: INE 2004

O acesso à Saúde não está apenas dependente da situação económica dos cidadãos, mas também da desigual distribuição territorial das infra-estruturas e do pessoal de Saúde, que penaliza as populações que se encontram nas zonas mais isoladas.

Segundo o INE (Retrato Territorial de Portugal, 2004), 545 médicos encontravam-se afectos ao Sistema Nacional de Saúde na NUT Minho Lima.

**Quadro nº 17: Indicadores de saúde por município**

	Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2000/2004)	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2000/2004)	Taxa bruta de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Taxa bruta de mortalidade por tumores malignos	Taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória
	‰				
<b>Portugal</b>	4,72	3,02	3,52	2,12	0,52
<b>Continente</b>	4,59	2,92	3,51	2,13	0,54
<b>Norte</b>	5,11	3,27	2,81	1,87	0,53
<b>Minho-Lima</b>	<b>5,08</b>	<b>2,80</b>	<b>4,33</b>	<b>2,28</b>	<b>0,31</b>

Fonte: INE 2004

**Quadro Nº 18: Hospitais por município**

	Hospitais			Equipamento		Movimento de internados		Pessoal ao serviço		
	Total	Oficiais	Privados	Camas	Salas de operação	Internamentos	Dias de Internamento	Total	Médico	Enfermagem
<b>Portugal</b>	209	116	93	38 239	762	1 201 945	10 238 842	115 555	20 824	34 541
<b>Continente</b>	194	112	82	35 088	730	1 146 976	9 339 465	109 048	20 126	32 792
<b>Norte</b>	63	34	29	11 226	244	408 891	2 973 159	35 074	6 681	10 882
<b>Minho-Lima</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>500</b>	<b>6</b>	<b>18 641</b>	<b>140 328</b>	<b>1 667</b>	<b>233</b>	<b>591</b>

Fonte: INE 2004

**Quadro Nº 19: Médicos por município de residência, segundo a especialidade**

	Total	Não especialistas	ESPEC.	Cirurgia Geral	Estomatologia	Ginecologia e Obstetria	Medicina Geral e Familiar	Oftalmologia	Ortopedia	Pediatria	Psiquiatria	Outras ESPEC.
<b>Portugal</b>	35 213	12 364	25 506	1 359	713	1 405	4 798	790	886	1 392	883	13 280
<b>Continente</b>	34 255	12 017	24 824	1 316	699	1 360	4 677	769	863	1 357	866	12 917
<b>Norte</b>	11 348	4 186	7 933	423	209	434	1 659	208	278	445	291	3 986
<b>Minho-Lima</b>	<b>545</b>	<b>267</b>	<b>297</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>111</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>118</b>
Arcos de Valdevez	24	12	12	1	-	-	10	-	-	-	-	1
Caminha	45	22	23	-	-	-	10	-	2	2	-	9
Melgaço	14	9	5	-	-	-	4	-	-	-	-	1
Monção	41	24	19	-	-	-	5	1	1	-	1	11
Paredes de Coura	8	2	6	-	-	1	5	-	-	-	-	-
Ponte da Barca	21	10	11	-	-	-	7	1	-	-	-	3
Ponte de Lima	46	24	23	-	-	-	15	-	-	-	-	8
Valença	35	27	8	-	-	-	5	-	-	-	-	3
Viana do Castelo	290	125	180	14	5	10	46	6	4	11	7	77
Vila Nova de Cerveira	21	12	10	1	-	-	4	-	-	-	-	5

Fonte: INE 2004

### **Em resumo...**

A situação em termos de cuidados de saúde na NUT Minho Lima não se apresenta muito diferente do resto do país. Se analisarmos os quadros das páginas anteriores que nos mostram os principais indicadores em termos de saúde, podemos verificar que o Minho Lima está enquadrado nos valores médios nacionais. Existem no entanto alguns indicadores que se torna necessário referir, tanto pela sua importância como pelo facto de existir alguma diferença entre os valores registados na sub-região e os valores médios nacionais.

### **Número de médicos**

Assim, o número de médicos por 1000 habitantes a nível nacional aponta para valores na ordem dos 3,3‰ (3,3 médicos por cada mil habitantes), enquanto que a média da NUT se fica pelos 2,2‰ (2,2 médicos por cada mil habitantes). Mas se desagregarmos a análise por concelhos, neste como noutros indicadores vamos verificar a enorme heterogeneidade da sub-região. Assim, e concentrando a nossa atenção no número de médicos por mil habitantes, temos no concelho de Viana um valor de 3,2‰ (3,2 médicos por cada mil habitantes), enquanto que em Paredes Coura não chega a existir um médico por mil habitantes (o valor era em 2004 de 0,9 ‰).

### **Número de camas**

Um outro indicador importante que convém referir é o número de camas por 1000 habitantes nos estabelecimentos de saúde. Existe uma diferença considerável em termos de disponibilidade de camas por mil habitantes. Enquanto a média nacional aponta para as 3,7 camas por mil habitantes, no Minho Lima esse valor fica-se pelas 2,3. Este é um dado importante se tivermos em linha de conta que, como vimos atrás, também o número de médicos na sub-região é inferior à média nacional.

### **Mortalidade**

Ao nível das sub-regiões, apenas oito NUTS III apresentaram valores de mortalidade por doenças do aparelho circulatório inferiores à média nacional. Na sua maioria, estas sub-regiões localizavam-se na Região Norte (Ave, Cávado, Grande Porto, Entre Douro e Vouga e Tâmega), duas no Centro (Pinhal litoral e Baixo Vouga) e uma em Lisboa (Península de Setúbal). Estas foram igualmente, com excepção da última, as sub-regiões onde a taxa de mortalidade por tumores malignos foi inferior à média nacional. A evolução da taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória reflecte a melhoria das condições de saúde. Este indicador apresentava, nos finais dos anos 90, valores superiores a um caso por mil habitantes para, actualmente, se situar em cerca de metade daquele valor. Ao nível regional, apenas o Algarve contrariava a tendência de descida ao apresentar, entre 2002 e 2004, uma subida neste indicador. Mais de metade das sub-regiões apresentaram valores inferiores à média nacional, com a particularidade de nenhuma destas sub-regiões pertencer a Lisboa ou ao Alentejo. O valor mais baixo foi registado na Serra da Estrela (0,27‰) e o mais alto no Baixo Alentejo (0,90‰). As regiões urbanas do Grande Porto e da Grande Lisboa também apresentaram valores acima da média nacional neste indicador: 0,64‰ e 0,73‰, respectivamente.

No que respeita ao Minho Lima, podemos constatar valores superiores comparativamente aos valores médios nacionais, designadamente em termos da taxa bruta de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (4,33%) e da taxa bruta de mortalidade por tumores malignos (2,28%).

## 5 – EDUCAÇÃO

Em 2001, Portugal registou uma taxa de analfabetismo (relação entre a população com 10 ou mais anos que não sabe ler e escrever e a população com 10 ou mais anos) de 9%, inferior à registada em 1991 (11%).

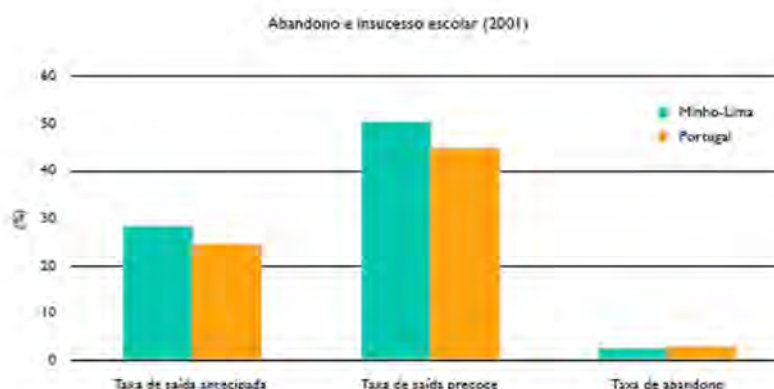
A NUT Minho Lima também acompanhou essa tendência, mas, no entanto, a taxa de analfabetismo, de 11,6%, continuava em 2001 superior à taxa nacional.

Os maiores índices de analfabetismo encontram-se nos concelhos mais rurais, designadamente em Arcos de Valdevez (com os impressionantes 20,3%), Paredes de Coura (19,8%) e Ponte da Barca (16,7%). Assim, e como já foi referido, todos os concelhos da NUT ultrapassam a taxa média nacional, com as exceções de Viana do Castelo (7,5%) e de Caminha (7,1%).

**Quadro Nº 20: População residente segundo o nível de ensino atingido e sexo e taxa de analfabetismo**

Zona geográfica	Analfabetos com 10 ou mais anos de idade		Taxa de analfabetismo	
			Em 1991	Em 2001
<b>Portugal</b>	838140	281889	11,0	9,0
<b>Norte</b>	272547	86850	9,9	8,3
<b>Minho Lima</b>	26242	6976	13,9	11,6
Arcos de Valdevez	4635	1283	21,3	20,3
Caminha	1104	264	9,6	7,1
Melgaço	1428	374	19,2	15,2
Monção	2614	698	16,3	14,1
Paredes de Coura	1754	506	24,1	19,8
Ponte da Barca	1935	558	20,9	16,7
Ponte de Lima	4695	1341	14,3	12,0
Valença	1244	356	10,9	9,6
Viana do Castelo	5980	1371	8,9	7,5
Vila Nova de Cerveira	853	225	12,9	10,6

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001



**Taxa de abandono escolar, taxa de saída antecipada e taxa de saída precoce**

- **Taxa de abandono escolar**

Total de indivíduos com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

- **Taxa de saída antecipada**

Total de indivíduos com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

- **Taxa de saída precoce**

Total de indivíduos com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

Como se pode constatar pela análise da Figura 2, quer a taxa de saída antecipada quer a taxa de saída precoce eram em 2001 mais elevadas na NUT Minho Lima que a taxa média nacional. Em contrapartida, a taxa de abandono escolar era ainda assim inferior á média nacional.

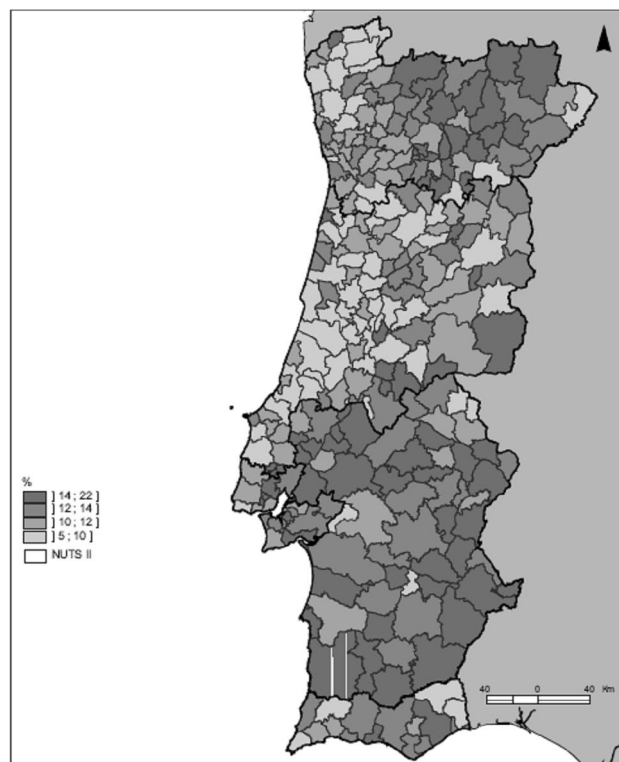
O abandono escolar precoce é um problema estrutural grave em Portugal, uma vez que cerca de 75% dos desempregados registados não têm mais do que o 9º Ano de escolaridade, sendo esta taxa um claro indicador da discriminação e exclusão social existente. Os jovens que abandonam a escola sem completarem a escolaridade obrigatória não possuem as qualificações necessárias para enfrentar o mercado de trabalho, sendo desta forma candidatos ao trabalho precário, desqualificado e mal remunerado.

**Quadro Nº 21: Estabelecimentos de ensino por município segundo o ensino ministrado**

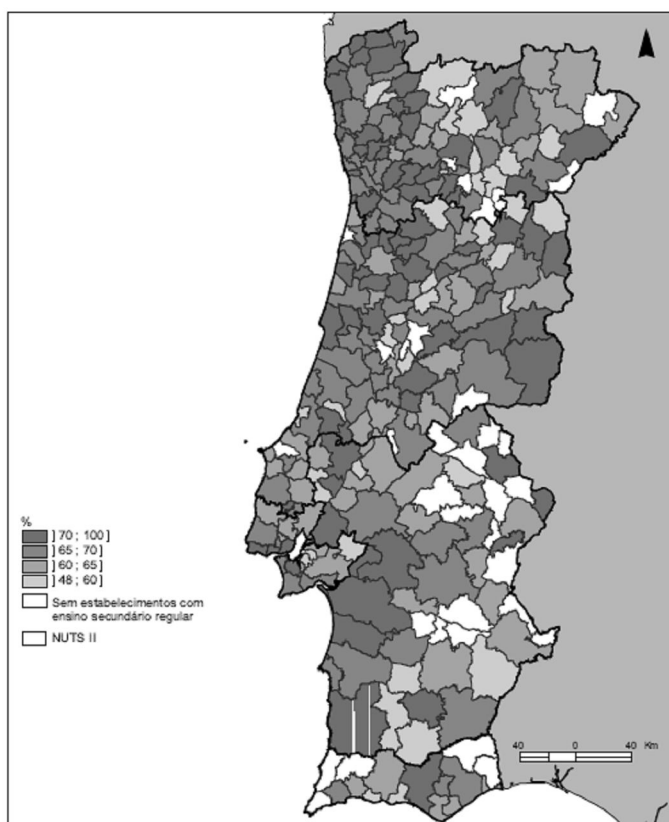
	Educação pré-escolar		Ensino Básico							Ensino secundário		Ensino em escolas profissionais		Ensino superior	
			1º Ciclo			2º Ciclo		3º Ciclo							
	Público	Privado	Público	Privado	Dos quais, com menos de 10 alunos	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
	2004/2005													2005/2006	
<b>Portugal</b>	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	176	147
<b>Continente</b>	4361	2020	7571	483	1632	851	237	1132	226	516	151	18	195	170	144
<b>Norte</b>	1929	602	3254	122	795	314	76	394	78	162	56	8	77	47	57
<b>Minho Lima</b>	<b>137</b>	<b>38</b>	<b>258</b>	<b>2</b>	<b>51</b>	<b>25</b>	<b>4</b>	<b>30</b>	<b>5</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>3</b>
Arcos de Valdevez	10	2	46	-	27	2	-	3	-	2	-	-	1	-	-
Caminha	8	4	17	-	4	2	-	1	1	1	1	-	2	-	-
Melgaço	6	1	10	-	1	1	-	1	-	1	-	-	1	-	-
Monção	17	1	23	-	3	3	-	4	-	1	-	-	1	-	-
Paredes de Coura	5	6	1	-	-	1	-	1	-	1	-	-	1	-	-
Ponte da Barca	7	1	27	-	8	1	-	2	-	1	-	-	1	-	-
Ponte de Lima	32	2	56	-	5	4	-	5	-	2	-	1	-	1	2
Valença	9	1	14	-	1	1	-	2	-	1	-	-	1	1	-
Viana do Castelo	33	19	52	2	2	9	3	10	3	6	1	-	2	3	-
Vila Nova de Cerveira	10	1	12	-	-	1	1	1	1	1	1	-	1	-	1

Fonte: INE 2004/2005 e 2005/2006

**Retenção e abandono escolar (2004)**



**taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular, por município, 2004/05**



Fonte: INE (Retrato Territorial de Portugal 2005)

## Em resumo...

### Matrículas

No ano lectivo de 2004/2005, matricularam-se em Portugal 1 153 mil alunos no ensino básico - cuja duração é de nove anos e que está organizado em três ciclos sequenciais, correspondendo à escolaridade obrigatória em Portugal. Em relação ao ano lectivo anterior, verificou-se, ao nível nacional, uma diminuição de 1,1%. Por regiões, no Algarve verificou-se um crescimento (+2%) e nas restantes regiões ocorreram diminuições que variaram entre o valor registado em Lisboa (-0,2%) e o da R. A. Açores (-4%). A taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, medida através da percentagem de alunos matriculados que não transitaram de ano de escolaridade, atingiu em Portugal continental, no ano lectivo de 2004/2005, os 11,5% sofrendo oscilações, em termos regionais, que variaram entre 10,1%, no Centro, e 13,9%, no Alentejo. No entanto, analisando em separado os diferentes ciclos de ensino que compõem o ensino básico regular verifica-se um acentuar gradual dos níveis de retenção à medida que o nível de ensino vai aumentando. Assim, enquanto no 1º ciclo a taxa de retenção e desistência se quedava pelos 5,2% em 2004/2005 em Portugal continental, no 2º ciclo este valor passava para 12,5% e no 3º ciclo para 19,3%. Neste sentido, no 3º ciclo 19 em cada 100 alunos matriculados em 2004/2005 não transitaram desse nível de ensino. Ao nível regional, evidenciava-se o Centro por apresentar sempre as mais baixas taxas de retenção nos respectivos níveis de ensino básico regular, por oposição ao verificado no Alentejo e Algarve, onde as taxas apresentadas foram as mais elevadas (1º e 3º ciclo, no caso do Alentejo, e 2º ciclo, no caso do Algarve).

### Retenção e abandono escolar

Os municípios com níveis de retenção e abandono escolar inferiores a 10% dos alunos matriculados (65 municípios) situavam-se maioritariamente no Centro e nalguns municípios da sub-região Minho Lima (consultar a figura B2). As zonas com taxas de retenção superiores a 14% situavam-se predominantemente no Alentejo e em algumas sub-regiões do Norte (Douro e Alto Trás-os-Montes), Grande Porto e Grande Lisboa. De notar relativamente a este indicador que existiu uma progressão positiva da NUT Minho Lima entre 2001 e 2004 (consultar figura 2 e figura 4).

### Aproveitamento escolar

No ano lectivo de 2004/05, os alunos matriculados no ensino secundário cerca de 377 mil, o que representa uma quebra de 1,4% no número de alunos, face ao ano lectivo anterior. Esta tendência decrescente, com excepção da R. A. Madeira onde o aumento foi de 3,1%, sentiu-se em todas as regiões, com o valor mais elevado a verificar-se no Alentejo (-4,8%). O aproveitamento escolar dos alunos pode ser medido pela taxa de transição/conclusão, na medida em que nos indica a percentagem de alunos que, no final de um ano lectivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) tendo em conta o número de alunos matriculados nesse ano lectivo. Em Portugal continental, em 2004/05, 68,1% dos alunos matriculados obtiveram aproveitamento escolar, tendo o valor médio nacional sido apenas superado no Norte (70%). Centro, Lisboa e Alentejo apresentaram valores próximos dos 67% e no Algarve obteve-se a menor taxa de transição/conclusão com 64,7%. Em relação ao ano lectivo anterior (2003/04), todas as regiões viram os seus resultados melhorar. Ao nível municipal, observou-se alguma concentração de municípios com taxas de aproveitamento mais elevadas no Centro e na faixa mais Litoral do Norte e do Alentejo. Dos 243 municípios com alunos matriculados no ensino secundário, apenas em oito municípios se ultrapassou o limiar dos 80% de aproveitamento, sendo que 35 municípios registaram valores inferiores a 60%.

Novamente neste indicador se pode verificar uma situação favorável da sub-região Minho Lima, com a maioria dos concelhos que a constituem a apresentar valores superiores à média nacional em termos de aproveitamento escolar.

### Ensino secundário regular / profissionalizante

O ensino secundário regular visa, por um lado, aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento dos estudos no ensino superior (ensino secundário regular geral) ou, na vertente tecnológica, facilitar o ingresso no mercado de trabalho com cursos predominantemente orientados para a vida activa. Em Portugal, apenas 22% dos alunos matriculados no ensino secundário regular optaram pela via tecnológica em 2004/05, destacando-se o Alentejo por ser a região com o valor mais afastado da média do Continente com 18%. A decomposição da taxa de transição/conclusão do ensino secundário regular nestas duas vertentes evidencia uma melhoria dos resultados obtidos na vertente geral (mais próxima em todas as regiões dos 70%) face à vertente tecnológica, com valores de aproveitamento e/ou conclusão na ordem dos 56%.



## 6 – EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Em 2002 a NUT Minho Lima apresentava uma taxa de actividade de 67,2%, taxa considerável tendo em atenção que a taxa nacional era nesse ano de 61,9% e na região Norte era de 62,6%. Pode igualmente constatar-se que a taxa de actividade da NUT Minho Lima é superior a todas as outras sub-regiões estatísticas consideradas (quadro Nº 22).

O emprego na NUT está principalmente ligado ao sector secundário, apesar do encerramento de muitas fábricas

**Quadro Nº 22: População activa, população empregada e taxa de actividade**

Zona Geográfica	População Activa			População Empregada			Taxas de Actividade *		
	10 <sup>3</sup> Indivíduos			10 <sup>3</sup> Indivíduos			%		
	3º trim 01	2º trim 02	3º trim 02	3º trim 01	2º trim 02	3º trim 02	3º trim 01	2º trim 02	3º trim 02
<b>PORTUGAL</b>	5 319,1	5 375,7	5 405,7	5 105,9	5 132,7	5 129,6	61,4	61,9	61,9
<b>Região Norte</b>	1 907,1	1 899,4	1 913,3	1 835,9	1 821,9	1 811,9	62,7	62,5	62,8
<b>Minho Lima</b>	<b>149,1</b>	<b>142,3</b>	<b>143,6</b>	<b>145,0</b>	<b>138,2</b>	<b>138,9</b>	<b>70,5</b>	<b>66,8</b>	<b>67,2</b>
Cávado	212,3	211,9	212,8	206,3	205,1	204,2	66,9	66,2	66,2
Ave	254,6	255,3	254,7	246,9	249,3	245,3	61,6	61,3	61,0
Grande Porto	619,9	633,5	636,4	590,1	593,7	587,9	59,7	60,7	60,9
Tâmega	284,5	284,6	291,5	273,9	275,2	278,1	65,2	64,8	66,2
Entre Douro e Vouga	149,9	145,8	144,0	145,9	141,1	138,5	66,5	64,1	63,1
Douro	111,7	106,6	110,3	108,6	103,4	104,6	59,6	56,5	58,2
Alto Trás-os-Montes	125,2	119,4	120,1	118,9	115,8	114,5	65,3	62,0	62,3

*Estatísticas do Emprego – Região Norte (NUTS III) 3º Trimestre de 2002*

**Quadro Nº 23: Indicadores do mercado de trabalho por município, 2003**

	Taxa de TCO * em estabelecimentos com - 10 trabalhadores	Taxa de TCO * em estabelecimentos com + 250 trabalhadores	Ganho médio mensal	Disparidade no ganho médio mensal por sexo	Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa	Disparidade no ganho médio mensal por sector de actividade	Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações
	%		€	%			
<b>Portugal</b>	<b>25,3</b>	<b>23,5</b>	<b>849,56</b>	<b>12,9</b>	<b>27,1</b>	<b>9,6</b>	<b>42,2</b>
<b>Continente</b>	<b>25,4</b>	<b>23,6</b>	<b>852,40</b>	<b>12,9</b>	<b>27,2</b>	<b>10,1</b>	<b>42,6</b>
<b>Norte</b>	<b>24,9</b>	<b>19,8</b>	<b>731,63</b>	<b>12,4</b>	<b>24,9</b>	<b>10,3</b>	<b>38,0</b>
<b>Minho – Lima</b>	<b>31,8</b>	<b>19,5</b>	<b>653,35</b>	<b>12,0</b>	<b>26,6</b>	<b>2,6</b>	<b>29,5</b>
Arcos de Valdevez	47,0	8,1	623,24	5,2	37,0	3,6	30,4
Caminha	41,5	18,0	624,62	10,7	32,8	1,7	26,3
Melgaço	48,9	14,3	599,14	11,6	44,3	11,0	30,1
Monção	47,9	4,2	549,15	7,9	37,1	7,8	21,9
Paredes de Coura	30,1	12,5	570,34	10,7	34,6	11,6	21,4
Ponte da Barca	46,2	10,9	592,67	3,7	44,2	4,5	19,3
Ponte de Lima	32,2	15,5	597,32	10,2	23,2	2,0	30,7
Valença	41,7	9,4	638,36	12,9	34,9	5,7	27,0
Viana do Castelo	25,4	25,6	707,40	14,5	25,2	2,0	29,7
Vila Nova de Cerveira	22,2	29,8	647,86	14,9	18,3	3,9	37,3

\* TCO (trabalhadores por conta outrem)

## Desemprego

Segundo os dados do IEFP, em final de 2006, o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego na sub-região do Minho Lima era de 8403, cerca de 8 % da população economicamente activa da sub-região. Numa análise mais detalhada:

As mulheres são a maioria de desempregados (65% do total de desempregados). Cerca de 89% procuram um novo emprego. De 79 % dos desempregados, cerca de 72 %, possui apenas um nível escolar inferior ao 9º ano de escolaridade, os restantes 28 % possui o ensino secundário ou superior.

O grupo etário dominante é o escalão entre os 35 aos 54 anos (40%).

O escalão etário economicamente mais activo (25 aos 54 anos) representa cerca de 83 % da totalidade dos desempregados no Minho Lima. Viana do Castelo e Ponte de Lima são os concelhos com maior número de desempregados inscritos (44% e 19 % respectivamente), no entanto estes concelhos são os que apresentam as percentagens da população economicamente activa. Comparando dados de Agosto de 2006 e Dezembro do mesmo ano, o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego da região aumentou 3%, sendo sobretudo desempregados com idade inferior a 25 anos e à procura de novo emprego.

**Quadro Nº 24: Taxa de actividade, taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inactividade segundo a região de residência NUTS II, por sexo**

Unidade: %									
Taxas	Sexo	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Taxa de actividade	HM	52,9	52,7	57,8	50,9	49,6	50,9	46,2	51,0
	H	58,2	58,4	63,2	54,7	55,8	57,0	56,6	57,2
	M	47,9	47,4	52,8	47,3	43,7	44,8	35,9	45,4
Taxa de actividade (15 e mais anos)	HM	62,6	62,8	67,4	60,4	57,3	59,9	57,2	62,1
	H	69,6	70,4	74,4	65,8	64,9	67,5	70,8	71,1
	M	56,1	55,9	61,0	55,5	50,1	52,5	44,1	54,4
Taxa de emprego (15 e mais anos)	HM	57,3	56,9	62,9	55,0	51,8	55,8	54,5	57,8
	H	64,7	65,3	71,2	59,5	59,8	63,5	68,4	66,1
	M	50,5	49,2	55,2	51,1	44,3	48,3	41,1	50,7
Taxa de desemprego	HM	8,4	9,5	6,7	8,8	9,5	6,9	4,7	6,9
	H	7,1	7,3	4,3	9,6	7,9	6,0	3,3	7,0
	M	9,9	11,9	9,4	8,0	11,6	8,0	6,8	6,8
Taxa de inactividade (15 e mais anos)	HM	37,4	37,2	32,6	39,6	42,7	40,1	42,8	37,9
	H	30,4	29,6	25,6	34,2	35,1	32,5	29,2	28,9
	M	43,9	44,1	39,0	44,5	49,9	47,5	55,9	45,6

Fonte: INE Estatísticas do Emprego, 1º trimestre 2007

As taxas de actividade em Portugal e no Norte de Portugal são, como podemos ver pelo quadro nº 24, bastante similares (52,9% e 52,7% respectivamente). Analisando a taxa de actividade masculina e feminina a Norte, podemos verificar que a primeira é (58,4%) face á segunda (47,4%).

Por outro lado, relativamente á taxa de emprego, podemos verificar que os valores são também aproximados, (57,3% do país face a 56,9% a norte). Porém, neste indicador já é bastante mais evidente a diferença entre homens e mulheres (65,3% no caso dos homens e 49,2% no caso das mulheres).

Relativamente á taxa de desemprego, constatamos, por um lado, que a taxa do país (8,4%) é inferior á taxa do norte (9,5%) e, por outro, que são as mulheres as mais afectadas, uma vez que a taxa de desemprego feminino atinge, a norte, os 11,9%, enquanto que o desemprego masculino se fica pelos 7,3%. Assim, podemos claramente constatar uma pressão do desemprego, e decorrente deste facto, uma pressão económica e financeira sobre as mulheres.

Em contrapartida, e como é sabido, a taxa de inactividade é consideravelmente superior nas mulheres que nos homens (44,1% contra 29,6% nos homens)

**Quadro Nº 25: Taxa de actividade, taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inactividade segundo a região de residência NUTS II por grupo etário**

Unidade: %									
Taxas	Grupo etário	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Taxa de actividade	15...	62,6	62,8	67,4	60,4	57,3	59,9	57,2	62,1
	15 / 24	42,1	45,1	42,8	36,9	44,1	35,3	42,1	41,5
	25 / 34	90,0	90,1	90,8	89,8	91,4	88,7	84,3	87,2
	35 / 44	90,0	87,6	92,4	91,6	91,3	90,7	84,1	88,0
	45...	48,6	48,1	58,2	44,4	40,5	46,2	39,6	46,6
Taxa de emprego	15...	57,3	56,9	62,9	55,0	51,8	55,8	54,5	57,8
	15 / 24	34,4	37,3	35,2	29,7	34,6	27,7	35,8	35,0
	25 / 34	80,5	79,7	81,6	80,6	81,4	80,6	79,2	80,7
	35 / 44	83,9	80,9	87,9	84,7	84,0	87,0	83,5	81,6
	45...	45,9	44,8	55,9	41,5	37,8	44,1	38,8	45,2
Taxa de desemprego	15...	8,4	9,5	6,7	8,8	9,5	6,9	4,7	6,9
	15 / 24	18,1	17,3	17,8	19,4	21,6	21,4	14,9	15,8
	25 / 34	10,5	11,5	10,1	10,2	10,9	9,2	6,0	7,4
	35 / 44	6,7	7,6	4,9	7,6	8,0	4,0	0,7	7,2
	45...	5,7	6,9	3,8	6,6	6,6	4,5	1,9	2,9
Taxa de inactividade	15...	37,4	37,2	32,6	39,6	42,7	40,1	42,8	37,9
	15 / 24	57,9	54,9	57,2	63,1	55,9	64,7	57,9	58,5
	25 / 34	10,0	9,9	9,2	10,2	8,6	11,3	15,7	12,8
	35 / 44	10,0	12,4	7,6	8,4	8,7	9,3	15,9	12,0
	45...	51,4	51,9	41,8	55,6	59,5	53,8	60,4	53,4

Fonte: INE Estatísticas do Emprego, 1º trimestre 2007

Pela análise do quadro Nº 25, e centrando-nos na região norte do país, que é a região que nos interessa, a taxa de actividade regista-se sobretudo na faixa etária dos 25 / 34 anos (90,1%), seguida da faixa etária dos 35 / 44. A partir dos 45 anos a taxa de actividade diminui significativamente; dos valores anteriormente referidos a taxa de actividade da população activa baixa para os 48,1%.

No que diz respeito à taxa de emprego, são uma vez mais os escalões etários dos 25 / 34 anos e dos 35 / 44 anos que assumem o emprego e o trabalho, com taxas de 79,7% e 80,9% respectivamente.

O desemprego atinge sobretudo a população jovem, dos 15 aos 24 anos de idade, com uma taxa de 17,3%, o que é preocupante. Trata-se de um valor efectivamente muito elevado e que urge diminuir, uma vez que se tratam de pessoas em início da vida activa. Em contrapartida, o desemprego afecta consideravelmente as faixas etárias a partir dos 35 anos (taxa de desemprego de 7,6% até aos 45 anos de idade) e ainda inferior a partir dos 45 anos (6,9%).

Estes dados reflectem uma realidade: quem já se encontra inserido no mercado de trabalho tem uma situação laboral relativamente estável, sendo que a população mais jovem, que ainda não tem uma experiência profissional definida, encontra consideráveis dificuldades em encontrar o seu lugar no mercado de trabalho.

**“A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”**

**Quadro Nº 26: Ganho médio mensal dos T.C.O. segundo o nível de habilitações**

	Nível de habilitações							
	Total	Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura
<b>Portugal</b>	<b>849,56</b>	<b>572,47</b>	<b>635,09</b>	<b>639,82</b>	<b>780,12</b>	<b>978,46</b>	<b>1 523,21</b>	<b>1 936,13</b>
<b>Continente</b>	<b>852,40</b>	<b>567,65</b>	<b>633,01</b>	<b>639,17</b>	<b>780,88</b>	<b>982,51</b>	<b>1 521,47</b>	<b>1 941,17</b>
<b>Norte</b>	<b>731,63</b>	<b>543,59</b>	<b>593,98</b>	<b>582,87</b>	<b>702,57</b>	<b>898,17</b>	<b>1 357,89</b>	<b>1 707,65</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>653,36</b>	<b>512,60</b>	<b>584,92</b>	<b>551,83</b>	<b>627,28</b>	<b>762,80</b>	<b>1 132,04</b>	<b>1 491,89</b>
Arcos de Valdevez	623,24	442,71	522,76	515,74	615,88	774,39	1 106,91	1 334,28
Caminha	624,62	497,17	589,72	517,34	605,25	701,94	970,32	1 342,12
Melgaço	599,14	408,79	485,60	474,66	584,11	817,62	1 128,88	1 110,74
Monção	549,15	440,23	512,81	508,09	491,13	710,05	870,48	1 126,68
Paredes de Coura	570,34	481,22	513,62	520,69	560,60	714,30	836,46	1 284,86
Ponte da Barca	592,67	456,32	545,52	532,42	595,05	668,85	1 122,19	1 098,60
Ponte de Lima	597,32	578,79	549,84	521,11	575,65	761,19	1 262,77	1 589,97
Valença	638,36	496,35	586,77	545,57	612,05	767,20	1 462,62	1 308,27
Viana do Castelo	707,40	505,35	643,85	588,53	670,99	781,71	1 125,85	1 549,02
Vila Nova de Cerveira	647,86	525,87	549,15	532,74	623,52	738,18	1 077,78	1 790,05

Fonte: INE, 2003

**Quadro Nº 27: Ganho médio mensal dos T.C.O. segundo o sector de actividade e o sexo**

	Total			Primário CAE: A - B			Secundário CAE: C - F			Terciário CAE: G - Q		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
<b>Portugal</b>	<b>849,56</b>	<b>941,53</b>	<b>719,55</b>	<b>603,30</b>	<b>643,84</b>	<b>519,29</b>	<b>762,94</b>	<b>826,60</b>	<b>620,72</b>	<b>916,93</b>	<b>1 061,20</b>	<b>766,78</b>
<b>Continente</b>	<b>852,40</b>	<b>944,90</b>	<b>721,99</b>	<b>606,89</b>	<b>650,56</b>	<b>519,11</b>	<b>761,40</b>	<b>826,28</b>	<b>620,02</b>	<b>924,17</b>	<b>1 069,01</b>	<b>772,61</b>
<b>Norte</b>	<b>731,63</b>	<b>807,91</b>	<b>622,96</b>	<b>571,82</b>	<b>603,38</b>	<b>503,54</b>	<b>664,43</b>	<b>734,73</b>	<b>546,45</b>	<b>814,01</b>	<b>913,03</b>	<b>697,97</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>653,35</b>	<b>718,99</b>	<b>559,68</b>	<b>532,40</b>	<b>553,62</b>	<b>482,54</b>	<b>645,76</b>	<b>712,27</b>	<b>525,23</b>	<b>665,54</b>	<b>735,01</b>	<b>590,10</b>
Arcos de Valdevez	623,24	648,75	582,43	393,70	384,40	405,66	618,79	618,87	618,48	630,05	688,01	573,08
Caminha	624,62	683,50	549,35	534,55	597,35	356,60	630,30	688,07	472,71	622,49	681,14	577,75
Melgaço	599,14	664,13	524,49	416,06	445,79	...	501,88	515,67	459,30	641,73	773,32	537,62
Monção	549,15	584,55	495,54	544,19	583,83	477,10	502,56	529,03	443,72	589,14	646,71	525,06
Paredes de Coura	570,34	633,20	511,22	441,48	461,12	390,74	517,67	559,55	487,53	642,43	719,11	552,23
Ponte da Barca	592,67	606,76	559,44	421,76	447,82	...	570,73	577,40	534,89	616,44	652,40	569,87
Ponte de Lima	597,32	640,79	511,40	506,43	546,46	438,60	597,34	635,82	493,19	601,29	656,97	533,00
Valença	638,36	707,64	539,92	441,95	439,22	450,62	611,18	689,85	487,68	658,57	729,04	565,50
Viana do Castelo	707,40	795,77	588,41	604,74	616,85	567,35	700,31	799,07	542,95	718,46	797,70	632,32
Vila Nova de Cerveira	647,86	749,29	556,14	544,65	494,13	607,80	664,58	797,75	546,04	613,47	651,83	577,88

Fonte: INE, 2003

TCO (trabalhadores por conta outrem)

### **Em resumo...**

A população activa, que constitui a força de trabalho disponível no país, é composta por indivíduos empregados e indivíduos desempregados (aqueles que, embora procurando emprego, não o encontram). Em 2005, a força de trabalho disponível em Portugal correspondia a 5,5 milhões de indivíduos, traduzindo uma taxa de actividade (relação entre a população activa e a população total) de 52,5%.

Apenas as regiões Norte e Centro apresentavam uma taxa de actividade superior à média nacional: 52,7% e 56,4%, respectivamente. À R. A. Açores correspondia a taxa de actividade mais baixa: 45,4%. A taxa de actividade feminina situou-se em 47,4%, tendo ficado, em todas as regiões do país, aquém da masculina. No Centro, registou-se a taxa de actividade feminina mais elevada: 51,6%. À R. A. Açores correspondeu a participação feminina no mercado de trabalho menos expressiva (33,8%) e, simultaneamente, a maior discrepância entre os dois segmentos populacionais. Por seu turno, a taxa de actividade de jovens (indivíduos dos 15 aos 24 anos) foi de 43,0%, tendo, na generalidade das regiões, sido inferior à taxa de actividade total. A R. A. Açores constituiu a excepção, pelo facto de aquelas duas taxas terem sido semelhantes.

Porém, era no Norte que a taxa de actividade de jovens assumia o valor mais elevado de 48,1%.

### **Desemprego**

Em 2005, a taxa de desemprego em Portugal foi de 7,6%. Tal significa que, em cada 100 indivíduos activos, 7,6 não tinham emprego. Trata-se de um acréscimo de 0,9 p.p., face a 2004, mantendo-se a tendência de crescimento que se vem observando desde 2001. O crescimento da taxa de desemprego entre 2004 e 2005 foi comum a todas as regiões NUTS II do país. Tal como já ocorrera nos anos anteriores, o Alentejo apresentou a taxa de desemprego regional mais elevada: 9,1%. O Norte e Lisboa constituíram as duas outras regiões com taxas de desemprego superiores à média nacional: 8,8% e 8,6%, respectivamente. Estas três regiões concentravam 78% dos desempregados do país. Embora as regiões autónomas continuem a exhibir as taxas de desemprego mais reduzidas do país, foi à R. A. Madeira que coube o acréscimo regional, face ao ano anterior, mais expressivo: 1,5 p.p.\*

As mulheres e os jovens (indivíduos dos 15 aos 24 anos) são particularmente afectados pelo desemprego. Com efeito, em 2005 e em todas as regiões do país, as taxas de desemprego feminino e de jovens ultrapassaram a taxa de desemprego regional total. As regiões mais afectadas pelo desemprego (Alentejo, Norte e Lisboa) são igualmente aquelas em que estas taxas específicas são mais expressivas. No Alentejo e no Norte, a taxa de desemprego das mulheres superou os 10%, mas foi na R. A. Açores que se observou a maior diferença entre a taxa de desemprego feminino e a total (2,3 p.p.\*). No segmento de jovens, a taxa de desemprego foi particularmente elevada no Alentejo (20,4%) e em Lisboa (18,3%). Neste caso, foi no Alentejo que se observou a maior diferença face à taxa de desemprego total (11,3 p.p.\*).

\* Pontos percentuais

### **Rendimento per capita**

Em apenas 28 dos 308 municípios portugueses, o ganho médio mensal superava o valor médio nacional. O município de Oeiras registava, em 2003, o ganho médio mais elevado: 1 425,60 euros mensais. Além de Oeiras, era noutros municípios da Grande Área Metropolitana de Lisboa que se observavam os ganhos mais elevados, em particular, Lisboa, Amadora, Palmela, Azambuja, Setúbal, Loures, Sintra, Cascais, Vila Franca de Xira e Alcochete, mas também no Porto, em municípios com cidades de dimensão média como Aveiro e em municípios com forte especialização industrial como Sines.

Em contrapartida, os municípios com menor ganho médio mensal tendiam a concentrar-se no Interior Norte e Centro do continente português. Em particular, a 13 municípios portugueses correspondia um ganho médio inferior a 550 euros mensais: Resende, Lousada, Baião, Mondim de Basto, Paços de Ferreira e Felgueiras (no Tâmega); Freixo de Espada à Cinta (no Douro); Monção (no Minho Lima); Valpaços (no Alto Trás-os-Montes), Góis, Oleiros e Sátão (na Região Centro); e também Arouca que integra a Grande Área Metropolitana do Porto.

### **Disparidade de rendimento entre NUT e concelhos**

Por último, sublinhe-se o facto de a R. A. Madeira e o Algarve serem as regiões do país com menor disparidade de ganho médio por município. Pelo contrário, no Norte e em Lisboa, observa-se uma maior disparidade municipal do ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem.

Também a nível do Minho Lima se regista uma enorme discrepância de rendimento entre os 10 concelhos (ver quadro nº 27).

## 7 – CULTURA E LAZER

**Quadro Nº28: Indicadores de cultura por município**

	Cinema			Espectáculos ao vivo	
	Taxa de ocupação	Valor médio dos bilhetes vendidos	Espectadores por habitante	Espectadores por habitante	Valor médio dos bilhetes vendidos
	%	€	N.º	N.º	€
Portugal	13,6	4,1	1,8	0,7	11,2
Continente	13,6	4,1	1,8	0,7	11,3
Norte	14,6	3,8	1,5	0,5	10,5
<b>Minho Lima</b>	13,5	3,7	0,9	0,4	7,7

Fonte: INE 2004

**Quadro Nº 29: Indicadores de cultura por município**

	Museus	Despesas das câmaras municipais em actividades culturais			
	Visitantes por museu	Despesas de capital em actividades culturais por habitante	Despesas correntes em actividades culturais por habitante	Despesa total em actividades culturais por habitante	Despesa em cultura no total de despesas
	N.º	€			%
<b>Portugal</b>	34 806	37,3	38,5	75,8	11,6
Continente	37 027	37,3	38,7	76,1	11,7
Norte	29 513	32,6	35,9	68,5	12,1
<b>Minho Lima</b>	...	32,5	32,8	65,4	10,1

Fonte: INE 2004

### Em resumo...

Em 2004, as despesas das Câmaras Municipais em actividades culturais e de desporto aumentaram, face ao ano anterior, 2,4%, atingindo cerca de 796 milhões de euros. Em termos regionais, este aumento foi generalizado, exceptuando o Norte, onde as despesas com estas actividades diminuíram 8%. A região do Alentejo destacou-se das restantes pelo facto de ter registado o maior acréscimo (+22%).

À semelhança do que acontecia em anos anteriores, em 2004, o Alentejo e o Algarve registaram os maiores níveis de despesa por habitante em actividades culturais e de desporto. Esta situação foi comum às despesas correntes e às despesas de capital. Verificou-se ainda que, tanto para a média nacional como no Norte, Lisboa e R. A. Madeira, as despesas de capital por habitante foram inferiores às despesas correntes por habitante.

Pela análise do quadro 29 podemos verificar que os valores médios de despesa na NUT Minho Lima são inferiores à média nacional. Em 2004 a despesa total em actividades culturais por habitante foi de 75,8 € por habitante em termos nacionais e de 65,4€ no Minho Lima.

## 8 – RENDIMENTO

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos num país, num dado período de tempo, a dividir pela sua população.

Constitui o principal indicador da riqueza gerada na economia e o mais importante indicador de bem-estar social.

De acordo com os dados do Quadro N.º 30, podemos observar que a NUT Minho Lima apresenta um valor francamente abaixo da média nacional. De facto, o PIB *per capita* de 64,1 % registado em 2004 nesta sub-região coloca-a como uma das mais pobres do país.

**Quadro Nº 30: Poder de compra por NUT III**

NUT III	Indicador per capita	% do poder de compra	Factor dinamismo relativo
Alentejo Central	81,61	1,34	-0,05
Alentejo Litoral	77,89	0,73	0,58
Algarve	107,82	4,13	3,01
Alto Alentejo	75,28	0,89	-0,04
Alto Trás-os-Montes	65,00	1,38	-0,16
Ave	69,62	3,43	-0,30
Baixo Alentejo	68,09	0,86	-0,17
Baixo Mondego	99,06	3,21	-0,62
Baixo Vouga	83,03	3,10	-0,32
Beira Interior Norte	67,98	0,74	-0,22
Beira Interior Sul	79,26	0,58	-0,22
Cávado	75,03	2,86	-0,37
Cova da Beira	72,97	0,65	-0,06
Dão Lafões	68,27	1,88	-0,21
Douro	64,72	1,36	-0,29
Entre Douro e Vouga	72,33	1,94	-0,43
Grande Lisboa	167,10	31,77	-1,86
Grande Porto	117,35	14,22	-0,70
Lezíria do Tejo	78,35	1,84	-0,09
Médio Tejo	76,58	1,68	-0,07
<b>Minho Lima</b>	<b>67,10</b>	<b>1,61</b>	<b>-0,01</b>
Oeste	79,17	2,63	0,16
Península de Setúbal	101,52	7,18	-0,76
Pinhal Interior Norte	60,52	0,80	-0,10
Pinhal Interior Sul	54,00	0,23	-0,05
Pinhal Litoral	84,79	2,08	-0,19
Região Autónoma da Madeira	83,69	1,94	0,55
Região Autónoma dos Açores	73,33	1,68	-0,49
Serra da Estrela	62,75	0,30	-0,14
Tâmega	55,78	2,96	-0,23

Fonte: estudo do poder de compra concelhio (INE 2004)

Mas se a disparidade entre as regiões e sub-regiões portuguesas existe, essa disparidade também é observável dentro das próprias NUT. Assim, e observando o Quadro Nº 31, podemos constatar uma clara diferença em termos



## “A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”

de rendimento per capita entre os concelhos da sub-região, particularmente entre os concelhos do litoral e os de interior.

Podemos assim verificar que os concelhos de Ponte de Lima, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez apresentavam em 2004 valores abaixo dos 60%, o que revela bem do fraco poder de compra e do baixo nível de vida material destas populações. Em contrapartida, os concelhos de Viana Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença apresentam valores que se aproximam da média nacional, particularmente os casos de Viana do Castelo (81,3 %) e Caminha (79,14%).

**Quadro Nº 31: Poder de compra concelhio 2004 (NUT III Minho Lima)**

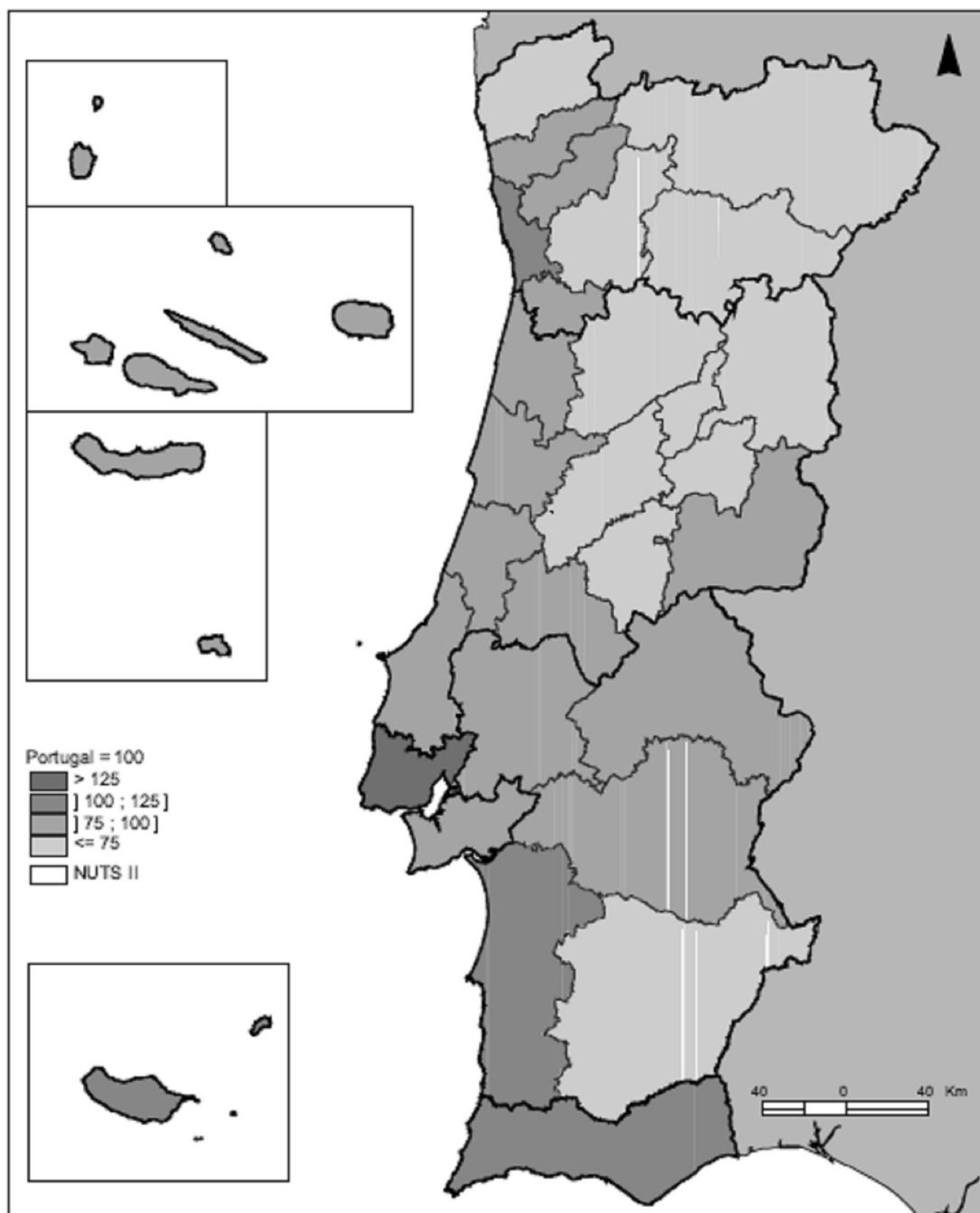
Concelho	Indicador per capita	% Poder de compra	Factor dinamismo relativo
Arcos de Valdevez	50,87	0,12	-0,04
Caminha	79,14	0,13	0,86
Melgaço	58,47	0,06	-0,07
Monção	58,03	0,11	-0,04
Paredes de Coura	49,83	0,05	-0,08
Ponte da Barca	57,72	0,07	-0,16
Ponte de Lima	52,50	0,22	0,02
Valença	74,21	0,10	0,75
Viana do Castelo	81,30	0,70	-0,29
Vila Nova de Cerveira	69,74	0,06	0,29

Fonte: estudo do poder de compra concelhio (INE 2004)

CONCELHOS COM CIDADES CAPITAIS DE DISTRITO								
	IPC pc				População			% Pop. Activa na Ad.Pub.+Ens.+Saúde
	1995	1997	2000	2002	1981	1991	2001	
Viana do Castelo	73,72	75,08	80,10	84,07	81.009	83.095	88.631	20,47
Braga	101,57	102,97	103,57	109,98	125.472	141.256	164.192	21,40
Porto	257,00	221,21	238,77	176,62	327.368	302.472	263.131	24,22
Vila Real	90,41	76,16	84,22	91,63	47.020	46.300	49.957	32,94
Bragança	80,37	82,50	86,70	97,86	35.380	33.055	34.750	38,44
Aveiro	126,47	116,10	127,20	126,29	60.284	66.444	73.335	23,53
Coimbra	130,35	119,01	136,99	136,70	138.930	139.052	148.443	37,66
Leiria	105,50	95,19	103,83	95,35	96.517	102.762	119.847	16,99
Viseu	91,54	86,50	95,39	91,58	83.261	83.601	93.501	26,88
Guarda	89,04	84,66	93,99	89,88	40.360	38.765	44.083	29,76
Castelo Branco	94,57	85,70	87,43	98,76	54.908	54.310	55.708	27,66
Lisboa	314,09	314,20	305,19	220,19	807.937	663.394	564.657	25,52
Setúbal	127,72	119,94	114,46	127,74	98.366	103.634	113.934	21,47
Santarém	91,18	84,94	94,52	96,15	62.896	62.621	63.563	23,96
Portalegre	91,75	82,67	95,31	95,80	27.313	26.111	25.980	35,68
Évora	110,09	101,09	105,00	111,91	51.572	53.754	56.519	33,71
Beja	108,34	90,45	102,91	101,02	38.246	35.827	35.762	34,96
Faro	169,80	134,25	139,37	139,05	45.109	50.761	58.051	26,59



PIB per capita, por NUTS III, 2003



### Em resumo...

Podemos seguidamente analisar as causas mais comuns para a disparidade no ganho médio mensal entre regiões:

#### Habilitações académicas

No ano de 2003, a disparidade do ganho médio mensal entre regiões dependeu, em primeira instância, do nível de habilitações, que se assume como o principal factor diferenciador do ganho dos trabalhadores por conta de outrem: a dispersão do ganho médio por nível de habilitações foi de 42,2% do ganho médio nacional.

A disparidade observada ao nível nacional era superada, em termos regionais, apenas em Lisboa. Em contrapartida, o grau de diferenciação do ganho médio resultante da qualificação académica era menos significativo no Algarve. Atente-se no facto de os trabalhadores licenciados ganharem em média 3,4 vezes mais que os trabalhadores com habilitações inferiores ao 1º ciclo do ensino básico.

Geralmente os ganhos médios mais elevados correspondem aos municípios onde se registam diferenças mais significativas ao nível das habilitações académicas; são os casos da Amadora, Oeiras, Lisboa, Sines e Porto. Os municípios com maior disparidade no ganho mensal por nível de habilitações tendem a concentrar-se no Litoral, nomeadamente nas áreas metropolitanas e municípios circundantes.

#### Escalão da empresa empregadora

O escalão da empresa empregadora era igualmente um factor diferenciador do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em 2003: a integração numa empresa de maior dimensão era, em média, acompanhada por um acréscimo do ganho. Esta relação verifica-se na generalidade das NUTS II. Apenas no Algarve e na R. A. Açores se registaram excepções: no Algarve, o ganho médio mensal associado ao escalão 100 a 249 pessoas ao serviço superou o do escalão 250 a 499 enquanto, na R. A. Açores, foi a transição entre os escalões 50 a 99 e 100 a 249 pessoas ao serviço que quebrou aquela relação directa. Importa, assim, sublinhar a constatação de que os trabalhadores integrados nas empresas de maior dimensão (500 ou mais pessoas ao serviço) ganhavam, em média, mais do dobro dos que se encontravam ao serviço em empresas de dimensão mais reduzida (menos de 10 trabalhadores). Em 2003, os trabalhadores por conta de outrem do sexo masculino auferiam um ganho médio mensal superior em 31% aos do sexo feminino. Esta diferenciação era particularmente notória na R. A. Madeira (+36%) e menor no Algarve e na R. A. Açores (+24% e +25%, respectivamente).

#### Sector de actividade

A análise por sector de actividade permite verificar se este é um factor de disparidade do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem. Em 2003, exercer uma actividade no sector terciário permitia um acréscimo do ganho médio de 52% e 20% face aos sectores primário e secundário, respectivamente. A este nível, algumas especificidades regionais merecem destaque: o Norte era a região onde a discrepância entre o ganho médio mensal dos sectores secundário e terciário era mais dilatada: + 23% no sector terciário (nesta região, mais de metade dos trabalhadores por conta de outrem encontravam-se integrados no sector secundário); em Lisboa, ao sector terciário correspondia um acréscimo de 64% no ganho médio mensal face ao observado no sector primário (note-se que 74% dos trabalhadores por conta de outrem exerciam a sua actividade no sector terciário e apenas 1% no sector primário) no Alentejo e na R. A. Madeira, o ganho médio mensal no sector secundário superava o do sector terciário. Por último, sublinhe-se o facto de a R. A. Madeira e o Algarve serem as regiões do país com menor disparidade de ganho médio por município. Pelo contrário, no Norte e em Lisboa, observa-se uma maior disparidade municipal do ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem.

## 9 - PROTECÇÃO SOCIAL

### • SUBSÍDIOS PAGOS PELA SEGURANÇA SOCIAL

A Acção Social é um sistema que tem como objectivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades.

A Acção Social destina-se a assegurar a especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, bem como outras pessoas que se encontrem em situação de marginalização, carência económica ou social.

**Quadro Nº 32: Indicadores de protecção social por município**

	Valor médio anual das pensões				Valor médio do subsídio de desemprego			Número médio de dias de subsídio de desemprego		
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	€							dias		
<b>Portugal</b>	3 779	3 858	4 380	2 203	3 472	3 991	3 057	237	241	234
<b>Continente</b>	3 802	3 860	4 402	2 213	3 481	4 000	3 067	237	234	242
<b>Norte</b>	3 571	3 667	4 144	2 099	3 352	3 744	3 029	247	244	249
<b>Minho Lima</b>	<b>3 088</b>	<b>3 531</b>	<b>3 411</b>	<b>1 938</b>	<b>2 826</b>	<b>3 200</b>	<b>2 588</b>	<b>221</b>	<b>219</b>	<b>223</b>
Arcos de Valdevez	2 792	3 095	3 065	1 838	2 592	2 925	2 368	206	192	227
Caminha	3 151	3 499	3 504	2 043	3 017	3 672	2 628	228	221	240
Melgaço	2 800	3 038	3 033	1 756	2 465	2 774	2 286	202	200	207
Monção	2 837	3 054	3 152	1 798	2 839	3 340	2 502	224	213	240
Paredes de Coura	2 832	3 229	3 094	1 823	2 742	3 137	2 353	222	202	242
Ponte da Barca	2 911	3 226	3 204	1 905	2 618	2 981	2 352	215	205	229
Ponte de Lima	3 055	3 425	3 381	1 853	2 703	3 086	2 529	224	224	226
Valença	2 927	3 459	3 302	1 829	2 661	2 936	2 443	211	212	210
Viana do Castelo	3 453	4 047	3 835	2 108	2 951	3 291	2 719	222	224	217
Vila Nova de Cerveira	2 928	3 423	3 226	1 877	2 669	3 009	2 478	219	215	227

Fonte: INE 2005

Como podemos observar pelo quadro nº 32, o valor médio anual das pensões (Invalidez, Velhice e Sobrevivência) na NUT Minho Lima é inferior quando comparado com a média nacional. Pelo quadro podemos ainda concluir que existem concelhos da sub-região que apresentam valores extremamente baixos quando comparados com essa mesma média nacional. Assim, em sete dos dez concelhos que formam a NUT Minho Lima, podemos observar que Arcos Valdevez (2792€), Melgaço (2800€), Monção (2837€), Paredes de Coura (2832€), Ponte da Barca (2911€), Ponte Lima (3055€), Valença (2927€) e Vila Nova de Cerveira (2928€) não atingem sequer a média da sub-região (3088 €) e muito menos a média nacional (3779 €).

Podemos assim afirmar com segurança, e tendo apenas em consideração o valor das pensões efectivamente recebidas por estes pensionistas, que o nível de bem-estar material destes cidadãos é necessariamente baixo. Sendo certo que alguns destes pensionistas acumulam outros rendimentos (por terem estado emigrados e serem pensionistas doutros sistemas de segurança social estrangeiros), ou ainda por terem algum tipo de rendimento complementar, a verdade é que uma parte significativa destes pensionistas vive efectivamente com dificuldades materiais em virtude do baixo valor destas pensões.

**NOTA:** Em 2006 foi aprovada legislação com vista a equiparar progressivamente as pensões ao salário mínimo nacional, medida política que visa precisamente combater a frágil situação económica destas pessoas. Note-se ainda que estes dados se reportam a 2004

**Quadro Nº 33: Indicadores de protecção social por município**

	Valor médio do subsídio de doença	Número médio de dias de subsídio de doença	Valor médio das prestações familiares
	Euros	Dias	Euros
<b>Portugal</b>	<b>829</b>	<b>70</b>	<b>497</b>
<b>Continente</b>	<b>828</b>	<b>70</b>	<b>495</b>
<b>Norte</b>	<b>843</b>	<b>80</b>	<b>500</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>616</b>	<b>59</b>	<b>514</b>
Arcos de Valdevez	460	56	535
Caminha	644	64	488
Melgaço	670	84	514
Monção	603	68	505
Paredes de Coura	428	50	521
Ponte da Barca	568	56	570
Ponte de Lima	489	55	558
Valença	444	48	506
Viana do Castelo	741	61	486
Vila Nova de Cerveira	530	54	489

Fonte: INE 2005

Analisando o quadro nº 33, podemos observar o valor médio do subsídio de doença, o número médio de dias de subsídio de doença e o valor médio das prestações familiares.

No primeiro caso, e comparando a média nacional e o valor médio da NUT, podemos verificar que o Minho Lima apresenta um valor médio inferior (616€), situação que se explica, entre outros motivos, pelos salários em média mais baixos praticados na sub-região. Relativamente ao valor médio das prestações familiares, acontece uma situação inversa, sendo superior o valor médio do Minho Lima (514€) quando comparado com a media nacional (497€).

Analisando com mais detalhe, podemos ainda verificar que em certos concelhos, designadamente nos mais desfavorecidos, este valor atinge, por exemplo, os 535€ em Arcos Valdevez, 570€, em Ponte da Barca ou os 558€ em Ponte Lima. Em contrapartida, nos concelhos do litoral, como Viana do Castelo ou Caminha, os valores enquadram-se perfeitamente dentro da média nacional, sendo mesmo inferiores.

**Quadro Nº 34: Pensões pagas pela segurança social por município**

	Unidade: milhares de euros							
	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pensionistas em 31.12.05	Total	Pensionistas em 31.12.05	Total	Pensionistas em 31.12.05	Total	Pensionistas em 31.12.05
<b>Portugal</b>	<b>10 426 179</b>	<b>10 253 112</b>	<b>1 229 445</b>	<b>1 216 270</b>	<b>7 687 587</b>	<b>7 559 334</b>	<b>1 509 147</b>	<b>1 477 508</b>
<b>Continente</b>	<b>10 009 309</b>	<b>9 844 760</b>	<b>1 161 739</b>	<b>1 149 251</b>	<b>7 414 196</b>	<b>7 292 111</b>	<b>1 433 374</b>	<b>1 403 398</b>
<b>Norte</b>	<b>3 197 083</b>	<b>3 144 905</b>	<b>429 094</b>	<b>424 470</b>	<b>2 298 798</b>	<b>2 260 849</b>	<b>469 191</b>	<b>459 586</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>225 093</b>	<b>220 795</b>	<b>33 681</b>	<b>33 373</b>	<b>158 906</b>	<b>155 685</b>	<b>32 506</b>	<b>31 737</b>

Fonte: INE 2005

**“A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”**

• **DESEMPREGO**

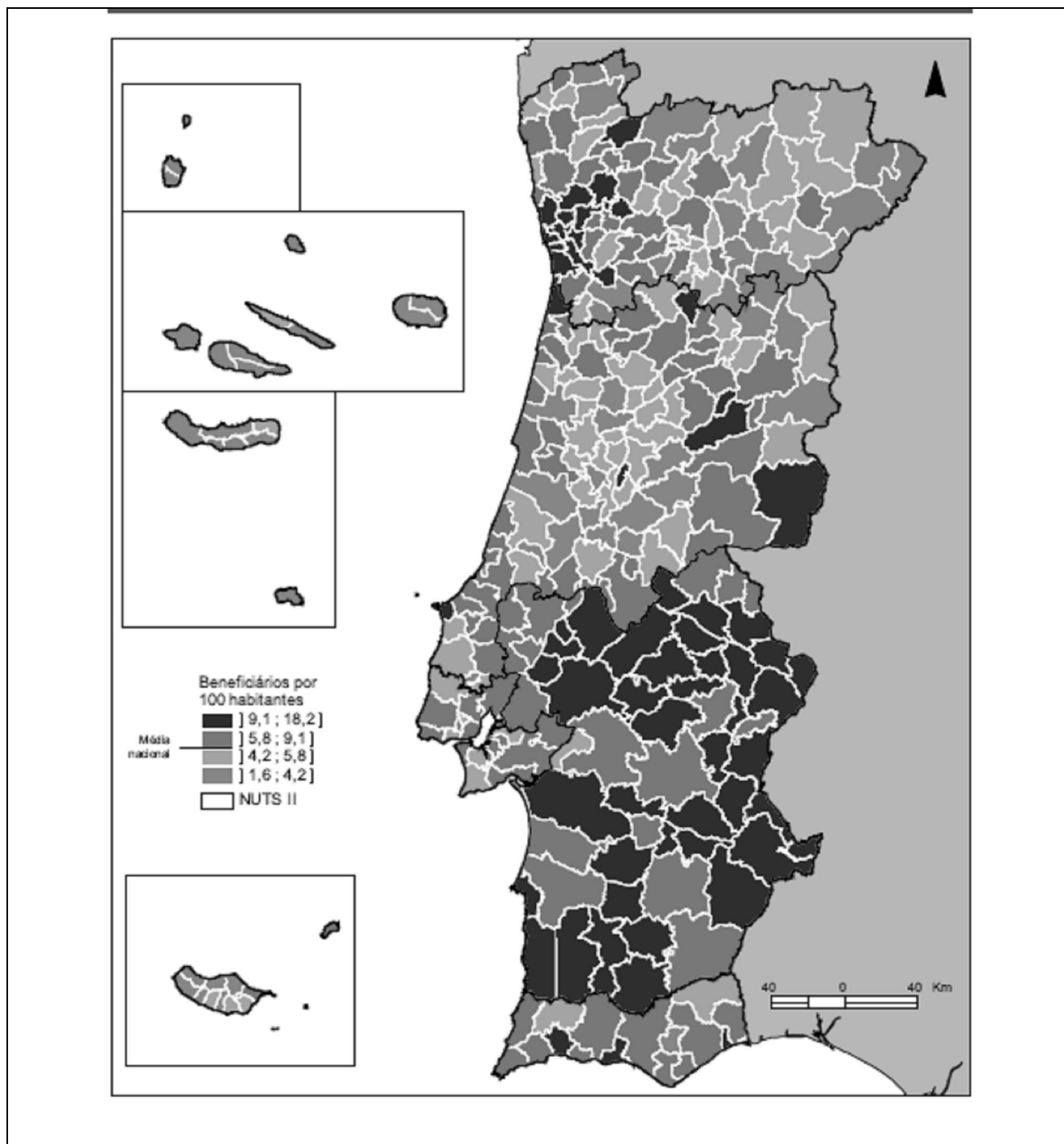
**Quadro Nº 35: Beneficiários de subsídios de desemprego, segundo o sexo e idade, por município,**

Unidade: N.º											
	Total	Sexo				Idade					
		Homens		Mulheres		Menos de 24 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos
		Total	Novos beneficiários	Total	Novos beneficiários						
<b>Portugal</b>	506 445	225 131	94 513	281 266	117 618	48 001	71 887	125 248	100 454	51992	108 863
<b>Continente</b>	491 084	217 951	91 178	273 118	114 155	45 808	69 359	121 586	97 362	50580	106 389
<b>Norte</b>	211 387	95 475	37 799	115 912	47 348	21 016	28 431	51 417	42 764	22385	45 374
<b>Minho Lima</b>	<b>8 875</b>	<b>3 443</b>	<b>1 501</b>	<b>5 432</b>	<b>2 383</b>	<b>1 064</b>	<b>1 495</b>	<b>2 342</b>	<b>1 855</b>	<b>743</b>	<b>1 376</b>
Arcos de Valdevez	431	173	72	258	141	56	72	114	83	36	70
Caminha	531	198	81	333	142	58	87	130	125	39	92
Melgaço	144	53	31	91	44	23	27	42	31	8	13
Monção	403	162	65	241	94	50	87	100	59	26	81
Paredes de Coura	264	131	55	133	49	31	33	60	60	17	63
Ponte da Barca	364	154	84	210	95	46	77	95	78	34	34
Ponte de Lima	1 793	559	249	1 234	537	235	298	512	376	135	237
Valença	567	251	117	316	155	60	91	126	111	51	128
Viana do Castelo	4 058	1 647	698	2 411	1 039	476	677	1 075	871	368	591
Vila Nova de Cerveira	320	115	49	205	87	29	46	88	61	29	67

Fonte: INE 2005

De acordo com os dados expressos no quadro nº 35, podemos claramente confirmar uma tendência: o desemprego é sobretudo feminino, no Minho Lima mas também a nível nacional. De facto, e reportando-nos a 2005, podemos verificar que na sub-região existiam inscritas nos centros de emprego um total de 5432 mulheres, enquanto que se registavam inscritos 3443 homens.

**Beneficiários do subsídio de desemprego por 100 habitantes em idade activa, por município**



Fonte: INE 2005

• **PRESTAÇÕES FAMILIARES**

**Quadro Nº 36: Prestações familiares por município**

	Total			Abono de família a crianças e jovens			Subsídio de educação especial		
	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado
	N.º		Milhares de euros	N.º		Milhares de euros	N.º		Milhares de euros
<b>Portugal</b>	<b>1 199 595</b>	<b>1 746 285</b>	<b>596 151</b>	<b>1 155 921</b>	<b>1 718 855</b>	<b>557 791</b>	<b>5 909</b>	<b>6 193</b>	<b>7 159</b>
<b>Continente</b>	<b>1 118 535</b>	<b>1 629 123</b>	<b>553 847</b>	<b>1 085 432</b>	<b>1 603 576</b>	<b>519 647</b>	<b>5 763</b>	<b>6 035</b>	<b>6 949</b>
<b>Norte</b>	<b>472 206</b>	<b>682 837</b>	<b>236 069</b>	<b>458 509</b>	<b>670 892</b>	<b>221 143</b>	<b>3 398</b>	<b>3 566</b>	<b>3 672</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>25 954</b>	<b>37 861</b>	<b>13 330</b>	<b>25 372</b>	<b>37 370</b>	<b>12 626</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>10</b>

Fonte: INE, 2005

**1. RSI – RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO**

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é instituído pela Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que revoga o rendimento mínimo garantido.

Consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e um programa de inserção social por forma assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária.

**Quadro Nº 37: Beneficiários do rendimento social de inserção por município, segundo o sexo e a idade**

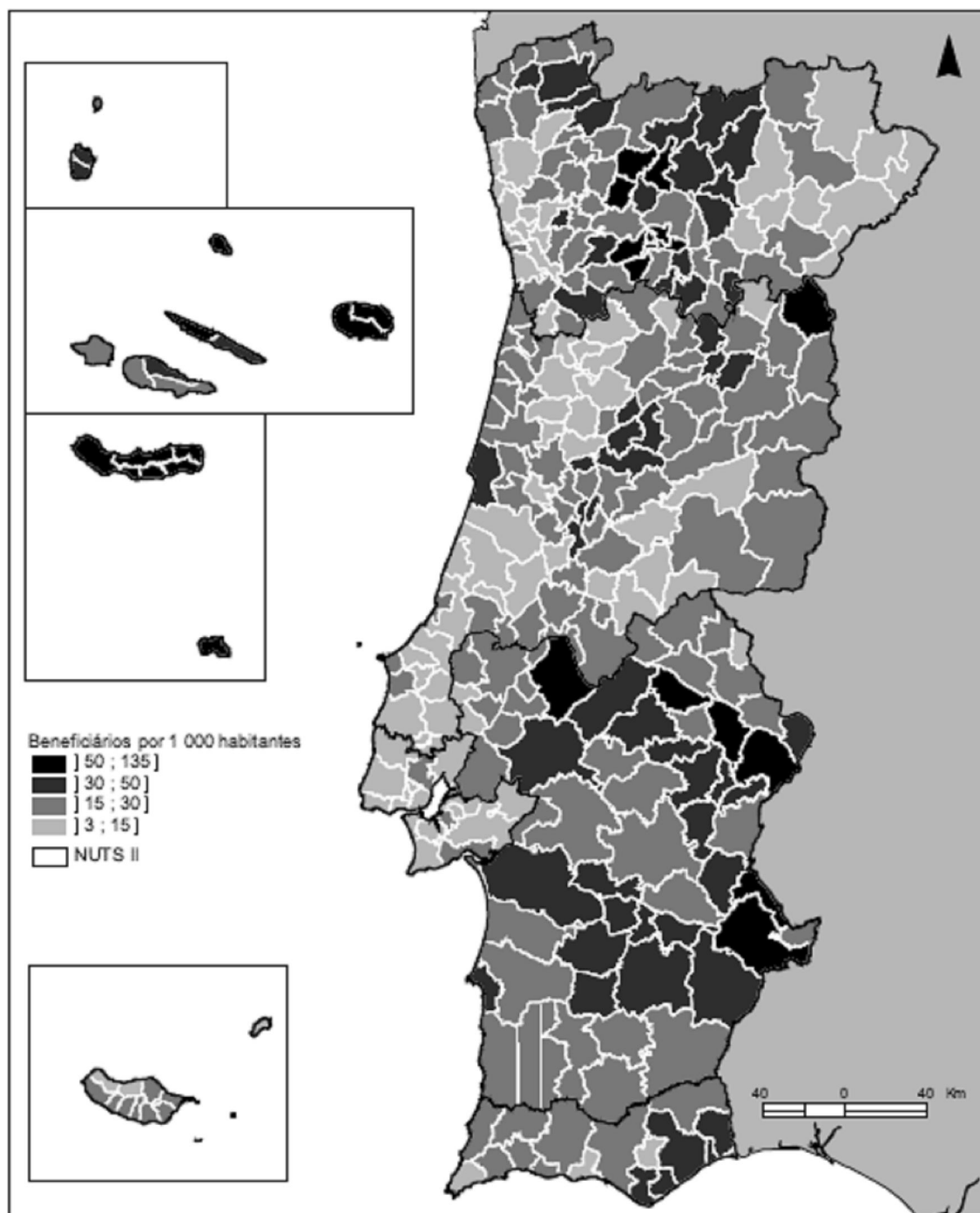
	Total	Sexo		Idade			
		Masculino	Feminino	Menos de 24 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 e mais anos
<b>Portugal</b>	<b>202 099</b>	<b>94 233</b>	<b>107 866</b>	<b>98 897</b>	<b>37 871</b>	<b>34 547</b>	<b>30 777</b>
<b>Continente</b>	<b>178 099</b>	<b>82 997</b>	<b>95 102</b>	<b>85 608</b>	<b>33 718</b>	<b>30 856</b>	<b>27 914</b>
<b>Norte</b>	<b>72 771</b>	<b>34 047</b>	<b>38 724</b>	<b>34 157</b>	<b>14 421</b>	<b>14 187</b>	<b>10 006</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>6 248</b>	<b>2 711</b>	<b>3 537</b>	<b>2 636</b>	<b>984</b>	<b>1 281</b>	<b>1 347</b>
Arcos de Valdevez	892	395	497	308	116	199	269
Caminha	291	123	168	103	42	58	88
Melgaço	164	69	95	59	24	30	51
Monção	354	129	225	114	54	73	113
Paredes de Coura	312	134	178	94	32	80	106
Ponte da Barca	432	191	241	207	62	98	65
Ponte de Lima	995	422	573	423	129	217	226
Valença	314	141	173	146	45	60	63
Viana do Castelo	2 359	1 039	1 320	1 141	456	443	319
Vila Nova de Cerveira	135	68	67	41	24	23	47

Fonte: INE 2005

Pela análise do quadro nº 37, podemos observar que em 2005 existiam mais mulheres (3537) que homens (2711) a receber o RSI (rendimento social de inserção). Por outro lado, são sobretudo jovens até aos 24 anos a receber esta prestação social (2636), seguida da faixa de população a partir dos 55 anos de idade.

Na faixa etária entre os 25 e os 39 anos registavam-se apenas 984 beneficiários de RSI no Minho Lima.

**Beneficiários do rendimento social de inserção por mil habitantes, por município**



Fonte: INE 2005



**Em resumo...**

**Pensionistas**

Nos últimos dez anos o número de pensionistas em Portugal tem aumentado continuamente. No final de 2005, existiam 2,6 milhões de pensionistas activos, correspondentes a um quarto da população residente. Daquele efectivo, 64% recebiam pensões por velhice, 12% por invalidez e cerca de um quarto por sobrevivência. Esta distribuição é semelhante para todas as regiões do país, com excepção da R. A. Açores, onde os beneficiários de pensão por velhice não ultrapassavam 52% do total e os beneficiários de pensão de invalidez e de sobrevivência atingiam 18% e 30%, respectivamente. Face a 2004, o número de pensionistas aumentou 2%, em resultado do acréscimo observado no número de beneficiários de pensões de velhice (+ 3%) e de sobrevivência (+1%) e no decréscimo de 5% no número de pensionistas por invalidez. Na R. A. Açores, o número de pensionistas era inferior a um quinto da população residente, sendo que, nesta região, apenas 10% da população residente beneficiava de pensões por velhice, enquanto o valor de referência para Portugal era de 16%. No extremo oposto, encontrava-se o Alentejo, onde um em cada três habitantes era pensionista, (sendo que os pensionistas por velhice representavam 22% da população residente e os pensionistas por sobrevivência 8%). A esta constatação, não é alheio o facto do Alentejo ser a região que apresenta o índice de envelhecimento mais elevado, passando-se precisamente o inverso na R. A. Açores. Cerca de 70% dos municípios portugueses apresentavam uma concentração de pensionistas, face à população residente, superior à média nacional.

**Valor da pensão**

A pensão média associada aos pensionistas activos no final do ano cresceu 6%, entre 2004 e 2005, na sequência de uma evolução semelhante observada nos três tipos de pensão. Assim, no final de 2005, a pensão média anual por velhice ascendia a 4 505 euros, superando as pensões médias por invalidez e sobrevivência: 3 920 e 2 286 euros, respectivamente. Em todas as regiões do país, a pensão média por velhice superava a pensão média por invalidez, com excepção da R. A. Açores. Com efeito, era nesta região que se registava a pensão média por velhice mais baixa. Nos três tipos de pensão, era na região de Lisboa que se observava o valor médio mais elevado.

**Desemprego**

Em 2005, mais de 500 mil indivíduos beneficiaram de subsídio de desemprego, sendo que 42% não haviam usufruído desta prestação em 2004. Porém, em termos líquidos, observou-se uma diminuição de 7% no número de beneficiários face a 2004. No Alentejo e no Norte, regiões onde o fenómeno do desemprego era particularmente grave, cerca de 9% e 8%, respectivamente, da população em idade activa beneficiava deste tipo de prestação. Pelo contrário, nas regiões autónomas – que apresentaram as taxas de desemprego mais baixas – aquela percentagem era de, respectivamente, 3% e 4% da população.

Cerca de 56% dos beneficiários de subsídio de desemprego eram mulheres. Em termos regionais, esta proporção alcançava o valor máximo no Algarve (62%) e o valor mínimo em Lisboa (51%). Cerca de um décimo dos beneficiários desta prestação social eram jovens (menos de 24 anos de idade). A este nível, as regiões autónomas revelavam um perfil distinto do continente: na R. A. Açores, os jovens constituíam 19% dos beneficiários do subsídio de desemprego e, na R. A. Madeira, 15%. No entanto, o grupo etário que, em todas as regiões, registava a maior proporção de beneficiários desta prestação era o dos indivíduos entre os 30 e os 39 anos.

Neste mesmo ano de 2005, a NUT Minho Lima registava valores perfeitamente dentro dos valores médios nacionais, (6% a 7%) como se pode ver na análise à figura 6 (página 43).

**Rendimento Social de Inserção**

O Rendimento Social de Inserção foi introduzido em 2004, substituindo o Rendimento Mínimo Garantido. Em 2005 cerca de 202 mil indivíduos beneficiaram do Rendimento Social de Inserção, sendo 53% do sexo feminino. Este perfil era comum a todas as regiões do país, tendo sido, em 2005, mais pronunciado na R. A. Açores, onde atingiu os 57%. Cerca de metade dos beneficiários deste rendimento eram indivíduos com menos de 24 anos. Na R. A. Açores, este grupo etário atingia 56% do total de beneficiários, enquanto no Centro era de 46%.

O número de beneficiários de RSI na sub-região do Minho Lima está próximo da média nacional, destacando-se no entanto os concelhos mais desfavorecidos de Arcos Valdevez, Paredes Coura e Ponte Barca com valores acima da média nacional. A média nacional era em 2005 de 19 beneficiários por mil habitantes (ver figura 7, na página 44).

## **10 - TECIDO ECONÓMICO E EMPRESARIAL**

As regiões do Norte, do Centro e de Lisboa representam no seu conjunto cerca de 85% do total do PIB nacional. Só a sub-região da Grande Lisboa era responsável isoladamente, em 2003, por quase um quarto do emprego nacional e por um terço da actividade produtiva nacional (32%).

Na região Norte este indicador atingiu os 28% e a sub-região Minho Lima, contribuiu com 1,5%, para o PIB nacional. A distribuição do PIB per capita face à média nacional demonstra fortes disparidades ao nível das regiões e das sub-regiões (NUTS III). Deste modo a assimetria entre o litoral e o interior é bem acentuada, e se no litoral a média do PIB per capita é superior à média nacional, no interior há uma forte concentração de valores abaixo da média nacional.

No seu conjunto, a região Norte apresenta cerca de 79% (9,9 milhares de Euros) da média nacional enquanto que a sub-região Minho Lima encontra-se no patamar abaixo da média nacional, com apenas 63% (cerca de 7,9 milhares de Euros).

A produtividade regional, que confronta o PIB gerado nessa região tendo em conta o emprego, ou seja o número de empregados desse território económico, confirma as disparidades regionais acima evidenciadas. As produtividades mais elevadas verificam-se no litoral e no sul do País.

**Quadro Nº 38: Indicadores das empresas por concelho**

Unidade: %							
	Proporção de emprego em sociedades anónimas	Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras	Proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento	Proporção de emprego total em actividades TIC (tecnologias de informação e comunicação)	Proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia	Taxa de constituição de sociedades	Taxa de dissolução de sociedades
	2004					2005	
<b>Portugal</b>	31	6,9	40	3,3	17	5,5	4,3
<b>Continente</b>	31	7,1	41	3,3	18	5,5	4,4
<b>Norte</b>	28	3,1	34	2,4	12	5,7	4,8
<b>Minho Lima</b>	<b>13</b>	<b>1,1</b>	<b>30</b>	<b>1,0</b>	<b>20</b>	<b>6,0</b>	<b>4,7</b>
Arcos de Valdevez	1	-	26	2,5	38	5,1	3,1
Caminha	2	-	39	0,2	4	4,0	7,6
Melgaço	2	5,9	31	-	-	5,3	10,6
Monção	4	0,5	16	0,9	22	6,2	5,7
Paredes de Coura	5	-	8	0,2	5	6,7	4,4
Ponte da Barca	-	-	13	0,8	4	5,4	1,5
Ponte de Lima	8	-	16	0,1	20	6,3	3,9
Valença	14	2,2	13	2,2	10	8,4	4,5
Viana do Castelo	17	0,1	39	1,3	19	5,9	4,3
Vila Nova de Cerveira	31	10,4	22	0,3	32	5,3	5,7

Fonte: INE, 2004 e 2005

Pela análise do quadro nº 38, podemos facilmente constatar a diferença em termos de trabalho altamente qualificado da NUT Minho Lima quando comparada com a média nacional. De acordo com os dados disponíveis, a proporção de emprego total em actividades TIC (tecnologias de informação e comunicação) apresenta no Minho Lima uma taxa de 1%, sendo a média nacional de 3,3%. Os dados sobre a proporção de emprego em serviços intensivos em conhecimento apresenta na sub-região um valor de 30%, sendo a média nacional de 40%.

Um sinal francamente positivo é indicado pela proporção do emprego na indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia. Existe portanto no Minho Lima uma indústria transformadora bem equipada e avançada em termos tecnológicos, superior mesmo à média nacional.

**Quadro Nº 39: Indicadores das empresas por município**

	Densidade de estabelecimentos	Proporção de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço	Proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos cuja sede se situa no município	Pessoal ao serviço por estabelecimento
	Nº./Km²	%		Nº.
	2004			
Portugal	4,9	88	70	6,4
Continente	4,8	88	71	6,4
Norte	6,5	85	75	7,1
Minho Lima	3,4	86	80	6,2

Fonte: INE, 2004 e 2005

**Quadro Nº 40: Empresas por concelho da sede, segundo a CAE (Código Actividade Económica)**

	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M a O
<b>Portugal</b>	<b>1 221 555</b>	<b>77 788</b>	<b>1 823</b>	<b>120 855</b>	<b>542</b>	<b>220 068</b>	<b>416 266</b>	<b>125 702</b>	<b>33 528</b>	<b>30 089</b>	<b>120 251</b>	<b>74 643</b>
<b>Continente</b>	<b>1 172 214</b>	<b>71 605</b>	<b>1 768</b>	<b>118 046</b>	<b>528</b>	<b>209 658</b>	<b>403 821</b>	<b>121 117</b>	<b>30 722</b>	<b>29 396</b>	<b>113 990</b>	<b>71 563</b>
<b>Norte</b>	<b>385 999</b>	<b>16 080</b>	<b>600</b>	<b>57 020</b>	<b>219</b>	<b>58 946</b>	<b>139 666</b>	<b>39 987</b>	<b>8 928</b>	<b>9 246</b>	<b>33 160</b>	<b>22 147</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>25 495</b>	<b>1 364</b>	<b>118</b>	<b>2 414</b>	<b>13</b>	<b>6 072</b>	<b>8 464</b>	<b>3 066</b>	<b>804</b>	<b>470</b>	<b>1 469</b>	<b>1 241</b>
Arcos de Valdevez	1 826	85	2	142	1	388	663	263	60	28	102	92
Caminha	2 476	181	1	162	3	756	691	313	42	32	151	144
Melgaço	790	34	-	58	-	172	282	118	39	14	35	38
Monção	1 959	78	34	178	2	445	729	238	66	30	74	85
Paredes de Coura	772	67	-	65	-	159	266	96	21	14	47	37
Ponte da Barca	968	67	3	67	-	202	318	169	35	16	41	50
Ponte de Lima	4 305	276	48	386	2	1 154	1 326	512	117	50	249	185
Valença	1 803	59	12	127	1	199	859	226	124	25	89	82
Viana do Castelo	9 458	470	15	1 137	3	2 337	3 016	998	168	236	593	485
Vila Nova de Cerveira	1 138	47	3	92	1	260	314	133	132	25	88	43

Fonte: INE 2006

**Quadro Nº 41: Sociedades por concelho da sede, segundo a CAE (Código Actividade Económica) 2006**

	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M a O
<b>Portugal</b>	<b>363 412</b>	<b>9 566</b>	<b>969</b>	<b>46 271</b>	<b>505</b>	<b>48 532</b>	<b>111 376</b>	<b>32 881</b>	<b>21 876</b>	<b>2 320</b>	<b>61 413</b>	<b>27 703</b>
<b>Continente</b>	<b>348 791</b>	<b>9 338</b>	<b>931</b>	<b>45 369</b>	<b>492</b>	<b>46 947</b>	<b>107 272</b>	<b>31 462</b>	<b>20 569</b>	<b>2 210</b>	<b>57 423</b>	<b>26 778</b>
<b>Norte</b>	<b>113 106</b>	<b>1 645</b>	<b>340</b>	<b>22 401</b>	<b>206</b>	<b>15 340</b>	<b>34 973</b>	<b>8 100</b>	<b>5 524</b>	<b>613</b>	<b>16 166</b>	<b>7 798</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>5 978</b>	<b>123</b>	<b>57</b>	<b>864</b>	<b>13</b>	<b>1 047</b>	<b>1 768</b>	<b>546</b>	<b>552</b>	<b>26</b>	<b>600</b>	<b>382</b>

Fonte: INE 2006

**Quadro Nº 42: Constituição e dissolução de sociedades, por concelho, segundo a CAE 2005**

	Unidade: N.º												
	Sociedades constituídas												Sociedades dissolvidas
	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q	
Portugal	22 312	489	32	1 839	67	2 738	6 257	2 044	875	124	5 453	2 394	15 771
Continente	21 187	463	30	1 768	64	2 583	5 961	1 886	851	122	5 185	2 274	15 208
Norte	7 214	101	15	896	18	890	2 180	561	244	52	1 518	739	5 418
Minho Lima	400	5	2	51	2	80	107	41	21	-	60	31	280

Fonte: INE 2006

#### LEGENDA DOS QUADROS Nº 40/42

A – agricultura, produção animal, caça e silvicultura  
 B – pesca  
 C – indústrias extractivas  
 S – indústrias transformadoras  
 E – produção e distribuição de electricidade, gás e água  
 F – construção  
 G – comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico  
 H – alojamento e restauração (restaurantes e similares)  
 I – transportes, armazenagem e comunicações  
 J – actividades financeiras  
 K – actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas  
 L – administração pública, defesa e segurança social (obrigatória)  
 M – educação  
 N – saúde e acção social  
 O – outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais  
 P – actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio  
 Q – organismos internacionais e outras instituições extra territoriais

#### Pólos empresariais na NUT III Minho Lima

Pólo empresarial de Penso  
 Pólo empresarial de Lagoa  
 Pólo empresarial S. Pedro da Torre  
 Pólo empresarial de Vila Nova Cerveira 1  
 Pólo empresarial de Vila Nova Cerveira 2  
 Pólo empresarial Formariz  
 Pólo empresarial Castanheira  
 Pólo empresarial de Âncora  
 Pólo empresarial Meadela  
 Pólo empresarial Neiva  
 Pólo empresarial Praia Norte  
 Pólo empresarial Queijada  
 Pólo empresarial Tabaço  
 Pólo empresarial Paço  
 Pólo empresarial Pedreiro  
 Pólo empresarial Lages  
 Pólo empresarial Refoios  
 Pólo empresarial S. Martinho da Gandra  
 Parque de Actividades do Alto Minho

### **Associações Comerciais, Industriais ou Empresariais da NUT Minho Lima**

- **CEVAL (Conselho Empresarial dos Vales do Lima e Minho)**

O CEVAL – Conselho Empresarial dos Vales do Lima e Minho, constituído em 5 de Junho de 1998, é uma instituição privada sem fins lucrativos, que abrange todo o tecido empresarial do Alto Minho.

Compõe o CEVAL as seguintes Associações:

- ACIAB – Associação Comercial e Industrial dos Arcos de Valdevez e Ponte da Barca;
- ACICMM – Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Monção e Melgaço;
- ACIVAC – Associação Comercial e Industrial dos Vales do Âncora e Coura;
- AEPL – Associação Empresarial de Ponte de Lima;
- AEVC – Associação Empresarial de Viana do Castelo.

O Conselho Empresarial foi criado com a missão de impulsionar a promoção, o desenvolvimento e das actividades económicas e empresariais nas regiões dos Vales do Lima e Minho contribuindo assim, para a defesa dos legítimos interesses dos seus associados e para o tão desejado desenvolvimento e progresso.

A actual estrutura do CEVAL, assenta em cinco pilares de acção estratégica:

- Internacionalização da economia dos Vales do Lima e Minho;
- Introdução das novas tecnologias da comunicação e informação;
- Formação Profissional;
- Informação/Divulgação;
- Qualidade.

Os seus objectivos específicos são o fomentar da coordenação entre as associações locais, aumentando assim o seu peso negocial e apoiando-as na penetração do tecido empresarial, prestando ainda serviços de apoio às actividades produtivas, reforçando o Associativismo, dinamizando as actividades produtivas locais e desenvolvendo uma colaboração estreita com as Associações empresariais nacionais e locais.

- **AI MINHO (Associação Industrial do Minho)**

A Associação Industrial do Minho (AI Minho) é uma Associação Empresarial de base territorial e enfoque regional, com o estatuto de entidade privada de utilidade pública sem fins lucrativos.

No âmbito da sua missão a AI Minho «intervém activamente nos fora regionais, nacionais e internacionais, de forma a criar as condições mais favoráveis à iniciativa empresarial, contribuindo desta forma para o desenvolvimento económico, social e cultural da região».

A Associação Industrial do Minho (AI Minho) é uma associação empresarial regional multi-sectorial. Criada em 1975, teve origem no Grémio das Industrias Metalúrgicas e Metalomecânicas de Braga, fundado em 1956.

A AI Minho é hoje uma das principais associações empresariais do país, com uma forte afirmação no movimento associativo: é Presidente da União Empresarial da Região Norte UERN e integra a Direcção da Confederação da Industria Portuguesa (CIP) e a presidência da Assembleia-geral da Federação Nacional do Metal (FENAME).

Com mais de 1.500 empresas associadas, dispõe de uma rede de 10 Delegações e está presente nos 24 concelhos do Minho, abrangendo os distritos de Braga e Viana do Castelo.

A AI Minho presta um conjunto alargado de serviços que vão desde a assessoria jurídica, consultoria nas áreas laboral, fiscal e comercial, investimento estrangeiro, até propriedade industrial e alvarás para a construção civil. Ao nível da Formação Profissional para Empresários/Quadros Superiores e activos das empresas, a AI Minho encontra-se entre os maiores prestadores de serviços da região, estando acreditada pelo INOFOR em todas as áreas de intervenção.

A associação presta informação técnica e documental relativa, nomeadamente, a programas de apoio ao investimento e legislação comunitária. Na Informação e negócios, as empresas contam com serviços de apoio à cooperação empresarial, com identificação de parceiros empresariais para projectos de cooperação de natureza comercial, técnica, financeira ou produtiva, através de bases de dados nacionais e internacionais, eurogabinetes e associações empresariais.

- **Associações de Municípios/Comunidade Urbanas**

- **VALIMAR**

A Comunidade Urbana Valimar (Valimar ComUrb) foi constituída a 11 de Março de 2004 pelos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo. A Valimar ComUrb tem pautado a sua acção pela continuidade do trabalho encetado pela extinta Associação de Municípios do Vale do Lima (Valima), mas tem igualmente apostado na união supra-municipal que está na sua base de acção.

A Valimar ComUrb tem assim como objecto a prossecução de interesses comuns aos municípios que a integram, nomeadamente na articulação dos investimentos de interesse supra-municipal e na coordenação de actuações entre os municípios e os serviços da Administração Central nas áreas das infra-estruturas de saneamento básico e abastecimento público, saúde, educação, ambiente e preservação da natureza e recursos naturais, segurança e protecção civil, acessibilidades e transportes, equipamentos de utilização colectiva, turismo e cultura, desporto e juventude e planeamento e gestão estratégica, económica e social, assim como a gestão territorial da área dos municípios integrantes.

A Valimar ComUrb, na constante procura da concretização dos seus objectivos, definiu uma estratégia própria de actuação mediante a concretização de um Plano Estratégico de Desenvolvimento e tem vindo a realizar um sem número de projectos de cariz supra-municipal e transfronteiriço onde o investimento ascende aos dez milhões de euros. Para o futuro, a Valimar ComUrb assume-se como uma interveniente activa na defesa de todos os interesses da região que representa mas também como matriz do desenvolvimento sustentável dos seus municípios.

- **COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO VALE DO MINHO**

A Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho (Vale do Minho-CI), enquanto Pessoa Colectiva de Direito Público, foi criada a 20 de Janeiro de 2004.

Esta nova entidade substitui a Associação de Municípios do Vale do Minho e dá continuidade ao trabalho de cooperação intermunicipal iniciado por esta.

A Vale do Minho-CI, constituída pelos municípios de Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira, tem por fim a realização de quaisquer interesses compreendidos nas atribuições dos municípios, com especial incidência para a defesa do Rio Minho e respectiva Bacia Hidrográfica e, designadamente o apoio, coordenação, gestão e concretização de iniciativas que contribuam para a prossecução dos seguintes fins públicos:

Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal

Coordenação das actuações entre municípios e os serviços da administração central, nas seguintes áreas:

- Infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento público
- Saúde
- Educação
- Ambiente, conservação da natureza e recursos naturais
- Segurança e Protecção Civil
- Acessibilidades e Transportes
- Equipamentos de utilização colectiva
- Apoio ao Turismo e à Cultura
- Apoios ao desporto, à juventude e às actividades de lazer

Planeamento e gestão estratégica, económica e social

Gestão territorial na área dos municípios integrantes

**Em resumo...**

**Constituição e dissolução de sociedades**

Durante 2005 foram registadas pelo Ministério da Justiça cerca de 22 mil novas sociedades no país, número inferior em 7% às cerca de 24 mil registadas em 2004. Esta diminuição verificou-se em todas as regiões, com especial incidência na R.A. Madeira e Alentejo (-43% e -11%, respectivamente). A taxa de constituição de sociedades foi de 6,6% em 2004 e 5,5% em 2005. A R.A. Madeira observou a maior redução face ao ano anterior tendo esta proporção passado de 13,5% em 2004 para 6,5% em 2005. Porém, a R.A. Madeira detinha uma das mais elevadas taxas regionais de constituição de sociedades (a par do Algarve e da R.A. Açores). A região Centro apresentou o menor dinamismo de constituição de sociedades, com uma proporção de 5,2% em 2005.

Paralelamente, o número de sociedades dissolvidas (por falência, deliberação dos sócios ou outros motivos) registadas pelo Ministério da Justiça foi de cerca de 16 mil em 2005, tendo representado um aumento de 16% face a 2004. Ponderando pelo número de sociedades existentes no ano anterior ao do registo da dissolução - taxa de dissolução -, observou-se um incremento na proporção de sociedades dissolvidas, tendo passado de 3,9% em 2004 para 4,3% em 2005. Em termos regionais destacavam-se o Norte, o Centro e o Alentejo ao apresentarem valores acima da média nacional, tendo sido, contudo, nas regiões autónomas e em Lisboa que se registaram os maiores incrementos na taxa de dissolução de sociedades entre 2004 e 2005.

Ao nível das NUT III, a dissolução de sociedades teve maior importância relativa em municípios do interior do país, em particular nas sub-regiões Minho Lima, Tâmega e Ave. Na região Centro, foram os municípios da Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Dão Lafões que apresentaram as mais elevadas taxas de dissolução de sociedades.

## 11 - CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

A habitação é um dos principais indicadores para a avaliação do desenvolvimento de uma dada região ou população. Apesar de se ter assistido nos últimos anos a uma melhoria das condições – electricidade, água canalizada, saneamento básico e instalações sanitárias – uma parte da população portuguesa continua a viver em alojamentos desprovidos de tais condições.

Pela análise do quadro nº 43, podemos verificar a existência de 109.682 edifícios de habitação familiar clássica na NUT Minho Lima, em 2001. Em 2005, existiam na sub-região do Minho Lima 114.708 habitações. O número de alojamentos familiares clássicos progrediu de 134.818 em 2001 para 142.111 em 2005. Atendendo ao facto de que a população residente no Minho Lima era de aproximadamente 250.000 habitantes, temos portanto que concluir que a sub-região tem habitações suficientes, em termos puramente aritméticos, para a população residente. Claro está que existem famílias a habitar alojamentos não clássicos \* (ver quadro nº 44)

**Quadro Nº 43: Estimativas do parque habitacional**

Unidade: N.º										
	Edifícios de habitação familiar clássica					Alojamentos familiares clássicos				
	2001	2002	2003	2004	2005	2001	2002	2003	2004	2005
Portugal	3.195.470	3.247.719	3.291.818	3.324.998	3.355.748	5.113.956	5.237.466	5.325.238	5.393.096	5.456.280
Continente	3.030.871	3.080.452	3.122.032	3.153.273	3.181.894	4.922.490	5.039.246	5.122.809	5.186.947	5.245.986
Norte	1.115.042	1.134.597	1.151.032	1.162.662	1.172.988	1.646.040	1.695.764	1.727.947	1.750.000	1.770.736
Minho Lima	109.682	111.287	112.803	113.828	114.708	134.818	137.154	139.398	140.723	142.111

Fonte: INE, 2001-2005

**Quadro Nº 44: Alojamentos, famílias, pessoas residentes e pessoas presentes, segundo o tipo de alojamento**

Zona Geográfica	Total Geral	Alojamentos Familiares						
Alojamentos Famílias Pessoas		Clássicos	Alojamentos Não Clássicos					
			Total	Barracas	Casas rudimentares de madeira	Móveis	Improvísados	Outros
Minho Lima								
Alojamentos	133420	132885	392	136	51	13	143	49
Famílias clássicas	83016	82595	395	138	51	13	144	49
Famílias institucionais	57	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas residentes	250275	247282	1146	429	161	39	384	133
Pessoas presentes	243714	239194	1103	415	158	37	365	128

Fonte: INE 2001

\* Alojamento familiar clássico: Divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício com carácter permanente ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido se destina à habitação permanente de uma família, não estando no momento do Censos a servir totalmente para outros fins.

\*\* Alojamentos não clássicos: Barracas, casas rudimentares de madeira, móveis, improvisados.



## “A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”

Pela análise do quadro nº 45, que nos apresenta os indicadores da construção e habitação, podemos verificar que os valores da sub-região se apresentam muito similares comparativamente aos valores nacionais. No entanto, o número de reconstruções é consideravelmente superior à média nacional. Assim, no que respeita ao índice de reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas, entre 2003-2005, o Minho Lima apresenta um valor de 15,8 e a média nacional fica-se pelos 4,8; o mesmo acontece relativamente ao índice de reconstruções concluídas por 100 construções novas no mesmo período temporal, sendo a média da sub-região de 15,9 e a nacional de apenas 5.

**Quadro Nº 45: Indicadores da construção e habitação**

	Licenciamento de construções novas para habitação familiar				Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas 2003-2005	Conclusão de construções novas para habitação familiar				Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas 2003-2005
	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície habitável das divisões		Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície habitável das divisões	
	N.º			m²		N.º			m²	
	2005									
Portugal	2,5	0,9	4,8	19,5	4,8	2,4	0,9	4,8	18,7	5,0
Continente	2,5	0,9	4,9	19,7	5,0	2,4	0,9	4,8	18,7	5,1
Norte	2,5	0,8	5,1	20,0	7,1	2,4	0,9	4,9	18,4	7,0
Minho Lima	2,2	0,6	5,4	20,5	15,8	2,2	0,8	5,1	19,3	15,9

Fonte: INE, 2004 e 2005

O valor médio dos prédios é inferior na sub-região Minho Lima quando comparado com o valor médio nacional (ver quadro nº 46). De facto, o valor médio total em 2004/2005 no Minho Lima era aproximadamente metade do valor médio nacional. Isto significa obviamente que a habitação é claramente menos cara na sub-região que noutras zonas do país e decididamente é bastante inferior à média nacional.

**Quadro Nº 46: Indicadores da construção e habitação**

Unidade: €									
	Valor médio dos prédios								Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante
	Transaccionados				Hipotecados				
	Total	Dos quais:			Total	Dos quais:			
		Urbanos		Rústicos		Urbanos		Rústicos	
		Total	Em propriedade horizontal			Total	Em propriedade horizontal		
	2004								
Portugal	84.061	96.630	93.812	25.601	113.085	111.299	96.523	148.002	1.623
Continente	84.614	96.523	93.099	25.945	112.432	110.803	96.484	146.087	1.600
Norte	66.589	76.930	76.203	21.652	97.787	97.132	81.673	109.863	1.234
Minho Lima	42.061	64.103	68.916	10.974	98.280	94.587	79.385	135.600	956

Fonte: INE, 2004 e 2005

**Em resumo...**

**Construção**

O número total de obras licenciadas pelas câmaras municipais voltou a diminuir em 2005. O valor registado, de 49,5 mil licenças concedidas para obras, é o mais baixo desde 1993, e face a 2004 representa uma quebra de 4,6%.

A diminuição mais acentuada verificou-se no Alentejo, com menos 8,1% de licenças concedidas, seguida da Região Centro (5,6%) e da R. A. Madeira (5,1%). Apenas a R. A. Açores contrariou esta tendência, tendo registado um aumento de 1,7% no total de licenças concedidas.

A diminuição na atribuição licenças estendeu-se a todos os tipos de obra e praticamente a todas as regiões. Assim, a atribuição de licenças para construções novas caiu 4,4% face a 2004, e para ampliações, alterações e reconstruções a descida foi de 4%. Esta tendência negativa apenas foi contrariada na R. A. Açores para o primeiro tipo de licenças (crescimento de 4,6%) e em Lisboa e no Algarve para o segundo tipo (aumento em 2,3% e 4,7%, respectivamente). As diminuições mais acentuadas verificaram-se no Alentejo e no Centro. As licenças para construções novas continuaram a representar mais de três quartos do total de licenças atribuídas.

**Crédito à habitação (hipotecário) – credores / devedores**

Em 2004, o valor do crédito hipotecário concedido por contratos com hipoteca voluntária ultrapassou pela primeira vez o valor dos 19 mil milhões de euros, no que se traduziu num crescimento de 8% face a 2003. Este crescimento resultou, exclusivamente, do aumento de 9% no valor do crédito concedido por instituições de crédito. Como consequência desta evolução, as instituições de crédito passaram a ser responsáveis pela concessão de 99% do crédito hipotecário no continente, sendo o 1% em falta da responsabilidade de pessoas singulares.

No que diz respeito à natureza dos devedores, esta manteve-se inalterada face a 2003, sendo as pessoas singulares responsáveis por 86% do crédito obtido, enquanto outras pessoas colectivas eram responsáveis pelos restantes 14%. Em termos regionais, apenas a R. A. Madeira, o Algarve e o Alentejo se distinguem claramente deste padrão. A R. A. Madeira e o Algarve por apresentarem uma maior proporção de outras pessoas colectivas como devedoras: 27% e 23%, respectivamente; e o Alentejo, ao invés, por apresentar a mais elevada proporção de pessoas singulares como devedoras:

Na sua maioria, os municípios com valores superiores à média nacional situam-se no Litoral, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (ou em zonas limítrofes) e no Algarve. Inversamente, os valores mais baixos de crédito hipotecário concedido registam-se em municípios do Interior.

## 12 – TRANSPORTES

É importante analisar os principais indicadores em termos de transportes da NUT, particularmente no que respeita ao movimento do porto de Viana do Castelo. Assim, e através da análise do movimento de mercadorias no porto, podemos verificar a existência de um elevado défice em termos de saída e entrada de mercadoria (quadro nº 48). Reportando a 2004, podemos assim constatar, e apenas relativamente a mercadorias, que no porto de Viana Castelo foram descarregadas 573 075 toneladas e carregadas apenas 47475 toneladas. Esta breve análise permite concluir que o porto de Viana é sobretudo um porto de descarga de mercadoria (importação), não constituindo propriamente um porto de expedição de mercadoria nacional para o estrangeiro (exportação). O porto de Viana Castelo não prevê a entrada ou saída de embarcações de passageiros.

**Quadro Nº 47: Movimento nos portos nacionais**

	Embarcações de comércio entradas		Passageiros			Contentores		Mercadorias	
			Embarcados	Desembarcados	Em trânsito	Carregados	Descarregados	Carregadas	Descarregadas
	N.º	TPB	N.º					t	
<b>Portugal</b>	<b>11 808</b>	<b>118 448 788</b>	<b>324 954</b>	<b>324 606</b>	<b>x</b>	<b>343 200</b>	<b>342 319</b>	<b>15 999 821</b>	<b>43 624 034</b>
<b>Continente</b>	<b>10 172</b>	<b>108 587 234</b>	<b>17 941</b>	<b>17 593</b>	<b>x</b>	<b>301 239</b>	<b>300 470</b>	<b>15 872 071</b>	<b>41 549 342</b>
Aveiro	1 038	4 035 945	-	-	x	-	2	663 528	2 464 079
Faro	33	116 976	-	-	x	-	-	2 001	79 851
Figueira da Foz	294	985 451	-	-	x	4 339	688	681 160	317 404
Leixões	2 611	24 792 888	132	129	x	111 289	116 947	3 453 745	9 528 941
Lisboa	3 270	34 507 549	17 809	17 464	x	173 430	170 123	3 604 012	7 065 837
Portimão	50	111 451	-	-	x	-	-	63 893	8 824
Setúbal	1 666	13 423 412	-	-	x	5 855	6 109	2 430 813	4 002 973
Sines	921	29 370 160	-	-	x	6 326	6 601	4 925 444	17 508 358
<b>Viana do Castelo</b>	<b>208</b>	<b>1 089 516</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>x</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>47 475</b>	<b>573 075</b>
Outros	81	153 886	-	-	x	-	-	-	-
<b>R. A. Madeira</b>	<b>1 636</b>	<b>9 861 554</b>	<b>307 013</b>	<b>307 013</b>	<b>x</b>	<b>41 961</b>	<b>41 849</b>	<b>127 750</b>	<b>2 074 692</b>
Funchal	1 135	8 658 720	154 018	152 995	x	40 823	40 633	125 020	1 544 295
Porto Santo	399	633 577	152 995	154 018	x	1 138	1 216	2 730	50 031
Zona Franca da Madeira	102	569 257	-	-	x	-	-	-	480 366

Fonte: INE 2004

**Quadro Nº 48: Indicadores de transportes na NUT Minho Lima**

	Veículos automóveis vendidos por 1000 habitantes	Índice de gravidade dos acidentes	Proporção de acidentes de viação com vítimas nas auto-estradas
	N.º		%
<b>Portugal</b>	<b>24,3</b>	<b>x</b>	<b>x</b>
<b>Continente</b>	<b>24,1</b>	<b>3,0</b>	<b>5,5</b>
<b>Norte</b>	<b>16,8</b>	<b>2,7</b>	<b>4,8</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>17,6</b>	<b>3,5</b>	<b>2,4</b>

Fonte: INE Anuários Estatísticos Regionais 2005

**Em resumo...**

**Vendas de automóveis**

Em 2005, segundo os registos na Conservatória do Registo Automóvel, foram vendidos em Portugal mais de 257 mil veículos, 73% dos quais ligeiros de passageiros. As regiões Alentejo, Centro e Norte registaram valores inferiores à média nacional já que a importância relativa deste tipo de veículos oscilou entre 67% e 68%. Em contrapartida, nestas regiões, observaram-se as maiores importâncias relativas de veículos automóveis ligeiros de mercadorias e de tractores agrícolas, no total de veículos vendidos.

**Transporte ferroviário**

No final de 2004, existiam 2,8 mil quilómetros de linhas ferroviárias em utilização em Portugal continental, o que significou um acréscimo de apenas 18 km de linha face a 2003. Cerca de 66% desta infra-estrutura localizava-se no Centro e no Alentejo, as duas regiões com maior área do país. O volume de mercadorias transportadas aumentou 4,4%, entre 2003 e 2004. Apenas no Alentejo, o volume de mercadorias transportadas, para esta região ou a partir desta região, aumentou. Nas restantes regiões, observou-se uma diminuição das mercadorias transportadas para o Norte e Centro e um aumento das destinadas a Lisboa e Algarve. Analisando o contributo regional das mercadorias transportadas no Continente, destacou-se o Alentejo como emissor de mercadorias transportadas essencialmente devido à entrada de mercadorias através do porto de Sines que são posteriormente enviadas para as restantes regiões. Também o Norte se distinguiu mas como região receptora de mercadorias. Assim, Lisboa e o Alentejo foram as regiões de origem que registaram maior volume de mercadorias transportadas (quase 6 milhões de toneladas), representando cerca de 70% do volume total. Lisboa, tal como o Norte, destacou-se também como região de destino. Estas duas regiões receberam mais de 73% das mercadorias enviadas de outras regiões, proporção que correspondeu a 6 milhões de toneladas de mercadorias transportadas.

### 13 – TURISMO

A capacidade de alojamento no ano 2001 traduzia-se em 2110 quartos (4368 camas), representando 15% do total da oferta no Norte do País. A nível de dormidas, a RTAM (região de turismo do Alto Minho) assume 13% das dormidas da Região Norte, sendo 65% de nacionais, seguindo-se ingleses (10%) e espanhóis (7%). Em termos de Turismo Rural, a RTAM dispõe de 116 estabelecimentos.

Os números mais recentes (2006) apontam para cerca de 450.000 visitantes, distribuídos pelas 14 delegações de Turismo. Existe uma delegação por cada concelho, sendo que no caso de Caminha existem duas (Vila Praia de Âncora) e desta RTAM fazem parte ainda os concelhos de Esposende, Barcelos e Terras de Bouro, que administrativamente não pertencem à NUT Minho Lima.

De 1997 a 2000 houve uma evolução positiva dos visitantes que aumentaram cerca de 43%. Cinco Delegações de Turismo – Viana do Castelo com 38.000 visitantes; Vila Praia de Âncora (29.237); Barcelos (21.691); Esposende (17.000) e Gerês (14.387) representam 69% das visitas às Delegações da RTAM. Os turistas nacionais são essencialmente da Grande Lisboa e do Grande Porto. Os turistas estrangeiros vêm sobretudo da vizinha Galiza, das Astúrias, de Madrid e da Catalunha (mercado de proximidade).

O Alto Minho tem condições de diferenciação como destino turístico, não só em termos culturais e sociais, mas também económicos. Como é sabido, acontecem anualmente na sub-região do Minho Lima centenas de eventos de carácter cultural e etnográfico, desde o Roteiro dos Domingos Gastronómicos, a Rota de Vinhos, Artesanato, Festas, Feiras e Romarias.

**Figura A: Movimento de turistas nas 14 delegações RTAM em 2006**

	ARCOS VALDEVEZ	BARCELOS	CAMINHA	ESPOSENDE	GERES	MELGAÇO	MONÇÃO	PAREDES COURA	PONTE BARCA	PONTE LIMA	VALENÇA	VIANA CASTELO	VILA NOVA CERVEIRA	VILA PRAIA ÂNCORA	TOTAIS
ALEMANHA	121	2626	420	1991	687	221	378	42	307	555	474	2904	179	812	11717
ÁUSTRIA	2	938	51	203	111	166	44	14	20	32	64	230	17	9	1901
BÉLGICA	22	806	71	1236	196	247	258	43	90	225	458	775	92	333	4852
DINAMARCA	8	205	18	541	193	136	280	22	36	109	94	354	21	38	2055
ESPANHA	1918	7766	3837	7111	1675	3492	10720	2130	1031	4063	21407	16183	4461	6194	91988
FINLÂNDIA	1	48	7	93	15	54	61	2	35	25	66	213	10	56	686
FRANÇA	567	14109	1040	5649	873	445	728	490	1425	1673	2160	5958	483	5572	41172
GRÉCIA	0	97	0	87	10	0	45	0	12	5	57	22	0	6	341
HOLANDA	123	1438	363	1619	514	142	236	38	313	488	444	1664	230	530	8142
INGLATERRA	297	1863	727	2254	627	293	747	453	494	1308	1575	3704	286	2264	16892
IRLANDA	8	237	33	413	33	27	43	5	35	106	518	260	23	95	1836
ITÁLIA	70	2450	82	476	113	0	137	15	91	246	827	1342	39	137	6025
LUXEMBURGO	0	56	30	102	36	10	107	52	14	13	451	29	10	43	953
SUÉCIA	4	30	12	126	57	10	58	29	5	74	145	156	33	42	781
AUSTRÁLIA	4	305	3	80	148	0	73	0	26	0	205	0	13	34	891
BRASIL	58	2592	79	148	109	66	247	76	51	418	1104	1140	98	144	6330
CANADA	0	587	0	0	0	64	201	59	0	77	525	395	0	0	1908
E.U.A.	28	856	55	273	160	57	70	127	70	289	1196	503	82	99	3865
JAPÃO	2	178	7	43	26	0	11	3	8	62	89	253	17	0	699
OUTROS PAISES	231	2254	201	850	488	342	911	69	716	444	1355	1635	257	792	10545
<b>PORTUGAL</b>	<b>11235</b>	<b>39429</b>	<b>5715</b>	<b>18651</b>	<b>12314</b>	<b>8995</b>	<b>15028</b>	<b>9879</b>	<b>12976</b>	<b>17424</b>	<b>18104</b>	<b>19525</b>	<b>13502</b>	<b>33293</b>	<b>236070</b>
TOTAL ESTRANGEIROS	3464	39441	7036	23295	6071	5772	15355	3669	4779	10212	33214	37720	6351	17200	213579
<b>TOTAL DE TURISTAS</b>	<b>14699</b>	<b>78870</b>	<b>12751</b>	<b>41946</b>	<b>18385</b>	<b>14767</b>	<b>30383</b>	<b>13548</b>	<b>17755</b>	<b>27636</b>	<b>51318</b>	<b>57245</b>	<b>19853</b>	<b>50493</b>	<b>449649</b>

Analisando o quadro 49, podemos verificar que a estadia média de hóspedes estrangeiros em termos de noites passadas no estabelecimento hoteleiro é mais baixa que a média nacional. Uma média inferior a 2 noites (1,9) na sub-região, contrastando com a média de 4 noites a nível nacional. Também a capacidade de alojamento por 1000 habitantes (14,4) é inferior à média nacional (25).

**Quadro Nº 49: Indicadores de hotelaria por município**

	Estado média de hóspedes estrangeiros	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiros	Proporção de dormidas entre Julho Setembro	Dormidas em. Hotéis e similares por 100 habitantes	Proveitos de aposento por capacidade de alojamento
	N.º de noites	N.º		%		N.º	milhares de euros
<b>Portugal</b>	<b>4,0</b>	<b>25,0</b>	<b>1,1</b>	<b>51,9</b>	<b>36,8</b>	<b>336,1</b>	<b>4,0</b>
<b>Continente</b>	<b>3,6</b>	<b>22,5</b>	<b>1,0</b>	<b>49,9</b>	<b>38,1</b>	<b>285,1</b>	<b>3,8</b>
<b>Norte</b>	<b>2,0</b>	<b>9,3</b>	<b>0,5</b>	<b>32,9</b>	<b>34,7</b>	<b>92,0</b>	<b>3,1</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>1,9</b>	<b>14,4</b>	<b>0,6</b>	<b>23,1</b>	<b>40,7</b>	<b>111,3</b>	<b>x</b>
Arcos de Valdevez	§	6,9	§	§	§	§	x
Caminha	2,0	41,4	1,6	18,2	40,7	375,7	x
Melgaço	2,8	27,4	0,8	3,8	51,2	213,0	x
Monção	1,8	11,1	0,3	10,2	49,6	56,3	x
Paredes de Coura	...	4,6	...	...	...	...	x
Ponte da Barca	§	9,4	§	§	§	§	x
Ponte de Lima	2,4	6,5	0,4	18,8	38,4	64,1	x
Valença	1,4	27,2	1,7	19,7	37,1	237,0	x
Viana do Castelo	1,9	13,7	0,6	34,3	39,1	102,7	x
Vila Nova de Cerveira	1,6	19,7	1,2	24,2	44,0	177,6	x

Fonte: INE Anuários Estatísticos Regionais 2005

Numa análise mais fina, podemos ver a partir do quadro 50 que os concelhos da sub-região mais preparados em termos turísticos são precisamente os do litoral (Caminha com 11 estabelecimentos hoteleiros e Viana Castelo com 19). Também em termos de capacidade de alojamento estes dois concelhos se destacam dos restantes.

**Quadro Nº 50: Estabelecimentos e capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por município**

	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento				Proveitos de aposento			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
	N.º								milhares de euros			
<b>Portugal</b>	<b>2 012</b>	<b>607</b>	<b>878</b>	<b>527</b>	<b>263 814</b>	<b>126 445</b>	<b>41 523</b>	<b>95 846</b>	<b>1 059 957</b>	<b>688 803</b>	<b>78 778</b>	<b>292 376</b>
<b>Continente</b>	<b>1 738</b>	<b>518</b>	<b>797</b>	<b>423</b>	<b>227 283</b>	<b>106 252</b>	<b>38 019</b>	<b>83 012</b>	<b>869 513</b>	<b>571 673</b>	<b>69 332</b>	<b>228 508</b>
<b>Norte</b>	<b>450</b>	<b>118</b>	<b>275</b>	<b>57</b>	<b>34 631</b>	<b>18 926</b>	<b>12 132</b>	<b>3 573</b>	<b>107 873</b>	<b>74 286</b>	<b>19 127</b>	<b>14 460</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>61</b>	<b>12</b>	<b>35</b>	<b>14</b>	<b>3 622</b>	<b>1 380</b>	<b>1 578</b>	<b>664</b>	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>
Arcos de Valdevez	3	-	3	-	169	-	169	-	x	x	x	x
Caminha	11	2	5	4	699	305	231	163	x	x	x	x
Melgaço	3	1	1	1	266	100	102	64	x	x	x	x
Monção	4	1	3	-	220	120	100	-	x	x	x	x
Paredes de Coura	1	-	1	-	43	-	43	-	x	x	x	x
Ponte da Barca	4	-	3	1	123	-	115	8	x	x	x	x
Ponte de Lima	5	2	3	-	292	180	112	-	x	x	x	x
Valença	7	2	4	1	390	188	166	36	x	x	x	x
Viana do Castelo	19	4	10	5	1 247	487	487	273	x	x	x	x
Vila Nova de Cerveira	4	-	2	2	173	-	53	120	x	x	x	x

Fonte: INE Anuários Estatísticos Regionais 2005

**Em resumo...**

**Alojamento turístico regional**

Existiam em 2005 cerca de dois mil estabelecimentos hoteleiros classificados na Direcção Geral do Turismo, o que significou um acréscimo da oferta hoteleira de 3% face ao ano anterior. O aumento do número de estabelecimentos observou-se em todas as regiões do país, verificando-se que a sua concentração era superior nas regiões Norte (22,4%), Algarve (21,5%) e Centro (20,8%).

A análise da oferta turística do ponto de vista do tipo de estabelecimento revela algumas especificidades territoriais. Enquanto nas regiões Norte e Centro, duas das regiões com maior número de estabelecimentos, e no Alentejo a categoria dos estabelecimentos mais frequente eram as pensões, já em regiões com grandes pólos de atracção turística assiste-se a uma maior diversificação da oferta. Assim a categoria de estabelecimentos mais frequente no caso de Lisboa eram os hotéis e nas regiões do Algarve e da R. A. Madeira eram outros tipos de estabelecimentos.

A oferta turística avaliada pela capacidade de alojamento relativizada pela dimensão populacional era mais significativa nos municípios algarvios. O município que se destacou foi o de Albufeira, onde a capacidade de alojamento ultrapassava o rácio de uma cama por habitante. Com uma capacidade também elevada, encontravam-se os municípios de Portimão, Lagoa, Vila Real de Santo António, Loulé, Lagos, Vila do Bispo e Tavira, no Algarve, e Porto Santo, Funchal, Porto Moniz, Santa Cruz e São Vicente, na R. A. Madeira. Ainda com mais de 100 camas por 1 000 habitantes, encontrava-se o município de Terras de Bouro, o que pode ser explicado pela presença do Parque Nacional da Peneda Gerês.

Se tivermos em consideração que a média registada na sub-região do Minho Lima era em 2005 de 14,4 camas por 1000 habitantes, podemos concluir que o Minho Lima tem uma oferta de alojamento turístico insignificante quando comparada com os valores apresentados por outras zonas turísticas portuguesas, nomeadamente o Algarve. Mesmo comparada com a média nacional (25) verifica-se que a Minho Lima está muito deficitária em termos de oferta de alojamento turístico.

A procura turística traduziu-se em 11,5 milhões de hóspedes e em cerca de 35,5 milhões de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros nacionais. Assistiu-se, assim, a um aumento no número de dormidas e de hóspedes de 5% e 4%, respectivamente, face ao movimento observado em 2004. Esta evolução positiva, tanto no número de hóspedes como no número de dormidas caracterizou todas as regiões do país, com excepção do Alentejo. A maior parte das dormidas em estabelecimentos hoteleiros (67%) foram, de hóspedes de nacionalidade estrangeira. Assim, em 2005, as dormidas de hóspedes estrangeiros ascenderam a quase 24 milhões, mais 870 mil do que em 2004. No entanto, também a procura por parte de portugueses aumentou fazendo com que se tenha mantido a proporção da procura total realizada pelos hóspedes estrangeiros.

A nível regional, o Algarve e a R. A. Madeira registaram, mais uma vez, as proporções mais elevadas de procura estrangeira: 86% e 77% do total de dormidas. Na região de Lisboa, apesar da quebra registada no número de dormidas de hóspedes estrangeiros face ao total, esta proporção manteve-se, tal como em anos anteriores, acima da média nacional. Na R. A. Açores, além de se ter observado um aumento na oferta e na procura hoteleiras, registou-se o maior aumento na proporção de dormidas de hóspedes estrangeiros: de 49% em 2004 para 58% em 2005.

## **14 - SECTOR MONETÁRIO / FINANCEIRO**

Neste capítulo, que caracteriza resumidamente o sector monetário e financeiro do Minho Lima, será relevante analisar o nível de endividamento da população da NUT no que respeita á habitação, que é como sabemos uma das principais despesas dos cidadãos (ver Taxa de crédito à habitação e Crédito à habitação por habitante no quadro 51). Relevante será também saber a taxa de depósitos de emigrantes e assim verificar o nível das remessas financeiras dos emigrantes minhotos para a sub-região.

Temos assim que a taxa de depósitos dos emigrantes atinge em 2004 o valor de 16,5%, o que contrasta em absoluto com a média nacional de 5,5%. A figura 9 ilustra bem este fenómeno.

No que respeita ao endividamento da população da NUT no que respeita á habitação, verificava-se em 2004 uma taxa de 56,1%, valor bastante acima dos 37,2% da média nacional. Contudo, se atendermos ao valor em dívida (3852€), observamos que este é substancialmente inferior á média nacional de 6598 €

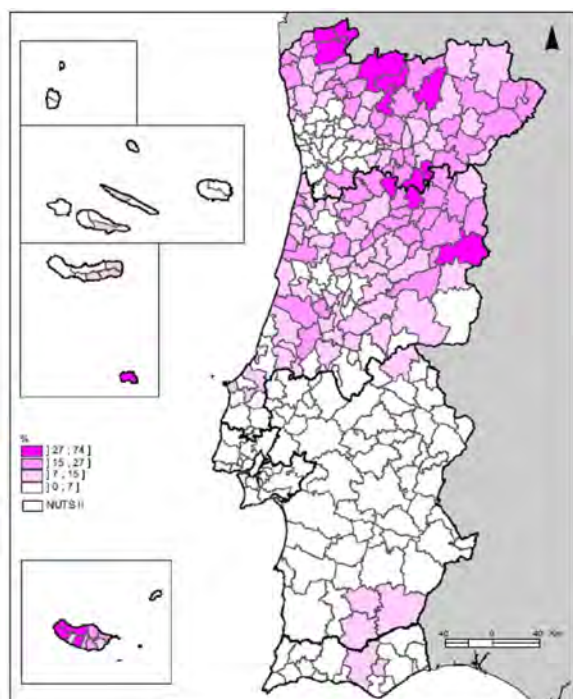
**Quadro Nº 51: Indicadores do sector monetário e financeiro por município**

	Estabelecimentos de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo por 10000 habitantes	Taxa de depósitos de emigrantes	Taxa de crédito à habitação	Crédito à habitação por habitante	Prémios brutos emitidos pelas empresas de seguros, por habitante	Rede de Caixa Automático Multibanco			
						Terminais de Caixa Automático Multibanco por 10000 habitantes	Operações por habitante	Levantamentos nacionais por habitante	Compras através de terminais de pagamento automático por habitante
	N.º	%		€		N.º		€	
	2004					2005			
<b>Portugal</b>	<b>5,3</b>	<b>5,5</b>	<b>37,2</b>	<b>6 598</b>	<b>1.014</b>	<b>10,2</b>	<b>68</b>	<b>1 981</b>	<b>1 966</b>
<b>Continente</b>	<b>5,2</b>	<b>4,4</b>	<b>38,0</b>	<b>6 668</b>	<b>1.050</b>	<b>10,2</b>	<b>68</b>	<b>1 990</b>	<b>1 968</b>
<b>Norte</b>	<b>4,6</b>	<b>6,3</b>	<b>48,0</b>	<b>5 291</b>	<b>316</b>	<b>8,0</b>	<b>55</b>	<b>1 703</b>	<b>1 377</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>4,7</b>	<b>16,5</b>	<b>56,1</b>	<b>3 854</b>	<b>258</b>	<b>7,2</b>	<b>46</b>	<b>1 504</b>	<b>941</b>
Arcos de Valdevez	3,3	28,5	63,1	2 477	-	4,9	29	970	364
Caminha	5,3	14,6	76,2	6 388	-	7,7	54	1 835	1 101
Melgaço	7,2	35,9	61,8	2 940	-	6,2	31	1 147	354
Monção	5,0	23,4	53,0	2 634	-	6,1	34	1 294	285
Paredes de Coura	6,4	15,2	64,9	3 555	-	5,3	33	1 136	342
Ponte da Barca	4,6	22,4	68,5	3 251	-	3,8	30	963	226
Ponte de Lima	4,0	9,7	52,7	2 241	161	5,8	35	1 208	472
Valença	7,7	9,8	47,2	3 471	282	10,5	60	2 261	1 672
Viana do Castelo	4,4	12,4	52,2	5 154	594	8,9	59	1 759	1 598
Vila Nova de Cerveira	4,5	10,6	62,5	3 247	-	6,8	54	2 063	475

Fonte: INE, 2004 e 2005

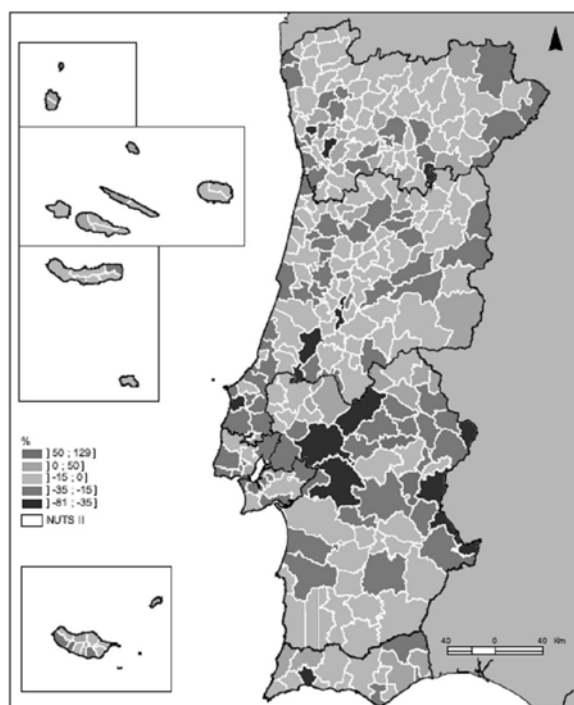


**Figura B: Proporção dos depósitos de emigrantes no total de depósitos, por concelho, 2002**



Fonte: INE, 2002

**Figura C: Evolução dos depósitos de emigrantes, por município, 2003-2004**



Fonte: INE 2005

**Em resumo...**

**Remessas de emigrantes**

Em 2004, e pelo terceiro ano consecutivo, voltou a diminuir o valor dos depósitos de emigrantes nas instituições de intermediação bancária. O decréscimo nacional foi de 11% relativamente a 2003, e esta tendência abrangeu todas as NUTS II, com excepção de Lisboa.

De facto, 265 dos 308 municípios apresentavam taxas de variação negativas, verificando-se que a esmagadora maioria dos municípios onde os depósitos de emigrantes aumentaram, se situavam no Interior do país ou nas ilhas.

O efeito conjugado do aumento dos depósitos totais (em todas as regiões do país, com excepção do Centro) com a diminuição dos depósitos de emigrantes (neste caso, em todas as regiões, com excepção de Lisboa) originou um decréscimo quase generalizado do peso dos depósitos de emigrantes no total dos depósitos (a região de Lisboa foi, mais uma vez, a excepção). Assim, em 2004, a taxa de depósitos de emigrantes situou-se nos 5,5%, valor ultrapassado pelas regiões autónomas (R. A. Madeira com cerca de 13% e R. A. Açores com pouco mais de 8%), Região Centro (9,2%) e Região Norte (6,3%), isto é, zonas onde a emigração tem maior importância.

Relativamente à sub-região Minho Lima, podemos verificar pelo quadro 51 que existem concelhos que ultrapassam largamente a média nacional de 5,5%. São os casos de Arcos de Valdevez (28,5%), Melgaço (35,9%), Monção (23,4%) e Ponte da Barca (22,4%). Mas todos os concelhos da NUT Minho Lima ultrapassam o valor médio nacional e até o valor médio da região Norte (6,3%).

## 15 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Relativamente á participação política, não existe disparidade entre a NUT e a média nacional. Assim, temos uma taxa de abstenção semelhante para a eleição da Assembleia da República, havendo no entanto uma maior participação nos actos eleitorais para as autarquias.

De facto, e de acordo com os dados do INE (quadro 53), observamos uma taxa de abstenção superior a nível nacional que a nível da sub-região.

De referir ainda que o partido mais votado no Minho Lima tem sido o PS, sendo que, no que se refere ao poder autárquico, 7 das dez câmaras municipais são desse partido e apenas 3 doutra área política.

**Quadro Nº 52: Indicadores da participação política por município**

	Eleição para a Assembleia da República					Eleição para as Câmaras Municipais				
	Taxa de abstenção	Proporção de votos brancos	Proporção de votos nulos	Partido/coligação mais votado		Taxa de abstenção	Proporção de votos brancos	Proporção de votos nulos	Partido/coligação mais votado	
	%			%	Partido/coligação	%			%	Partido/coligação
<b>Portugal</b>	<b>35,0</b>	<b>1,8</b>	<b>1,1</b>	<b>45,0</b>	<b>PS</b>	<b>39,0</b>	<b>2,6</b>	<b>1,7</b>	<b>35,8</b>	<b>PS</b>
<b>Continente</b>	<b>34,5</b>	<b>1,8</b>	<b>1,1</b>	<b>45,2</b>	<b>PS</b>	<b>39,0</b>	<b>2,6</b>	<b>1,7</b>	<b>35,9</b>	<b>PS</b>
<b>Norte</b>	<b>33,2</b>	<b>1,6</b>	<b>1,1</b>	<b>46,5</b>	<b>PS</b>	<b>33,3</b>	<b>2,2</b>	<b>1,5</b>	<b>38,0</b>	<b>PS</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>38,8</b>	<b>1,5</b>	<b>1,0</b>	<b>42,0</b>	<b>PS</b>	<b>33,8</b>	<b>2,4</b>	<b>1,5</b>	<b>42,6</b>	<b>PS</b>
Arcos de Valdevez	50,3	1,3	1,3	44,6	PPD/PSD	39,6	2,3	1,8	66,6	PPD/PSD
Caminha	33,9	1,8	1,0	48,5	PS	26,8	1,4	1,2	50,4	PPD/PSD
Melgaço	51,9	1,8	1,0	54,4	PS	46,7	3,1	1,6	64,6	PS
Monção	45,9	1,8	1,0	39,6	PS	40,1	3,1	1,6	66,5	PS
Paredes de Coura	44,7	1,2	0,9	51,5	PS	30,9	2,0	1,7	51,3	PS
Ponte da Barca	42,6	1,0	0,8	45,1	PS	29,3	1,9	1,2	51,3	PS
Ponte de Lima	32,1	1,2	1,1	38,1	PPD/PSD	27,2	2,0	1,5	57,6	CDS-PP
Valença	41,7	2,0	1,0	41,7	PS	33,5	2,6	1,3	52,5	PS
Viana do Castelo	34,1	1,7	0,9	44,8	PS	35,1	2,7	1,4	49,0	PS
Vila Nova de Cerveira	36,9	1,5	1,2	50,6	PS	26,9	1,7	1,5	61,4	PS

Fonte: INE, 2005

### Em resumo...

#### Eleições para a AR

As eleições para Assembleia da República (AR) realizaram-se a 20 de Fevereiro de 2005. Relativamente á participação política neste acto eleitoral, observou-se uma abstenção de cerca de três milhões dos quase nove milhões de eleitores inscritos. A abstenção atingiu cerca de 35% em quase todas as regiões do país, com excepção do Algarve e da R. A. Madeira que registaram pouco mais de 38% e da R. A. Açores com 52%. Face às anteriores eleições, aumentou a proporção de votantes: 62% em 2002 e 65% em 2005. Ao nível municipal, registaram-se taxas de abstenção superiores a 50% em apenas 12 dos 308 municípios portugueses, sendo que cinco destes (Arcos de Valdevez, Vimioso, Vinhais, Valpaços e Melgaço) se localizam na Região Norte e os restantes na R. A. Açores.

#### Eleições autárquicas

As eleições autárquicas pretendem eleger os representantes dos cidadãos nos vários órgãos das autarquias Locais: Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesias. As últimas eleições para estes órgãos realizaram-se a 9 de Outubro de 2005. A taxa de participação verificou um acréscimo de apenas um ponto percentual situando-se, em 2005 e para a média nacional, em 61%. Dos actos eleitorais realizados em 2005, verificou-se que foram as autárquicas que registaram maior coeficiente de variação (22%) na taxa de abstenção registada nos vários municípios do país. Estes resultados indiciam que a maior proximidade entre o eleitorado e candidatos concorrentes introduz uma maior variabilidade nas taxas de abstenção registadas nos diferentes municípios.

## **16 – JUSTIÇA**

Em 2004 existiam em Portugal 335 tribunais dos quais 329 eram de 1ª instância e seis eram superiores. Regionalmente, o Norte concentrava cerca de um terço do total de tribunais, seguido da Região Centro com quase 30%. Dos 329 tribunais de 1ª instância existiam 100 com competências especializadas (e não genéricas) denotando-se neste tipo de competências uma concentração espacial muito diferenciada da que ocorria no total de tribunais judiciais pois, enquanto que Lisboa detinha 14% do total de tribunais, em relação aos tribunais de competência especializada concentrava 32% do total. Trabalham na Justiça portuguesa cerca de 12 mil funcionários, sendo na sua maioria (77%) funcionários de justiça respeitando o restante a magistrados judiciais e do ministério público.

Em 2004 deram entrada nos tribunais judiciais portugueses 811 mil processos. Dos processos movidos nos tribunais judiciais destacaram-se claramente os processos cíveis (Direito Civil) com 64% do total de processos entrados no ano, seguido dos processos penais (Direito Penal) com 23%. A evolução anual dos processos, avaliada pelo acréscimo líquido dos processos (processos entrados menos findos) relativamente ao total de processos pendentes registou um crescimento de 8,5% em 2004 ao nível nacional, quando, em 2003, o mesmo indicador tinha sido de 7,5%. Por tipo de processos, destacavam-se os tutelares por serem os que mais contribuíram para este agravamento com 11,6%de acréscimo.

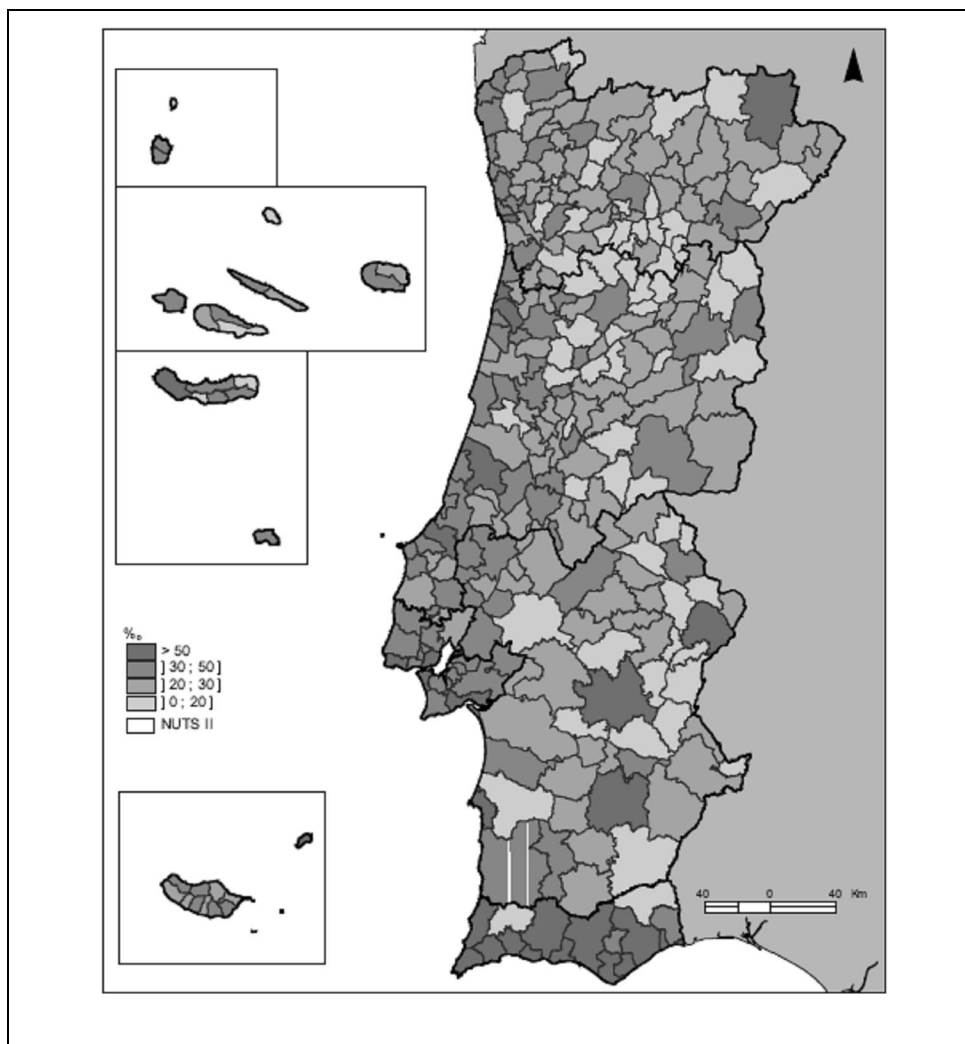
Tendo em conta o tipo de processo, verificou-se que foram os processos cíveis os que registaram uma maior duração até à sua resolução final, dois anos em média. Pelo contrário, os processos que obtiveram uma decisão mais rápida foram os de trabalho e os tutelares, que duraram em média 10 meses.

### **Quadro Nº 53: Crimes registados pelas autoridades policiais por município, segundo as categorias de crimes**

	Total	Contra as pessoas		Contra o património			Contra a vida em sociedade		Contra o Estado	Legislação avulsa	
		Total	Contra a integridade física	Total	dos quais:		Total	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l		Total	Condução sem habilitação legal
					Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado					
Portugal	416 420	91 364	56 052	232 610	17 853	83 396	45 222	21 605	5 563	41 657	18 335
Continente	392 914	84 882	52 406	223 502	17 502	81 197	41 345	19 633	5 195	37 987	17 158
Norte	120 998	30 335	18 276	67 154	4 637	25 360	12 162	4 737	1 341	10 006	5 100
Minho Lima	7 912	1 935	1 082	3 947	25	1 162	1 242	595	116	672	326

Fonte: INE 2004

Figura D: Taxa de criminalidade, por município



Fonte: INE, 2004

#### Em resumo...

Em 2004, foram registados pelas autoridades policiais cerca de 416 mil crimes em Portugal, praticamente o equivalente ao registado no ano anterior. A taxa de criminalidade situou-se em cerca de quarenta crimes por 1 000 habitantes destacando-se, em termos regionais, as regiões do Algarve e de Lisboa por terem registado, em 2004, taxas de criminalidade de 73‰ e 50‰, respectivamente. Ao nível municipal, evidenciou-se o município de Albufeira por ter apresentado uma taxa de criminalidade muito elevada, na ordem dos 193 crimes por 1 000 habitantes. Este foi, de facto, o único município a registar uma taxa de criminalidade superior a 100, já que o segundo lugar na lista dos municípios com maiores taxas de criminalidade foi Lisboa com 89,4‰. Mesmo não existindo um padrão territorial muito definido, verificou-se que em quase um quinto dos municípios a taxa de criminalidade superou a média nacional, sendo que 9 destes são capitais de distrito. Observou-se também que foi nos maiores centros urbanos onde se concentraram os maiores níveis de criminalidade.

A sub-região Minho Lima acompanha nitidamente a tendência nacional, com a maioria dos concelhos a apresentarem valores entre os 30 e os 50 crimes por 1000 habitantes. Apenas Ponte Lima e Melgaço apresentam valores inferiores.

## 17 – ADMINISTRAÇÃO LOCAL

**Quadro Nº 54: Indicadores da administração local por município**

	Relação entre receitas e despesas	Receitas por habitante	Endividamento anual por habitante	Relação entre receitas e despesas correntes	Impostos no total de receitas	Índice de carência fiscal	Fundos municipais no total de receitas	Despesas com pessoal no total de despesas	Aquisição bens de capital no total de despesas
	%	€		%		€ por hab.		%	
<b>Portugal</b>	<b>100,28</b>	<b>605</b>	<b>12</b>	<b>120,47</b>	<b>29,22</b>	<b>0</b>	<b>35,32</b>	<b>29,10</b>	<b>33,42</b>
<b>Continente</b>	<b>100,30</b>	<b>599</b>	<b>12</b>	<b>120,72</b>	<b>30,22</b>	<b>-3</b>	<b>34,86</b>	<b>29,26</b>	<b>32,71</b>
<b>Norte</b>	<b>100,17</b>	<b>515</b>	<b>8</b>	<b>125,50</b>	<b>25,82</b>	<b>32</b>	<b>39,01</b>	<b>25,46</b>	<b>33,16</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>105,16</b>	<b>597</b>	<b>2</b>	<b>133,06</b>	<b>15,99</b>	<b>57</b>	<b>51,45</b>	<b>25,20</b>	<b>41,70</b>
Arcos de Valdevez	99,67	730	2	154,01	7,09	89	56,17	16,37	54,37
Caminha	99,93	775	30	122,42	21,25	-11	46,19	24,71	34,23
Melgaço	105,11	1.029	29	110,62	4,25	97	59,04	26,76	50,75
Monção	99,98	581	32	136,06	10,74	78	63,82	24,88	42,64
Paredes de Coura	105,23	975	-13	125,00	5,65	92	65,59	21,56	50,59
Ponte da Barca	98,67	727	15	113,41	8,05	82	58,41	27,30	45,29
Ponte de Lima	120,24	541	-2	166,34	12,69	72	48,36	19,00	46,73
Valença	99,32	683	18	110,99	19,86	27	54,04	35,17	29,28
Viana do Castelo	106,78	389	-11	138,44	30,66	43	39,30	29,64	32,68
Vila Nova de Cerveira	104,17	1.139	-31	116,73	12,39	46	56,25	30,08	39,59

Fonte: INE, 2004

### Autarquias Locais

Em Portugal, as autarquias locais têm, desde 1976, dignidade constitucional. Segundo a lei fundamental, a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, sendo estas pessoas colectivas de população e território dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respectivas populações.

### Categorias de Autarquias Locais

No continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas, estas últimas ainda por instituir. Actualmente, existem, em Portugal, 308 municípios, dos quais 278 no continente e 30 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O País tem ainda 4 259 freguesias, das quais, 4 050 no território continental e 209 nos territórios insulares.

### Atribuições e Competências

As atribuições das autarquias locais e a competência dos seus órgãos, estando associadas à satisfação das necessidades das comunidades locais, respeitam, nomeadamente, ao desenvolvimento sócio-económico, ao ordenamento do território, ao abastecimento público, ao saneamento básico, à saúde, à educação, à cultura, ao ambiente e ao desporto. As Leis nºs 159/99 de 14.09 e 169/99 de 18.09, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11.01, estabelecem, respectivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais e as competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias.

### Autonomia

As autarquias locais têm pessoal, património e finanças próprios, competindo a sua gestão aos respectivos órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é meramente inspectora e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei. Deste modo, encontra-se salvaguardada a democraticidade e a autonomia do poder local.

### Órgãos Executivos e Deliberativos

A legitimidade das decisões das autarquias locais decorre da eleição dos respectivos órgãos, sendo a câmara municipal e a junta de freguesia órgãos executivos e a assembleia municipal e a assembleia de freguesia órgãos deliberativos. Exceptuando a junta de freguesia, os demais órgãos referenciados são eleitos por sufrágio universal.

### **Consagração Constitucional**

A actual organização democrática das autarquias locais portuguesas é relativamente recente, tendo sido constitucionalmente consagrada em 1976.

A democracia local foi inaugurada em 1977, com a realização das primeiras eleições autárquicas.

### **Finanças Locais**

As autarquias locais dispõem de receitas próprias, beneficiando ainda de receitas provenientes dos impostos do Estado. As transferências financeiras do Estado para os municípios e para as freguesias, no âmbito do Fundo Geral Municipal (FGM), do Fundo de Base Municipal (FBM), do Fundo de Coesão Municipal (FCM) e do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), são processadas pela Direcção-Geral das Autarquias Locais.

### **Financiamento Excepcional**

Não sendo permitidas quaisquer formas de subsídios ou comparticipações financeiras aos municípios e às freguesias por parte do Estado, podem excepcionalmente ser inscritas no seu Orçamento, por ministério, no âmbito da cooperação técnica e financeira, verbas destinadas ao financiamento de projectos de grande relevância para o desenvolvimento regional e local. Podem também ser concedidos às autarquias locais, através da mesma rubrica do Orçamento do Estado, auxílios financeiros em casos de calamidade pública, municípios negativamente afectados por investimentos da responsabilidade da Administração Central, instalação de novos municípios ou freguesias e recuperação de áreas de construção clandestina ou de renovação urbana. No que respeita aos auxílios financeiros, podem também ser financiados os edifícios sede das autarquias locais, negativamente afectados na respectiva funcionalidade.

### **Formas de Organização Autárquica**

A par dos municípios e das freguesias, a administração autárquica portuguesa integra outras formas de organização indispensáveis à prossecução do desenvolvimento local: as comunidades intermunicipais de fins gerais, as associações de municípios de fins específicos as grandes áreas metropolitanas, as comunidades urbanas, os serviços municipalizados e as empresas municipais e intermunicipais.

### **Associações de Freguesias**

As associações de freguesias são pessoas colectivas de direito público, criadas por duas ou mais freguesias geograficamente contíguas ou inseridas no território do mesmo município para a realização de interesses comuns e específicos. Existem actualmente, no continente, 5 associações de freguesias, criadas com finalidades diversas, designadamente a promoção do desenvolvimento social e económico com vista à melhoria da qualidade de vida das populações das freguesias associadas.

### **Comunidades Intermunicipais**

As comunidades intermunicipais são pessoas colectivas de direito público, criadas por vários municípios para a realização de interesses comuns.

As comunidades intermunicipais podem ser de dois tipos:

- Comunidades intermunicipais de fins gerais;
- Associações de municípios de fins específicos.

As comunidades intermunicipais de fins gerais, são constituídas por municípios ligados entre si por um nexo territorial.

As associações de municípios de fins específicos são criadas para a realização de interesses específicos comuns aos municípios que as integram.

### **Empresas Municipais e Intermunicipais**

Os municípios, as associações de municípios e as regiões administrativas podem criar empresas de âmbito municipal, intermunicipal e regional, dotadas de capitais próprios, para exploração de actividades que prossigam fins de reconhecido interesse público cujo objecto se contenha no âmbito das respectivas atribuições. Estas empresas podem ser públicas, de capitais públicos e, ainda, de capitais maioritariamente públicos.

**Em resumo...**

**Receitas das câmaras municipais**

Em 2004, cerca de 65% das receitas das câmaras municipais eram provenientes de transferências recebidas do Estado através dos vários fundos municipais disponíveis (Fundo de Base Municipal, Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal) e ainda dos impostos colectados. A nível regional constata-se igualmente que o peso médio dos fundos municipais e dos impostos quando somados representam um valor quase sempre próximo dos 65%.

A complementaridade existente nas principais receitas (fundos municipais e colecta de impostos) pode ainda ser observada a partir do índice de carência fiscal (ICF). Trata-se de um índice utilizado nos critérios de atribuição do fundo de coesão municipal e que corresponde à diferença entre a capitação média nacional das colectas dos impostos e a respectiva capitação municipal daqueles impostos. Os resultados do índice de carência fiscal devem ser lidos tendo em conta que registos negativos revelam que a colecta de impostos por habitante nesse município superou o valor nacional e, pelo contrário, valores do índice positivos revelam que o município se encontra pior do que a média do país pelo que poderá fazer sentido reforçar os fundos municipais a atribuir. Os 46 municípios que apresentavam em 2004 ICF negativos localizam-se maioritariamente no Litoral do país e em especial no Algarve e na área metropolitana de Lisboa. Trata-se, por um lado, de territórios que pela sua importância turística acabam por beneficiar também de uma forte dinâmica associada à construção de habitações secundárias e de uma forte intermediação imobiliária associada, o que se reflecte no empolamento da capacidade da autarquia em captar impostos de sisa e de contribuição autárquica provenientes de população não residente no município, promovendo receitas médias por habitante muito superiores à média. Por outro lado, surgem também municípios como Lisboa, Cascais e Oeiras onde a dinâmica do mercado imobiliário associada à população que aí reside é igualmente muito forte. Com valores de ICF ainda negativos mas de menor dimensão surgem apenas 12 municípios que apresentaram receitas médias por habitante inferiores ao valor nacional, é o caso de Faro, Montijo, Setúbal e Coimbra. Analisando os casos em que o ICF foi positivo, o que aconteceu em 85% dos municípios em 2004, denotam-se duas situações distintas. Com forte incidência no Interior do país surgem municípios que apesar de se encontrarem pior do que a média do país em termos de colecta de impostos apresentam, em simultâneo, um total de receitas por habitante superior à média nacional. Correspondem, na maioria dos casos, a municípios em que os fundos municipais representam uma parcela muito significativa das suas receitas totais. Já nos municípios mais a Litoral do Norte e Centro do país, caracterizados por níveis mais elevados de densidade populacional, é possível identificar a coexistência de ICF positivos, embora com níveis de carência fiscal bastante mais reduzidos, com receitas médias por habitante inferiores ao valor médio



## 18 - CONTAS REGIONAIS – NUT III MINHO LIMA

O Produto Interno Bruto (PIB) português atingiu em 2003 um valor próximo dos 131 mil milhões de euros. De 2000 para 2001, o crescimento tinha sido de 6,1% e, de 2001 para 2002, de 4,8%. De 2002 para 2003 o PIB nacional aumentou 1,6% face ao ano anterior, crescimento inferior ao registado em anos anteriores. As regiões que mais contribuíram em 2003 para o PIB foram Lisboa (38%), o Norte (28%) e o Centro (18,5%), influenciando o baixo nível de crescimento do PIB: no Norte, apenas cresceu 0,3%, contrastando com a R. A. Madeira, onde o crescimento foi de 5%, e o Algarve que registou um crescimento de 3,5%.

Analisando a evolução do PIB regional per capita, observa-se um comportamento idêntico ao do PIB excepto na Região Norte. Nesta região o PIB per capita evidenciou uma variação negativa em resultado de um crescimento populacional de 0,6%, superior ao registado no PIB (0,3%)

**Quadro Nº 55: Indicadores de contas regionais por NUTS III**

	PIB			Produtividade (VAB/Emprego)	Remuneração média	RDB <i>per capita</i>	FBCF no total do VAB
	Em % do total de Portugal	<i>per capita</i>					
		Em valor	Índice de disparidade (Portugal=100)				
	%	milhares de euros	%	milhares de euros			%
Portugal	100,0	12,5	100	22,5	17,4	8,4	26,2
Continente	95,1	12,5	100	22,5	17,4	8,4	25,6
Norte	28,0	9,9	79	18,7	15,1	7,0	25,0
Minho Lima	1,5	7,9	63	15,4	x	x	x
Cávado	2,9	9,4	75	17,1	x	x	x
Ave	3,8	9,6	77	16,6	x	x	x
Grande Porto	12,4	12,8	102	22,9	x	x	x
Tâmega	2,6	6,2	49	14,6	x	x	x
Entre Douro e Vouga	2,2	10,3	82	18,6	x	x	x
Douro	1,4	8,4	67	16,4	x	x	x
Alto Trás-os-Montes	1,3	7,5	60	15,3	x	x	x
Centro	18,5	10,2	82	19,1	15,6	7,5	30,0
Baixo Vouga	3,3	11,0	88	20,6	x	x	x
Baixo Mondego	3,0	11,8	94	21,1	x	x	x
Pinhal Litoral	2,4	12,3	99	20,2	x	x	x
Pinhal Interior Norte	0,8	7,4	59	15,9	x	x	x
Dão Lafões	1,7	7,9	63	16,2	x	x	x
Pinhal Interior Sul	0,3	8,4	67	14,2	x	x	x
Serra da Estrela	0,3	7,0	56	15,0	x	x	x
Beira Interior Norte	0,8	8,8	71	15,1	x	x	x
Beira Interior Sul	0,6	11,1	89	18,4	x	x	x
Cova da Beira	0,6	9,1	73	16,6	x	x	x
Oeste	2,7	10,2	82	20,1	x	x	x
Médio Tejo	1,9	11,1	88	20,5	x	x	x
Lisboa	38,0	18,2	146	29,2	21,4	11,3	21,8
Grande Lisboa	32,4	21,4	171	30,3	x	x	x
Península de Setúbal	5,6	9,8	78	23,9	x	x	x
Alentejo	6,5	11,1	89	22,0	16,1	7,8	34,0
Alentejo Litoral	1,1	14,1	113	29,9	x	x	x
Alto Alentejo	1,0	10,3	82	19,3	x	x	x
Alentejo Central	1,4	10,8	87	19,5	x	x	x
Baixo Alentejo	0,9	9,0	72	19,7	x	x	x
Lezíria do Tejo	2,2	11,5	92	23,4	x	x	x
Algarve	4,1	13,3	106	24,3	16,2	8,8	32,0
R. A. Açores	1,9	10,3	83	18,3	17,1	7,2	46,2
R. A. Madeira	2,8	15,1	121	26,1	18,8	9,0	34,3
Extra região	0,2	n.a.	n.a.	24,7	22,6	n.a.	11,1

Fonte: INE, 2003

## “A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”

Analisando as contas regionais, verificamos que a sub-região Minho Lima contribui com 1,5% para o PIB português. Em termos de PIB per capita, podemos verificar que o Minho Lima apresenta um valor de 7900 €, abaixo portanto do valor médio nacional de 12500 € (quadro nº 55). Decorrente deste último indicador, temos assim um índice de disparidade de 63%, quando comparado o PIB pc na NUT Minho Lima com a base 100 da média nacional. Este valor revela uma situação preocupante em termos de baixo rendimento para a população minhota. Se analisarmos convenientemente o quadro, podemos constatar que a sub-região apresentava em 2003 um dos valores de PIB pc regional mais baixos (valores inferiores só acontecem nas sub-regiões do Tâmega, Alto Trás-os-Montes, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte; Dão Lafões apresentava em 2003 um PIB pc igual, de 63%). No que respeita á produtividade, podemos igualmente verificar um valor inferior na sub-região (15400€) quando feita a comparação com a média nacional (22500€).

**Quadro Nº 56: Principais agregados de contas regionais por NUTS III**

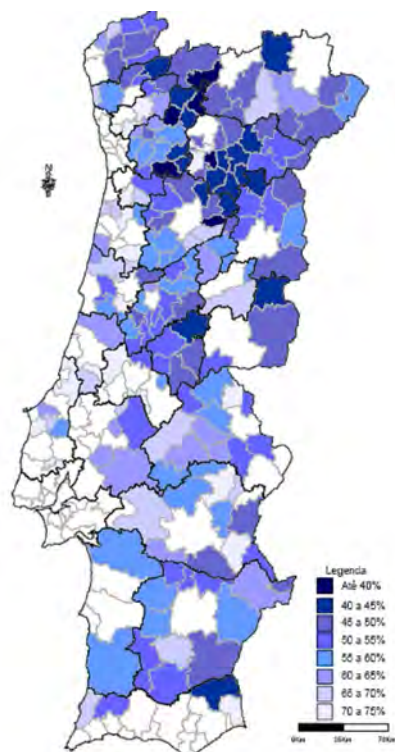
	PIB	VAB	Remunerações	Emprego	RDB	FBCF (*)
	milhões de euros			milhares de pessoas	milhões de euros	
<b>Portugal</b>	<b>130 511</b>	<b>112 521</b>	<b>65 835</b>	<b>5 010,0</b>	<b>87 990</b>	<b>29 491</b>
<b>Continente</b>	<b>124 098</b>	<b>106 993</b>	<b>62 696</b>	<b>4 763,0</b>	<b>83 929</b>	<b>27 400</b>
<b>Norte</b>	<b>36 557</b>	<b>31 518</b>	<b>19 366</b>	<b>1 685,2</b>	<b>25 921</b>	<b>7 882</b>
<b>Minho Lima</b>	<b>1 983</b>	<b>1 710</b>	<b>x</b>	<b>110,9</b>	<b>x</b>	<b>x</b>
Cávado	3 745	3 229	x	188,3	x	x
Ave	4 916	4 238	x	255,8	x	x
Grande Porto	16 163	13 935	x	607,4	x	x
Tâmega	3 402	2 933	x	201,1	x	x
Entre Douro e Vouga	2 869	2 474	x	132,7	x	x
Douro	1 832	1 580	x	96,3	x	x
Alto Trás-os-Montes	1 648	1 420	x	92,7	x	x
<b>Centro</b>	<b>24 135</b>	<b>20 808</b>	<b>12 153</b>	<b>1 091,2</b>	<b>17 716</b>	<b>6 248</b>
Baixo Vouga	4 279	3 689	x	179,0	x	x
Baixo Mondego	3 967	3 420	x	161,8	x	x
Pinhal Litoral	3 161	2 726	x	135,0	x	x
Pinhal Interior Norte	1 016	876	x	55,2	x	x
Dão Lafões	2 263	1 951	x	120,5	x	x
Pinhal Interior Sul	363	313	x	22,0	x	x
Serra da Estrela	341	294	x	19,6	x	x
Beira Interior Norte	999	861	x	57,0	x	x
Beira Interior Sul	847	730	x	39,7	x	x
Cova da Beira	839	723	x	43,5	x	x
Oeste	3 535	3 048	x	151,5	x	x
Médio Tejo	2 526	2 178	x	106,3	x	x
<b>Lisboa</b>	<b>49 593</b>	<b>42 757</b>	<b>25 064</b>	<b>1 464,7</b>	<b>30 794</b>	<b>9 311</b>
Grande Lisboa	42 336	36 500	x	1 203,5	x	x
Península de Setúbal	7 257	6 257	x	261,3	x	x
<b>Alentejo</b>	<b>8 479</b>	<b>7 310</b>	<b>3 881</b>	<b>333,0</b>	<b>5 960</b>	<b>2 486</b>
Alentejo Litoral	1 379	1 189	x	39,8	x	x
Alto Alentejo	1 260	1 086	x	56,3	x	x
Alentejo Central	1 848	1 593	x	81,9	x	x
Baixo Alentejo	1 176	1 014	x	51,5	x	x
Lezíria do Tejo	2 816	2 428	x	103,6	x	x
<b>Algarve</b>	<b>5 335</b>	<b>4 599</b>	<b>2 232</b>	<b>188,9</b>	<b>3 538</b>	<b>1 472</b>
<b>R. A. Açores</b>	<b>2 469</b>	<b>2 129</b>	<b>1 335</b>	<b>116,4</b>	<b>1 715</b>	<b>984</b>
<b>R. A. Madeira</b>	<b>3 651</b>	<b>3 148</b>	<b>1 574</b>	<b>120,4</b>	<b>2 183</b>	<b>1 079</b>
<b>Extra região</b>	<b>292</b>	<b>252</b>	<b>231</b>	<b>10,2</b>	<b>163</b>	<b>28</b>

\* Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

Fonte: INE, 2003

No quadro nº 56 podemos analisar a riqueza produzida nas NUT III nacionais, em milhões de euros. Podemos ver que a sub-região do Minho Lima produziu 1 983 M € (PIB) e apresentou 1 710 M € de VAB (Valor Acrescentado Bruto). Houve emprego de 110900 pessoas.

FIG. E: índice de poder de compra *per capita*



Quadro Nº 57: Receitas das Câmaras Municipais

	Total de Receitas	Receitas Correntes					Receitas de Capital		
		Total	das quais:				Total	das quais:	
			Imposto Municipal sobre Veículos	Imposto de Sisa	Contribuição Autárquica	Fundos Municipais		Empréstimos	Fundos Municipais
	Milhares de euros								
Portugal	7.421.669	4.094.385	97.459	719.786	606.477	1.244.578	3.327.285	1.063.755	829.483
Norte	2.318.411	1.232.844	29.419	186.897	190.126	415.348	1.085.567	362.372	277.510
Minho Lima	184.926	88.055	1.729	8.342	9.927	42.782	96.870	14.639	28.549

Fonte: INE, 2002

Quadro nº 58: Despesas das Câmaras Municipais

	Total de Despesas	Despesas Correntes				Despesas de Capital			
		Total	das quais:			Total	das quais:		
			Pessoal	Transferências para Freguesias	Encargos Financeiros		Transferências para Freguesias	Investimentos	Amortizações de Empréstimos
	Milhares de euros								
Portugal	7.421.669	3.424.482	1.669.269	94.885	93.389	3.997.188	139.609	2.606.517	219.960
Norte	2.318.411	993.105	451.431	25.455	33.162	1.325.306	63.267	863.997	72.967
Minho Lima	184.926	63.813	31.504	1.499	1.893	121.113	10.588	72.974	5.790

Fonte: INE, 2002

## Em resumo...

### PIB per capita das NUT portuguesas

Analisando a evolução do PIB regional per capita, observa-se um comportamento idêntico ao do PIB excepto na Região Norte. Nesta região o PIB per capita evidenciou uma variação negativa em resultado de um crescimento populacional de 0,6%, superior ao registado no PIB.

A forte concentração das actividades produtivas nas regiões de Lisboa, Norte e Centro, que conjuntamente representavam, em 2003, cerca de 85% do total do PIB, do emprego total e das remunerações mas também da população residente, é ainda mais evidente quando se analisa o contributo de cada NUTS III. Só a sub-região Grande Lisboa era responsável isoladamente, em 2003, por quase um quarto do emprego nacional e por um terço da actividade produtiva nacional (32,4% do total do PIB). A distribuição do PIB per capita relativizada face à média nacional [Figura 1.2] evidencia a Grande Lisboa cujo PIB per capita supera a média nacional em 70%, à semelhança do que acontecera em anos anteriores. Mas também a R. A. Madeira, o Alentejo Litoral, o Algarve e o Grande Porto registaram valores acima da média nacional.

Das sub-regiões com PIB per capita inferior a 75% da média nacional observa-se, com excepção do Minho Lima, uma concentração no Interior do país, abrangendo a maior parte do Norte, grande parte do Centro e ainda a sub-região do Baixo Alentejo. No caso do Tâmega, o valor foi mesmo inferior a metade do valor nacional (49%).

### Produtividade

As actividades do sector terciário, nomeadamente as actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas apresentam valores muito superiores às restantes. Das actividades com produtividades mais baixas, destaca-se a agricultura, produção animal, silvicultura e pesca. Em termos regionais, os diferentes níveis de produtividade estão relacionados com o perfil de especialização de cada região. Assim, a região com maior produtividade (Lisboa) surge fortemente especializada nas actividades do sector terciário. Pelo contrário, o Norte e o Centro, regiões onde a produtividade no seu todo registou valores mais reduzidos, encontram-se fortemente associados às actividades industriais. No caso do Alentejo, evidencia-se a sua forte especialização em actividades do sector primário, por contrapartida das actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas em que o peso do seu VAB é inferior em quase 10 pontos percentuais ao valor nacional.

As disparidades regionais evidenciadas pelos níveis de produtividade do trabalho reflectem, por um lado, a eficiência promovida regionalmente nas várias unidades económicas, e por outro, são consequência da especialização sectorial de cada região. As sub-regiões que se destacavam por apresentarem ganhos claros, em relação ao país, de eficiência e especialização em simultâneo foram a Grande Lisboa e o Algarve, surgindo em menor escala a Península de Setúbal. Ainda com níveis de produtividade superiores à média, surgem o Alentejo Litoral, a R. A. Madeira, a Lezíria do Tejo e o Grande Porto. No último caso, e de forma isolada, essa vantagem terá sido obtida exclusivamente graças aos sectores de especialização da região. Nos restantes, pelo contrário, terão sido factores associados à eficiência das unidades produtivas que justificaram a sua posição relativa.

Com níveis de eficiência significativamente inferiores à média nacional e especializações económicas concentradas em sectores de baixa produtividade, surgem, em geral, as sub-regiões do Interior do país. A sub-região Minho Lima revela igualmente níveis de produtividade claramente inferiores à média nacional.

### Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do país registou, em 2003, uma evolução negativa, com uma quebra de 8,3% face a 2002. Uma evolução semelhante, mas com menor dimensão, tinha sido já verificada de 2001 para 2002 contrariando os crescimentos contínuos verificados desde 1995, sendo que o valor da FBCF de 2003 se aproximou mesmo do verificado em 1999. Lisboa foi uma das regiões que mais contribuiu para esta evolução recente da FBCF, dada a redução de 28% ocorrida de 2001 para 2003. Ao nível dos ramos de actividade, esta quebra foi praticamente generalizada destacando-se, com um peso significativo, a quebra das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e dos transportes, armazenagem e comunicações.

De 2002 para 2003, a quebra na FBCF verificou-se em todas as regiões, destacando-se a R. A. Madeira com o comportamento mais díspar na medida em que registou uma quebra que praticamente anulou o crescimento verificado de 2001 para 2002.

**CAPÍTULO II – DIAGNÓSTICO SOCIAL DA NUT III MINHO – LIMA**

## DIAGNÓSTICO SOCIAL DA NUT III MINHO – LIMA

A análise da situação social da NUT III Minho Lima revela-se essencial, sendo um dos principais objectivos da REAPN o diagnóstico da realidade social através da investigação. Assim, e com base no excelente trabalho produzido em 2005 pelo ISS (Instituto da Segurança Social) – A Tipificação da Exclusão Social em Portugal –, este capítulo analisa a realidade social da sub-região do Minho Lima, recorrendo às principais conclusões do referido documento e sobretudo aos indicadores adoptados, que nos parecem, a todos os títulos, de extrema relevância.

O documento do ISS divide os territórios portugueses em 6 principais tipos, a saber: Territórios moderadamente inclusivos (tipo 1), Territórios de contrastes e base turística (tipo 2), Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3), Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4), Territórios industriais com forte desqualificação (tipo 5), Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6).

**Territórios moderadamente inclusivos (tipo 1)** são considerados os mais favoráveis na medida em que descrevem uma situação em que todos os indicadores explicativos são positivos. O que de facto o caracteriza em termos de tipo ideal, que é do que se trata aqui, são as situações positivas do ponto de vista da desqualificação objectiva, isto é os atributos que podem determinar a inclusão ou exclusão nos principais sistemas sociais como o da educação, o do emprego, da habitação, traduzidos pela existência de baixos níveis de desemprego e de desemprego de longa duração, níveis positivos de escolarização ao nível do analfabetismo e das taxas de abandono escolar e de saída antecipada, boa situação naquilo que diz respeito aos alojamentos sobrelotados. Por outro lado, este tipo descreve ainda uma situação favorável do ponto de vista da dimensão privação, naquilo que diz respeito aos indicadores beneficiários do RMG, IRS per capita e rácio pensionistas por pessoa empregada....

**Territórios de contrastes e base turística (tipo 2)** são dos mais identificáveis do ponto de vista da sua relação com um território específico e administrativamente determinado. De facto, a maioria dos concelhos que o integram pertencem ao Algarve, e os traços que o definem estão fortemente associados à principal actividade desenvolvida nessa região que é o turismo. Distinguindo-se em termos de desafiliação nos seus aspectos mais relacionados com a criminalidade e a presença de imigrantes, este tipo dá conta ainda dos efeitos de um crescimento económico acelerado e descontínuo do ponto de vista da actividade e dos vínculos laborais, evidenciando contudo, uma situação favorável do ponto de vista das sub-dimensões escolarização e emprego/desemprego no que se refere à dimensão desqualificação social objectiva. Não se distinguindo particularmente nos valores associados à privação dá, contudo, conta de uma dinâmica demográfica positiva, na medida em que apresenta um rácio de pensionistas face à população empregada favorável o que tem repercussões também sobre o nível de vida do conjunto da população, dado o baixo nível de rendimentos que atinge parte importante dos pensionistas portugueses.

Os **Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3)** descrevem o lado mais dinâmico do desenvolvimento do nosso país, designadamente aquele que se reflecte nas condições e modos de vida das populações das grandes metrópoles como Lisboa e Porto e um conjunto de outros territórios que se desenvolveram na sua periferia ou à sua semelhança. São territórios que do ponto de vista da área que ocupam têm uma pequena expressão representando contudo uma parte importante da população portuguesa (32,2%), o que reflecte a litoralização dos pólos mais dinâmicos em termos de produção e decisão.

O contraste com a realidade do país é patente se atendermos ao elevado número de indicadores explicativos deste tipo (18 dos 25 indicadores). A maioria destes dá conta de uma situação favorável relativamente aos outros tipos, sobretudo ao nível dos indicadores que operacionalizam algumas sub-dimensões da desqualificação social objectiva particularmente no que toca à escolarização (baixa taxa de analfabetismo, de população com escolaridade menor ou igual à obrigatória, de saída antecipada do ensino), à qualificação profissional (baixo peso dos trabalhadores desqualificados) e à situação face ao emprego (baixa taxa de desemprego de longa duração).

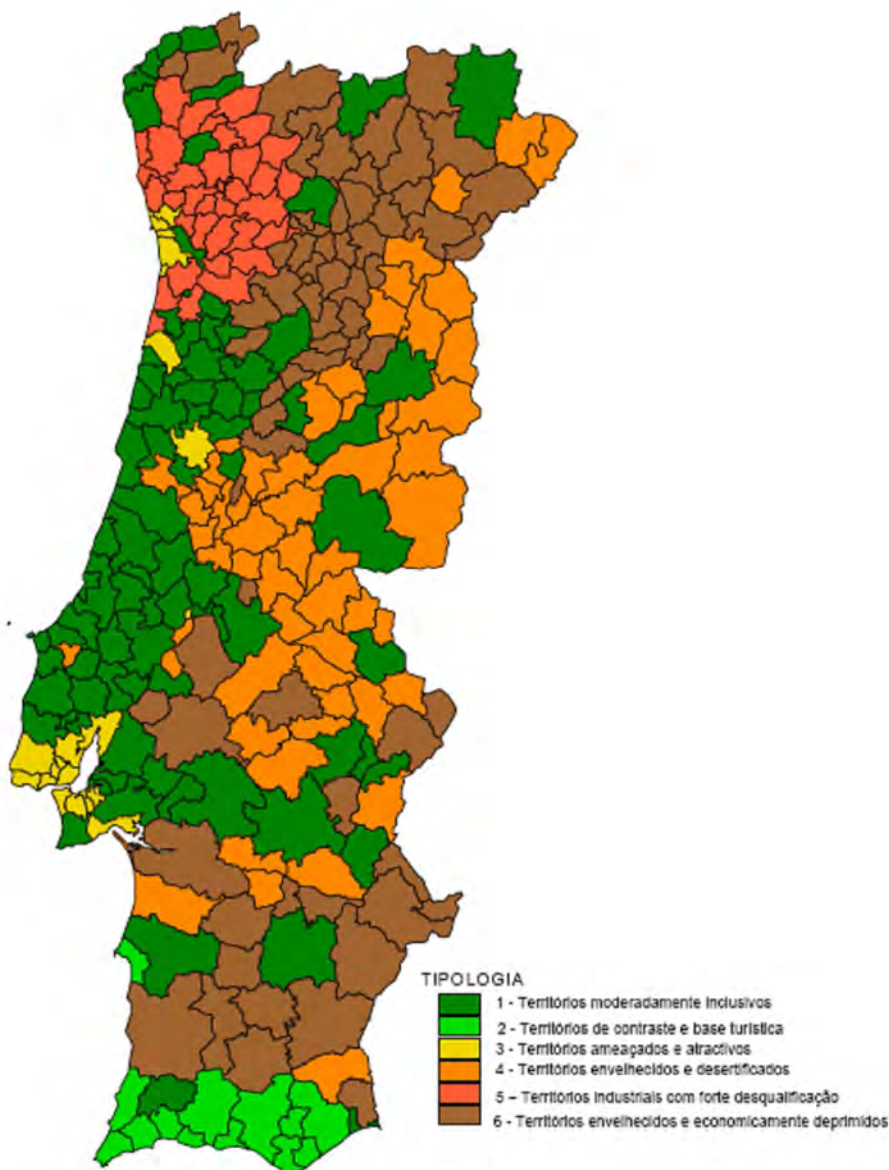
Os **Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4)**. Trata-se de uma extensão importante do território continental (20% dos concelhos), onde reside uma fatia diminuta da população portuguesa (4,9%). São os territórios esquecidos desse desenvolvimento, primeiro litoralizado e depois organizado numa rede de cidades médias e ao longo dos eixos viários mais importantes. As características deste tipo estão fortemente associadas ao subdesenvolvimento destes territórios, essencialmente envelhecidos, desertificados, deficitários do ponto de vista das infra-estruturas e subsistindo predominantemente com base na actividade agrícola. Mais uma vez o contraste com a realidade do país é marcado pelo número de indicadores explicativos do tipo (21 em 25).

Os **Territórios industriais com forte desqualificação (tipo 5)** são de novo um contraste. Com o terceiro maior peso da população (18,6%) em 12,9% dos concelhos do continente, encontra-se numa mancha muito localizável na bacia industrial do Porto (concentrando-se sobretudo no Vale do Ave, Tâmega e no Cavado). Caracteriza-se, tendencialmente, pelo dinamismo demográfico expresso através do maior peso da população entre os 0 e os 14 anos e das famílias numerosas entre todos os tipos, uma forte dinâmica económica assente sobretudo na indústria, bem como pela concentração da grande maioria da população em aglomerados com menos de 5000 habitantes com deficiente infraestruturação. Os valores são aqui extremados na grande parte dos indicadores o que marca a especificidade deste tipo.

Os **Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6)** retratam uma situação que abrange um número significativo de concelhos.... São concelhos que se distribuem pelo interior do país, mas sobretudo no Norte e no Alentejo. As semelhanças com os Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4) são algumas e tal como neste tipo, descreve-se a situação de territórios envelhecidos com fracas competências escolares, qualificações profissionais e economicamente deprimidos...

Fonte: A Tipificação da Exclusão Social em Portugal – ISS (Instituto da Segurança Social)

FIGURA F



Pela análise da figura F, e concentrando as nossas atenções na NUT III Minho Lima, objecto do presente estudo, podemos verificar que existem 3 tipos de territórios em termos de dinâmica inclusão/exclusão, tornando esta sub-região extremamente heterogénea.

Assim, toda a orla costeira da sub-região Minho Lima (concelhos de **Viana do Castelo e de Caminha**), e na fronteira com a vizinha Galiza (concelhos de **Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Ponte da Barca**) constituem territórios de **tipo 1** (Territórios moderadamente inclusivos).

Existem ainda no Minho Lima territórios de **tipo 6** (envelhecidos e economicamente deprimidos) que atingem os concelhos de **Melgaço, Paredes de Coura e Arcos de Valdevez**.

Existe ainda um território de **tipo 5** (industrial com forte desqualificação) que atinge o concelho de **Ponte de Lima**.

Numa análise mais em pormenor , vamos tentar explicar a categorização dos concelhos de Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença e Monção como territórios de tipo 1.

Estes concelhos apresentam baixos níveis de desemprego e de desemprego de longa duração, quando comparados com a média nacional, níveis positivos de escolarização ao nível do analfabetismo e das taxas de abandono escolar e de saída antecipada.

Relativamente aos concelhos de Melgaço, Paredes de Coura e Arcos de Valdevez, estes concelhos considerados de tipo 6 (envelhecidos e economicamente deprimidos) caracterizam-se pelo envelhecimento da sua população, pelas fracas competências escolares, pela baixa qualificação profissional e por um forte atraso económico. A população ainda mantém actividades rurais de agricultura de subsistência, de baixa produtividade (pequenas parcelas de terra - minifúndio). A reduzida actividade industrial que existe enfrenta permanentemente a concorrência asiática e a crescente globalização tem levado ao encerramento das poucas indústrias existentes, que se dedicam quase exclusivamente aos sectores tradicionais do calçado e têxtil.

O concelho de Ponte de Lima surge como um território de tipo 5 (industrial com forte desqualificação), sendo caracterizado por algum dinamismo demográfico (população relativamente jovem, existindo taxas de natalidade positivas), e ainda por uma certa dinâmica económica, baseada numa indústria ainda assim relativamente competitiva e que vai suportando a intensa pressão do exterior. Existe contudo uma grande falta de qualificação da população, tanto a nível académico como a nível profissional, que dificilmente poderá concorrer a outros ritmos de produção mais exigentes em termos tecnológicos.



## INDICADORES DE INCLUSÃO / EXCLUSÃO SOCIAL

### A – DESAFILIAÇÃO

1. **Institucionalização**
  - a) Taxa de pessoas institucionalizadas
  - b) Taxa de cobertura dos equipamentos sociais de apoio a idosos
2. **Estruturas familiares**
  - a) Famílias mono parentais
3. **Criminalidade**
  - a) Taxa de criminalidade
4. **Imigração**
  - a) Estrangeiros na população residente

### B – DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL OBJECTIVA

5. **Escolarização**
  - a) População com escolaridade menor ou igual à obrigatória
  - b) Taxa de analfabetismo
  - c) Saída antecipada do sistema escolar
  - d) Abandono escolar precoce
6. **Emprego e desemprego**
  - a) Desempregados de longa duração
  - b) Taxa de desemprego
  - c) População com profissões desqualificadas
7. **Condições de habitação**
  - a) Pessoas residentes em alojamentos não clássicos
  - b) Alojamentos sobrelotados
8. **Handicaps pessoais**
  - a) População com deficiência
  - b) População infectada com HIV

### C – PRIVAÇÃO ECONÓMICA

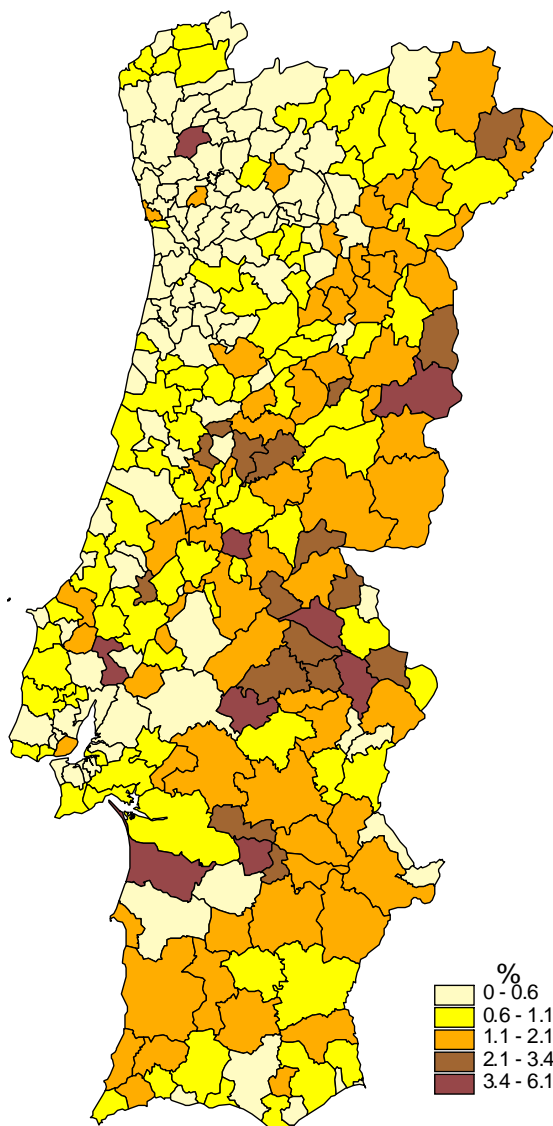
9. **Rendimentos**
  - a) IRS *per capita*
  - b) Percentagem do Poder de compra (ÍNDICE PPC)
  - c) Famílias com 5 ou mais pessoas
10. **Protecção social**
  - a) Beneficiários do RSI
  - b) Valor médio anual das pensões
  - c) Pensionistas face à população empregada

A análise a estes indicadores vai naturalmente incidir na comparação entre os valores registados na NUT III Minho Lima e os valores médios nacionais, de forma a aferir qual o enquadramento da sub-região em termos sociais. De referir ainda que os dados remontam a 2001, data dos últimos censos.

O valor médio aqui apresentado e utilizado no procedimento estatístico que deu lugar à construção das tipologias é calculado somando todos os valores das médias concelhias e dividindo pelo número de concelhos, correspondendo a uma média das médias.

**A – DESAFILIAÇÃO  
INSTITUCIONALIZAÇÃO**

**FIG. G**



**Taxa de pessoas institucionalizadas (FIG. G)**

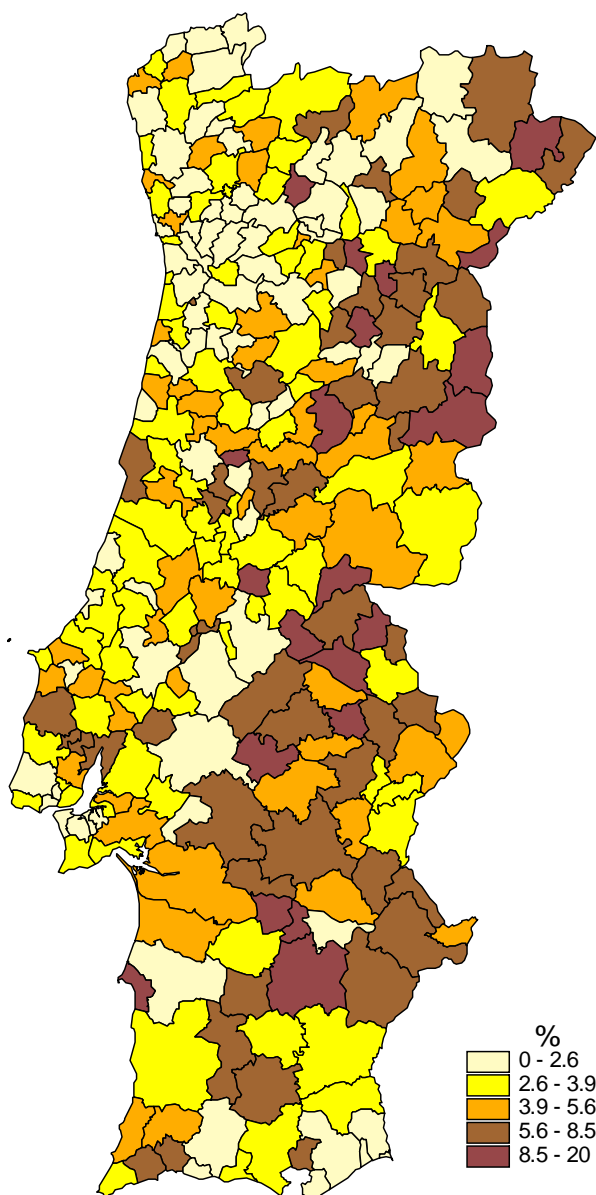
Média nacional: 1,07%\*

Existem na NUT Minho Lima 5 concelhos que apresentam valores compreendidos entre os 0 e os 0,6% de institucionalização. Existem outros 5 concelhos com taxas de institucionalização entre os 0,6 e 1,1%. Conclui-se que a taxa de Institucionalização na sub-região estava em 2001 perfeitamente dentro dos valores nacionais, que apontavam para o valor de 1,07%.

Este indicador é relevante porque nos permite ter uma ideia d nível de Desafiliação resultante da institucionalização de cidadãos. A institucionalização poderá levar, e leva frequentemente, á perda dos laços familiares e a um progressivo risco de entrar num ciclo de exclusão (neste caso familiar), podendo ou não derivar em situações de pobreza.

Fonte: INE, Censo 2001

FIG. H



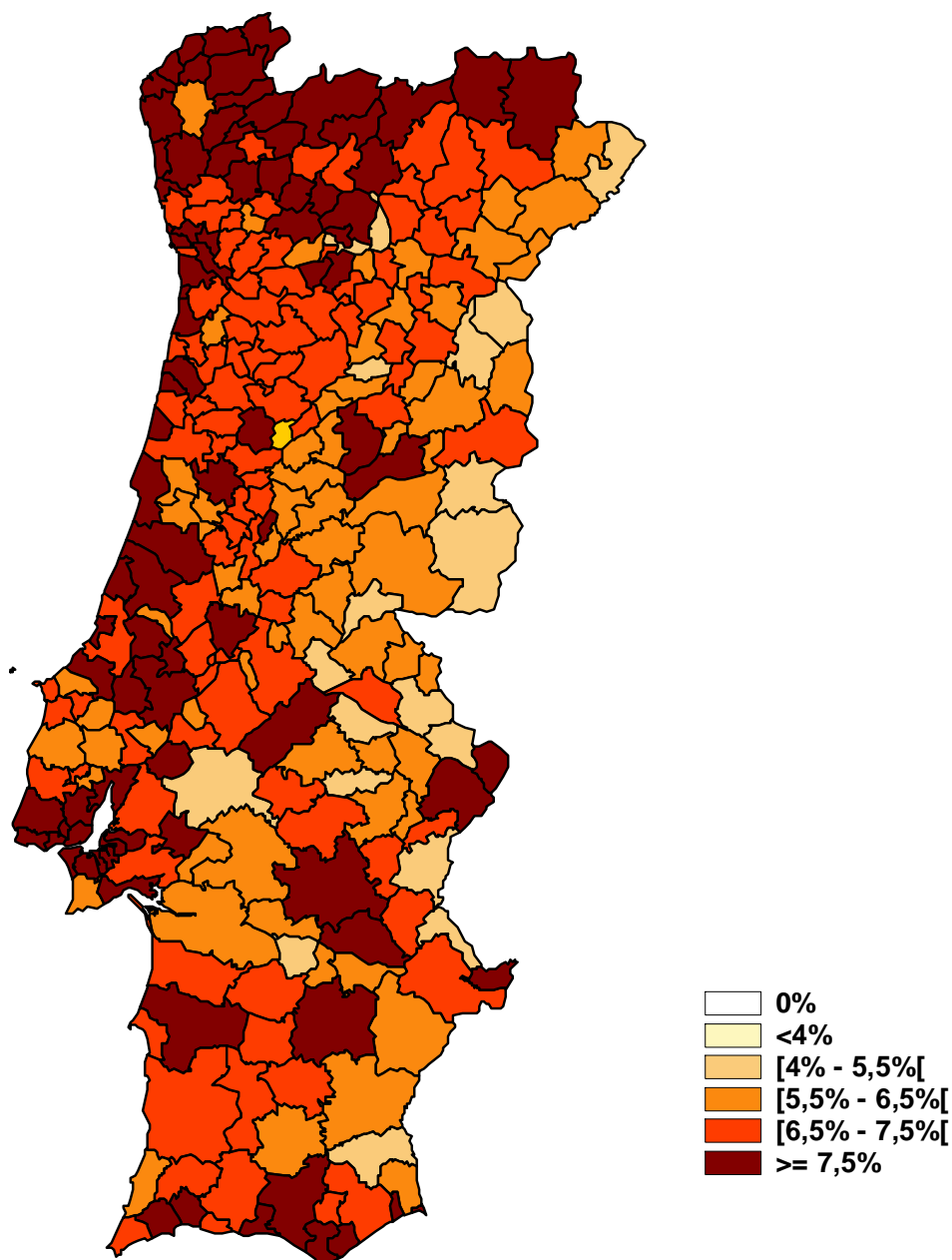
**Taxa de cobertura dos equipamentos de apoio a idosos (FIG. H)**

Média nacional: 4,38%\*

Em termos de equipamento de apoio aos idosos, e pela análise da figura, constata-se na sub-região uma taxa de cobertura inferior à média nacional na maioria dos concelhos, com a exceção de Caminha e Paredes de Coura. V.N Cerveira, Ponte Lima e Ponte Barca apresentam valores inferiores à média nacional, mas ainda assim superiores aos restantes concelhos, que apontam para valores entre os 0 e os 2,6%.

Fonte: INE, Censo 2001

**ESTRUTURAS FAMILIARES**  
**FIG. I**



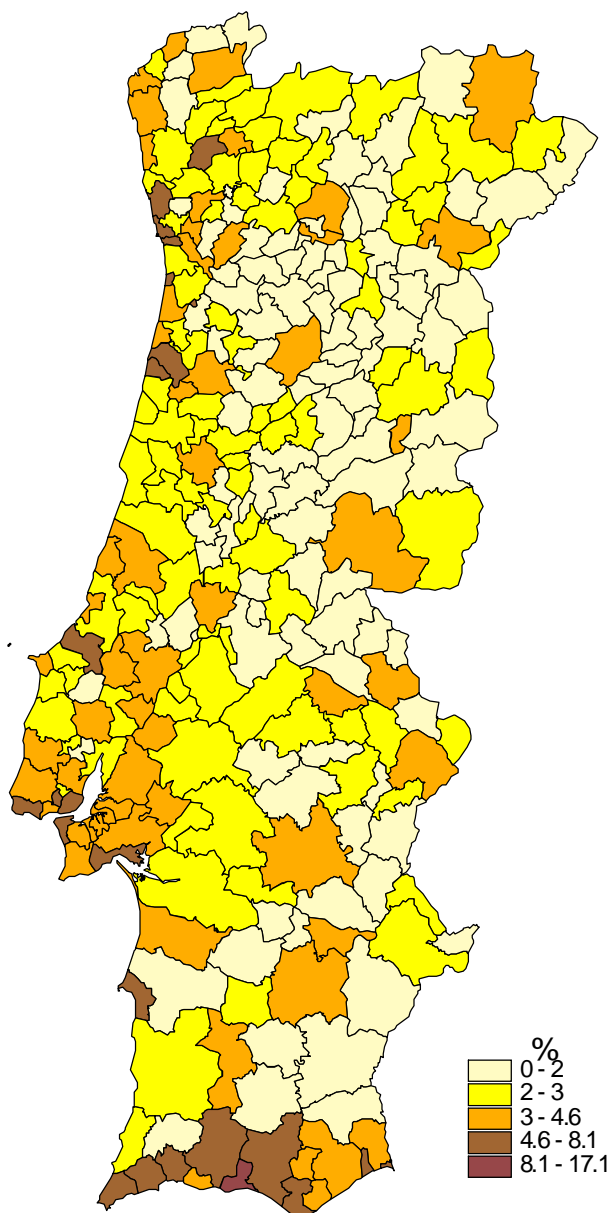
**Famílias mono parentais (FIG. I)**

Média nacional: 6,11%\*

Este é um indicador no qual o Minho Lima apresenta em todos os concelhos, exceptuando Ponte Lima, valores acima da média nacional (6,11%). A figura apresenta 9 concelhos da sub-região com valores iguais ou superiores a 7,5%.

Fonte: INE, Censo 2001

**CRIMINALIDADE**  
**FIG. J**



**Taxa de criminalidade (FIG. J)**

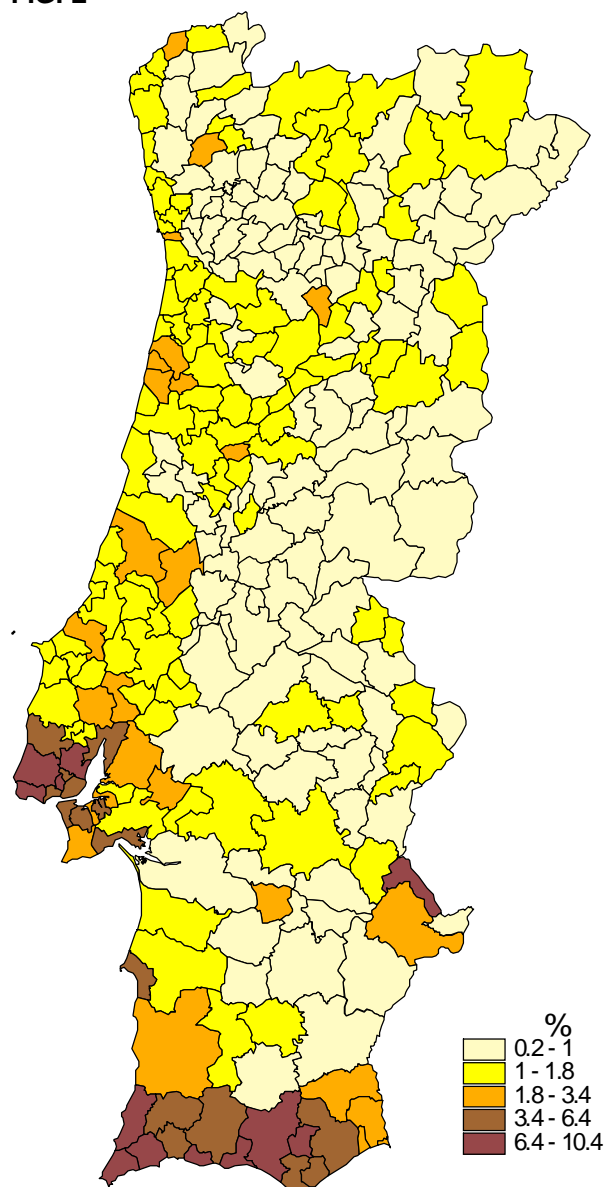
Média nacional: 2,69%

No que respeita á taxa de criminalidade, os concelhos da NUT apresentam valores dentro da média nacional (2,69%). Os concelhos de Viana, Caminha, Valença e Arcos Valdevez destacam-se por taxas ligeiramente superiores aos valores médios nacionais.

Fonte: INE, Censo 2001

## IMIGRAÇÃO

FIG. L



### Estrangeiros na população residente (FIG. L)

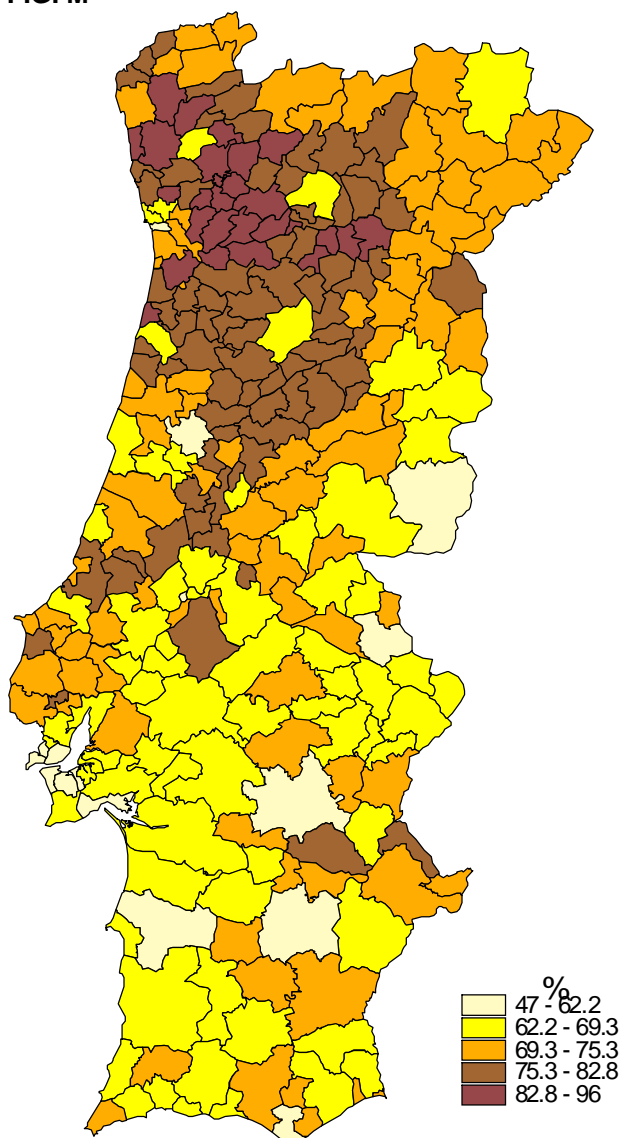
Média nacional: 1,68%%\*

No que respeita á taxa de estrangeiros na população residente, os valores estão como se pode verificar na figura ao lado abaixo da média nacional (6, 11%).

Valença destaca-se por uma taxa superior aos restantes concelhos, mas ainda assim inferior á média nacional. Estes valores reportam-se a 2001, pelo que estarão relativamente desactualizados. De qualquer forma, a NUT Minho Lima não é atractiva para a população estrangeira, seja em termos de comunidade estrangeira imigrante por motivos laborais e profissionais, seja por outros motivos (para efeitos de residência permanente, como no caso da comunidade inglesa no Algarve).

Fonte: INE, Censo 2001

**B – DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL OBJECTIVA**  
**ESCOLARIZAÇÃO**  
**FIG. M**



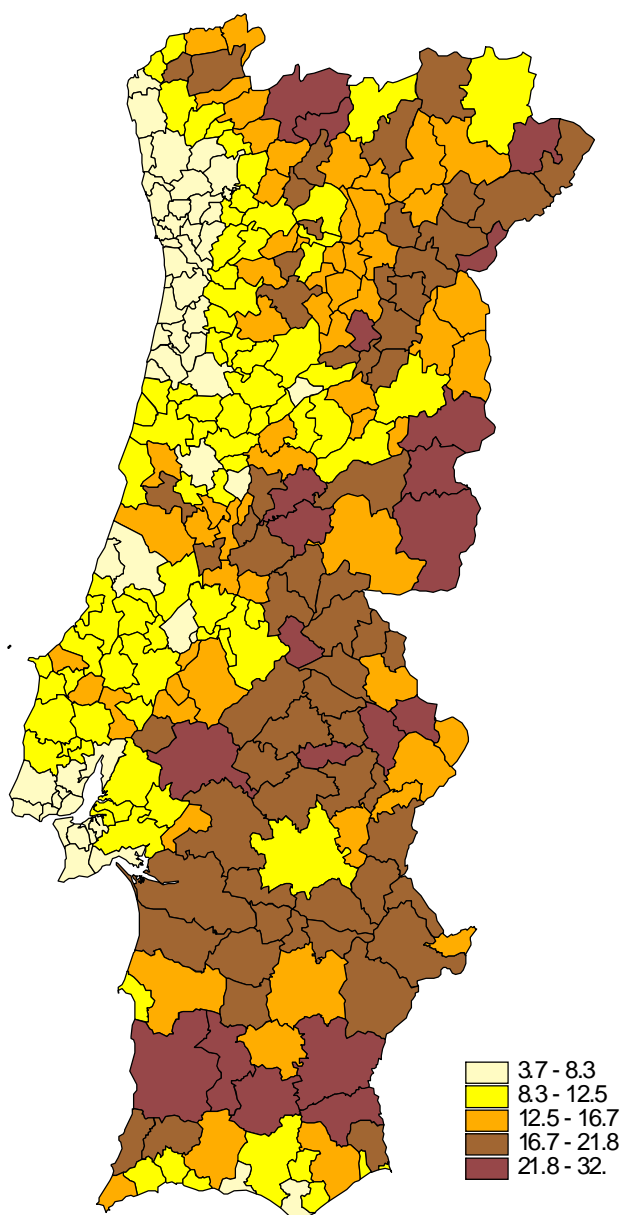
**População com escolaridade menor ou igual à obrigatória (FIG. M)**

Média nacional: 73,1%\*

Como podemos observar pela figura, o panorama da escolaridade na NUT Minho Lima em 2001 não era favorável, particularmente no concelho de Ponte de Lima, que ultrapassa bastante a média nacional. Outros concelhos igualmente afectados pelo baixo nível de escolarização são os concelhos de Caminha, V.N. Cerveira, Valença e Ponte da Barca.

Ainda que se tenham alterado ligeiramente estes valores desde 2001, a verdade é que a situação da baixa escolaridade entre a população de mantém.

FIG. N: Taxa de analfabetismo



**Taxa de analfabetismo (FIG. N)**

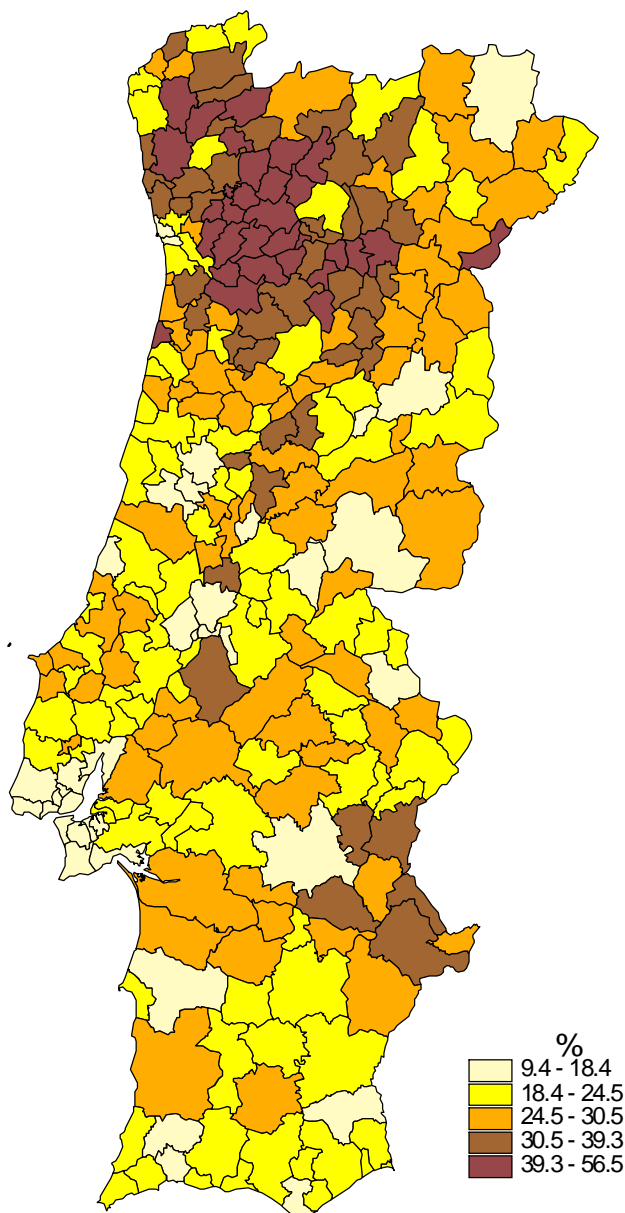
Média nacional: 13,52%\*

Como podemos ver na figura, a taxa de analfabetismo atinge sobretudo os concelhos de Arcos Valdevez e Paredes de Coura, com valores bem acima da média nacional. Os restantes concelhos estão dentro da média nacional, exceptuando Caminha e Viana Castelo com valores inferiores.

Fonte: INE, Censo 2001



FIG. O: Saída antecipada do sistema escolar



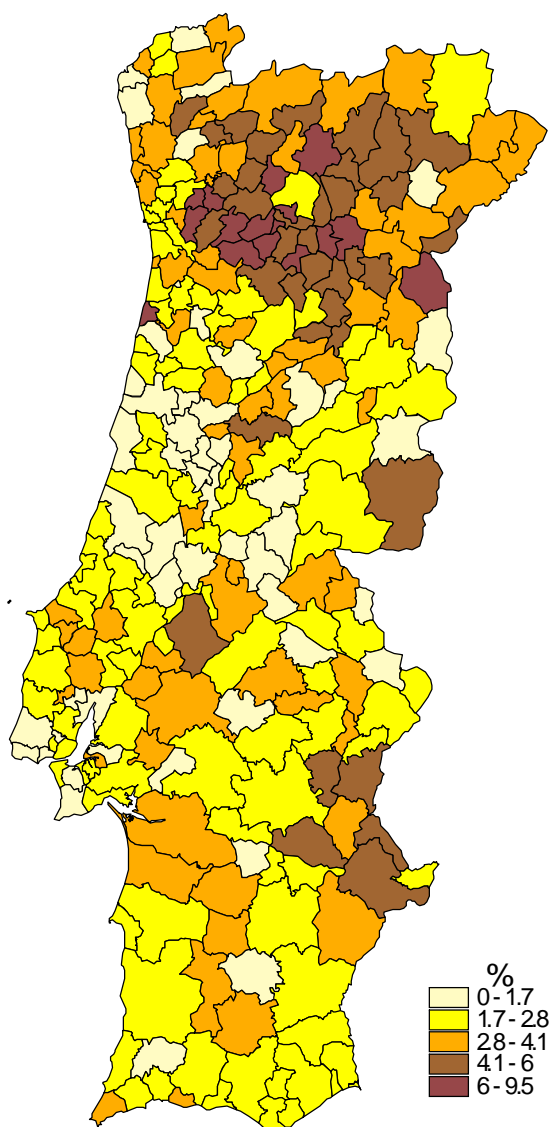
#### Saída antecipada do sistema escolar (FIG. O)

Média nacional: 27,1%\*

Os concelhos de Viana Castelo, Caminha, Monção e Melgaço apresentavam em 2001 uma taxa de saída antecipada da escola inferior à média nacional. Novamente o concelho de Ponte Lima apresentava a taxa mais alta do Minho Lima, seguido de Valença, Arcos Valdevez e Ponte da Barca, todos eles com valores superiores. V.N. Cerveira e Paredes Coura estavam dentro dos valores médios nacionais.

Fonte: INE, Censo 2001

Figura P: Abandono Escolar Precoce



#### Abandono Escolar Precoce

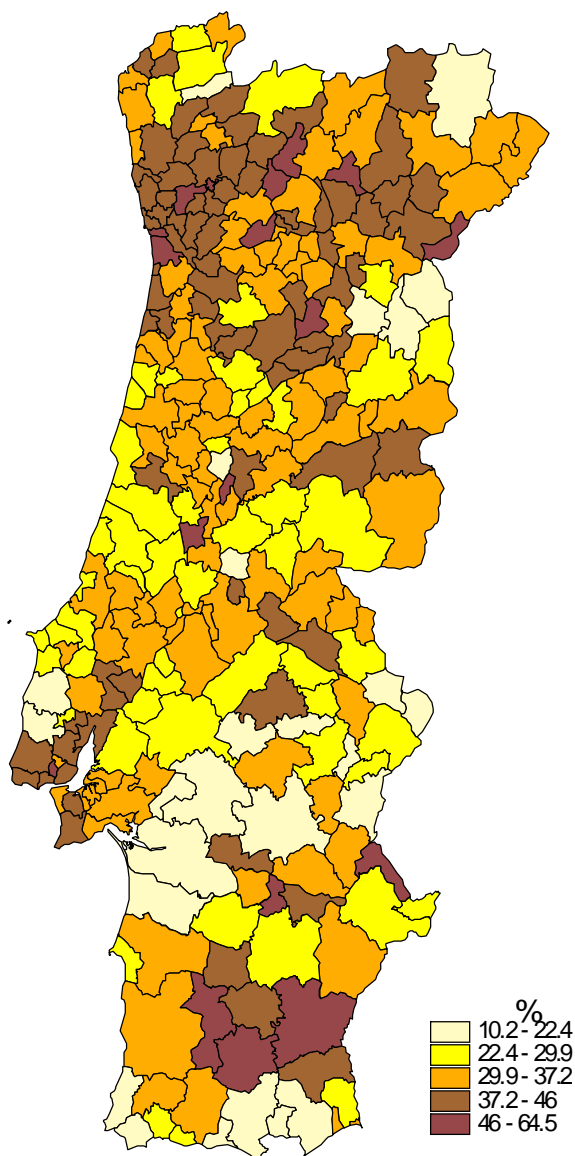
Média nacional: 3,02%\*

Como podemos ver pela figura, o abandono escolar precoce não apresenta na sub-região valores muito elevados. Sendo a média nacional de cerca de 3%, podemos ver que em 2001 o Minho Lima apresentava valores inferiores a esta média, e apenas 4 dos 10 concelhos da sub-região apresentavam um abandono escolar compreendido entre os 2,8% e os 4,1%.

Fonte: INE 2001

## EMPREGO E DESEMPREGO

FIG. Q: Desempregados de longa duração (DLD)



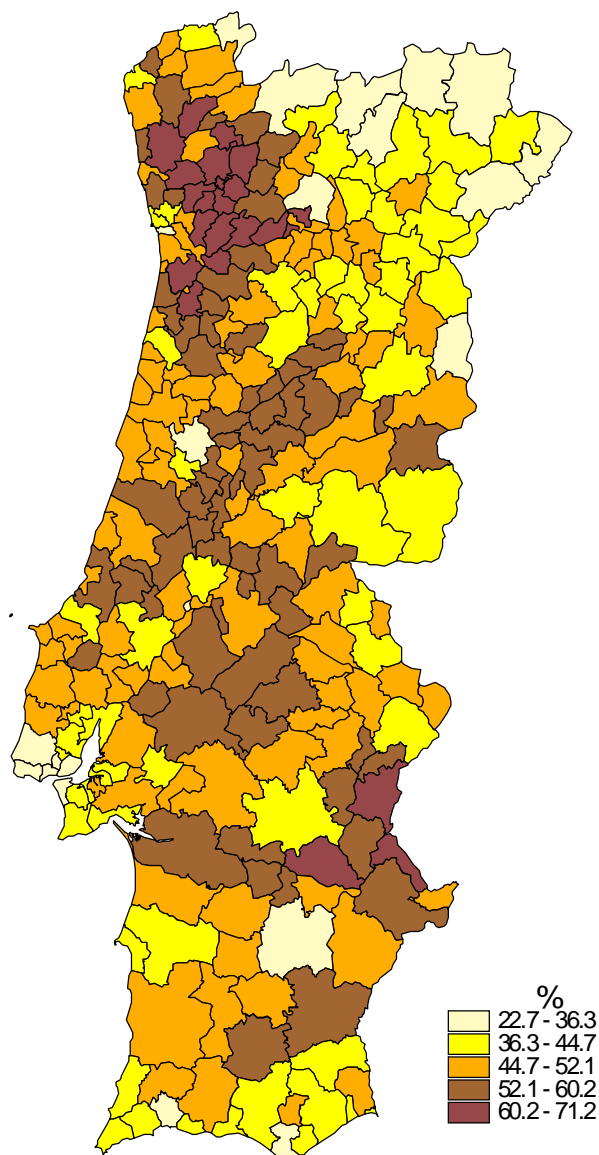
### Desempregados de longa duração (DLD) (FIG. Q)

Média nacional: 33,97%\*

À excepção de 2 concelhos, a NUT Minho Lima apresentava em 2001 uma taxa de desemprego de DLD dentro da média nacional, não existindo, no global, como por exemplo existia e continua a existir em 2007 nas NUT vizinhas do Cávado ou do Ave, níveis de desemprego de longa duração superiores à média nacional. De qualquer forma, e pelas mais diversas razões (emigração sem comunicação ao IEFP, actividade profissional não declarada/comunicada ao IEFP, ...), o desemprego apresenta-se tendencialmente como temporário na sub-região.

Fonte: INE, Censo 2001

FIG. R: População com profissões desqualificadas



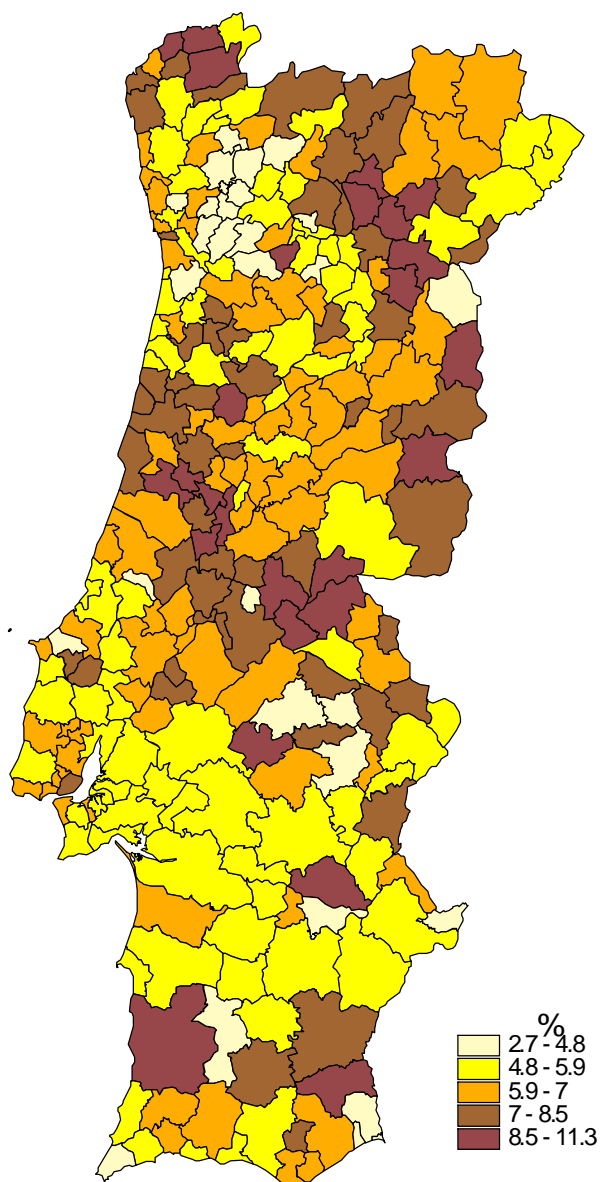
**População com profissões desqualificadas (FIG. R)**

Média nacional: 48,89%\*

Em 2001, aquando dos censos, apenas 1 concelho da NUT (Melgaço) ficava claramente abaixo da média nacional em termos de taxa de população com profissão desqualificada. Caminha e Monção apresentam nesse ano valores favoráveis. Todos os outros concelhos apresentaram valores aproximados à média nacional. V.N. Cerveira e Ponte de Lima (e aqui está a principal razão para a classificação deste concelho como sendo de tipo 5) são de facto os concelhos que ultrapassam a média nacional neste indicador.

Fonte: INE, Censo 2001

**HANDICAPS PESSOAIS**  
**FIG. S**



**População com deficiência (FIG. S)**

Média nacional: 6,44%\*

Este é um indicador muito relevante para a caracterização social do Minho Lima. Como podemos verificar pela figura, com a excepção de Ponte de Lima, Melgaço e V.N. Cerveira, todos os restantes 8 concelhos da sub-região apresentavam em 2001 valores bastante superiores à média nacional, designadamente 3 concelhos do interior do distrito (Arcos Valdevez, Monção e Valença) Viana do Castelo, Caminha e Paredes Coura apresentavam igualmente valores críticos.

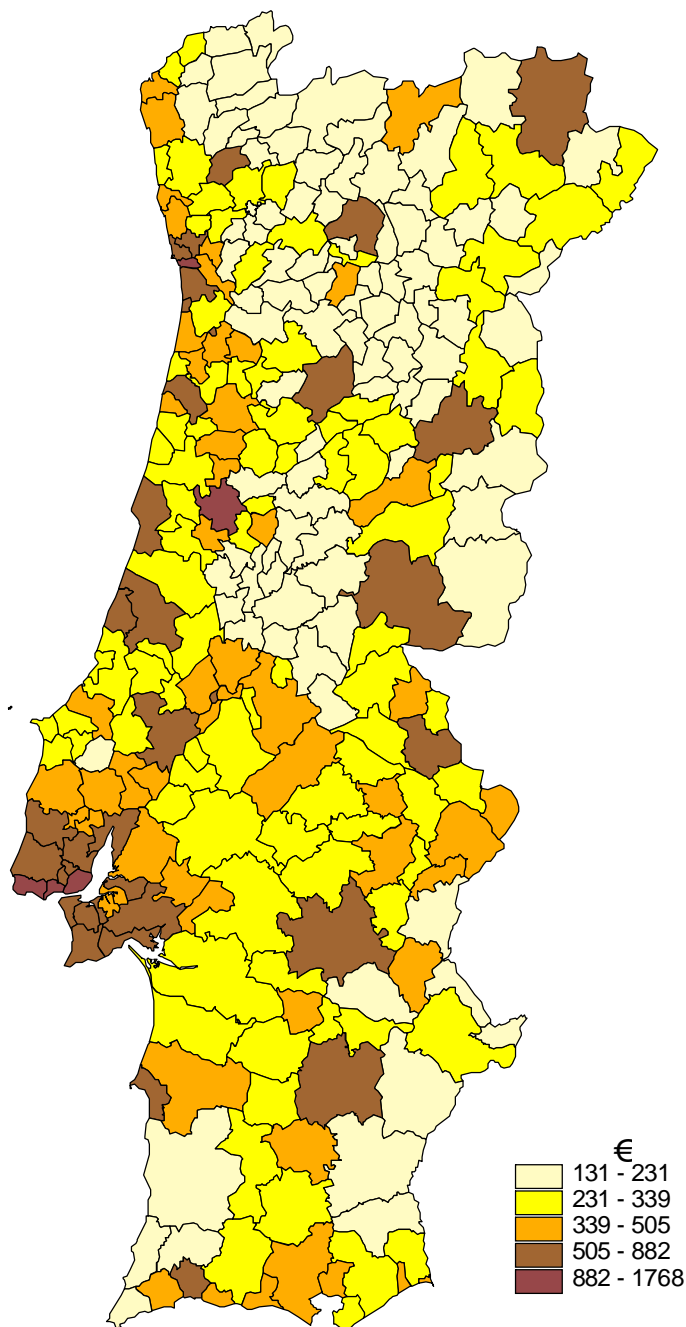
NOTA: Segundo o CENSO 2001, 37% dos portugueses com deficiência eram analfabetos. Uma taxa que é o dobro da população em geral. E apenas 29% tinham uma actividade económica.

Fonte: INE, Censo 2001

## C – PRIVAÇÃO ECONÓMICA

### RENDIMENTOS

FIG. T: IRS per capita



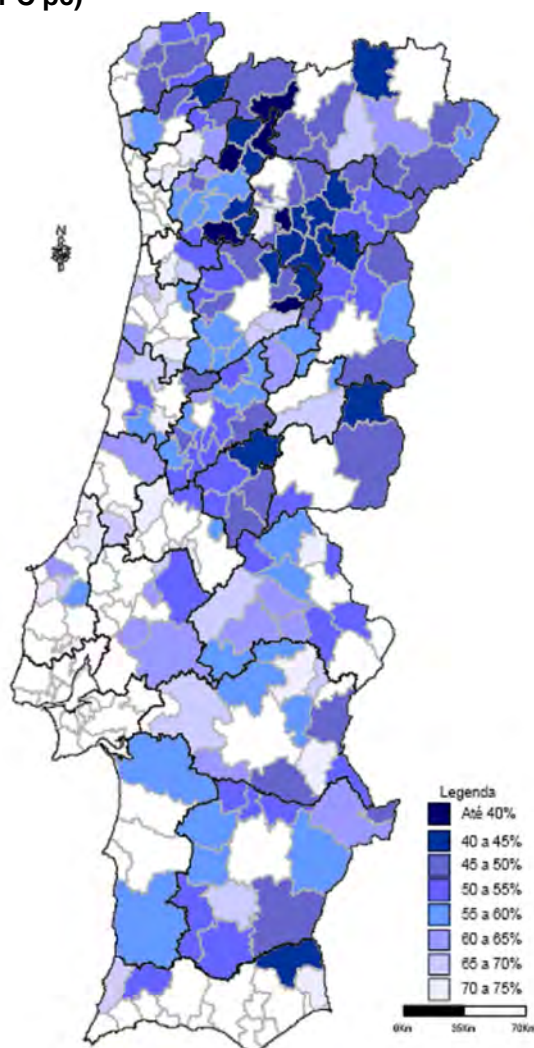
### IRS per capita (FIG. T)

Média nacional: 338,45€\*

Ao contrário das anteriores figuras, nas quais a cor mais escura nos revelava os indicadores mais desfavoráveis face à média nacional, nesta figura as cores mais carregadas (castanho escuro/roxo) revelam-nos os maiores rendimentos *per capita*. Assim, podemos verificar que os maiores valores de IRS per capita processados em 2001 se registam na capital e arredores (Grande Lisboa/Vale do Tejo) e no Porto (Grande Porto). Existem elevados níveis de IRS processados um pouco por todas as NUT nacionais, sobretudo como é visível nas cidades capitais de distrito. No que respeita à sub-região que é objecto do estudo, o Minho Lima apresenta nos seus concelhos do litoral (Viana Castelo e Caminha) valores médios correspondentes à média nacional, entre os 339€ e os 505€. Os concelhos de V.N. Cerveira e de Valença apresentam valores inferiores à média nacional, entre os 231€ e os 339€. Todos os restantes concelhos do Minho Lima apresentavam em 2001 rendimentos bastante baixos (medidos em termos de IRS declarado às finanças), dentro do intervalo de valores 131€ e 231€. Este facto reflecte duas realidades destes concelhos. Por um lado, os baixos níveis salariais praticados nestes concelhos, em virtude do baixo nível de especialização do trabalho e do baixo valor acrescentado da produção local, em termos de inovação e de incorporação tecnológica. Por outro lado, e devido ao crescente envelhecimento da população, os baixos níveis de IRS cobrado reflectem as baixas pensões de reforma.

Fonte: INE, Censo 2001

FIG. U  
PIB per capita (IPC pc)



#### PIB per capita (IPC pc)

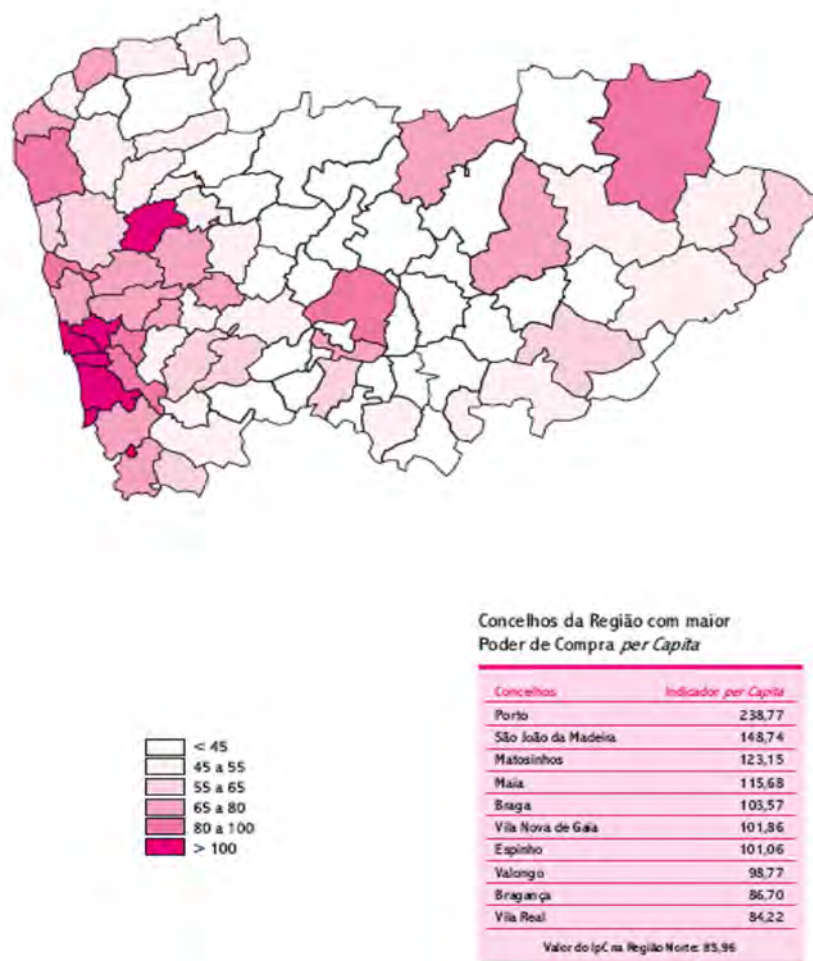
Na figura U vemos os concelhos apresentarem cores diferentes, consoante os diferentes rendimentos do ano de referência. O Indicador de Poder de Compra *per Capita* (IPC) é um número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos *per capita*, com o poder de compra médio do país a que foi atribuído o valor 100. Temos portanto que a base de referência é 100 (média nacional). O IPC neste caso é calculado a partir da ponderação dos valores dos concelhos aí integrados pelos respectivos pesos demográficos.

Pela análise da figura, e focando a NUT Minho Lima, podemos verificar que em 2002 apenas 2 concelhos (Viana Castelo e Caminha) apresentavam um IPC pc igual ou superior a 70% do valor médio de IPC pc nacional. Os concelhos de V.N. Cerveira e Valença apresentavam valores entre 60% a 70% da média nacional. Os restantes concelhos ficavam abaixo dos 60% da média nacional.

Fonte: INE 2002 (Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio)



FIG. V



### IPC Norte 2002

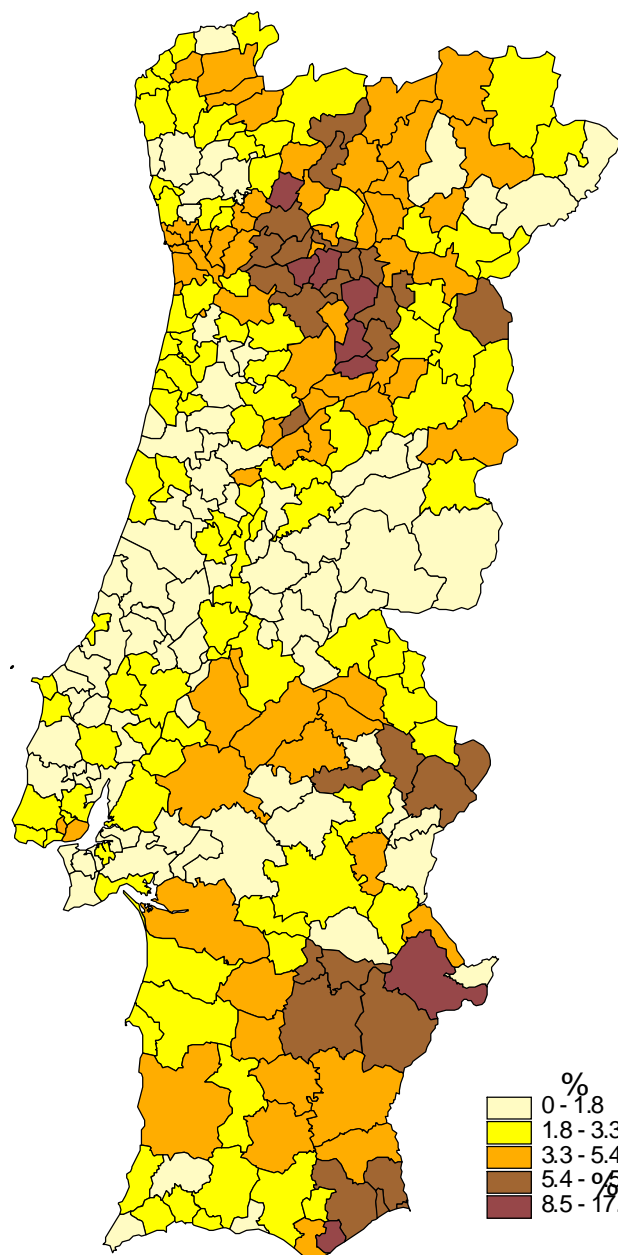
Na figura V podemos ver os concelhos portugueses que formam a NUT II Norte. É possível portanto realizar através da leitura da figura uma comparação entre as diferentes regiões com maior detalhe. Assim, podemos verificar que, em 2002, na sub-região do Minho Lima, apenas a cidade de Viana Castelo apresentava um IPC superior a 80% (para sermos exactos, Viana do Castelo apresentou em 2002 84,2% de IPC pc). Seguidamente surgem V. N. Cerveira e Caminha, que se situam no intervalo entre os 65% e os 80% da média nacional (no caso de Caminha, situava-se em 2002 no valor de 74,8%). Todos os outros concelhos se situavam em valores inferiores a 65%.

Sem pretendermos de alguma forma estigmatizar concelhos ou populações da sub-região (não é de todo interessante fazê-lo), será oportuno referir os casos de Arcos Valdevez e Paredes Coura como os concelhos com menor IPC da NUT, com valores próximos de metade da média nacional.

Fonte: INE – Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 2002



FIG.: X



O Rendimento Social de Inserção, instituído pela Lei 13/2003 de 21 de Maio, revoga o Rendimento Mínimo Garantido e é uma medida de política social que visa assegurar a inserção de pessoas e famílias excluídas ou em risco de exclusão, proporcionando condições mínimas de existência a todos os residentes.

Esta medida consiste numa prestação de montante variável e de carácter transitório, incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral e social. A atribuição da prestação é da responsabilidade do CRSS (Centro Regional de Segurança Social) da área de residência do requerente, pertencendo ao NLI (Núcleo Local de Inserção), constituído em parceria, a aprovação do programa de inserção. Tratando-se de um mecanismo de solidariedade e segurança social constitui um importante instrumento de promoção efectiva e de coesão social.

FIG.: Z

Valor médio da prestação de RSI processado por família em Dezembro de 2006 (por centro distrital)

	(em €)
Aveiro	212,04
Beja	265,49
Braga	218,21
Bragança	199,04
Castelo Branco	184,71
Coimbra	197,67
Évora	226,10
Faro	216,13
Guarda	187,30
Leiria	194,27
Lisboa	239,07
Portalegre	267,48
Porto	215,35
Santarém	197,35
Setúbal	229,50
Viana do Castelo	184,36
Vila Real	187,71
Viseu	187,41
R. A. Açores	231,79
R. A. Madeira	230,30
<b>TOTAL</b>	<b>224,89</b>

Na figura temos o valor médio da prestação de RSI processado por família em Dezembro de 2006. Podemos verificar que o CDSS de Viana do Castelo processa em média um valor de RSI de 184€ por família beneficiária.

Relativamente a outros CDSS, chegamos á conclusão que o valor de RSI processado por família no Minho Lima é comparativamente inferior, existindo entre os 20 CDSS apenas um que processa um valor semelhante (CDSS de Castelo Branco). , Todos os restantes CDSS do país, com a excepção já referida, pagam um valor superior, facto que não deixa de ser curioso.

Tal situação pode ficar a dever-se precisamente ao baixo nível de rendimentos que marcam a sub-região do Minho Lima, e não ao facto dos beneficiários deste apoio social não precisarem, como eventualmente algumas pessoas possam ser levadas a pensar.

Fonte: ISS, 2006

FIGURA A1

Valor médio da prestação de RSI processado por beneficiário em Dezembro de 2006 (por centro distrital)

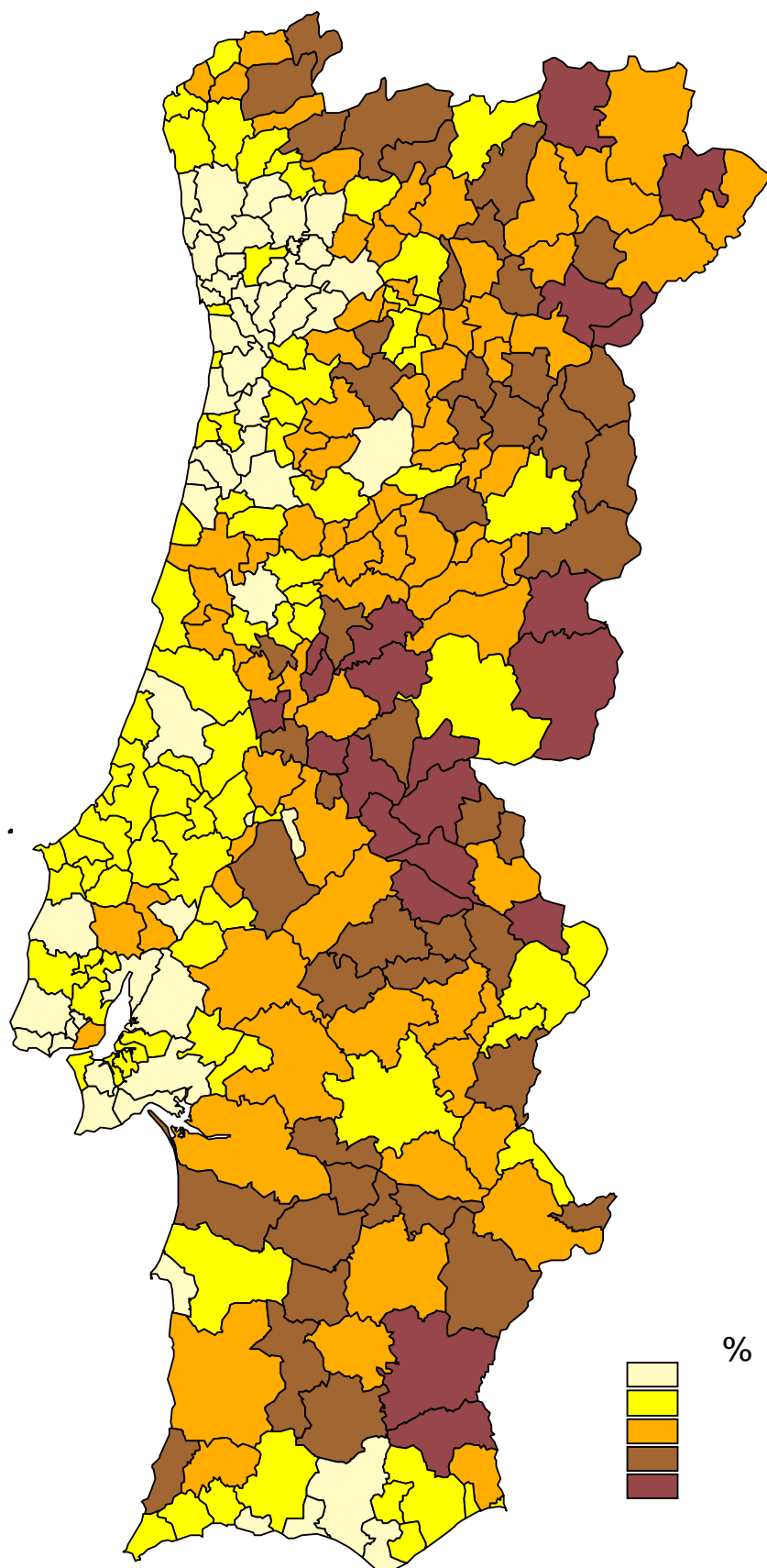
	(em €)
Aveiro	76,58
Beja	82,98
Braga	73,64
Bragança	79,25
Castelo Branco	64,47
Coimbra	81,72
Évora	74,20
Faro	73,56
Guarda	62,16
Leiria	72,36
Lisboa	87,80
Portalegre	82,61
Porto	85,81
Santarém	71,95
Setúbal	82,87
Viana do Castelo	70,69
Vila Real	72,59
Viseu	70,40
R. A. Açores	65,86
R. A. Madeira	81,30
<b>TOTAL</b>	<b>79,81</b>

Em Dezembro 2006 existiam 4 607 beneficiários com processamento de RSI na sub-região Minho lima, de acordo com os dados fornecidos pelo CDSS de Viana do Castelo. Tendo em atenção que a população do distrito é na ordem das 250.000 pessoas (valor aproximado) e que os beneficiários de RSI no Minho Lima com processamento de RSI somam 4607 pessoas, os beneficiários deste apoio social constituem 1.8% da população, bem dentro dos valores médios nacionais.

Na figura A1 temos o valor médio da prestação de RSI processado por beneficiário em Dezembro de 2006. Podemos verificar que o CDSS de Viana Castelo processa em média um valor de RSI de 70 € Relativamente a outros CDSS, chegamos á conclusão que o valor de RSI processado no Minho Lima é comparativamente inferior, existindo entre os 20 CDSS apenas 4 que processam valores iguais ou inferiores (Castelo Branco, Guarda, Viseu e Açores).

Fonte: ISS, 2006

FIG. B1



**Pensionistas face à população empregada (FIG. 10 c))**

Média nacional: 0,78%\*

A percentagem de pensionistas face à população empregada é outro dos indicadores importantes quando se pretende aferir da precariedade de rendimentos de uma dada população. Uma percentagem elevada deste indicador propicia claramente a diminuição dos rendimentos da população e consequentemente pode resultar, e resulta frequentemente, numa maior susceptibilidade a pobreza e exclusão social. Ao observar a figura, podemos ver que a maioria dos concelhos do Minho Lima se situa perfeitamente dentro do valor médio nacional, existindo no ano de referência (2002) apenas 2 concelhos (Arcos Valdevez e Melgaço) a ultrapassar este valor.

Estes dois concelhos apresentavam valores compreendidos entre os 0,97% e os 1,28%. A migração (emigração e migração interna para o litoral) dos jovens contribui decisivamente para este facto.

Fonte: IIES, 2002

## **2. RESPOSTAS SOCIAIS EXISTENTES NA NUT MINHO LIMA (CARTA SOCIAL 2005)**

### **I – Serviços e Equipamentos para crianças e jovens**

Serviços/ Equipamentos				
Creche	ATL	Lar de Crianças e Jovens	Centros de Acolhimento	Unidade de Emergência
36	49	5	2	-

*Fonte: DGEEP, Carta Social 2005.*

### **II – Serviços e Equipamentos de reabilitação e integração de pessoas com deficiência**

Serviços/ Equipamentos						
Transporte de Pessoas com Deficiência	Apoio em Regime Ambulatório para Deficientes	Intervenção Precoce	Lar de Apoio	Centro de Actividades Ocupacionais	Lar Residencial	Serviço de Apoio Domiciliário
-	1	2	6	11	3	-

*Fonte: DGEEP, Carta Social 2005.*

### **III – Serviços e Equipamentos para idosos**

Serviços/ Equipamentos						
Centro de Convívio	Centro de Dia	Lar para idosos	Residência para Idosos	Serviço de Apoio Domiciliário	Centro de Acolhimento Temporário de emergência para Idosos (CATEI)	Centro de Noite
21	38	39	-	63	-	-

*Fonte: DGEEP, Carta Social 2005.*

### **IV – Serviços e Equipamentos para família e comunidade**

Serviços/ Equipamentos							
Atendimento Acompanh. Social	Centro de Alojamento Temporário	Comunidades de Inserção	Centro Comunitário (Intervenção Comunitária)	Centro de Férias	Refeitório/ Cantina Social	Casa de Abrigo	Banco Alimentar
2	-	1	1	2	1	-	-

*Fonte: DGEEP, Carta Social 2005.*

#### V – Serviços e Equipamentos para Toxicodependentes

Serviços/ Equipamentos	
Equipa de Intervenção directa (ex. equipa de Apoio Social Directo)	Apartamento de Reinserção Social
-	-

Fonte: DGEEP, Carta Social 2004

#### V – Serviços e Equipamentos para Pessoas Infectadas por VIH/ Sida e suas Famílias

Serviços/ Equipamentos		
Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial	Serviço de Apoio Domiciliário HIV/ Sida	Residência para HIV/ Sida
1	-	-

Fonte: DGEEP, Carta Social 2004.

#### VI – Serviços e Equipamentos para a Área da Saúde Mental

Serviços/ Equipamentos			
Unidade de Vida Protegida	Unidade de Vida Apoiada	Unidade de Vida Autónoma	Fórum Sócio Ocupacional
-	-	-	-

Fonte: DGEEP, Carta Social 2005.

#### VII – Respostas Sociais Integradas

Serviços/ Equipamentos	
Unidade de Apoio Integrado (UAI)	Apoio Domiciliário Integrado (ADI)
2	12

Fonte: DGEEP, Carta Social 2005.

**Em resumo...**

**Rede de equipamento social na NUT III Minho Lima**

De acordo com os dados apresentados pela *Carta Social 2005*, o distrito de Viana do Castelo apresenta um total de 296 respostas sociais (a NUT III Minho Lima perdeu 2 respostas sociais comparativamente a Carta Social 2004 que apresentava um total de 298 respostas sociais). Se tivermos em atenção os dados apresentados, podemos constatar que existe claramente uma aposta em serviços e equipamentos destinados a Crianças e Jovens e Idosos com um total de respostas sociais de 92 e 161, respectivamente. Dentro das respostas sociais destinados a crianças e jovens de realçar o número de creches (36) e ATL (49); quanto aos idosos sobressai o número de centros de dia (38), lar para idosos (39) e serviço de apoio domiciliário (63).

Seguem-se as respostas sociais orientadas para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, Respostas Sociais Integradas e ainda Família e Comunidade, muito aquém das necessidades com que se deparam os vários concelhos do distrito. Relativamente ao transporte de pessoas com deficiência e ao serviço de apoio domiciliário (ambas sem resposta) e apoio em regime ambulatorio (apenas com uma resposta), não existem como se percebe respostas satisfatórias para dar apoio a este público-alvo.

Se por um lado, se verifica uma nítida aposta no distrito em serviços e equipamentos delineados para crianças, jovens e idosos, verifica-se também, por outro lado, claras deficiências no que respeita a respostas sociais no âmbito da **Saúde Mental** (não há qualquer serviço e equipamento para dar apoio a este tipo de situações). Em situação semelhante estão as respostas sociais focadas para Toxicodependentes (não existe nenhuma resposta) e Pessoas Infectadas por VIH/Sida e suas famílias (apenas uma resposta). Dado o aumento cada vez mais significativo do número de casos, as respostas sociais destinadas a estas valências revelam-se claramente insuficientes. Apesar de haver uma clara aposta em respostas sociais para crianças/jovens e idosos, é preciso intervir em serviços e equipamentos para pessoas com deficiência, toxicodependentes e saúde mental.

De qualquer forma, estes dados mostram que, mesmo nestas áreas, os serviços e equipamentos estão muito aquém das necessidades do distrito.

**“A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social ”**

### **CAPÍTULO III – DIAGNÓSTICO ECONÓMICO DA NUT III MINHO – LIMA**

## COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL

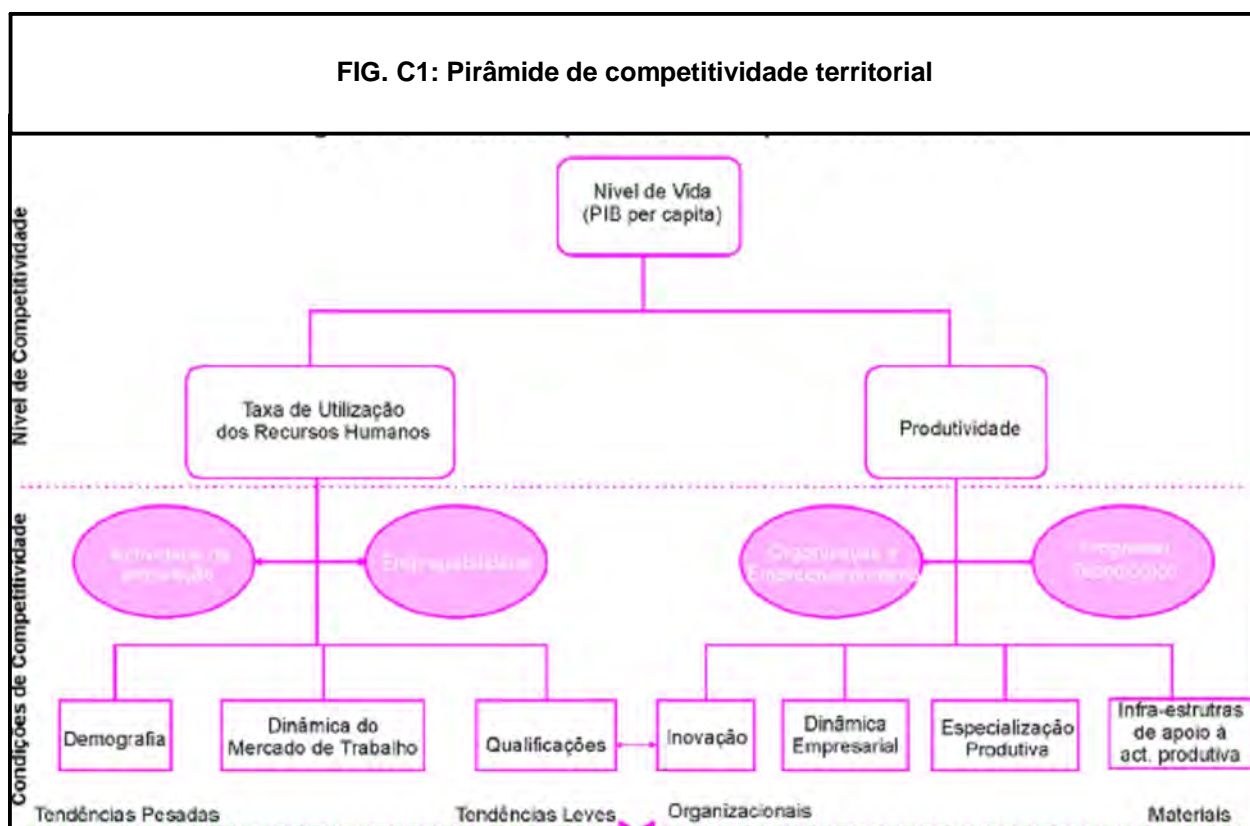
A competitividade territorial exige a consideração dos seguintes elementos: numa “economia de procura” a performance competitiva está necessariamente associada ao nível de bem-estar dos habitantes do território, isto é, as vantagens competitivas dinâmicas e duradouras enraízam-se em “círculos virtuosos” onde a capacidade de criar valor depende da sua difusão para melhorar generalizadamente as condições de vida das populações e vice-versa; a competitividade territorial pressupõe concorrência entre empresas e territórios no seio de espaços mais vastos (regiões em economias nacionais, economias nacionais em blocos supranacionais, nomeadamente), ou seja, o conceito de competitividade é, necessariamente, um conceito relativo; a concorrência entre territórios exige o fortalecimento dos laços de cooperação entre os vários actores económicos internos e externos a um dado território.

A competitividade territorial, formulada assim, pode ser analisada sobre uma óptica de resultado, utilizando nomeadamente um dos indicadores que melhor traduz o nível de vida das regiões (o PIB per capita). Simultaneamente, é possível decompor este indicador em duas componentes que, em conjunto, determinam o seu nível: PIB por pessoa empregada, que é aproximadamente equivalente à produtividade laboral (embora não leve em conta o número médio de horas de trabalho, que podem variar); número total de pessoas empregadas relativamente à população residente, isto é, a taxa de utilização dos recursos humanos:

Para que uma região seja competitiva, deverá ter, tanto um nível relativamente elevado de produtividade (ou de qualidade de emprego, visto que ambos tendem a completar-se) como uma quantidade satisfatória de postos de trabalho ocupados, isto é, não basta produzir com eficiência, é necessário ser capaz de, sem fugir desse padrão de eficiência, criar os empregos que permitam mobilizar os recursos humanos disponíveis.

A apresentação desta decomposição em forma de pirâmide (FIG. C1) permite igualmente que na evolução do nível de competitividade de uma região seja possível identificar o grau de combinação e substituição entre uma melhor ou maior utilização dos recursos humanos.

Quer a produtividade quer a taxa de utilização dos recursos humanos são o resultado da combinação de um conjunto de factores que desta forma determinam as condições de competitividade.

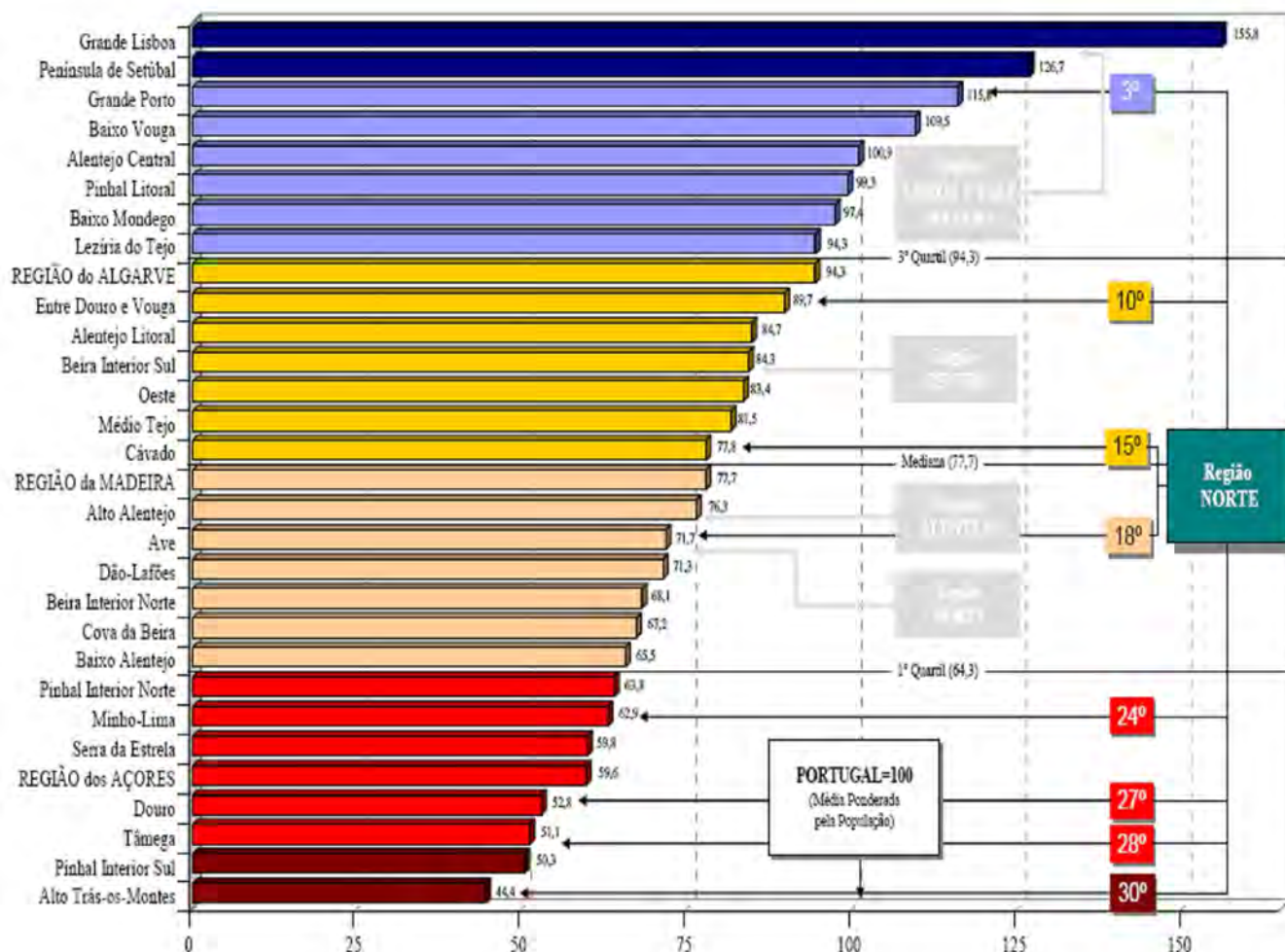




## Análise da competitividade das sub-regiões portuguesas (NUT III)

FIG. D1

Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas: os rankings globais em 2000-2002



### Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas: os rankings globais em 2000- 2002 (FIG. D1)

A figura D1 mostra-nos o “ranking” da competitividade e da coesão territorial em Portugal no período 2000 - 2002. Podemos ver a NUT Minho Lima posicionada na 24ª posição (em 30 sub-regiões). No referido período apenas 6 regiões estavam pior classificadas: Serra da Estrela, Açores, Douro, Tâmega, Pinhal Interior Sul e Alto Trás-os-Montes. Em contrapartida, podemos ver as regiões mais dinâmicas do país com valores muito acima da base 100 (média) nacional, como sejam a Grande Lisboa (155,8%) e o Grande Porto (115,8%). Isto significa como poderemos ver mais adiante (figura P) que o Minho Lima não apresenta até ao momento nem as condições nem os resultados de competitividade de outras sub-regiões portuguesas.

Fonte: Augusto Mateus (Coesão Social e Competitividade)

## Coesão económica e social das regiões portuguesas

FIG. E1

Competitividade e coesão social das regiões portuguesas (2000 – 2002)

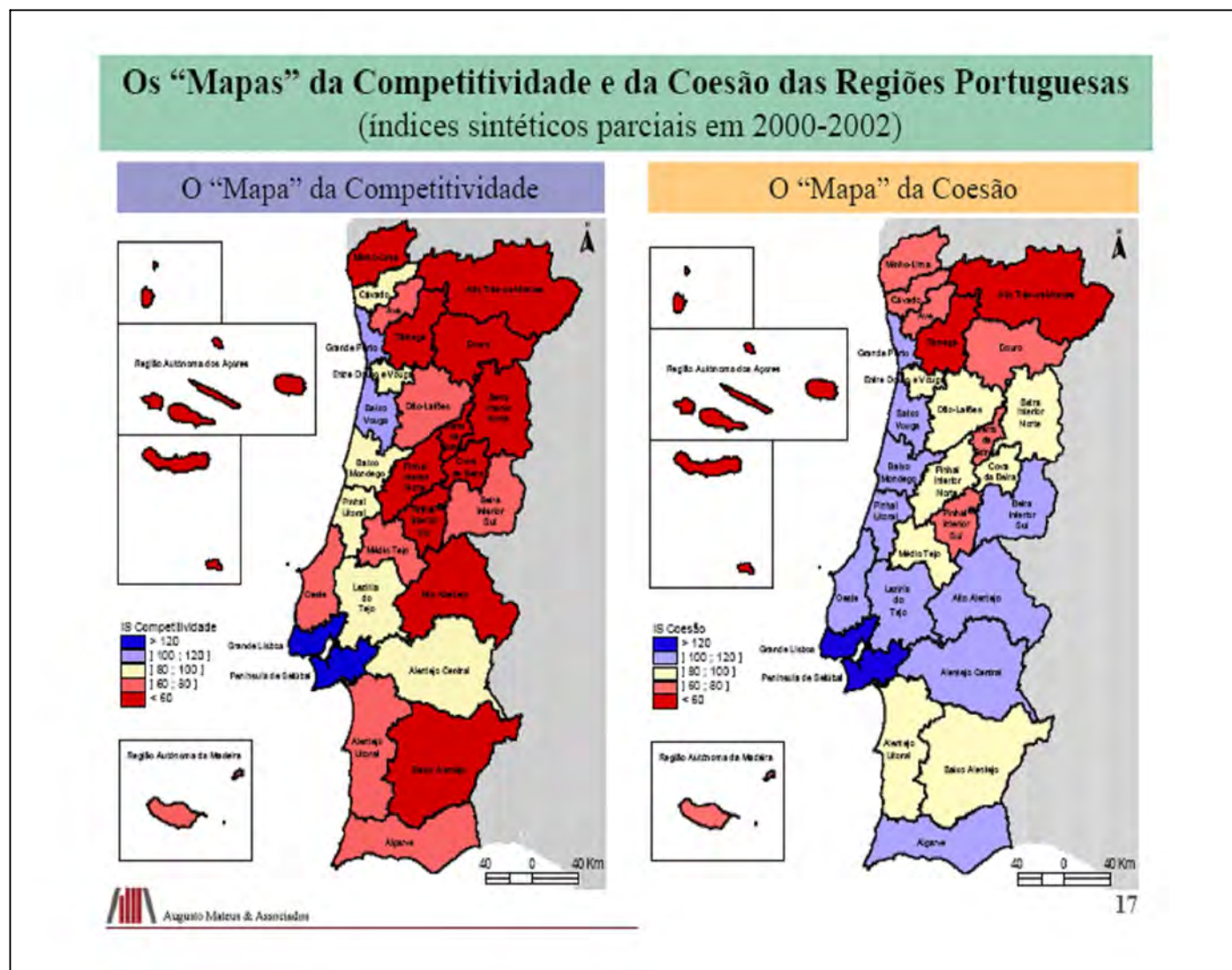


FIG. E1

Competitividade e coesão social das regiões portuguesas (2000 – 2002)

No mapa da competitividade, podemos verificar a posição da NUT Minho Lima a vermelho, como território menos competitivo (abaixo de 60%). No período considerado as únicas regiões competitivas eram a azul-escuro a Grande Lisboa e a Península de Setúbal.

No mapa da coesão podemos ver que o Minho Lima se situava neste período temporal entre os 60% e os 80%. De notar a mancha vermelha (escuro e mais claro) que atinge toda a região Norte, à excepção como é visível a região do Grande Porto e Baixo Vouga. Estes dados remontam como já se disse a 2002, mas o panorama não se alterou significativamente desde então.

Fonte: Augusto Mateus e Associados

FIG. F1

Coesão económica e social das regiões portuguesas (2000 – 2002)

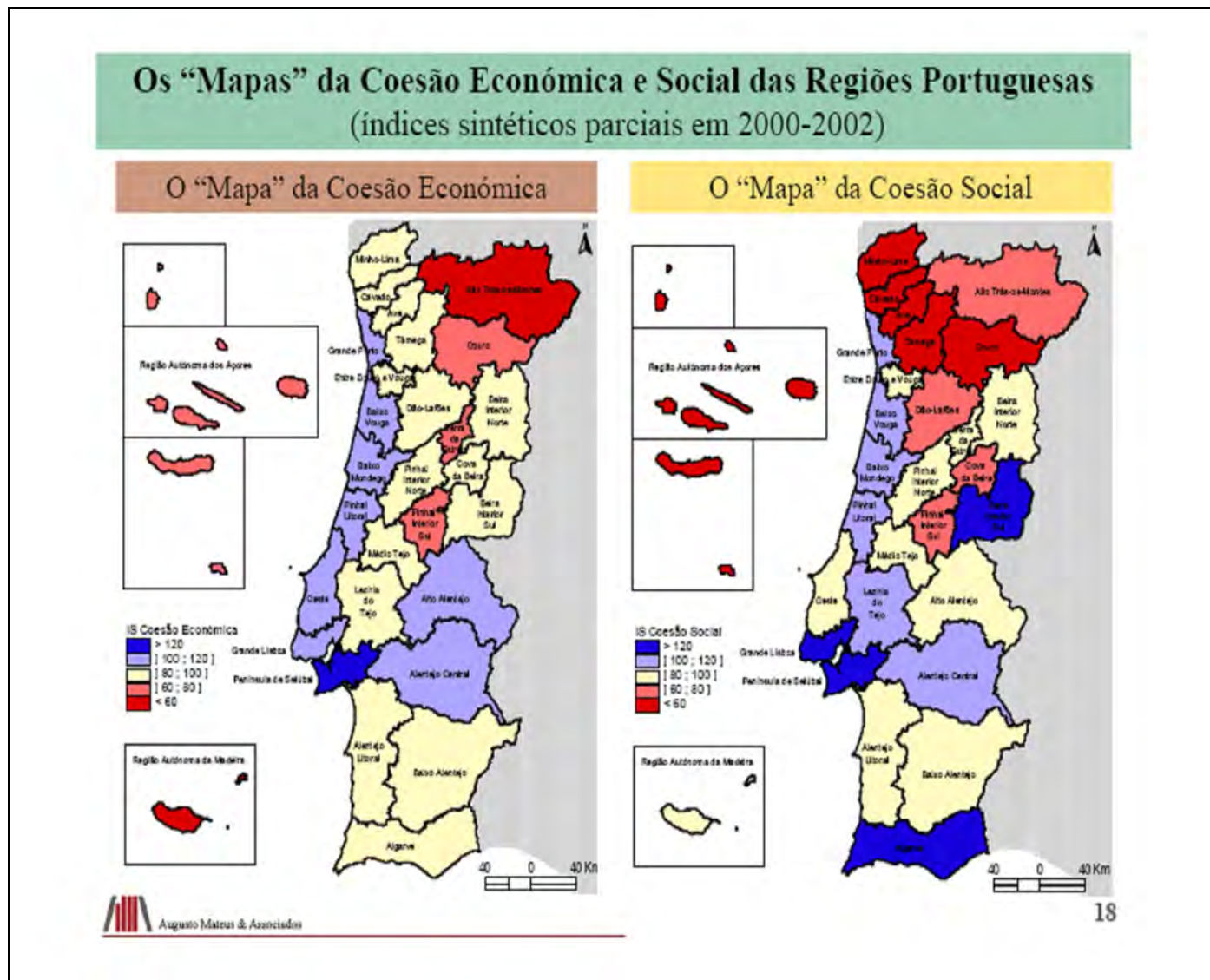


FIG. F1

Coesão económica e social das regiões portuguesas (2000 – 2002)

Ao nível da coesão económica, temos na figura o Minho Lima numa situação intermédia, entre os 80 e os 100%. Toda a sub-região transmontana e Douro estão a este nível numa clara situação de desvantagem. Em termos de coesão social, e neste período temporal, podemos ver que o Minho Lima apresentava baixos valores, inferiores a 60% da média nacional. De referir que toda a NUT II Norte se encontrava nessa situação, exceptuando o caso do Grande Porto.

Fonte: Augusto Mateus e Associados



FIG. G1

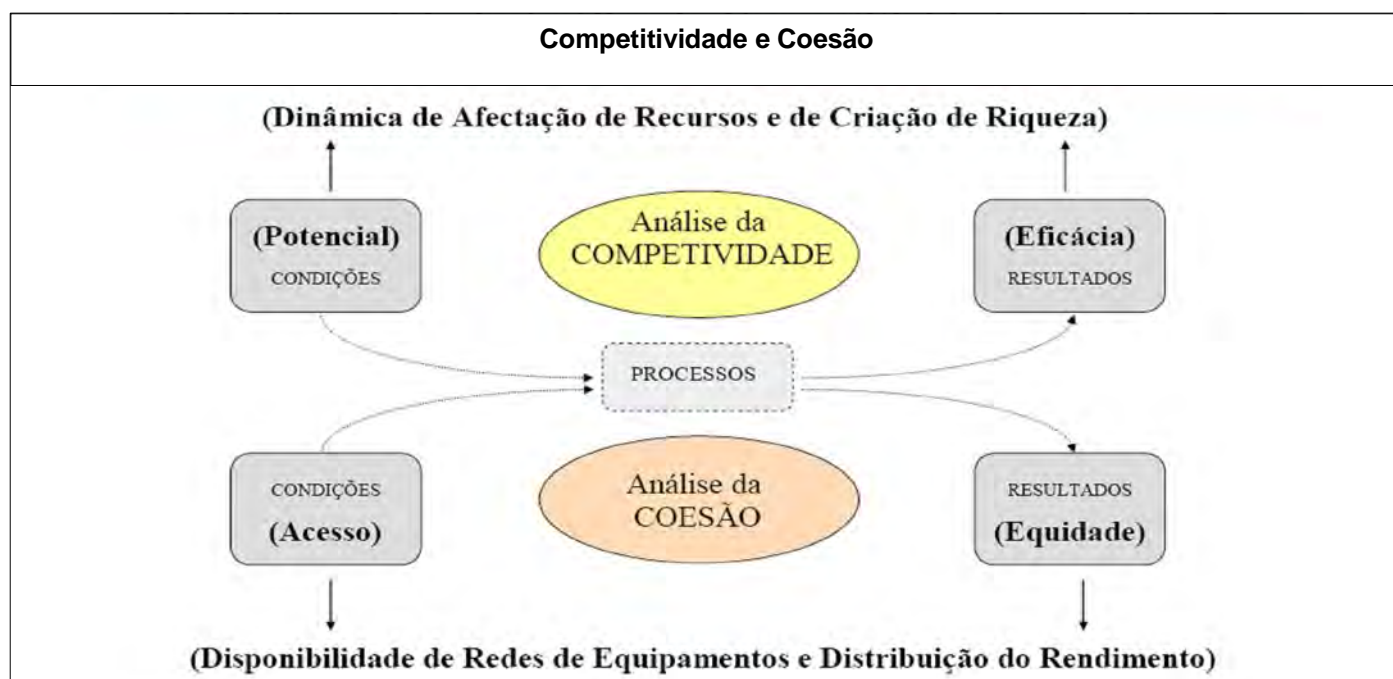


FIG. G1

#### Competitividade e Coesão

Esta figura mostra-nos de uma forma simplificada como se processam os mecanismos de criação de competitividade e de coesão.

Na figura podemos ver como a partir do **potencial (1)** (condições) são realizados os processos que conduzem à **eficácia (2)** (resultados) no plano da competitividade.

Podemos ainda ver na mesma figura como a partir do **acesso (3)** (condições) são realizados os processos conducentes à **equidade (4)** (resultados) no plano da análise da coesão.

Relativamente à análise da competitividade, temos que considerar à partida as condições locais (**potencial (1)**), em termos de infra-estruturas materiais (vias de comunicação, tecido empresarial, acessos, rede transportes, comunicações, etc.) e de recursos humanos (quantidade e sobretudo qualidade, em termos de formação, competências). O nível de sucesso na obtenção dos resultados (**eficácia (2)**) dependerá dos processos que utilizam os recursos materiais e humanos locais. Estamos aqui a falar de planeamento e da gestão do processo de desenvolvimento local pela correcta afectação dos referidos recursos locais na criação de riqueza.

Intimamente ligado ao processo de criação de riqueza e de competitividade está como podemos verificar a coesão, processo que parte igualmente das condições (de **acesso (3)**) para a **equidade (4)** através de um processo de distribuição do rendimento e da riqueza, precisamente produzidas pelo processo de competitividade.

Não poderá existir um processo de criação de riqueza sem previamente existir uma correcta afectação de recursos (humanos e materiais), assim como não poderá existir um processo coesão territorial ou social sem previamente existir um adequado processo de criação de riqueza, que permita gerar o rendimento suficiente para a sua redistribuição.

No que respeita ao desenvolvimento económico e social, não existem processos separados e independentes. Sendo a coesão (territorial e social) o principal objectivo das políticas públicas, teremos de ter sempre em consideração a profunda interligação entre estes dois processos.

Fonte: Augusto Mateus e Associados

FIG. H1

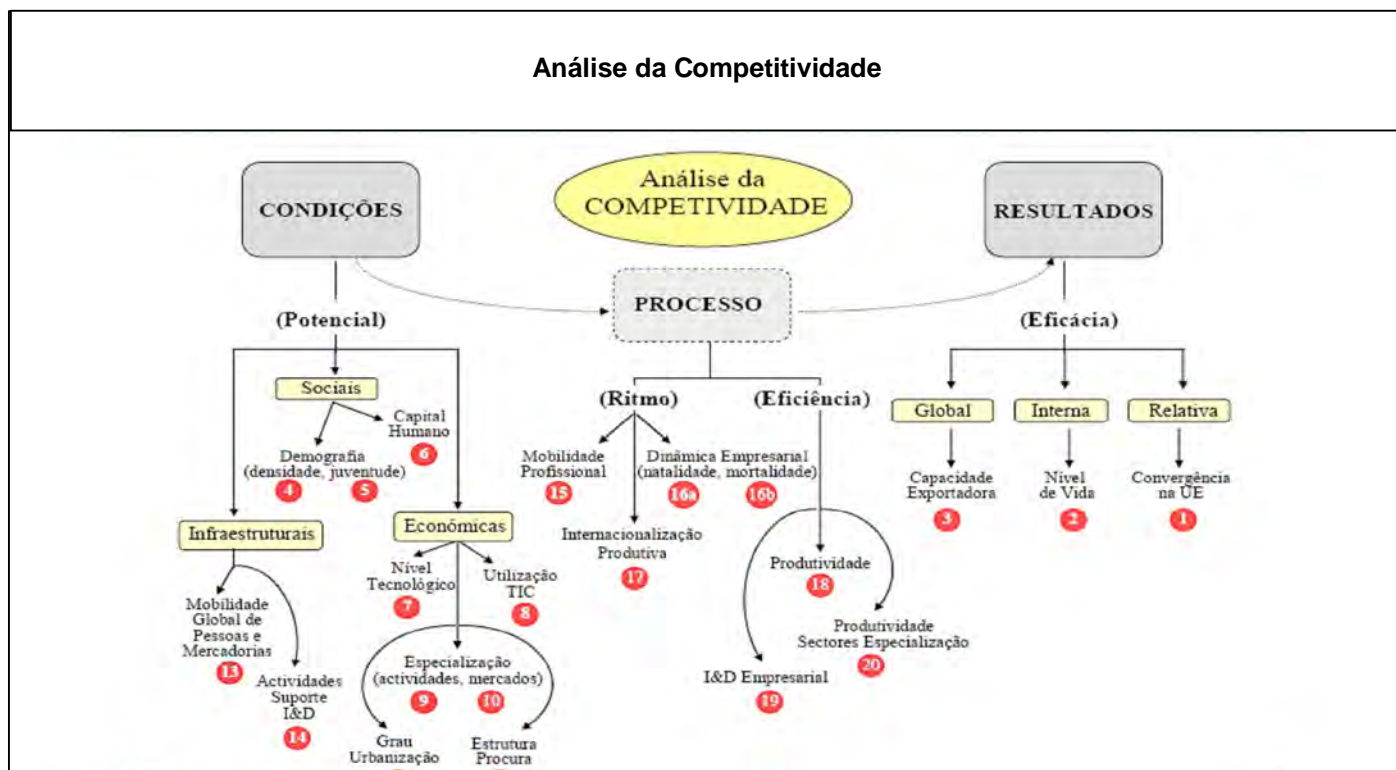


FIG. H1

## Análise da Competitividade

A falta de competitividade é, sem qualquer dúvida, um dos principais problemas, se não mesmo o maior problema da economia portuguesa. A economia local da NUT Minho Lima não é certamente excepção, pelo que iremos tentar encontrar algumas das causas para esta situação. Partindo das condições objectivas para o processo de competitividade, podemos ver pela figura que, no caso do Minho Lima, existem logo á partida carências em termos humanos, não apenas a nível demográfico (envelhecimento) mas também ao nível do capital humano (baixos qualificações, académicas e profissionais). A nível infraestrutural, existem como sabemos deficiências em termos de mobilidade de pessoas e bens, dadas as ainda deficientes vias de comunicação na sub-região (note-se que as recentes vias apenas cobrem parte do território, ficando o interior da NUT privado por enquanto de bons acessos). Por outro lado, e já anteriormente referido neste estudo, o investimento em I&D (investigação e desenvolvimento) é incipiente, não promovendo a necessária inovação tecnológica no processo de criação de riqueza. A nível económico, a NUT não apresenta suficientes condições tecnológicas e de utilização das TIC (tecnologias de informação). A NUT tem para além disto um reduzido grau de urbanismo e uma fraca procura interna, resultante dos fracos níveis de rendimento. Todas estas fragilidades referidas concorrem para as fracas condições para que á partida a sub-região do Minho Lima possa ser competitiva, quer internacionalmente quer mesmo a nível interno (Portugal).

Se as condições são, como vimos, débeis, o processo de afectação de recursos e de criação de riqueza fica desde logo condicionado. Mas para agravar um cenário já de si desfavorável, tem havido uma incorrecta afectação de recursos (tendo mesmo existido falta de visão estratégica e de planeamento em termos de investimentos públicos, não tendo sido consideradas como prioritárias certas áreas fundamentais para o desenvolvimento). Assim, e referindo apenas os aspectos mais críticos, são de salientar a baixa produtividade do trabalho e novamente o fraco I&D empresarial que conduz ao atraso tecnológico da produção.

Como resultado, temos um insuficiente nível de realização dos objectivos (ineficácia), traduzidos pela fraca capacidade exportadora, pelo baixo nível de vida e pela divergência com a média da EU (União Europeia).

Fonte: Augusto Mateus e Associados

FIG. I1

Posicionamento competitivo das sub-regiões portuguesas (NUT III)

		Condições			
		Inferior (<)	Superior (>)		
Resultados	Superior (>)	Entre Douro e Vouga, Ave	Alentejo Litoral, Baixo Vouga	[ + ]	Eficiência
			Grande Lisboa, Algarve, Lezíria do Tejo, Alentejo Central, Grande Porto, Baixo Mondego, Oeste, Médio Tejo	[ ± ]	
			Península de Setúbal, Pinhal Litoral	[ - ]	
	Inferior (<)	Beira Interior Sul, Cova da Beira, Beira Interior Norte, Alto Alentejo, Pinhal Interior Sul		[ + ]	Eficiência
		Douro, Pinhal Interior Norte, Minho-Lima, Serra da Estrela	Cávado	[ ± ]	
		Tâmega, Baixo Alentejo, Alto Trás-os-Montes	Dão Lafões	[ - ]	

Fonte: Revista Estudos Regionais, 2002

FIG. I1

Posicionamento competitivo das sub-regiões portuguesas (NUT III)

A figura mostra-nos a posição das várias sub-regiões portuguesas em termos de competitividade. Partindo dos conceitos que analisámos anteriormente, podemos verificar que a sub-região Minho Lima se situa num patamar inferior tanto a nível das condições como ao nível dos resultados. A NUT faz assim parte de um conjunto de 4 sub-regiões (para além do Minho Lima integram este conjunto o Douro, Pinhal Interior Norte e Serra da Estrela). O Tâmega, o Baixo Alentejo e o Alto Trás Montes constituem um outro conjunto de sub-regiões mas ainda em situação mais desfavorável, uma vez que ocupam na grelha a posição de maior dificuldade (menor nível de condições e de resultados). Apresentam-se como as 3 NUT III portuguesas mais desfavorecidas.

Em contrapartida, podemos verificar que as sub-regiões portuguesas mais eficientes são a Grande Lisboa, o Grande Porto, a Lezíria do Tejo, Algarve, Alentejo Central, Oeste, Médio Tejo e Baixo Mondego (formam um conjunto caracterizado por boas condições a que ainda assim não correspondem os melhores resultados – relativa ineficiência apesar dos bons resultados alcançados). Um outro conjunto de NUT III a destacar é formado pelo Alentejo Litoral e Baixo Vouga (este caracterizado por boas condições e pelos melhores resultados – eficiência na afectação de recursos).

Reportando a este ano de 2002 (note-se que o panorama não se alterou de modo significativo desde então de modo a obrigar-nos a reequacionar estas conclusões)

Fonte: Augusto Mateus e Associados

**CAPÍTULO IV – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL**

## ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

### Componentes do índice de desenvolvimento:

Conforto, Esperança de vida, Alfabetização e PIB per capita

A evolução das componentes dos índices de desenvolvimento na década de 90 caracteriza-se pelos seguintes aspectos:

Na década em apreço houve um crescimento do PIB na ordem de 30% (média 2,6% ao ano) é substancialmente superior ao verificado por qualquer das restantes componentes;

O Índice de Conforto é o que apresentou níveis de satisfação mais elevados, tendo sido também o que registou o crescimento mais rápido (5,5%);

O Índice de Esperança de Vida, cuja evolução está estreitamente relacionada com a estrutura etária da população e com as variáveis que a afectam (natalidade, mortalidade e movimentos migratórios), registou um acréscimo de 4,2%;

O Índice de Alfabetização, com um crescimento de apenas 2,7%, reflectiu a pesada inércia associada à evolução da qualificação do conjunto da população com mais de 15 anos, não evidenciando os progressos verificados nos estratos etários mais baixos.

ÍNDICE	Longevidade IEV	Educação IEDU	Rendimento IRA E IPIB	Conforto IC
<b>IDH-ONU</b> Índice de Desenvolvimento Humano	Esperança de vida à nascença em ambos os sexos (em nº anos)	Taxa de alfabetização de adultos (15 e + anos) em ambos os sexos	Rendimento per capita ajustado em US\$ ppc. (Índice de Rendimento Ajustado)	- % de população com água canalizada - % de população com electricidade - % de população com saneamento básico
<b>IDES</b> Índice de Desenvolvimento Económico e Social	Esperança de vida à nascença em ambos os sexos (em nº anos)	Taxa de alfabetização de adultos (15 e + anos) em ambos os sexos	PIB per capita a preços constantes em escudos	- % de população com água canalizada - % de população com electricidade - % de população com saneamento básico
<b>IDS</b> Índice de Desenvolvimento Social	- Esperança de vida à nascença em ambos os sexos (em nº anos)	Taxa de alfabetização de adultos (15 e + anos) em ambos os sexos		- % de população com água canalizada - % de população com electricidade - % de população com saneamento básico

**FIG. J1**  
**Índice de desenvolvimento económico e social (1991- 2001)**

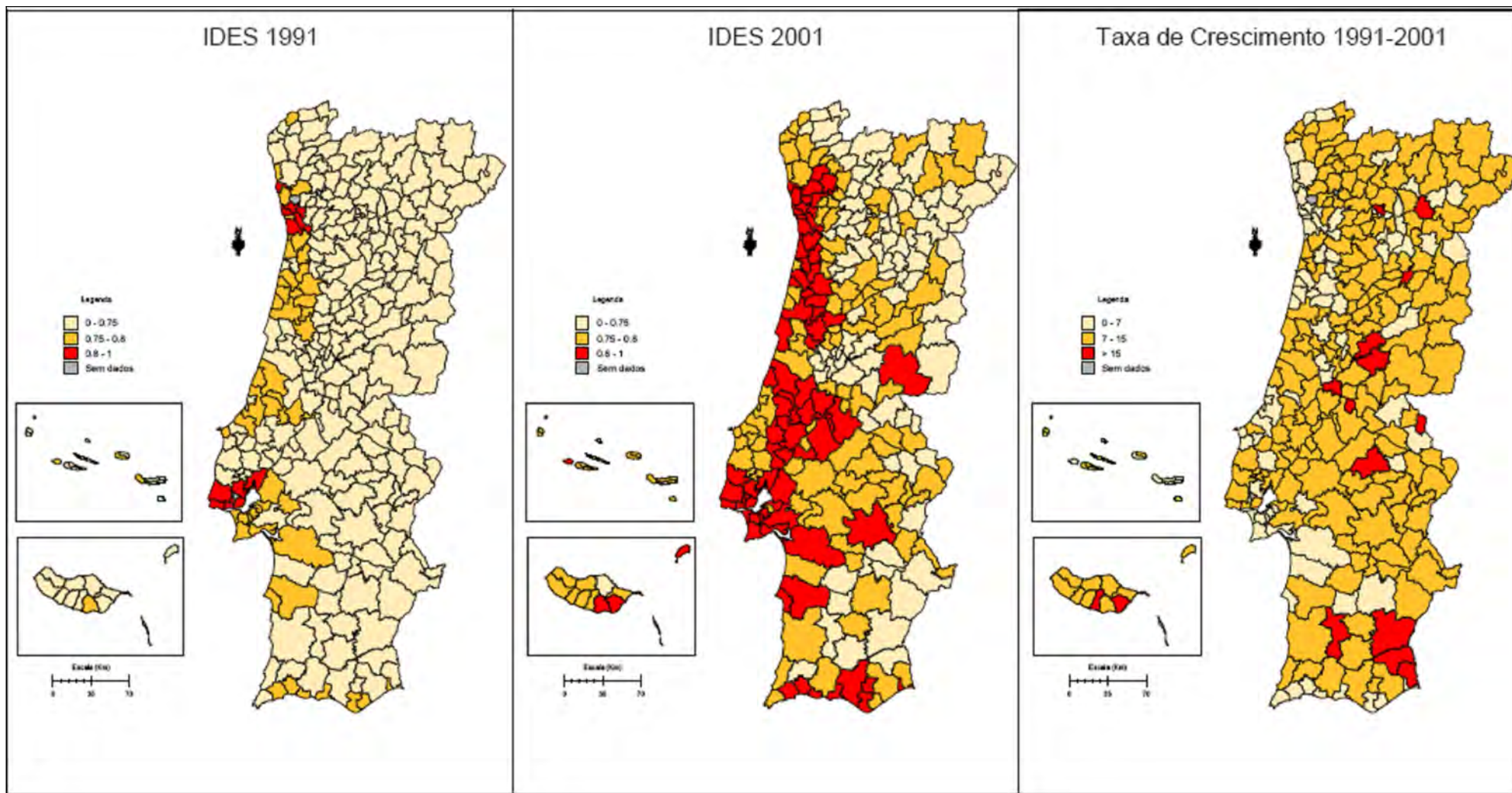
Podemos ver na figura que a NUT Minho Lima estava em 2001 como que partida ao meio no que respeita ao Índice de Desenvolvimento Económico e Social. Se um grupo de 5 concelhos (Viana Castelo, Caminha, V.N. Cerveira, Ponte Lima e Valença) apresentava um valor médio entre os 0.75 e os 0.8%, existia um outro grupo de 5 concelhos (Paredes Coura, Arcos Valdevez, Monção, Melgaço e Ponte Barca) que apresentava um valor entre os 0 e os 0.75%.

Fonte: *Índices de desenvolvimento para as regiões portuguesas – 2001*  
(Departamento de Prospectiva e Planeamento) – Alda de Caetano Carvalho; Sérgio Matias



FIG. J1

Índice de desenvolvimento económico e social (1991- 2001)



**CAPÍTULO V – DIAGNÓSTICOS SOCIAIS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CONCELHIOS**

## DIAGNÓSTICOS SOCIAIS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CONCELHIOS

### Programa Rede Social

O Programa Rede Social, criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº197/97, de 18 de Novembro, é uma estratégia de abordagem de intervenção social baseada num trabalho planeado, feito em parceria, visando racionalizar e trazer maior eficácia à acção das entidades públicas e privadas que actuam numa mesma unidade territorial. A Rede Social é definida como um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar.

### Objectivo geral

A Rede Social visa a concertação de esforços para a erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social, através do fomento de redes de Apoio Integrado que se devem traduzir na criação de Comissões sociais de Freguesias (CSF) e de Conselhos Locais de Acção Social (CLAS), enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social ao nível do concelho e das freguesias.

É também propósito da Rede Social propiciar o estímulo, a difusão e a consolidação de boas práticas ao nível da intervenção e da solidariedade sociais.

### Objectivos estratégicos

São objectivos estratégicos da Rede Social:

Desenvolver parcerias efectivas que articulem a intervenção social dos diferentes agentes locais;

Promover o planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;

Garantir maior eficácia nas respostas sociais.

### Objectivos específicos

São objectivos específicos da Rede Social:

Induzir o diagnóstico e planeamento participados

Promover a coordenação da intervenção (ao nível de concelho e freguesia)

Assegurar a subsidiariedade activa entre os vários níveis de intervenção;

Fomentar a parceria, a cooperação e a partilha de responsabilidades;

Atender à territorialização (espacial e social) da intervenção social;

Promover a rentabilização das práticas e das estruturas já existentes;

Formar e qualificar agentes;

Potenciar e divulgar o conhecimento da realidade concelhia.

### Metodologia

O processo de implementação e consolidação da Rede Social pressupõe:

Metodologias de Planeamento Estratégico;

Metodologias de Planeamento Integrado e Participado.

As etapas de trabalho para a Implementação da Rede Social são as seguintes:

Diagnóstico Social;

Elaboração e operacionalização do Plano de Desenvolvimento Social fixando os objectivos e as estratégias de intervenção;

Elaboração e concretização dos Planos de Acção;

Definição dos processos de Avaliação.

### Grupos temáticos

A criação de grupos temáticos parte da identificação de um conjunto de áreas prioritárias de intervenção social, e a sua actividade pretende contribuir, de forma articulada e integrada, para a construção de um plano de desenvolvimento social concelhio.

Seguidamente apresenta-se de uma forma muito resumida as principais conclusões dos diagnósticos sociais de sete dos dez concelhos que compõem a NUT Minho Lima. Infelizmente não estão acessíveis os documentos referentes a Arcos Valdevez, Ponte da Barca e Valença. De notar que existe de facto uma transcrição de parte dos documentos, disponibilizados na página Internet da segurança social ([www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)).

## **REDE SOCIAL DE ARCOS DE VALDEVEZ**

(informação não disponível)

## **REDE SOCIAL DE CAMINHA**

### **Educação/Formação**

O concelho de Caminha assimilou ao longo dos anos, atrasos significativos no domínio educativo. Comparativamente com outros concelhos, a percentagem de analfabetismo não é tão elevada, mas mesmo assim apresenta um valor preocupante, principalmente nas freguesias do interior. Se tivermos ainda em consideração o facto de que nem metade da população (37,2%) atingiu o ensino preparatório, constata-se que o nível de escolaridade é baixo.

### **Dependências**

À semelhança de outras zonas do país, no concelho de Caminha assiste-se ao crescimento de dependências e de referências desviantes. É a toxicodependência e o alcoolismo que de uma forma crescente tem levado cada vez mais jovens para o mundo da marginalidade e consequentemente para a exclusão social.

### **Habitação**

Segundo o registo da Câmara Municipal de Caminha, a problemática da habitação, estende-se a quase a todas as freguesias do concelho, perfazendo um total de 343 fogos, sem as mínimas condições de habitabilidade e/ ou sobrelocação. Existe um número preocupante de famílias com menores/ idosos, a viverem barracas e ou espaços improvisados, sem as condições mínimas de dignidade, seguranças, higiene e conforto; - Verifica-se uma desadequação no dimensionamento dos alojamentos às características das famílias: as habitações são pequenas para o número de elementos do agregado familiar;

De uma maneira geral, os fogos possuem um baixo nível de qualidade e os materiais utilizados na respectiva construção nem sempre são os mais adequados; - Existe um défice considerável de oferta de habitação acessível aos estratos populacionais de menores recursos, o que conduz à existência de um número de agregados a viverem em habitações arrendadas com rendas elevadas; - Muitos agregados vivem em casa de familiares, como alternativa à resolução dos problemas habitacionais. Estes espaços comuns apresentam-se difíceis de gerir, constituindo frequentemente motivo de conflito. Os problemas habitacionais encontram-se associados a outros problemas, como o desemprego, hábitos de trabalho, má gestão de recursos e estilos de vida pouco saudáveis.

## **REDE SOCIAL DE MELGAÇO**

### **Desertificação e envelhecimento**

Melgaço perdeu, em apenas quatro décadas, cerca de metade da sua população. De acordo com a informação censitária disponível para os anos de 1950 e 2001, os residentes no concelho passaram de 18211 para 9996. Uma quebra de 45,1%. O ritmo deste decréscimo populacional pouco se alterou desde os anos sessenta. Trata-se de uma realidade que persiste, tendo-se atingido um patamar em que se afirma indispensável promover e conjugar iniciativas passíveis de contrariar esta tendência de esvaziamento e de desvitalização demográfica. Torna-se imperativo prosseguir uma actividade sistemática que torne atraentes as condições de vida e de trabalho, a par de aceitáveis perspectivas de futuro aos residentes do concelho ou a quem nele se quiser radicar. Este desígnio requer, ainda, o estreitamento dos laços locais, o reforço da integração social e a promoção da identidade cultural. São componentes fundamentais da ancoragem das pessoas a um território e da manutenção do apego daqueles que embora nele não residindo a ele se sentem, de algum modo, vinculados. O decréscimo da população deve-se, principalmente, a esta incapacidade do concelho para propiciar condições de vida e perspectivas de futuro cativantes, o que se traduziu num dos picos migratórios mais longos e mais intensos de todo o território nacional.

Milhares de melgacenses saíram do concelho para outras localidades do País (migração interna) mas, sobretudo para o estrangeiro, com destaque para a França. A amplitude deste movimento teve consequências profundas, estruturantes, que ainda agora perduram. O nível extremo do envelhecimento da população é provavelmente a consequência mais directa e mais marcante desta dinâmica. Comparativamente, o efeito, neste domínio, do movimento natural manifesta-se residual. Por um lado, a emigração foi selectiva: recrutou-nos grupos etários mais jovens. Por outro lado, aqueles que regressaram, e no caso de Melgaço foram muitos, fizeram-no, geralmente, em idade avançada, engrossando a população idosa. O concelho ostenta, assim, um dos índices de envelhecimento

mais elevados de Portugal: 295 idosos por 100 jovens, o triplo do País. Em várias freguesias de montanha, este índice ultrapassa os 600 idosos para cada 100 jovens. Em Melgaço, 30,4% da população do concelho é idosa, percentagem que é mais do dobro da correspondente à Região Norte (14,1%). O envelhecimento da população e a proporção considerável da população idosa constituem, sem dúvida, o maior problema de que a Rede Social terá que se ocupar. Um problema premente mas também, previsivelmente, duradouro, para cuja resposta o concelho de Melgaço não está, de momento, devidamente apetrechado. Faltam equipamentos e recursos humanos. O apoio domiciliário não é suficiente, tal como o não são, por exemplo, os lares e os centros de dia, com a agravante de a globalidade dos recursos e das instituições de que os idosos são utentes estar localizada na freguesia da Vila ou na sua proximidade. Resulta uma deficiente cobertura territorial do apoio social a prestar à população idosa.

#### **Acessibilidade**

Esta desigualdade na fruição de recursos básicos é agudizada pela situação do concelho no âmbito das acessibilidades. Melgaço ocupa uma posição vincadamente desfavorável, excêntrica ou periférica, no mapa nacional. Dista uma centena de quilómetros das principais centralidades do Minho: Viana do Castelo e Braga. Mas a dificuldade coloca-se também a nível interno. A uma superfície relativamente grande (o quarto maior da sub-região Minho Lima), corresponde uma população reduzida, por sinal dispersa. A densidade demográfica é a mais baixa do Minho Lima: 41,8 hab./ km<sup>2</sup>; 107,3 na Ribeira e 14,8 no Monte. Acresce que se a rede rodoviária é aceitável, já os transportes públicos e sociais brilham pela quase ausência. As más acessibilidades erguem-se como um obstáculo transversal a todas as actividades de apoio social. Constituem um factor efectivo de desigualdade de oportunidade se de uso de todo o género de recursos, incluindo os bens públicos e de primeira necessidade, de que os cuidados de saúde são um exemplo gritante. Afectam, especialmente, as pessoas com menor autonomia e capacidade de deslocação, como os idosos e os doentes. Em Melgaço, falar de isolamento de idosos não é apenas uma metáfora que alude ao isolamento relacional e à falta de convívio. Remete, muitas vezes, literalmente, para uma realidade física. O que perturba o apoio social, sobremaneira quando a cobertura territorial se encontra mal distribuída. Melhorar, na medida do possível, as acessibilidades deve permanecer uma preocupação prioritária da Rede Social. Torna-se urgente vislumbrar soluções de mobilidade para as pessoas, em particular as mais isoladas e as mais distantes da Vila, e alargar eficientemente a cobertura territorial dos serviços sociais. Mas, para uma intervenção consequente ao nível das acessibilidades, não basta atender à dimensão espacial. Convém cuidar, também, das dificuldades de acesso aos recursos resultantes da organização do tempo. Este aspecto adquire tanto mais relevância quanto maiores são os obstáculos nas outras formas de acessibilidades. O desafio consiste em sincronizar os horários das instituições de serviço social e os horários dos seus potenciais utentes, de modo a compatibilizá-los. Esta preocupação envolve, por exemplo, os transportes, os cuidados de saúde, as escolas, as creches, os jardins-de-infância, o apoio domiciliário, os centros de dia, as bibliotecas ou os equipamentos desportivos. Cuidar da saúde, da habitação, da alimentação, da higiene, da segurança e do conforto material dos idosos é necessário. Mas não suficiente. Neste domínio, a solidariedade e a sensibilidade devem ir mais além. É tão preciso quanto conveniente diminuir os riscos de isolamento social que conduzem a uma situação que o antropólogo Louis-Vincent Thomas designou por “morte social”. Frequentemente, os idosos vêem os laços afrouxarem à sua volta, a interacção e a comunicação desvanecerem-se, os papéis sociais desaparecerem e a própria identidade esbater-se. Importa propiciar aos idosos um “entardecer da vida” condigno, evitar que a “morte social” preceda a “morte cerebral”. Tarefa que implica o envolvimento coordenado e criativo do conjunto dos parceiros da Rede Social. Esquecer os idosos releva da incúria social. Muito temos a aprender com eles e a beneficiar com a sua participação e o seu convívio. Um idoso possui a riqueza de toda uma vida. Por sinal, única. Viveu episódios, teve experiências e cristalizou saberes que só ele nos pode comunicar. Um testemunho crucial para o património, a identidade cultural, a ética e a prática. Compete-nos saber recebê-lo e valorizá-lo, bem como conceber espaços, modalidades e iniciativas que tornem esta comunhão possível.

Foi referido que a parte de idosos na população concelhia é elevada. A parte dos jovens é, pelo contrário, deveras reduzida. Os residentes com idades até aos 14 anos representam apenas 10,3% do conjunto da população. Para comparação, precise-se que no País ascendem a 16% e na Região Norte a 17,5%. Numa população tão dispersa como a de Melgaço, esta baixa densidade de residentes jovens coloca alguns problemas, não tanto ao nível do aumento dos custos mas do enquadramento do seu crescimento, da sua educação e da sua formação. O desenvolvimento harmonioso das crianças e dos jovens pressupõe a proximidade e a interacção com os pares. O período que medeia entre a escola e a família requer particular atenção (...) Interessa, neste quadro, proporcionar aos jovens espaços, momentos e formas de intercâmbio, partilha, jogo, aprendizagem e consolidação da personalidade. Este propósito requer, tal como no caso dos idosos, a participação da globalidade dos parceiros da Rede Social na elaboração e na concretização de projectos em áreas tais como a saúde, o lazer, o desporto, a cultura, a arte, a música, o património ou o ambiente. Em alguns destes domínios, os equipamentos já existentes no

concelho justificam e até estimulam este aproveitamento. Fruto de uma história enraizada nas mentalidades, as crianças e os jovens crescem, em Melgaço, com a convicção de que um dia, mais cedo ou mais tarde, porventura mais cedo do que mais tarde, terão que sair da sua terra natal para “fazer pela vida. Trata-se de uma atitude a mudar. O excesso de desvitalização demográfica e de envelhecimento do concelho não recomenda a continuidade desta tendência feita fado. Melgaço não pode render-se à fatalidade de ver partir os poucos jovens que lhe restam. Todos os factores que intervêm neste sentido devem ser minuciosamente equacionados. Por exemplo, a ruptura na progressão do percurso escolar no termo do ensino secundário prejudica irremediavelmente a fixação local dos jovens. Quem, vencido o 12º ano, pretenda enveredar por um curso do ensino superior não tem outra alternativa senão deslocar-se. A experiência mostra que se trata de um movimento sem retorno. Importa investir na educação e na formação oferecida aos jovens, para a adaptar, diversificar, qualificar e prolongar. Uma das vantagens mais características da Rede Social reside na congregação de várias instituições em torno de objectivos, pelo menos parcialmente, comuns. Ora, estas sinergias adquirem ainda maior alcance quando se conjugam vários objectivos. Os jovens e os idosos, grupos etários considerados prioritários, podem servir de exemplo. Sustentou-se, por um lado, a conveniência em apostar no envolvimento e no protagonismo social dos idosos. Apelou-se, por outro lado, ao enquadramento dos tempos livres dos jovens, orientado para o desenvolvimento harmonioso e o reforço da sua identidade cultural (...)

#### **Economia**

Estes desafios encontram, porém, uma base de sustentação deveras frágil na actividade económica local. A taxa de actividade do concelho é extremamente baixa: 31,7% contra 41,6% na sub-região Minho Lima e 48,2% no País. Periférica e encravada, a economia mantém-se muito dependente da emigração. Salvaguardada alguma vitivinicultura, a agricultura entorpeceu há décadas: tradicionais, pouco modernizadas, as pequenas explorações fragmentadas produzem, essencialmente, para o auto consumo e o mercado local. Esta agricultura ocupa, mesmo assim, uma fatia considerável da população economicamente activa. A indústria é quase incipiente. Poucas empresas vendem os seus produtos fora do concelho. O sector terciário, concentrado na freguesia da Vila, aparece inflacionado pelo peso da administração pública, das actividades financeiras e do comércio, estes bastante ligados à emigração. Com esta base e esta dinâmica, a criação de emprego, mormente qualificado, configura-se como uma missão deveras exigente. Cumpre, no entanto, à Rede Social preocupar-se com o (des)emprego e a inserção, a formação e a qualificação profissionais. Até ao momento, estes apontamentos finais concentraram-se em desafios caracterizados por alguma especificidade no que concerne ao concelho de Melgaço. Na verdade, a Rede Social contemplará outros problemas que, embora generalizados à escala do País, nem por isso deixam de estar presentes no concelho de Melgaço: famílias disfuncionais, violência doméstica, negligência parental, insucesso e abandono escolar, analfabetismo, trabalho infantil, dependência crónica, alcoolismo, toxicodependência, delinquência, carências habitacionais, situações de privação e pobreza...

Um último apontamento sobre a composição da Rede Social de Melgaço. Tal como está constituída e com os recursos de que dispõe, a Rede Social manifesta-se incapaz de proporcionar, em muitos dos problemas acima enunciados, uma cobertura efectivamente abrangente da globalidade do território concelhio. Esta situação é sobremaneira grave e notória em termos de apoio aos idosos. Faltam-lhe equipamentos e recursos humanos. Mas precisa, também, de consolidar e de desconcentrar algumas das instituições parceiras, de revitalizar outras e de estimular, eventualmente, a emergência de novas.

#### **Associativismo local**

O movimento associativo, crucial para o desempenho da Rede Social, também carece de algum investimento. Importa agir no sentido da sua multiplicação, dinamização e diversificação, sem descurar a ancoragem e a participação social. A maior parte das associações do concelho desenvolve uma actividade de índole recreativa e desportiva. Justifica-se despertar uma maior vocação para outras vertentes, tais como o desenvolvimento, a solidariedade e a cultura.

### **REDE SOCIAL DE MONÇÃO**

“A situação social do concelho de Monção tem motivado inúmeras reflexões, fruto de um interesse crescente pelos assuntos que dizem respeito às populações, às suas condições de vida, ao seu bem-estar e à sua estabilidade psíquica e emocional. O concelho de Monção defronta, nos tempos de hoje, as consequências do envelhecimento da sua população e da baixa natalidade registada. Perante uma pirâmide etária invertida, consequência da dificuldade em fixar as populações jovens, e de um elevado número de migrações, quer para as grandes cidades, quer para

países estrangeiros, na procura de melhores condições de vida, torna-se peremptório promover uma acção articulada e sistémica entre os diferentes poderes locais. Uma aposta no envolvimento efectivo na promoção do desenvolvimento do concelho, ao nível económico e social, despoletará uma cultura de empreendedorismo, que se assume como uma condição basilar para um crescimento concelhio.

Um olhar mais atento sobre as necessidades e dificuldades das diferentes gerações orientou a nossa reflexão para o aprofundamento de questões relacionadas com duas fases da vida bem características, nomeadamente, a juventude e a população idosa. Os jovens são um grupo etário importantíssimo, uma vez que se assumem como um meio mobilizador do desenvolvimento contínuo do local onde residem. Uma aposta na sua formação profissional e no seu bem-estar físico e psíquico é essencial para a existência de um concelho jovem, empreendedor e em contínuo crescimento.... Falamos da existência de um início precoce de consumo de substâncias lícitas e ilícitas, tais como: o álcool, o tabaco e a cannabis; falamos do insucesso escolar e da desmotivação perante a escola e tudo que ela representa; falamos, ainda, da não ocupação dos tempos livre sem actividades saudáveis que promovam um crescimento pessoal. Nesta sequência, uma das necessidades sentidas por este grupo etário prende-se com questões ligadas falta de espaços de diálogo, onde seja possível abordar assuntos relacionados como sexualidade, planeamento familiar ou, simplesmente, questões relacionadas com a adolescência. Nesta área parece-nos vital um maior investimento ao nível da formação de todos os agentes educativos, passando por Pais, Professores, Enfermeiros, Auxiliares da Acção Educativa, Presidentes de Clubes e Associações, entre outros. A nível concelhio, tem-se procurado aproveitar as oportunidades nacionais e comunitárias de candidaturas a programas/projectos no sentido de criar respostas e consolidá-las no terreno. Destacamos, assim, como forças concelhias a existência de diversos projectos e programas que actuam com e para os jovens, grande parte deles em situação de risco, nomeadamente a Intervenção Precoce, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, o Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependência e o Programa Ser Criança. Outra necessidade sentida por este grupo etário reside na criação e/ou dinamização de espaços lúdico/culturais. Apesar de existirem inúmeras associações juvenis, grande parte, são dinamizadas de forma pouco atractiva e apelativa para os jovens, disponibilizando actividades que não vão de encontro aos interesses desta camada da população. Todavia, a presença de espaços como a Biblioteca Municipal, o Espaço Internet, os Polidesportivos nas freguesias, os clubes culturais e desportivos, bem como as futuras instalações da Piscina Municipal e do Cine Teatro “João Verde”, é reflexo de uma preocupação crescente na promoção de actividades e criação de infra estruturas de apoio às iniciativas infanto-juvenis. Continuando a percorrer a linha da vida, chegamos à geração onde o isolamento geográfico, a ausência de retaguarda familiar, o sentimento de insegurança permanente e as dificuldades económicas se apresentam como as maiores preocupações de quem se defronta com o envelhecimento e a dependência. As necessidades sentidas pelos idosos têm levado à criação de estruturas de apoio que trabalham directamente com esta camada da população e disponibilizam serviços como lares, centro de convívio e apoio domiciliário. Assim, nos últimos anos, assistimos ao surgimento de dois novos lares, Centro Paroquial e Social de Barbeita e a Casa de Repouso ÉDEN, que se vieram juntar ao existente da Santa Casa da Misericórdia. Todavia, como consequência do aumento do índice de envelhecimento, as estruturas com valência de lar têm-se tornado incapazes de dar uma resposta capaz de cobrir a 100% as necessidades deste grupo etário. Relativamente às valências de Centro de Dia e Centro de Convívio, verificamos que as entidades que prestam este serviço são, respectivamente, o Centro Paroquial e Social de Barbeita e o Centro Social Cultural e Recreativo das Freguesias de Messegães, Valadares e Sá. O serviço de Apoio Domiciliário apresenta-se como uma das maiores forças concelhias existentes no combate à solidão e na prestação de cuidados básicos de higiene/saúde e alimentação. Contudo, apesar do excelente trabalho desenvolvido neste âmbito pela Santa Casa da Misericórdia, pelo Centro Paroquial e Social de Barbeita e pela Associação Social e Cultural S. Cosme e Damião de Podame, este serviço apresenta-se insuficiente perante a panóplia de casos de idosos dependentes e que necessitam de cuidados das mais diversas índoles. Nesta área, as instituições concelhias têm tentado aproveitar as oportunidades de candidatura a programas, quer nacionais, quer iniciativas comunitárias, no sentido de colmatar este défice. Nesta linha de raciocínio, consideramos essencial um maior investimento ao nível das Juntas de Freguesia, mais especificamente no que diz respeito ao aproveitamento exaustivo das oportunidades para o desenvolvimento local. Sendo notória a transversalidade das problemáticas acima mencionadas, que atingem os jovens e os idosos, e reconhecendo o potencial evolutivo e o contacto privilegiado dos Presidentes da Junta de Freguesia com a população, consideramos fulcral um investimento ao nível destas unidades territoriais. Este investimento pode começar por um incentivo ao trabalho em parceria entre estas pequenas unidades territoriais de poder. Uma vez que os problemas existentes são semelhantes em todas as freguesias, o trabalho em parceria constitui-se como uma forma de aproveitamento racional dos recursos existentes sem a duplicação de respostas.”

## REDE SOCIAL DE PAREDES DE COURA

Desemprego  
Dificuldades de inserção  
Fraco tecido empresarial  
Falta de oportunidades de emprego  
(Jovens ou não)  
Falta de formação profissional  
Falta de mão-de-obra qualificada  
Falta de apoio técnico

Educação  
Baixa formação escolar  
Analfabetismo  
Absentismo escolar  
Abandono escolar  
Falta de formação profissional  
Baixa escolaridade

Desertificação  
Burocracia habitacional  
Envelhecimento populacional  
Desertificação

Saúde  
Problemas na Saúde  
Alcoolismo  
Falta de assistência médica  
Condições de saúde (RX)

Social – Idosos  
Acompanhamento de cuidados de saúde nas IPSS  
Apoio aos mais desfavorecidos (Idosos)  
Falta de apoio familiar a idosos  
Sobrelotação dos lares  
Disfunções familiares  
Famílias carenciadas  
Mais convívios com outras instituições

NOTA: Estas áreas problema baseiam-se num conjunto de problemas e necessidades apresentadas pelos actores locais, servindo de base à análise SWOT.

### Prioridades de intervenção

Empregabilidade  
Fraco Tecido Empresarial;  
Falta de interesse, face a uma situação real de emprego  
Inadequação da Formação Profissional;

Abandono Escolar  
Absentismo  
Falta de motivação/perspectivas dos alunos  
Insucesso Escolar  
Desresponsabilização dos pais.



Envelhecimento Populacional

Baixa Taxa de Natalidade

Emigração/Migração

Desresponsabilização dos familiares face a idosos institucionalizados ou com apoio de instituições

Insuficiência de acordos com a Segurança Social

Desertificação Interioridade

Falta de Incentivos à Fixação dos Jovens

Isolamento da população

Alcoolismo

Desemprego e Precariedade do Emprego

Violência Doméstica

Hábitos e Costumes

Acompanhamento/Prevenção Insuficientes

Falta de respostas de integração dos alcoólicos em tratamento

### **REDE SOCIAL DE PONTE DA BARCA**

(informação não disponível)

### **REDE SOCIAL DE PONTE DE LIMA**

Após a aprovação da candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Ponte de Lima ao Programa de Implementação da Rede Social, foi criado o Conselho Local de Acção Social de Ponte de Lima, em Julho de 2003, que conta com 57 entidades parceiras, de âmbito público e privado.

A dinâmica demográfica que caracteriza o Concelho de Ponte de Lima, apresenta-o como um município de transição para uma área a norte em perda, representada, especialmente, pelos municípios de Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Melgaço e Monção, onde se verificam taxas de mortalidade superiores às de natalidade, saldos naturais negativos, baixas concentrações populacionais, envelhecimento demográfico, acentuada erosão dos escalões etários correspondentes à população em idade activa e menores intensidades de ocupação urbana.

O carácter ainda incipiente do processo de urbanização no concelho é demonstrado pela clara dominância da superfície florestal e superfície agrícola. Verifica-se uma reduzida percentagem da área concelhia vinculada à ocupação industrial. A área urbana de expansão prevista torna-se insuficiente face ao aumento da população previsto pelas projecções demográficas. O constrangimento ao nível das áreas urbanizáveis tem tido efeitos prejudiciais na necessária retenção da população residente.

A qualidade da rede viária de ordem inferior (estradas nacionais, regionais e municipais), essencial para a circulação interna do território e para a sua plena integração no espaço regional envolvente (bem como para atracção de investimento externo), apresenta alguns troços algo deficitários em termos de conforto de circulação.

Os níveis de qualificações escolares e profissionais da população activa são ainda baixos, decorrentes não só da transição directa da mão de obra do sector primário para outros ramos e sectores de actividade, mas também porque muitos destes exigem poucas qualificações profissionais, para além da fraca participação na formação contínua. A taxa de desemprego no concelho é de 6%, incidindo especialmente na população feminina.

Ponte de Lima é um concelho com uma base económica pouco diversificada, verificando-se a ausência de especialização no seu tecido económico, pelo equilíbrio na distribuição da população activa pelos três sectores de actividade, embora o sector secundário apresente um ligeiro destaque. A agricultura perdeu o carácter de actividade principal da população, constituindo hoje, uma actividade complementar, de auto-consumo. A indústria é incipiente, com capacidade para retenção da população residente e sem capacidade atractiva da população exterior. O único pólo de especialização das actividades terciárias, coincide com a centralidade da sede do concelho.

A taxa de analfabetismo no concelho é de 12%. Embora tenha vindo a baixar gradualmente, existem ainda 4.695 indivíduos analfabetos, maioritariamente mulheres.

As taxas de abandono escolar e saída antecipada, são respectivamente de 3,7% e 41,3%, o que reflecte a opção dos jovens pela inserção precoce no mercado de trabalho. Nos últimos dez anos, o número de matrículas tem vindo a baixar significativamente. No ensino básico esta redução está evidentemente relacionada com a redução da taxa de natalidade. Contudo, o reduzido número de alunos matriculados no ensino secundário reflecte uma óbvia realidade de saída precoce da escola, que atinge no Concelho de Ponte de Lima 63,1% dos indivíduos entre os 18 e 24 anos, ou seja, em cada 100 indivíduos deste grupo etário, 63 não tinham completado o ensino secundário e não

se encontravam a frequentar a escola, verificando-se uma maior incidência deste fenómeno na população masculina. A diminuição da taxa de natalidade e o aumento da percentagem da população idosa no concelho, que registou uma subida no índice de envelhecimento de 60,6% para 93,6%, em dez anos, fazem prever o gradual envelhecimento da estrutura da população.

O aumento do Índice de dependência daquele grupo de 22,9% para 26,1%, reflectem o aumento da dependência dos idosos sobre a população activa e, conseqüentemente, os encargos que pesam sobre esta. O apoio a este grupo etário que antes se alicerçava, quase exclusivamente, nas redes de solidariedade informal e familiar, foi dando lugar ao apoio institucional, cobrindo apenas uma parte da dimensão dos problemas deste grupo da população.

A alteração da estrutura das famílias modernas e a subversão de valores que esta vinculava, as reduzidas expectativas e alternativas, a dificuldade de resistência a factores de risco e à frustração, têm constituído, entre outros, alguns dos factores que fragilizam as competências pessoais, especialmente dos jovens, assistindo-se ao aparecimento de comportamentos de risco como o excessivo consumo do álcool e das drogas.

### **REDE SOCIAL DE VALENÇA**

(informação não disponível)

### **REDE SOCIAL DE VIANA DO CASTELO**

#### **População**

A análise conjunta da variação da população no período 1960-81 permite concluir a existência de um significativo declínio da população para o Minho Lima (-7,6%), em contraste com o verificado na Região Norte e Continente (acréscimos de 12%), e sobretudo com o Vale do Cávado (+21,4%). Nesse período e no Minho Lima apenas Viana do Castelo e Ponte de Lima registam acréscimos de população (respectivamente 7,6% e 1,9%). A intensidade do crescimento registado nos dois concelhos limítrofes a sul (Barcelos e Esposende), é no entanto cerca de três vezes superior ao de Viana do Castelo.

Na década de 80, o crescimento da População Residente no Continente estagnou (+0,4%), o que se explica pela significativa quebra da natalidade verificada no período, uma vez que no conjunto do país, os movimentos migratórios tiveram pequeno relevo. No caso do Minho Lima assiste-se novamente a um decréscimo populacional (-2,6%), em contraste mais uma vez com o verificado no Vale do Cávado (+7,4%), enquanto na Região Norte o crescimento foi modesto (+1,8%).

O padrão geográfico de variação percentual no período 1981-91 é distinto do verificado anteriormente. De facto, constata-se no Minho Lima, para além de uma maior dinâmica na generalidade das freguesias que correspondem a sedes de concelho, um acentuar das assimetrias entre o litoral e o interior, circunscrevendo-se o crescimento da população aos concelhos situados no eixo da EN 13 (entre Viana do Castelo e Valença). Viana do Castelo e Caminha registam acréscimos de cerca de 2% e V.N. de Cerveira e Valença de cerca de 6%.

Na década de 90, e tendo presente a estimativa do INE da População Residente em 1998, por concelhos, constata-se para o Minho Lima uma estagnação demográfica (+0,2%), sendo essa variação inferior às verificadas no Continente e na Região - Plano Norte (1,1% e 3%, respectivamente). O concelho de Viana do Castelo, com cerca de 85 mil habitantes, regista um crescimento moderado (2,2%), e idêntico aos de Caminha e Ponte de Lima. Persiste o padrão de concentração do crescimento nos concelhos do Litoral, mas desta vez abrangendo também Ponte de Lima. Todos os demais concelhos do interior registam decréscimos sensíveis. No Minho Lima continua a destacar-se a forte dinâmica demográfica de Valença, com intensidades de crescimento idênticas às verificadas no Vale do Cávado e nos concelhos de Barcelos e Esposende (cerca de + 7%).

Do ponto de vista da dimensão urbana a cidade de Viana do Castelo, com cerca de 36 mil habitantes no ano de 1991, ocupa a sétima posição do "ranking", com um volume de população inferior à média (49 mil habitantes), sendo ultrapassada pelas cidades de Braga, Santa Maria da Feira, Guimarães, Aveiro, Barcelos e Vila Nova de Famalicão. Em termos de densidade demográfica surge na segunda posição (quase mil habitantes por Km<sup>2</sup>), sendo apenas ultrapassada por S. João da Madeira (cidade com apenas uma freguesia), e ficando por conseguinte à frente das duas outras cidades capitais de distrito (Braga, e Aveiro). A superfície do conjunto das freguesias urbanas da cidade de Viana do Castelo (36,4 km<sup>2</sup>) é cerca de metade da média e cerca de um quarto da registada para as cidades de Braga, Aveiro e Santa Maria da Feira; Entre 1981 e 1991 a população urbana de Viana do Castelo registou um crescimento de 6,7%, inferior ao da média do conjunto das 13 cidades consideradas (9,6%), sendo aquele ritmo de crescimento cerca de metade do verificado em cidades como Braga, Vila Nova de Famalicão e Barcelos.

Quanto aos grandes grupos de idades é provável que se verifique a seguinte evolução para os anos de 2001 e 2011 em relação ao registado no ano de 1991:

O número de jovens (0-14 anos) continuará a diminuir até ao ano de 2001, prevendo-se uma ligeira retoma até atingir cerca de 14380 em 2011, o que representa um decréscimo de cerca de -3335, ou seja -18,8% em relação a 1991.

O número de jovens potencialmente à procura de 1º emprego (15-24 anos) ou em formação escolar de nível superior diminuirá gradualmente até ao ano de 2011, o que rondará os 10650, que representa um decréscimo de cerca -3210, ou seja -18,1% em relação a 1991;

A população em idade activa (25-64 anos) aumentará gradualmente em números absolutos e relativos podendo atingir cerca de 49080 no ano de 2011, o que representa um acréscimo de 8675, ou seja 21,5% em relação a 1991;

A população idosa também aumentará significativamente em números absolutos e relativos podendo atingir cerca de 14640 no ano de 2011, o que representa um acréscimo de 3520 indivíduos, ou seja uma variação de 21,7% em relação a 1991.

#### **Equipamentos sociais**

##### **Idosos**

Embora com distribuição quantitativa diferenciada, na rede de equipamentos de acção e integração social de idosos do concelho de Viana do Castelo, predominam os lares, os centros de dia e o apoio domiciliário, comparativamente às outras valências para os idosos. De uma forma mais pormenorizada, estes equipamentos prosseguem algumas das seguintes funções:

- O apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas pelos idosos de uma comunidade (Centros de Convívio);
- A prestação de um conjunto de serviços que contribui para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar (Centros de Dia);
- O alojamento colectivo de utilização temporária ou permanente para idosos em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia (Lar para Idosos);
- A prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a idosos, adultos ou famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades de vida diária (serviço de Apoio Domiciliário).

A análise da distribuição geográfica dos equipamentos permite concluir que ainda existem algumas insuficiências em termos de abertura dos diferentes espaços do concelho, apresentando-se estes relativamente concentrados na cidade. Esta situação dificulta, por um lado, o acesso da população idosa às diversas valências a eles destinadas, uma vez que a sua capacidade de mobilidade é reduzida e, por outro lado, dificulta a consecução do objectivo relativo à manutenção do idoso no seu contexto familiar/residencial. Todavia, analisando os projectos em curso, programados e em fase de apreciação de candidatura, verifica-se um movimento no sentido de colmatar a falta de oferta, cobrindo os diferentes espaços concelhios, e abarcando um número significativo de freguesias. Globalmente a rede de equipamentos para idosos apresenta uma capacidade de acolhimento na ordem dos 1025 indivíduos. Apenas, tendo por referência valores de 1998, 81924 indivíduos beneficiaram da rede de serviços a idosos, isto é, apenas 80% da capacidade de acolhimento foi utilizado naquele ano.

##### **Jovens**

Os equipamentos / serviços de acção e integração social para crianças e jovens que se encontram disponíveis no concelho de Viana do Castelo, circunscrevem-se às instituições destinadas às actividades de ocupação de tempos livres, aos serviços associados às creches, aos lares para crianças e jovens e aos centros de acolhimento temporário. Os jardins-de-infância, com acordo com a Segurança Social, também fazem parte desta rede, todavia foram analisados nos equipamentos escolares, nomeadamente no quadro do pré-escolar, na medida em que são tutelados pelo Ministério da Educação.

As instituições com actividades de ocupação de tempos livres e com creche são significativamente em maior número do que as que integram valências relacionadas com o acolhimento, em regime temporário ou permanente, de crianças e jovens. Em relação às actividades de ocupação de tempos livres aparecem um conjunto de quinze instituições, enquanto que com valências relacionadas com respostas sócio-educativas, para crianças entre os 3 meses e os 3 anos de idade (creches), aparecem treze instituições. Encontrámos, em todo o concelho, apenas duas instituições (uma de cada) com valências relacionadas com o acolhimento de crianças e jovens quer em regime temporário quer em regime permanente.

**REDE SOCIAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA**

**DIAGNÓSTICO SOCIAL – principais conclusões**

Com base nos dados e nas considerações extraídas da construção da grelha FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), resultante de uma reflexão com os vários parceiros presentes na reunião do CLAS, foi consensual priorizar quatro eixos problemáticos:

- a) Educação/Formação/Emprego. Grupo I;
- b) Acessibilidades e Transportes. Grupo II;
- c) Qualidade/Quantidade de Equipamentos Sociais. Grupo III;
- d) Saúde: Alcoologia e Crónico Dependentes. Grupo IV.

## **CONCLUSÕES**

Hélder Pena, agente de desenvolvimento do núcleo distrital REAPN de Viana do Castelo

Este trabalho de investigação, realizado no âmbito da vertente de investigação do núcleo distrital REAPN de Viana do Castelo, teve como principal objectivo caracterizar a NUT III Minho Lima na sua actual situação social e económica, ainda que de forma resumida e simplificada.

Uma das principais preocupações na realização deste breve estudo foi de o tornar acessível e facilmente compreensível pela maioria das pessoas, uma vez que se pretende dar a conhecer a realidade da sub-região ao maior número possível de interessados.

É por esta razão que o estudo assenta sobretudo em figuras e quadros que mostram de uma forma relativamente clara os principais indicadores relativos à sub-região, evidenciando também sempre que oportuno os valores médios nacionais, regionais e locais, para que se torne possível a comparação entre as diferentes realidades económicas e sociais do país.

Pretendeu-se portanto com este estudo dar uma visão relativamente simplificada da actual situação da sub-região do Minho Lima através de um documento de fácil acesso e leitura, e não um documento pesado e palavroso. Sabemos muito bem como este género de documentos “maçudos” inibe muitas pessoas da investigação e da curiosidade.

### **População**

A sub-região do Minho Lima, á semelhança de outras regiões e sub-regiões portuguesas e europeias, defronta-se claramente com um problema demográfico. Por um lado, a baixa taxa de crescimento efectivo quase estagnada (0,13%), a taxa de crescimento natural negativa de – 0,3%, uma taxa bruta de natalidade de 8,6%, inferior á taxa bruta de mortalidade de 11,6%, que, conjugadas com outros factores, como o aumento da esperança média de vida, têm conduzido a um elevado índice de envelhecimento (149%), que já ultrapassa em muito a média nacional (110,1%). De referir ainda o elevado índice de dependência dos idosos, que atinge na sub-região o valor de 31,5%, superior á média nacional de 25,4%.

Existe no entanto um outro indicador extremamente relevante: a taxa de fecundidade. Com efeito, e de acordo com os dados fornecidos pelo INE, a taxa de fecundidade no Minho Lima é bastante inferior á média nacional. Temos uma taxa de fecundidade no Minho Lima de 35%, enquanto a média nacional aponta para valores na ordem dos 41,8%.

### **Ambiente**

De destacar na sub-região do Minho Lima a taxa de tratamento de águas residuais que atinge valores de 100% em todos os concelhos, portanto muito superior á taxa média nacional de 85,6%. Por outro lado, deve referir-se pela negativa a baixa taxa de cobertura em sistemas públicos de abastecimento de água, que na sub-região atinge apenas 81,2% enquanto que a média nacional se situa nos 92,4%.

### **Saúde**

A situação em termos de cuidados de saúde na NUT Minho Lima não se apresenta muito diferente do resto do país. O Minho Lima está enquadrado nos valores médios nacionais. Existem alguns indicadores que se torna necessário referir, tanto pela sua importância como pelo facto de existir alguma diferença entre os valores registados na sub-região e os valores médios nacionais.

Assim, o número de médicos por 1000 habitantes a nível nacional aponta para valores na ordem dos 3,3‰ (3,3 médicos por cada mil habitantes), enquanto que a média da NUT se fica pelos 2,2‰ (2,2 médicos por cada mil habitantes).

O número de camas por 1000 habitantes nos estabelecimentos de saúde. Enquanto a média nacional aponta para as 3,7 camas por mil habitantes, no Minho Lima esse valor fica-se pelas 2,3. Este é um dado importante se tivermos em linha de conta que, como vimos atrás, também o número de médicos na sub-região é inferior á média nacional.

No que respeita á taxa de mortalidade por doença, constatamos no Minho Lima valores superiores comparativamente aos valores médios nacionais, designadamente em termos da taxa bruta de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (4,33%) e da taxa bruta de mortalidade por tumores malignos (2,28%).

### **Educação**

A educação é decididamente uma das áreas em que a sub-região, ou pelo menos alguns dos seus concelhos, apresenta resultados bastante favoráveis. Assim, em termos de retenção e abandono escolar os valores são favoráveis, como podemos verificar pela análise das figuras 3 e 4 (página 30). Ainda assim, o concelho de Valença foi em 2005 o concelho com maior taxa de abandono escolar. Também os concelhos de Caminha e V.N. Cerveira apresentaram um valor superior á média da sub-região.

O aproveitamento escolar dos alunos pode ser medido pela taxa de transição/conclusão, na medida em que nos indica a percentagem de alunos que, no final de um ano lectivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) tendo em conta o número de alunos matriculados nesse ano lectivo. Também este indicador é favorável na sub-região Minho Lima, com a maioria dos concelhos que a constituem a apresentar valores superiores á média nacional (70%).

### **Emprego e condições de trabalho**

Segundo os dados do IEFP relativamente ao desemprego, em final de 2006 o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego na sub-região do Minho Lima era de 8403, cerca de 8 % da população economicamente activa da sub-região.

As mulheres constituem a maioria de desempregados (65% do total de desempregados). Cerca de 89% procuram um novo emprego. De 79 % dos desempregados, cerca de 72 %, possui apenas um nível escolar inferior ao 9º ano de escolaridade, os restantes 28 % possui o ensino secundário ou superior. O grupo etário dominante é o escalão entre os 35 aos 54 anos (40%).

### **Rendimento**

Quanto ao rendimento do trabalho dependente, a situação da sub-região Minho Lima não se apresenta favorável. De facto, e de acordo com os dados do INE, podemos ver que em 2003, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em termos nacionais era de 849,56€, enquanto que este valor era apenas de 653,35€ na sub-região do Minho Lima.

A disparidade do rendimento médio mensal entre regiões depende sobretudo do nível de habilitações, que se assume como o principal factor diferenciador do ganho dos trabalhadores por conta de outrem. A sub-região Minho Lima caracteriza-se por pela baixa qualificação do trabalho, o que ajuda a explicar o baixo nível remuneratório.

O escalão da empresa empregadora era igualmente um factor diferenciador do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem. Trabalhar numa empresa de maior dimensão significa geralmente um acréscimo de remuneração.

Tendo em atenção que 80% das empresas na sub-região do Minho Lima são PME (pequenas e médias empresas), temos neste facto uma outra explicação para a baixa remuneração.

O sector de actividade é um outro factor de disparidade no rendimento médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem. Em 2003, exercer uma actividade no sector terciário permitia um acréscimo do ganho médio de 52% e 20% face aos sectores primário e secundário, respectivamente.

### **Protecção social**

Relativamente ás pensões (reforma, invalidez, velhice, ...), acontece infelizmente na sub-região do Minho Lima o que acontece em todas as outras regiões e sub-regiões do país: as pensões são extremamente baixas tendo em conta o custo de vida português. Apesar do recente esforço governamental de aumentar o valor da pensão aos idosos e equiparar o seu valor ao do salário mínimo nacional (SMN), a verdade é que, por diversos motivos, temos muitos idosos portugueses a viver em situação de extrema pobreza e cujas pensões são de facto insuficientes para que vivam com um mínimo de dignidade e condições.

No final de 2005, existiam 2,6 milhões de pensionistas activos, correspondentes a um quarto da população residente. Daquele efectivo, 64% recebiam pensões por velhice, 12% por invalidez e cerca de um quarto por sobrevivência. Esta distribuição é semelhante em praticamente todas as regiões do país, com excepção da R.A. dos Açores. Cerca de 70% dos municípios portugueses apresentavam em 2005 uma concentração de pensionistas, face à população residente, superior à média nacional. De referir que na sub-região do Minho Lima a população pensionista face à população empregada acompanha a média nacional (0,78%), apenas se destacando Arcos Valdevez, Melgaço e com valores mais elevados.

O valor da pensão média anual por velhice ascendia a 4 505 euros, superando as pensões médias por invalidez e sobrevivência: 3 920 e 2 286 euros, respectivamente. Nos três tipos de pensão (velhice, invalidez e sobrevivência), era na região de Lisboa que se observava o valor médio mais elevado.

Em 2005, mais de 500 mil indivíduos beneficiaram de subsídio de desemprego, sendo que 42% não haviam usufruído desta prestação em 2004. Porém, em termos líquidos, observou-se uma diminuição de 7% no número de beneficiários face a 2004. No Alentejo e no Norte, regiões onde o fenómeno do desemprego era particularmente grave, cerca de 9% e 8%, respectivamente, da população em idade activa beneficiava deste tipo de prestação. Pelo contrário, nas regiões autónomas – que apresentaram as taxas de desemprego mais baixas – aquela percentagem era de, respectivamente, 3% e 4% da população.

Cerca de 56% dos beneficiários de subsídio de desemprego eram mulheres. Em termos regionais, esta proporção alcançava o valor máximo no Algarve (62%) e o valor mínimo em Lisboa (51%). Cerca de um décimo dos beneficiários desta prestação social eram jovens (menos de 24 anos de idade). O grupo etário que, em todas as regiões, registava a maior proporção de beneficiários desta prestação era o dos indivíduos entre os 30 e os 39 anos. A NUT Minho Lima registava valores perfeitamente dentro dos valores médios nacionais, (6%) como se pode ver pela figura 6 (página 45). Ainda assim, deve referir-se os casos de Viana do castelo, Ponte de Lima, Arcos Valdevez, Monção, Melgaço e Valença como os concelhos que apresentam maior número de beneficiários de subsídio de desemprego. De qualquer forma, e reforçando a ideia que este indicador não é particularmente grave na sub-região do Minho Lima, podemos na mesma figura comparar a situação com a vizinha NUT do Vale do Ave, em que essa apresenta valores extremamente elevados.

O Rendimento Social de Inserção foi introduzido em 2004, substituindo o Rendimento Mínimo Garantido. Em 2005 cerca de 202 mil indivíduos beneficiaram do Rendimento Social de Inserção, sendo 53% do sexo feminino. Este perfil era comum a todas as regiões do país. Cerca de metade dos beneficiários deste rendimento eram indivíduos com menos de 24 anos.

O número de beneficiários de RSI na sub-região do Minho Lima está próximo da média nacional, destacando-se no entanto os concelhos mais desfavorecidos de Arcos Valdevez, Paredes Coura e Ponte Barca com valores acima da média nacional. A média nacional era em 2005 de 19 beneficiários por mil habitantes (ver figura 7, na página 44).

### **Tecido económico e empresarial**

A taxa de constituição de sociedades foi a nível nacional de 6,6% em 2004 e 5,5% em 2005. Como podemos ver no quadro nº 38 (página 52), a este nível a sub-região está claramente acima desta média, com um valor de 6 % (2005). De destacar mesmo o concelho de Valença, que apresenta um dinamismo a este nível que chega aos 8,4%

Quanto ao número de sociedades dissolvidas (por falência, deliberação dos sócios ou outros motivos), estas foram cerca de 16 mil em 2005, registadas pelo Ministério da Justiça, tendo representado um aumento de 16% face a 2004. Ponderando pelo número de sociedades existentes no ano anterior ao do registo da dissolução - taxa de dissolução -, observou-se um incremento na proporção de sociedades dissolvidas, tendo passado de 3,9% em 2004 para 4,3% em 2005. Em termos regionais destacavam-se o Norte, o Centro e o Alentejo ao apresentarem valores acima da média nacional, tendo sido, contudo, nas regiões autónomas e em Lisboa que se registaram os maiores incrementos na taxa de dissolução de sociedades entre 2004 e 2005.

Ao nível das NUT III, a dissolução de sociedades teve maior importância relativa em municípios do interior do país, em particular nas sub-regiões Minho Lima, Tâmega e Ave. Na região Centro, foram os municípios da Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Dão Lafões que apresentaram as mais elevadas taxas de dissolução de sociedades.

A taxa de dissolução de sociedades na sub-região foi de 4,7%, ligeiramente superior à média nacional, que foi neste ano de 2005 de 4,3%. De registar o concelho de Melgaço que apresentou uma taxa de dissolução de sociedades de 10,6%, um valor francamente acima quer da média nacional quer da média da sub-região.

Em termos de emprego, e com o apoio do mesmo quadro nº 38, podemos reflectir pela sua importância nos seguintes aspectos: por um lado, em termos da proporção de emprego em sociedades anónimas, vemos que a média nacional é de 31% e que a média no Minho Lima é de apenas 13%; em termos de proporção de emprego em serviços intensivos em conhecimento, vemos que a média nacional é de 40% e que a média da sub-região é de 30%; vemos ainda, por outro lado, que em termos de proporção de emprego total em actividades TIC (tecnologias de informação e comunicação), a média nacional é de 3,3% e que a média da sub-região é de 1%; finalmente, em termos de proporção de emprego em indústrias de média e alta tecnologia, vemos que a média nacional aponta para os 17% e no Minho Lima chega aos 20%.

### **Construção e habitação**

O número total de obras licenciadas pelas câmaras municipais voltou a diminuir em 2005 e face a 2004 representa uma quebra de 4,6%.

A diminuição na atribuição licenças estendeu-se a todos os tipos de obra e praticamente a todas as regiões. Assim, a atribuição de licenças para construções novas caiu 4,4% face a 2004, e para ampliações, alterações e reconstruções a descida foi de 4%.

De referir apenas o valor médio dos prédios transaccionados, que é substancialmente diferente quando comparamos a média nacional com a média da sub-região. Assim, e de acordo com os dados do INE (quadro 46, página 59), podemos verificar que o valor médio dos prédios no Minho Lima é cerca de metade (42.061€) do valor médio dos prédios em termos nacionais (84.061€).

### **Turismo**

Existiam em 2005 cerca de dois mil estabelecimentos hoteleiros classificados na Direcção Geral do Turismo, o que significou um acréscimo da oferta hoteleira de 3% face ao ano anterior. O aumento do número de estabelecimentos observou-se em todas as regiões do país, verificando-se que a sua concentração era superior nas regiões Norte (22,4%), Algarve (21,5%) e Centro (20,8%).

Se tivermos em consideração que a média registada na sub-região do Minho Lima era em 2005 de 14,4 camas por 1000 habitantes, podemos concluir que o Minho Lima tem uma oferta de alojamento turístico insignificante quando comparada com os valores apresentados por outras zonas turísticas portuguesas, nomeadamente o Algarve. Mesmo comparada com a média nacional (25) verifica-se que a Minho Lima está muito deficitária em termos de oferta de alojamento turístico.

De realçar no entanto o caso do concelho de Caminha, que apresenta sem dúvida os melhores indicadores turísticos da sub-região, mesmo melhores que Viana do Castelo. Com efeito, Caminha apresenta em termos de capacidade de alojamento, 41,4 camas por 1000 habitantes, o que supera largamente quer a média nacional quer a média da sub-região. Mas também ao nível das dormidas em Hotéis por 1000 habitantes Caminha se destaca claramente, com um impressionante o valor de 375,7 (ver quadro nº 49).

### **Sector monetário e financeiro**

Relativamente a este indicador, a nossa referência vai apenas para o efeito das remessas de capital por parte dos emigrantes portugueses no estrangeiro. Em 2004, a taxa de depósitos de emigrantes situou-se nos 5,5%, valor ultrapassado pelas regiões autónomas (R. A. Madeira com cerca de 13% e R. A. Açores com pouco mais de 8%), Região Centro (9,2%) e Região Norte (6,3%), isto é, zonas onde a emigração tem maior importância.

Podemos verificar pelo quadro 51 (página 66) que na sub-região Minho Lima existem concelhos que ultrapassam largamente a média nacional de 5,5%. São os casos de Melgaço (35,9%), Arcos de Valdevez (28,5%), Monção (23,4%) e Ponte da Barca (22,4%). Mas todos os concelhos da NUT Minho Lima ultrapassam o valor médio nacional e até o valor médio da região Norte (6,3%).

### **Justiça**

Em 2004, foram registados pelas autoridades policiais cerca de 416 mil crimes em Portugal, praticamente o equivalente ao registado no ano anterior. A taxa de criminalidade situou-se em cerca de quarenta crimes por 1 000 habitantes destacando-se, em termos regionais, as regiões do Algarve e de Lisboa por terem registado, em 2004, taxas de criminalidade de 73‰ e 50‰, respectivamente. Mesmo não existindo um padrão territorial muito definido, verificou-se que em quase um quinto dos municípios a taxa de criminalidade superou a média nacional, sendo que 9 destes são capitais de distrito. Observou-se também que foi nos maiores centros urbanos onde se concentraram os maiores níveis de criminalidade.



A sub-região Minho Lima acompanha nitidamente a tendência nacional, com a maioria dos concelhos a apresentarem valores entre os 30 e os 50 crimes por 1000 habitantes. Apenas os concelhos de Ponte Lima e Melgaço apresentam valores inferiores.

### Administração local

Em 2004, cerca de 65% das receitas das câmaras municipais eram provenientes de transferências recebidas do Estado através dos vários fundos municipais disponíveis (Fundo de Base Municipal, Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal) e ainda dos impostos colectados.

Relativamente à administração local, podemos concluir que a sub-região do Minho Lima conta, apesar de tudo, com uma gestão autárquica correcta em termos financeiros. Com base nos dados disponíveis, podemos assim verificar que em termos de endividamento anual por habitante, a sub-região apresenta um valor médio anual de 2€, claramente inferior ao valor médio de 12€ de média nacional; em termos de relação entre receitas e despesas, o Minho Lima apresenta um valor médio de 105,16%, superior ao valor médio nacional de 100,28%; em termos de receitas por habitante, o valor do Minho Lima apresentava em 2005 um valor de 597€, ligeiramente inferior à média nacional (605€).

### Contas regionais

Analisando as contas regionais, verificamos que a sub-região Minho Lima contribui com 1,5% para o PIB português. Em termos de PIB per capita, podemos verificar que o Minho Lima apresenta um valor de 7900 €, abaixo portanto do valor médio nacional de 12500 € (quadro nº 55, na página 75). Decorrente deste último indicador, temos assim um índice de disparidade de 63%, quando comparado o PIB pc na NUT Minho Lima com a base 100 da média nacional. Este valor revela uma situação preocupante em termos de baixo rendimento para a população minhota. Se analisarmos convenientemente o quadro, podemos constatar que a sub-região apresentava em 2003 um dos valores de PIB pc regional mais baixos (valores inferiores só acontecem nas sub-regiões do Tâmega, Alto Trás-os-Montes, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte; Dão Lafões apresentava em 2003 um PIB pc igual, de 63%).

No que se refere ao Índice de Poder de Compra per capita, a sub-região Minho Lima não ultrapassa 64,7% da média nacional, um dos valores mais baixos da NUT II Norte, apenas superior aos observados no Tâmega, no Douro e no Alto Trás-os-Montes. Os valores menos favoráveis registam-se nos concelhos mais rurais do interior, Paredes de Coura, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez (todos abaixo do Índice 50, com valores de, respectivamente, 45,4%, 46,2% e 46,4%), seguidos de perto por concelhos como Ponte da Barca (51,7%), Monção (54%) e Melgaço (54,1%). Viana do Castelo é o concelho do distrito com o maior valor de PCpc (84,1%), seguido de Caminha, com 74,3%.

No que respeita à produtividade (VAB/Emprego), podemos igualmente verificar um valor inferior na sub-região (15,4) quando feita a comparação com a média nacional (22,5) (em milhares de euros).

No quadro nº 56 (página 76), podemos analisar a riqueza produzida nas NUT III nacionais, em milhões de euros. Podemos ver que a sub-região do Minho Lima produziu 1 983 M € (PIB) e apresentou 1 710 M € de VAB (Valor Acrescentado Bruto). Houve emprego de 110900 pessoas.

### Diagnóstico social da NUT III Minho – Lima

Com base no excelente trabalho produzido em 2005 pelo ISS (Instituto da Segurança Social) – A Tipificação da Exclusão Social em Portugal, podemos concluir que existem na sub-região do Minho Lima três tipos de territórios em termos de dinâmica inclusão/exclusão, tornando esta sub-região extremamente heterogénea.

Assim, e recorrendo à figura F (página 81), toda a orla costeira da sub-região Minho Lima (concelhos de **Viana do Castelo e de Caminha**), e na fronteira com a vizinha Galiza (concelhos de **Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Ponte da Barca**) constituem territórios de **tipo 1** (Territórios moderadamente inclusivos).

Existe um território de **tipo 5** (industrial com forte desqualificação) que atinge o concelho de **Ponte de Lima**.

Existem ainda no Minho Lima territórios de **tipo 6** (envelhecidos e economicamente deprimidos) que atingem os concelhos de **Melgaço, Paredes de Coura e Arcos de Valdevez**.

Numa análise mais em pormenor , vamos tentar explicar a categorização dos concelhos de **Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença e Monção** como **territórios de tipo 1 (moderadamente inclusivos)**:

Estes concelhos, quando comparados com a média nacional, apresentam baixos níveis de desemprego e de desemprego de longa duração, níveis positivos de escolarização, um baixo índice de analfabetismo e baixas taxas de abandono escolar e de saída antecipada do sistema escolar.

Relativamente aos concelhos de **Melgaço, Paredes de Coura e Arcos de Valdevez**, estes concelhos são considerados **territórios de tipo 6 (envelhecidos e economicamente deprimidos)**, caracterizam-se pelo envelhecimento da sua população, pelas fracas competências escolares, pela baixa qualificação profissional e por um forte atraso económico. A população ainda mantém actividades rurais de agricultura de subsistência, de baixa produtividade (pequenas parcelas de terra - minifúndio). A reduzida actividade industrial que existe enfrenta permanentemente a concorrência asiática e a crescente globalização tem levado ao encerramento das poucas indústrias existentes, que se dedicam quase exclusivamente aos sectores tradicionais do calçado e têxtil.

O concelho de **Ponte de Lima** surge como um **território de tipo 5 (industrial com forte desqualificação)**, sendo caracterizado por algum dinamismo demográfico (população relativamente jovem, existindo taxas de natalidade positivas), e ainda por uma certa dinâmica económica, baseada numa indústria ainda assim relativamente competitiva e que vai suportando a intensa pressão do exterior. Existe contudo uma grande falta de qualificação da população, tanto a nível académico como a nível profissional, que dificilmente poderá concorrer a outros ritmos de produção mais exigentes em termos tecnológicos.

### **Equipamento sociais**

De acordo com a *Carta Social 2005*, a NUT III Minho Lima apresenta um total de 296 respostas sociais (a NUT III Minho Lima perdeu 2 respostas sociais comparativamente a Carta Social 2004 que apresentava um total de 298 respostas sociais). Se tivermos em atenção os dados apresentados, podemos constatar que existe claramente uma aposta em serviços e equipamentos destinados a crianças / jovens e a idosos com um total de respostas sociais de 92 e 161, respectivamente. Dentro das respostas sociais destinados a crianças e jovens de realçar o número de creches (36) e ATL (49); quanto aos idosos sobressai o número de centros de dia (38), lar para idosos (39) e serviço de apoio domiciliário (63).

Seguem-se as respostas sociais orientadas para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, Respostas Sociais Integradas e ainda Família e Comunidade, muito aquém das necessidades com que se deparam os vários concelhos do distrito. Relativamente ao transporte de pessoas com deficiência e ao serviço de apoio domiciliário (ambas sem resposta) e apoio em regime ambulatorio (apenas com uma resposta), não existem como se percebe respostas satisfatórias para dar apoio a este público-alvo.

Se por um lado, se verifica uma nítida aposta no distrito em serviços e equipamentos delineados para crianças, jovens e idosos, verifica-se também, por outro lado, claras deficiências no que respeita a respostas sociais no âmbito da **Saúde Mental** (não há qualquer serviço e equipamento para dar apoio a este tipo de situações). Em situação semelhante estão as repostas sociais focadas para Toxicodependentes (não existe nenhuma resposta) e Pessoas Infectadas por VIH/Sida e suas famílias (apenas uma resposta). Dado o aumento cada vez mais significativo do número de casos, as respostas sociais destinadas a estas valências revelam-se claramente insuficientes. Apesar de haver uma clara aposta em respostas sociais para crianças/jovens e idosos, é preciso intervir em serviços e equipamentos para pessoas com deficiência, toxicodependentes e saúde mental.

De qualquer forma, estes dados mostram que, mesmo nestas áreas, os serviços e equipamentos estão aquém das necessidades do distrito.

### **Competitividade e coesão territorial**

No “ranking” da competitividade e da coesão territorial em Portugal no período 2000 -2002, podemos ver a NUT Minho Lima posicionada na 24ª posição (em 30 sub-regiões). No referido período apenas 6 regiões estavam pior classificadas: Serra da Estrela, Açores, Douro, Tâmega, Pinhal Interior Sul e Alto Trás-os-Montes. Em contrapartida, podemos ver as regiões mais dinâmicas do país com valores muito acima da base 100 (média) nacional, como sejam a Grande Lisboa (155,8%) e o Grande Porto (115,8%).

Isto significa que o Minho Lima não apresenta até ao momento nem as condições nem os resultados de competitividade de outras sub-regiões portuguesas.

Em termos de competitividade, podemos situar a NUT Minho Lima como um território pouco competitivo (abaixo de 60%). No período considerado (2000-2002), as únicas regiões competitivas eram a Grande Lisboa e a Península de Setúbal (ver figura D1 na página 104).

Em termos de coesão podemos concluir que o Minho Lima se situava neste período entre os 60% e os 80% (ver figura E1 na página 105 e figura F1 na página 106).

Partindo das condições objectivas para o processo de competitividade, e centrando a nossa atenção no caso do Minho Lima, existem logo á partida carências em termos humanos, não apenas a nível demográfico (envelhecimento) mas também ao nível do capital humano (baixos qualificações, académicas e profissionais). A nível infraestrutural, existem como sabemos deficiências em termos de mobilidade de pessoas e bens, dadas as ainda deficientes vias de comunicação na sub-região (note-se que as recentes vias apenas cobrem parte do território, ficando o interior da NUT privado por enquanto de bons acessos). Por outro lado, e já anteriormente referido neste estudo, o investimento em I&D (investigação e desenvolvimento) é incipiente, não promovendo a necessária inovação tecnológica no processo de criação de riqueza. A nível económico, a NUT não apresenta suficientes condições tecnológicas e de utilização das TIC (tecnologias de informação). A NUT tem para além disto um reduzido grau de urbanismo e uma fraca procura interna, resultante dos fracos níveis de rendimento. Todas estas fragilidades referidas concorrem para as fracas condições para que á partida a sub-região do Minho Lima possa ser competitiva, quer internacionalmente quer mesmo a nível interno (Portugal).

Se as condições são, como vimos, débeis, o processo de afectação de recursos e de criação de riqueza fica desde logo condicionado. Mas para agravar um cenário já de si desfavorável, tem havido uma incorrecta afectação de recursos (tem existido falta de visão estratégica e de planeamento em termos de investimentos públicos, não tendo sido consideradas como prioritárias certas áreas fundamentais para o desenvolvimento). Assim, e referindo apenas os aspectos mais críticos, são de salientar a baixa produtividade do trabalho e novamente o fraco I&D empresarial que conduz ao atraso tecnológico da produção.

Como resultado, temos um insuficiente nível de realização dos objectivos (ineficácia), traduzidos pela fraca capacidade exportadora, pelo baixo nível de vida e pela divergência com a média da EU (União Europeia).

### **Posicionamento competitivo das sub-regiões portuguesas**

Em termos de posicionamento competitivo, e comparativamente, a sub-região Minho Lima situa-se num patamar inferior tanto a nível das condições como ao nível dos resultados. A NUT faz parte de um conjunto de 4 sub-regiões (para além do Minho Lima integram este conjunto o Douro, Pinhal Interior Norte e Serra da Estrela). O Tâmega, o Baixo Alentejo e o Alto Trás Montes constituem um outro conjunto de sub-regiões mas estas ainda em situação mais desfavorável, uma vez que ocupam na grelha a posição de maior dificuldade (menor nível de condições e de resultados). Apresentam-se como as 3 NUT III portuguesas mais desfavorecidas (ver figura I1 na página 109).

### **Índice de desenvolvimento económico e social**

Por último, apresentamos o índice de desenvolvimento económico e social, um índice “frio” mas extremamente útil quando queremos classificar o desenvolvimento de um país ou região a partir de indicadores chave. Num período de tempo de uma década (1991-2001), avaliamos qual foi o ritmo de desenvolvimento económico e social da NUT III Minho Lima no contexto nacional. Assim, e apoiados na figura J1, na página 113, podemos ver que a NUT Minho Lima estava em 2001 como que partida ao meio no que respeita ao Índice de Desenvolvimento Económico e Social. Se um grupo de 5 concelhos (Viana Castelo, Caminha, V.N. Cerveira, Ponte Lima e Valença) apresentava um valor médio entre os 0.75 e os 0.8%, existia um outro grupo de 5 concelhos (Paredes Coura, Arcos Valdevez, Monção, Melgaço e Ponte Barca) que apresentava um valor entre os 0 e os 0.75%.

Este facto diz bem do autêntico fosso que separa o litoral e o interior da sub-região, e que tende a agravar, aliás á semelhança do resto do país.

Concluído, nesta fase, o processo de melhoria das acessibilidades, melhorando a acessibilidade de Viana do Castelo à área urbana de Braga Guimarães e à fronteira), a principal âncora de desenvolvimento encontrar-se-á no processo de requalificação urbana da cidade de Viana do Castelo, para que também contribuirão os investimentos em curso, de que resultará uma melhoria substancial da oferta de serviços comerciais e de lazer da cidade.

Em matéria de actividade industrial, a principal âncora de desenvolvimento encontra-se na oferta de parques industriais em toda a área do Minho-Lima. Parecendo impossível, pelo menos a curto prazo, consolidar a oferta deste conjunto de parques industriais, espera-se que seja possível prosseguir e intensificar o esforço de integração já em curso em cada um dos vales (Vale do Minho e Vale do Lima), a cargo das respectivas Associações de Municípios.

A qualificação desta oferta e o surgimento de uma oferta de condições de acolhimento de tipo novo, dirigida a actividades menos intensivas em espaço e em mão-de-obra e mais intensivas em recursos humanos qualificados e em conhecimento, juntamente com a atractividade de pessoas, evidenciada pela região e pelo processo de requalificação urbana de Viana do Castelo, poderão contribuir para consolidar o perfil das actividades industriais e de prestação de serviços do Minho-Lima.

Sem prejuízo de se reconhecer o potencial turístico da região, entende-se que o pleno aproveitamento deste potencial passa pela sua integração numa oferta turística mais ampla e diversificada. Os esforços em curso para consolidar a oferta turística de toda a NUT II Norte, e para assegurar a sua promoção adequada, poderão contribuir para um desenvolvimento considerável da actividade turística do Alto-Minho.

No que se refere ao vinho verde, sem prejuízo de se reconhecer a importância das adegas cooperativas existentes, parece necessário dar novos passos em frente para se assegurar a sua adequada valorização. Neste momento, não se afigura claro o caminho que os produtores locais se propõem percorrer para resolverem o problema.

## **FONTES**

Relatório final (Fevereiro 2004) do PRASD (programa de recuperação de áreas e sectores deprimidos)

**“População e Desenvolvimento Humano – Uma Perspectiva de Quantificação”.**

Índices de desenvolvimento para as regiões portuguesas – 2001

Alda de Caetano Carvalho; Sérgio Matias

Departamento de Prospectiva e Planeamento

Competitividade territorial e a coesão económica e social das regiões portuguesas 2006 – Augusto Mateus e Associados

INE – Instituto Nacional Estatística

- Caracterização da área de Fronteira Norte de Portugal - Galiza
- Retrato Territorial de Portugal
- Estudo sobre o poder de compra concelhio 2004
- Anuário estatístico da região norte 2002

Competitividade e coesão na região norte: uma perspectiva de síntese

Instituto do Emprego e Formação Profissional

MTSS – Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento

Contributo para a definição de uma tipologia socio-económica dos concelhos da região do Norte  
Paulo Gomes / Sérgio Bacelar / Emília Saleiro

Repartição do rendimento e pobreza em Portugal

Indicadores socioeconomicos y territoriales de las nuts iii de frontera

Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental

IIESS, IP Unidade de Estatística (ISS)

PRASD – Um instrumento para conhecer melhor o País (Carlos Tavares)

## SIGLAS

**ARS** – Administração Regional de Saúde  
**ATL** – Actividades de Ocupação dos Tempos Livres  
**CRAN** – Centro Regional de Alcoologia do Norte  
**CRAP** – Centro Regional de Alcoologia do Porto  
**CNETI** – Conselho Nacional para a Exploração do Trabalho Infantil  
**CNAsti** – Confederação Nacional de Acção sobre o Trabalho Infantil  
**CDSSS** – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social  
**CAO** – Centro de Actividades Ocupacionais  
**DETEFP** – Departamento de Estatística do Trabalho Emprego e Formação Profissional  
**DGS** – Direcção Geral da Saúde  
**DEEP** – Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento  
**DLD** – Desempregado de Longa Duração  
**DEPP** – Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento  
**GIASE** – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema de Ensino  
**IGT** – Inspecção-geral do Trabalho  
**INE** – Instituto Nacional de Estatística  
**IDICT** – Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho  
**ISCTE** – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa  
**IEFP** – Instituto do Emprego e Formação Profissional  
**ISFLSF** – Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias  
**IPSS** – Instituição Particular de Solidariedade Social  
**IIES** – Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade  
**ILO** – Internacional Labour Organization  
**IPPAR** – Instituto Português do Património Arquitectónico  
**IRS** – Instituto de Reinserção Social  
**MS** – Ministério da Saúde  
**MSST** – Ministério da Segurança Social e do Trabalho  
**ME** – Ministério da Economia  
**ME** – Ministério da Educação  
**MSSS** – Ministério da Solidariedade e Segurança Social  
**MA** – Ministério da Agricultura  
**MADRP** – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas  
**MQE** – Ministério para a Qualificação e o Emprego  
**MSE** – Mercado Social de Emprego  
**MSSFC** – Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança  
**MTS** – Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
**OIT** – Organização Internacional do Trabalho  
**PIDDAC** – Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PEETI** – Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil  
**PIB pm** – Produto Interno Bruto a Preços de Mercado  
**RSI** – Rendimento Social de Inserção  
**SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras  
**SNS** – Serviço Nacional de Saúde  
**SMN** – Salário Mínimo Nacional  
**SMO** – Serviço Militar Obrigatório  
**SIETI** – Sistema de Informação Estatística sobre Trabalho Infantil  
**SEEF** – Secretaria de Estado do Emprego e Formação  
**SET** – Secretaria de Estado do Trabalho  
**UE** – União Europeia

## GLOSSÁRIO

**ABASTECIMENTO DE ÁGUA:** Conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Consideram-se quantidade e qualidade adequadas as que satisfazem as exigências quantitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

**ABSENTISMO:** Ausências do trabalhador durante o período normal de trabalho a que está obrigado independentemente das suas causas e de se converterem ou não em faltas justificadas.

**ABANDONO ESCOLAR (PERCENTAGEM):** Indivíduos em idade de escolaridade obrigatória (dos 6 aos 15anos) que abandonaram a escola antes de completar o 9º ano de escolaridade, por cada 100 indivíduos dos 6 aos 15 anos

**ACÇÃO FORMATIVA:** Conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades práticas, atitudes e formas de comportamento exigidas para o exercício das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de actividade económica.

**ACÇÃO SOCIAL:** "Forma" de protecção social, integrada no sistema de segurança social, destinada a prevenir determinadas situações de carência económica ou social e assegurar especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, deficientes e idosos, bem como a outras pessoas nas situações acima mencionadas, quando estas situações não sejam ou não possam ser superadas através dos regimes de segurança social.

**ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL:** Resultam de um conjunto de actividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. Consideram-se, as acções com duração igual ou superior a 4 horas, podendo estas assumir a forma de cursos, seminários, conferências, etc.

**ACIDENTE COM VÍTIMAS:** Todo o acidente de viação em que pelo menos uma pessoa tenha ficado ferida ou morta.

**ACIDENTE DE TRABALHO:** Todo o acontecimento inesperado e imprevisto, incluindo os actos de violência derivados do trabalho ou com ele relacionados, do qual resulte uma lesão corporal, uma doença ou a morte de um ou vários trabalhadores. São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação, nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem por causa, ou no decurso do trabalho, isto é, quando exercem uma actividade económica, ou estão a trabalhar, ou realizam tarefas para o empregador.

**ACIDENTE DE TRAJECTO:** Acidente que ocorre no trajecto habitualmente efectuado pelo trabalhador, qualquer que seja a direcção na qual se desloca, entre o seu local de trabalho ou de formação profissional ligada à sua actividade económica, e: i) a sua residência habitual ou ocasional; ii) o local onde toma normalmente as suas refeições, ou iii) o local onde recebe normalmente o seu salário, do qual resulta a morte ou lesões corporais.

**ACIDENTE DE VIAÇÃO:** Acontecimento fortuito, súbito e anormal ocorrido na via pública em consequência da circulação rodoviária, de que resultem vítimas ou danos materiais, quer o veículo se encontre ou não em movimento (inclusivamente à entrada ou saída para o veículo e ou no decurso da sua reparação ou desmanpanagem).

**ACIDENTE MORTAL:** Todo o acidente de viação em que pelo menos uma pessoa tenha morrido.

**ACOLHIMENTO FAMILIAR:** Prestação de acção social que consiste em fazer acolher, temporária ou permanente, em famílias consideradas idóneas, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio educativa, pessoas idosas ou pessoas adultas com deficiência. Conforme o estrato populacional a que se destina, assim a prestação se designa por "acolhimento familiar a crianças e jovens", "acolhimento familiar a idosos" e "acolhimento familiar a adultos com deficiência".

**ACTIVIDADE ECONÓMICA:** Resultado da combinação dos factores produtivos (mão-de-obra, matérias-primas equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos factores produtivos que

integram o bem ou serviço produzido, toda a actividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

**ACTIVIDADE SAZONAL:** Actividade exercida, apenas numa determinada época do ano.

**AGREGADO FAMILIAR:** Para efeitos de atribuição ou de determinação do montante das prestações de Segurança Social em que o requerente tem que apresentar documentação comprovativa relativa aos seus recursos económicos, com o objectivo de se verificar se reúne as condições exigidas pela lei, considera-se, na generalidade, como agregado familiar o grupo de indivíduos, vinculados por relações jurídicas familiares, que vivem em comunhão de mesa e habitação com o requerente e em economia familiar com o mesmo.

**ALOJAMENTO:** Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a habitação, na condição de, no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Por distinto e independente pretende-se significar o seguinte: Distinto - significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade. Independente - significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

**ALOJAMENTO COLECTIVO:** Local que, pela forma como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a alojar mais do que uma família e que no momento de referência está ocupado por uma ou mais pessoas independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes. Como alojamento colectivo entende-se os hotéis, pensões e similares e as convivências.

**ALOJAMENTO FAMILIAR:** Local distinto e independente que pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins. Os alojamentos familiares podem ser de dois tipos: alojamento familiar clássico e alojamento familiar não clássico.

**ALOJAMENTO FAMILIAR CLÁSSICO:** Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado. Deve ter uma entrada independente que dê acesso (quer directamente, quer através de um jardim ou um terreno) a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, etc.). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico/fogo são consideradas como parte integrante do mesmo.

**ALOJAMENTO FAMILIAR NÃO CLÁSSICO:** Todo o local que, no momento de referência está ocupado por pessoas e que não satisfaz inteiramente as condições de alojamento clássico. Estão compreendidos, nesta categoria: barraca, alojamento móvel, casa rudimentar de madeira, alojamento improvisado em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação (grutas, vãos de escada, pontes, etc.).

**ALOJAMENTO SUPERLOTADO:** Alojamento com défice de divisões em relação às pessoas que nele residem, de acordo com o índice de lotação.

**ANALFABETO:** Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, o indivíduo incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa.

**ÁREA TOTAL:** Superfície total medida em quilómetros quadrados.

**ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL:** Associação sem fins lucrativos, que representa e defende os interesses de um determinado grupo de empresários ou de uma determinada actividade empresarial.

**ALUNO MATRICULADO:** Indivíduo inscrito num estabelecimento de ensino no final de cada ano lectivo.



**BENEFICIÁRIO DE PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO:** Total de beneficiários da Segurança Social a quem foi processada uma prestação de desemprego.

**CAUSA DE MORTE EXTERNA (MORTE NÃO NATURAL):** Factores externos responsáveis pelo estado patológico causador do óbito, nomeadamente por tipo de suicídio, tipo de acidente, tipo de homicídio, catástrofe natural e outros.

**CONJUNTURA ECONÓMICA:** Estimação e análise do movimento económico sobre o passado recente (seis meses a um ano) e o presente, e a previsão deste movimento num horizonte que pode ser igualmente de seis meses a um ano.

**CAMAS DE INTERNAMENTO POR 1 000 HABITANTES:** Número de camas de hospitais e de centros de saúde com internamento referido à população residente estimada par o final do ano.

**CENTRO DE SAÚDE:** Estabelecimento público de saúde, que visa a promoção da saúde, prevenção da doença e a prestação de cuidados, quer intervindo na primeira linha de actuação do serviço Nacional de Saúde, quer garantindo a continuidade de cuidados, sempre que houver necessidade de recurso a outros serviços e cuidados especializados. Dirige a sua acção de grupos e da comunidade, através dos cuidados que, aos seu nível, sejam apropriados, tendo em conta as práticas recomendadas pelas orientações técnicas em vigor, o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo globalmente a sua acção ao indivíduo, à família e à comunidade. Pode ser dotado de internamento.

**CONSULTAS MÉDICAS POR HABITANTE:** Número de consultas médicas em hospitais e centros de saúde referido à população residente estimada para o ano.

**COMÉRCIO A RETALHO:** Compreende a actividade de revenda a retalho (sem transformação), de bens novos ou usados, feita em estabelecimentos, em feiras e mercados, ao domicílio, por correspondência, em venda ambulante e por outras formas, destinados ao consumo público em geral, empresas e outras instituições.

**CASAMENTO:** Contrato celebrado entre duas pessoas, de sexo diferente que pretendem constituir família, mediante uma comunhão de vida.

**DENSIDADE POPULACIONAL:** Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

**DESEMPREGADO DE LONGA DURAÇÃO:** Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição no Centros de Emprego.

**DOENÇA DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA:** Doença, constante de lista periodicamente revista e aprovada por diploma legal, que deve ser notificada à entidade competente por qualquer médico que a diagnostique, tanto em caso de doença como em caso de óbito.

**DOENÇA PROFISSIONAL:** Lesão, perturbação funcional ou doença resultante de causa que actue continuamente desde que seja consequência necessária e directa da actividade exercida pelos trabalhadores e não represente normal desgaste do organismo. Em geral as doenças profissionais encontram-se tipificadas numa lista organizada e publicada pelo Ministério da tutela do organismo com competências em matéria de protecção social nesta área.

**DIVISÃO:** Espaço num alojamento/fogo, delimitado por paredes tendo pelo menos 4 metros de altura, na sua maior parte. Embora possam satisfazer as condições de definição não considerados como tal: corredores, varandas, marquises, casa de banho, despensas e vestíbulos e a cozinha se tiver menos de 4m.

**DOENÇA PROFISSIONAL:** Doença que afecta um trabalhador que tenha estado exposto ao respectivo risco pela natureza da actividade ou condições, ambiente e técnicas de trabalho habitual. Um trabalhador é reconhecido como

doente profissional quando lhe é certificada uma doença profissional pelo Centro Nacional com base no parecer dos peritos médicos competentes.

**DIVÓRCIO:** Dissolução legal e definitiva do vínculo do casamento, conferindo às partes o direito de tornarem a casar.

**EMPRESA:** Corresponde à mais pequena combinação de unidades jurídicas, que constitui uma unidade organizacional de produção de bens e serviços usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias actividades, num ou vários locais. Uma empresa pode corresponder a uma única entidade jurídica.

**EDIFÍCIO:** Construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura, destinada a servir de habitação (com um ou mais alojamentos/fogos) ou outros fins.

**EMPREGO:** Compreende todas as pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma actividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema.

**EXTENSÃO DE CENTRO DE SAÚDE:** Unidade periférica dos centros de saúde, situada em locais da sua influência, tendo em vista proporcionar uma proximidade e acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde.

**EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR:** Educação ministrada às crianças de 3 e mais anos que não atingiram ainda a idade escolar obrigatória.

**ENSINO BÁSICO - 1º CICLO:** Inclui o ensino primário (do 1º ao 4º ano de escolaridade).

**ENSINO BÁSICO - 2º E 3º CICLOS:** Inclui o ensino preparatório (5º e 6º anos de escolaridade) e o ensino unificado (7º, 8º e 9º anos de escolaridade).

**ENSINO SECUNDÁRIO:** Ensino secundário complementar (10º e 11º anos de escolaridade), o 12º ano de escolaridade, o ensino secundário liceal e o ensino secundário técnico-profissional.

**ENSINO SUPERIOR:** Inclui o ensino que exige como condição mínima de admissão o aproveitamento no 12º ano de escolaridade.

**ENSINO SUPERIOR PÚBLICO POLITÉCNICO:** Todos os cursos ministrados nos estabelecimentos de ensino politécnico, incluindo os cursos das escolas superiores de educação integradas nos institutos superiores politécnicos.

**ENSINO SUPERIOR PÚBLICO UNIVERSITÁRIO:** Entendem-se todos os cursos ministrados nos estabelecimentos de ensino universitário incluindo os cursos de formação de professores integrados nas universidades.

**ENSINO PROFISSIONAL (ESCOLAS PROFISSIONAIS):** Cursos ministrados em Escolas Profissionais, destinados prioritariamente à qualificação técnica de mão-de-obra para o mercado de emprego local, com planos de formação com a duração de três anos lectivos, após o 9º ano de escolaridade. Conferem no final da formação um diploma de qualificação profissional de nível III e também um certificado de equivalência académica ao 12º ano de escolaridade. A componente de formação técnica, prática, artística e tecnológico pode atingir 50% do tempo total curricular. Acessoriamente organizam-se estes cursos para jovens sem o 3º ciclo completo do ensino básico, ou apenas com o certificado de conclusão do 6º ano de escolaridade. Estes cursos têm também três anos de duração, conferindo certificação profissional nível 2, e equivalência ao 9º ano de escolaridade (escolaridade básica obrigatória).

**ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR:** É uma instituição que presta serviços vocacionados para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à infância.

**ESTABELECIMENTO DE ENSINO:** A unidade que, funcionando em uma ou mais instalações, agrupa alunos para lhes ser ministrado o ensino por um ou mais professores, uns e outros colocados sob uma única direcção administrativa e/ou pedagógica. No mesmo estabelecimento pode ser ministrado mais do que um ensino, sendo neste caso contado tantas vezes quantas os ensinos que ministra.

**ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA:** número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver, se submetido, desde o nascimento, às taxas de mortalidade observadas no momento (ano de observação).

**FAMÍLIA NUCLEAR SEM FILHOS:** Família composta pelo casal (homem e mulher).

**FAMÍLIA NUCLEAR SEM FILHOS:** Família composta pelo casal e seus filhos.

**FAMÍLIA MONOPARENTAL:** Mulher ou homem que coabita (unicamente) com os seus filhos.

**FAMÍLIA EXTENSA:** São famílias compostas por um núcleo (que pode ser mono parental ou não) que tem uma “extensão”, isto é, conta com a presença de outros elementos. A “extensão” pode ser ascendente (por exemplo: casal com filhos e avô ou avó); pode ser lateral (por exemplo casal com filhos e uma tia) ou pode, ainda, ser descendente (por exemplo: casal com filhos e sobrinhos). A extensão pode ainda conjugar várias situações das anteriormente referidas, mas nunca pode constituir um outro núcleo. No caso a classificação correcta será de família alargada.

**FAMÍLIA ALARGADA:** Diz respeito às situações em que coabitam dois ou mais núcleos familiares (conjugais ou mono parentais). Por exemplo: casal com um(a) filho(a), e o cônjuge deste(a) e seus filhos, dois irmãos casados e a respectiva descendência.

**FARMÁCIA:** Estabelecimento de saúde, licenciado por alvará concedido pelo instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), através de concurso público, apenas a farmacêuticos. O exercício da sua actividade está devidamente regulamentado, cabendo aos farmacêuticos, ou aos seus colaboradores, sob a sua responsabilidade, a função de preparar, controlar, conservar e dispensar medicamentos ao público. Pode ter, em condições especiais, um ou mais postos de medicamentos.

**FARMÁCIAS POR 10 000 HABITANTES:** Número de farmácias referido à população residente estimada para o final do ano.

**FOGO:** Edifício ou parte de um edifício destinado à habitação de uma só família. De um modo geral considera-se fogo a divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício, de carácter permanente ou uma parte distinta do edifício, do ponto de vista estrutural, que, considerando a maneira como foi construído, ampliado, transformado, se destina a servir de habitação privada.

**HOSPITAL:** Estabelecimento de saúde dotado de internamento, ambulatório e meios de diagnóstico e terapêutica, com o objectivo de prestar à população assistência médica curativa e de reabilitação, competindo-lhe também colaborar na prevenção da doença, no ensino e na investigação científica.

**HOSPITAL OFICIAL:** Hospital que é tutelado administrativamente pelo Estado, independentemente da propriedade das instalações. Pode ser: público – tutelado pelo Ministério da Saúde ou secretarias Regionais de Saúde; militar – tutelado pelo Ministério da Defesa nacional; paramilitar – tutelado pelo Ministério da Administração Interna; prisional – tutelado pelo Ministério da Justiça.

**HOSPITAL PARTICULAR:** Hospital cujas propriedade e administração são pertença de instituição privada, com ou sem fins lucrativos.

**ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO:** Relação existente entre o número de idosos e a população jovem (número de residentes com 65 e mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos).

**MÉDICOS POR 1 000 HABITANTES:** Número total de médicos por concelhos de residência referido à população residente estimada para o final do ano.

**ÓBITO:** Cessação irreversível das funções do tronco cerebral.

**ÓBITO POR CAUSA EXTERNA:** Morte provocada por envenenamento, suicídio, homicídio e todos os tipos de acidentes.

**POPULAÇÃO RESIDENTE:** Indivíduos independentemente de no momento de observação estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

**POPULAÇÃO ACTIVA:** Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Inclui empregados (emprego civil e militares de carreira) e desempregados (à procura de 1º ou novo emprego).

**POPULAÇÃO DESEMPREGADA:** Abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, não tinham trabalho remunerado nem outro qualquer; que estavam disponíveis para trabalhar num trabalho remunerado ou não; que tinham procurado um trabalho nos últimos 30 dias, remunerado ou não.

**POPULAÇÃO DESEMPREGADA À PROCURA DE NOVO EMPREGO:** Abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, até ao período de referência, já tiveram emprego e que nessa altura estavam à procura de emprego.

**POPULAÇÃO DESEMPREGADA À PROCURA DE 1º EMPREGO:** Abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, até ao período de referência, nunca tiveram emprego e que nessa altura estavam à procura de emprego.

**POPULAÇÃO EMPREGADA:** Abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tenham efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Engloba também os indivíduos que não estavam ao serviço à data da recolha de informação, mas mantinham uma ligação formal com o seu emprego, os indivíduos que tendo uma empresa não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os indivíduos que, em situação de pré-reforma, se encontravam a trabalhar no período de referência.

**PROFISSÃO:** Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

**POPULAÇÃO INACTIVA:** Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que no período de referência não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório.

**PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO (PIB pm):** Representa o resultado final da actividade de produção das unidades produtivas residentes. É igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes sectores institucionais ou ramos de actividade, mais os impostos líquidos dos subsídios aos produtos (que não são afectados aos sectores e ramos de actividade). É igualmente o saldo da conta de produção total da economia.

**PENSÃO:** Prestação pecuniária de atribuição continuada nas eventualidades de morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice.

**PESSOAL DE ENFERMAGEM POR 1 000 HABITANTES:** Pessoal de enfermagem por local de actividade referido à população residente estimada para o final do ano.

**PENSÃO DE INVALIDEZ:** Prestação pecuniária concedida em vida dos beneficiários que havendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações (para todos os regimes excluindo o regime de seguro social voluntário que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições) e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente definitivamente incapacitados para trabalhar na sua profissão.

**PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA (NO REGIME GERAL DE SEGURANÇA SOCIAL, REGIME ESPECIAL DE SEGURANÇA SOCIAL DE ACTIVIDADES AGRÍCOLAS E REGIME SEGURO SOCIAL VOLUNTÁRIO):** prestação pecuniária mensal concedida a familiares dos beneficiários cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados, ascendentes que à data da morte tenham completado 36 meses de contribuições, pertencentes aos

regimes acima referidos, excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições.

**PENSÃO DE VELHICE:** Prestação pecuniária mensal, concedida em vida dos beneficiários que tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano (excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 144 meses com entrada de contribuições) e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Para o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993 e, a partir de 1994 evoluiu de 62 para 65 com um aumento de 6 meses por ano civil.

**POSTO DE MEDICAMENTOS:** Dependente de uma farmácia que lhe serve, sendo o seu funcionamento da responsabilidade do farmacêutico director-técnico da farmácia. Tem condições especiais devidamente regulamentadas de instalação e funcionamento.

**POPULAÇÃO COM ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR:** População residente com curso médio ou superior completo.

**PESSOAL AO SERVIÇO (EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE):** Profissionais que, no último dia do período de referência, participam na actividade do estabelecimento de saúde, independentemente da duração dessa participação, nas seguintes condições: pessoal ligado ao estabelecimento de saúde por um contrato de trabalho, com ou sem termo, recebendo em contrapartida uma remuneração; pessoal com vínculo a outras instituições que trabalha no estabelecimento de saúde, sendo por ele directamente remunerado; pessoal nas condições das alíneas anteriores temporariamente ausente por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença ou acidente de trabalho.

**REMUNERAÇÕES DOS EMPREGADOS:** Definem-se como o total de remunerações, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelos empregadores aos empregados como retribuição do trabalho prestado por estes últimos no período de referência. Incluem: salários e ordenados brutos (dinheiro ou em espécie), contribuições sociais a cargo dos empregadores (efectivas e imputadas).

**SAÍDA ANTECIPADA (Percentagem):** Indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos.

**SAÍDA PRECOCE (Percentagem):** Indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar o secundário (12º ano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos.

**SITUAÇÃO NA PROFISSÃO:** Relação de dependência ou independência de um indivíduo activo no exercício da profissão em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

**SOCIEDADE EMPRESARIAL:** Sociedade criada por actos legais que visa a prática de actos comerciais, industriais e outros.

**SOCIEDADES CONSTITUÍDAS:** Novas sociedades, criadas por actos legais, visando a prática de actos comerciais, industriais e outros.

**TAXA DE ACTIVIDADE (POPULAÇÃO EM IDADE ACTIVA):** Taxa que permite definir a relação entre a população activa e a população em idade activa (população com 15 e mais anos de idade).

**TAXA DE ACTIVIDADE (POPULAÇÃO TOTAL):** Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população (número de activos por 100 habitantes).

**TAXA DE DESEMPREGO:** Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população activa /número de desempregados por 100 activos).

**TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM:** Indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

**TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA:** Indivíduo que exerce uma actividade independente, isolado, com um ou vários associados, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados e potenciais) provenientes de bens, serviços produzidos e que, habitualmente não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser ou não, membros do agregado familiar.

**TAXA DE DIVÓRCIO:** Número de divórcios ocorridos durante o ano, referido à população residente desse ano (número de divórcios por 1 000 habitantes).

**TAXA DE SUICÍDIO:** Número de suicídios ocorridos durante o ano, por cada 100 000 habitantes.

**TAXA DE ANALFABETISMO:** Relação entre a população com 10 anos ou mais que não sabe ler e escrever e a população com 10 ou mais anos.

**TAXA DE MORTALIDADE:** Número de óbitos ocorridos durante o ano, referido à população média desse ano (número de óbitos por 1 000 habitantes).

**TAXA DE NATALIDADE:** Número de nados-vivos ocorridos durante o ano, referido à população desse ano (número de nados-vivos por 1 000 habitantes).

**TAXA DE NUPCIALIDADE:** Número de casamentos ocorridos durante o ano, referido à população desse ano (número de casamentos por 1 000 habitantes).

**TAXA MÉDIA DE MORTALIDADE INFANTIL:** Número de óbitos com menos de um ano referido ao número de nados-vivos do mesmo período (número de óbitos com menos de um ano por 1 000 nados-vivos ocorridos no mesmo período).

**TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO:** Quociente entre o acréscimo populacional num período inter censitário e a população residente no ano de partida, por 100 habitantes.

**TAXA DE EMPREGO TOTAL (SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO ACTIVA):** Número de empregados por 100 activos.

**TURISMO EM ESPAÇO RURAL:** Conjunto de actividades, e serviços de alojamento e animação em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados a turistas mediante remuneração e no espaço rural. Os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados numa das seguintes modalidades: “turismo de habitação”, “turismo rural”, “agro-turismo”, “turismo de aldeia”, “casa de campo”, e “parques de campismo rurais”.

**VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE BASE (VABpb):** Constitui o resultado líquido da produção avaliada a preços de base e diminuída do consumo intermédio avaliado a preços de aquisição.